

A FRELIMO, O MARXISMO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL 1962-1983

Luís de Brito



IESE

A FRELIMO, O MARXISMO
E A CONSTRUÇÃO
DO ESTADO NACIONAL 1962-1983

A FRELIMO, O MARXISMO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL 1962-1983

Luís de Brito



www.iese.ac.mz

TÍTULO

A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983

AUTOR

Luís de Brito

EDIÇÃO

IESE

COORDENAÇÃO EDITORIAL

KAPICUA

MAQUETIZAÇÃO

ELOGRÁFICO

FOTOGRAFIA DA CAPA

Ricardo Rangel – CDFD

IMPRESSÃO

CIEDIMA, LDA

NÚMERO DE REGISTO

9994/RLINICC/2019

ISBN

978-989-8464-44-6

TIRAGEM

500 exemplares

Maputo, 2019

ENDEREÇO DO EDITOR

Avenida do Zimbabwe, 1214, Maputo-Moçambique

iese@iese.ac.mz

www.iese.ac.mz

Tel.: +258 21 486 043

Nota prévia

O presente livro é uma versão ligeiramente editada da tese de doutoramento, especialidade de Antropologia e Sociologia do Político, submetida pelo autor, em 1991, na Universidade de Paris VIII, com o título “A Frelimo e a Construção do Estado Nacional em Moçambique – o sentido da referência ao marxismo (1962-1983)”. Embora o texto tenha sido redigido há trinta anos, a linha de análise nele estabelecida mantém-se ainda hoje válida em termos históricos e, ao mesmo tempo, ajuda a compreender o rumo que tomaram os posteriores desenvolvimentos políticos, sociais e económicos no país.

Índice

<i>Introdução</i>	9
<i>O Moçambique colonial</i>	13
<i>Dependência colonial e integração regional</i>	13
<i>Exportação de mão-de-obra e economia de serviços</i>	15
<i>A estrutura da economia colonial</i>	20
<i>O Estado Novo</i>	22
<i>Os limites do “nacionalismo económico”</i>	22
<i>Trabalho forçado e culturas obrigatórias</i>	25
<i>Um sistema social bloqueado</i>	27
<i>A formação da Frelimo</i>	31
<i>A constituição da Frelimo</i>	32
<i>No norte, os Makonde</i>	38
<i>No sul, os Assimilados</i>	41
<i>Anticolonialismo e nacionalismo</i>	44
<i>A luta pela independência</i>	47
<i>Que luta?</i>	47
<i>A preparação da guerra</i>	51
<i>Uma guerra difícil</i>	53
<i>Lutas de poder</i>	55
<i>As “Zonas Libertadas”</i>	62

<i>Marxismo e libertação</i>	67
<i>A CONCP</i>	68
<i>A revolução</i>	71
<i>O mal-entendido</i>	74
<i>Um discurso eficaz</i>	77
<i>Moçambique independente: o novo espaço político</i>	79
<i>Que independência?</i>	80
<i>A Frelimo no poder</i>	82
<i>O novo campo político</i>	87
<i>Que marxismo?</i>	90
<i>Os militares</i>	96
<i>As cidades</i>	99
<i>A cidade no discurso da Frelimo antes da independência</i>	100
<i>“O Povo Organizado”</i>	102
<i>A cidade, espaço privilegiado do poder</i>	104
<i>A “Operação Produção”</i>	110
<i>O campo</i>	115
<i>A política de aldeamento</i>	115
<i>O Estado e a economia rural</i>	123
<i>O campesinato “cativo”</i>	133
<i>Conclusão</i>	137
<i>Anexo I – Tabelas Estatísticas</i>	147
<i>Bibliografia</i>	151
<i>1. Livros e artigos publicados</i>	151
<i>2. Trabalhos e documentos não publicados</i>	155
<i>3. Documentos da Frelimo e do Governo</i>	158
<i>A – Publicados</i>	158
<i>B – Não publicados</i>	161
<i>4. Estatísticas</i>	164
<i>5. Jornais e revistas</i>	164

Introdução

A evolução política da Frelimo desde 1984, data da assinatura do acordo de Nkomati com a África do Sul, das primeiras tentativas de negociar com a Renamo o fim da guerra em Moçambique e dos primeiros contactos do governo moçambicano com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, criou um certo embaraço aos numerosos investigadores que vinham analisando e teorizando a “transição socialista” em Moçambique¹. De facto, como explicar a falência da “experiência socialista” moçambicana, a aplicação de um “programa de ajustamento estrutural” a partir de 1987, o abandono do “marxismo-leninismo” no 5º Congresso da Frelimo (1989) e a elaboração de uma nova Constituição (1990) prevendo o estabelecimento de um sistema político multipartidário?

Hoje, torna-se claro que as explicações destes autores sobre as dificuldades que a Frelimo teve que enfrentar desde a independência, invocando por um lado factores externos como a situação internacional desfavorável e mais particularmente a acção de desestabilização económica, política e militar promovida pelo regime sul-africano e, por outro lado, factores internos como os “erros” da Frelimo, particularmente em termos de política rural, mas também o surgimento de uma camada burocrática usando a sua posição dentro do aparelho estatal para bloquear a acção da liderança revolucionária do partido, não são suficientes para dar uma interpretação consistente da realidade do processo moçambicano.

Sem entrar nos detalhes da crítica dessas obras, muitas vezes muito ricas do ponto de vista da informação que contêm, sublinhamos aqui apenas um aspecto que as mesmas têm em comum: são formulações que seguem e reproduzem as análises presentes nos textos oficiais

1 Ver, por exemplo, os artigos recentes de John Saul (1990) e Dan O’Meara (1991). Para uma revisão dos principais trabalhos sobre Moçambique publicados na década de 1980, ver Penvenne (1985) e Cahen (1988a e 1988b).

da Frelimo. Por outras palavras, esses autores – marxistas, engajados e solidários da Frelimo² – assumem as construções e a ideologia do discurso oficial, os mitos sobre os quais esse discurso assentava, participando assim do trabalho de legitimação próprio de qualquer discurso de poder³. A simpatia que sentiam pelos revolucionários moçambicanos que tinham lutado contra o colonialismo português e seus aliados ocidentais, e que depois se engajaram na “construção do socialismo” numa região da África onde as potências brancas da Rodésia e da África do Sul eram dominantes – uma luta que merecia ser apoiada – não só os impedia de ter um olhar crítico sobre o processo moçambicano, como não os ajudava a desenvolver uma atitude de vigilância científica suficiente para evitar as armadilhas do discurso oficial. Em contrapartida, há muitos outros trabalhos (geralmente não publicados) sobre tópicos que, apesar de não envolverem directamente uma interpretação sobre a natureza da experiência histórica da Frelimo, fornecem informações importantes sobre os diferentes aspectos da realidade económica e social moçambicana. Nesta categoria, conta-se um grande número de relatórios de pesquisa produzidos pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane⁴. Para além disso, ainda no CEA, foram realizadas investigações colectivas e individuais sobre a história da Frelimo e a luta armada. Estes trabalhos, embora baseados numa abordagem que não questiona o discurso oficial, trazem, no entanto, novas informações sobre o período da luta pela independência, material muito útil desde que inserido numa problemática outra que a imposta pela versão oficial da história da Frelimo e pela experiência das “zonas libertadas”⁵. Finalmente, entre os poucos trabalhos críticos, que não fazem parte da problemática dominante da “transição socialista”, mencionamos os de Christian Geffray e Michel Cahen, que abriram novos caminhos na análise da história recente de Moçambique: o primeiro com o seu estudo sobre a organização social das comunidades camponesas de Eráti (província de Nampula) prolongado por uma pesquisa na mesma região sobre a dinâmica local da guerra, e o segundo com uma série artigos de análise sobre a natureza do poder moçambicano.

Neste estudo, analisamos o significado da referência ao marxismo na luta de libertação e na construção do Estado em Moçambique, sendo a hipótese inicial que a Frelimo era – e permaneceu após a independência um movimento fundamentalmente nacionalista. Assim, a questão de analisar qual foi o papel do marxismo na experiência da Frelimo. Para responder a

2 A maioria deles trabalhou em Moçambique como cooperantes após a independência.

3 Esta corrente é representada, entre outros, por autores como Allen Isaacman, Barry Munslow, John Saul, Christine Verschuur, Marluza Lima, Philippe Lamy, German Velasquez, Joseph Hanlon, Bertil Egero, Dan O’Meara.

4 Esses trabalhos constituem uma parte importante da numerosa “literatura cinzenta” que existe em Moçambique. Ver na bibliografia a secção sobre as obras e documentos não publicados

5 Ver na bibliografia os textos da Oficina de História / CEA (incluindo o boletim *Não Vamos Esquecer!*), assim como os de João Paulo Borges Coelho, Aquino de Bragança e Jacques Depelchin, Isabel Casimiro, Teresa Cruz e Siva, José Guilherme Negrão e Alexandrino José.

esta questão, decidimos concentrar a atenção no período que vai desde a criação da Frelimo, em 1962, até ao seu 4º Congresso, em 1983. O uso desta cronologia, embora não corresponda exactamente ao período durante o qual a Frelimo se reivindicou oficialmente do marxismo-leninismo (1977-1989), justifica-se por três motivos: em primeiro lugar, não podemos compreender como e por que razão a Frelimo chegou ao marxismo sem estudar o processo da sua formação e os conflitos por que passou durante os primeiros anos da sua existência; em segundo lugar, porque o marxismo esteve de facto presente na orientação da Frelimo muito antes de ser reivindicado como doutrina oficial, em 1977; finalmente, porque o abandono do “marxismo-leninismo” pela Frelimo só ocorreu oficialmente no 5º Congresso (1989), quando o país já estava em bancarota desde 1984 e o partido já tinha embarcado no caminho da liberalização económica e solicitado a adesão de Moçambique ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial.

Na nossa abordagem, rejeitamos a análise baseada na simples oposição entre discurso e prática, preferindo uma análise da função social do discurso marxista na história recente de Moçambique, a fim de compreender a dinâmica da formação e exercício do poder independente. Para isso, o estudo desenvolve-se em três linhas principais: por um lado, tentamos mostrar quais eram as condições sócio-históricas particulares em Moçambique que levaram o grupo de liderança da Frelimo a produzir um discurso político cuja referência teórica era o marxismo; por outro lado, exploramos, para além das representações oficiais, qual o conteúdo real da política seguida pela Frelimo em nome do marxismo e da construção do socialismo; por fim, analisamos a evolução dos conflitos internos entre diferentes grupos, como o grupo dirigente se formou durante essas lutas e por que meios construiu a sua hegemonia no seio do movimento independentista e, depois, no Estado independente.

O primeiro capítulo é dedicado à formação da estrutura económica e social do Moçambique colonial. Assim, apresentamos nas suas linhas gerais, o quadro em que o movimento de libertação se formou e qual foi a herança do Moçambique independente. Isto é fundamental para compreender a crise económica causada pelo processo de descolonização e, em grande medida, para explicar o fracasso da política económica da Frelimo. Nos três capítulos seguintes, exploramos o processo de formação do movimento de libertação, a passagem à luta armada, a sua extensão e a dinâmica dos conflitos internos através dos quais a hegemonia do grupo marxista se foi afirmando e acabou por se impor. A partir desta análise, que rompe com a versão oficial da história da Frelimo antes da independência, mostramos como o poder do grupo dominante foi construído através do controlo do exército de guerrilha e como se formaram as condições objectivas e subjectivas do mal-entendido que levou os líderes a interpretar a adesão da população rural à Frelimo e à sua luta como a legitimação das suas próprias aspirações de construir a nação moçambicana pela via do «socialismo». Analisamos também, nos últimos três capítulos, a constituição do novo espaço político do Moçambique independente, como a direcção da Frelimo mudou as suas alianças substituindo a sua antiga

base camponesa e militar pelos burocratas do aparelho do Estado e a população urbana, e como as políticas adoptadas pelo partido após a independência revelam, por um lado, essa mudança fundamental que ocorreu com a independência e, por outro, a sua subordinação ao ideal de criação da nação pelo Estado, concebido como o principal agente do «desenvolvimento» da sociedade moçambicana e instrumento de uma luta permanente contra «os vestígios da sociedade tradicional-feudal».

Não se trata aqui de fazer a história da Frelimo ou de Moçambique independente, razão pela qual apenas foi inserida no texto a informação histórica considerada estritamente essencial para a interpretação política do processo moçambicano⁶. A tese recorre a um vasto acervo de material documental recolhido desde 1974, mas, sobretudo, também deve muito ao trabalho de pesquisa que desenvolvemos no Centro de Estudos da Universidade Eduardo Mondlane (1976-1981) e à nossa participação no processo político moçambicano desde 1974 como militante da Frelimo. Em particular, através das responsabilidades que desempenhámos durante o período de 1981 a 1983⁷, beneficiámos de uma experiência prática de gestão de um processo científico e político envolvendo especificamente o estatuto do marxismo na experiência da Frelimo.

6 A bibliografia cobre a maior parte do material publicado em Moçambique e incluiu também uma lista bastante pormenorizada de trabalhos não publicados, uma “literatura cinzenta” de acesso por vezes difícil, mas muito útil e que contém informação extremamente valiosa para a análise do Moçambique contemporâneo.

7 Na sequência de um debate que durou alguns anos sobre o ensino do “marxismo-leninismo” na Universidade Eduardo Mondlane, assumimos em 1981 a direcção da então criada Faculdade de Marxismo-Leninismo, uma experiência que terminou dois anos depois com a nossa demissão e posterior prisão.

O Moçambique colonial

A partir de Setembro de 1964 e durante dez anos, Moçambique foi palco de um confronto entre as forças da Frelimo e o exército colonial Português. A luta protagonizada por esta organização permitiu-lhe – após a queda do regime ditatorial português em 1974 – atingir o objectivo principal do seu programa político: a independência do país. Mas antes de analisar esse período crucial, durante o qual a luta independentista tomou a forma de uma guerra de libertação, para aí identificar os fundamentos do projecto da sociedade pós-colonial da Frelimo, é útil estabelecer as principais características da economia moçambicana colonial. Não se trata de fazer a história da colonização, mas simplesmente de trazer os elementos essenciais para a compreensão da estrutura e da lógica do sistema colonial, tal como foi historicamente constituído: primeiro, a lógica económica, que permite compreender a acção do Estado colonial e nos informa sobre a herança que o futuro poder independente recebeu, mas também a lógica política e social que determinou os caminhos e opções da Frelimo na luta pela independência.

Dependência colonial e integração regional

Após a Conferência de Berlim (1884-85), Portugal foi obrigado a prosseguir com a ocupação efectiva dos territórios africanos cujo direito de posse reivindicava. Mas, Portugal era um país pouco desenvolvido e faltava-lhe o capital necessário para tal empreendimento. Para superar essa dificuldade, os meios utilizados foram o recurso cíclico ao capital estrangeiro, intercalado com fases “nacionalistas”. Em paralelo, uma grande parte do território moçambicano foi atribuída a grandes companhias (algumas dotadas de direitos quase soberanos como a administração autónoma do território, emissão de moeda, cobrança de impostos, etc.), constituídas principalmente por capitais ingleses, franceses e alemães. Destacam-se, na região central do país, a Companhia de Moçambique (criada em 1892), cuja concessão incluiu as actuais províncias de Manica e Sofala, e também algumas pequenas áreas no norte das

províncias de Gaza e Inhambane⁸, e a Companhia do Nyassa (criada em 1894) na região norte, a quem foi concedido o território das províncias de Niassa e Cabo Delgado. Outras empresas, sendo a mais importante delas a Companhia da Zambézia, obtiveram direitos de exploração em áreas extensas nas províncias de Tete e Zambézia. O Estado colonial manteve, pois, sob o seu domínio directo apenas a região de Nampula e a maioria das terras a sul do Save (Províncias de Gaza, Inhambane e Maputo).

Assim, ao mesmo tempo que decorriam as campanhas militares destinadas a destruir os focos de resistência à ocupação, as populações das várias regiões começaram a ser sistematicamente integradas na economia de mercado através dos mecanismos clássicos do recenseamento, do imposto e do trabalho forçado. No entanto, este processo não foi uniforme em todo o território moçambicano e, em função do tipo de ocupação colonial, foram-se constituindo três grandes regiões com características diferentes.

Na região norte, isto é, nos territórios sob administração da Companhia do Nyassa e na província de Nampula, não houve uma implantação considerável de colonos ou de empresas agrícolas e a principal característica desta região passou a ser a pequena produção camponesa para o mercado, tendo sido, a partir da década de 1930, a principal região produtora de duas das mais importantes culturas de exportação, o algodão e a castanha de cajú. Na região do centro (Tete, Manica, Sofala e Zambézia), particularmente nas províncias da Zambézia e Sofala, desde o início do século XX, as grandes companhias procederam à plantação de grandes palmares e de cana-de-açúcar. Mais tarde, no final da década de 1930, também se instalaram grandes plantações de chá na Zambézia. O elemento dominante nessa área era, pois, uma economia de plantação, com algumas áreas servindo principalmente como reserva de mão-de-obra para o trabalho sazonal nas plantações. Finalmente, o sul de Moçambique tornou-se uma reserva de mão-de-obra migrante para a África do Sul, apesar da presença de um número significativo de colonos agricultores. De facto, devido ao seu peso na economia colonial, a «exportação» de trabalhadores para as minas da África do Sul foi, em conjunto com a prestação de serviços (portos e caminhos de ferro), o aspecto mais importante da integração de Moçambique no complexo económico da África Austral⁹.

A estrutura da economia moçambicana que encontramos nas vésperas da independência começou, pois, a formar-se a partir do final do século XIX, obedecendo a duas dinâmicas que se articulavam: por um lado, Moçambique assumia o papel colonial de produtor tradicional de matérias-primas e mercado protegido para a metrópole (ainda que durante um certo tempo o controlo político de uma parte do território tenha estado nas mãos das grandes companhias); por outro lado, atendia às necessidades económicas dos países vizinhos, especialmente da África do Sul.

8 Por conveniência, usamos ao longo do texto indiferentemente a toponímia e a divisão administrativa colonial e actual.

9 Para uma análise pormenorizada desta especialização regional, ver Wuyts, 1981a.

Exportação de mão-de-obra e economia de serviços

Ao longo do período colonial, houve migrações de populações moçambicanas para países vizinhos, onde as condições de vida eram consideradas mais suportáveis: salários e preços agrícolas mais elevados e menos repressão. Assim, centenas de milhares de pessoas, por vezes comunidades inteiras, deixaram Moçambique para aí se estabelecerem de forma mais ou menos permanentemente. O Estado colonial era incapaz de controlar esses movimentos nas áreas fronteiriças do norte, e tinha grande dificuldade em controlá-los na região do centro. Ao contrário, no sul, as condições geopolíticas e económicas não só tornaram possível o controlo da migração, mas esta tornou-se um elemento-chave da economia colonial¹⁰.

A migração de trabalhadores do sul de Moçambique para a região de Natal (na época sob domínio britânico) começou no início da segunda metade do século XIX, antes mesmo de os portugueses submeterem à sua autoridade as terras do interior. Os agentes de recrutamento tratavam directamente com os líderes das unidades políticas africanas locais. Estes permitiam-lhes, em troca de várias gratificações, contratar homens para trabalhar nos canaviais. Já naquela época, as autoridades coloniais começaram a interessar-se pela questão e fizeram esforços para assumir o controlo desse movimento de trabalhadores. Assim, em 1857, o governo colonial adoptou a primeira medida legal sobre emigração autorizando os trabalhadores “voluntários” a seguir por mar de Maputo para o Natal¹¹.

No entanto, foi só no final do século XIX que o trabalho migratório se tornou uma das características mais salientes da economia política da África Austral, altura em que o desenvolvimento da indústria mineira da África do Sul, com o início da exploração dos depósitos de diamantes (1867) e de ouro (1886) do Transvaal, esteve na origem de um sistema de migração rotativa de mão-de-obra de baixo custo para as minas.

O rápido crescimento da actividade mineira criou um desequilíbrio entre a procura e a oferta de trabalho, pois o mercado de trabalho local era limitado e não podia responder a todas as necessidades que se faziam sentir. Começou então a verificar-se uma tendência para a subida dos salários dos mineiros como resultado da competição entre os diferentes grupos. Perante a crise de rentabilidade das empresas provocada pelo aumento dos custos salariais, o capital mineiro reagiu a esse problema associando-se para criar uma associação, a Câmara de Minas, que tinha como missão implementar uma estratégia comum de recrutamento de trabalhadores. Para tal, foi constituída em 1897 uma organização única de recrutamento, a *Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA, ou WENELA), cujo objectivo era assegurar um recrutamento não concorrencial para todas as empresas filiadas. A WENELA tinha, pois, o monopólio do recrutamento, assumia a gestão de todas as actividades relativas a esse

10 Ver CEA, 1977 e Brito, 1978, 1981.

11 Ver Covane, 1989.

processo vital para a indústria mineira e procedia à distribuição dos trabalhadores recrutados entre as diferentes minas.

Esta nova política incluiu dois aspectos complementares: primeiro, foi concebida para evitar os efeitos adversos da concorrência entre os empregadores, reduzindo assim a pressão crescente sobre os salários e os custos da mão-de-obra; em segundo lugar, para atender às necessidades do sector expandindo-se geograficamente e intensificando as actividades de recrutamento. Sem poder actuar directamente sobre a oferta de mão-de-obra, o capital mineiro adoptou a estratégia de concentrar a procura e diversificar ao mesmo tempo as zonas de recrutamento para além das fronteiras sul-africanas, dando origem ao sistema regional de trabalho migratório.

Moçambique foi um dos países da região mais integrados no novo sistema, com centenas de milhares de trabalhadores recrutados todos os anos. O seu número excedia os 150.000 no final da primeira década do século XX, tendo atingido os 400.000 na década de 1960. Deve-se enfatizar, no entanto, que dadas as características do sistema, ou seja, a duração curta dos contratos de trabalho e a rotação daí resultante, o número de pessoas realmente envolvidas ao longo do tempo foi muito mais elevado.

Portanto, Moçambique ocupou, desde o início, um lugar privilegiado no sistema de recrutamento da WENELA, com destaque para a região sul (Gaza, Inhambane e Maputo). Inicialmente, o recrutamento era feito em todo o território moçambicano, mas a grande maioria dos trabalhadores já era naquela época oriunda das regiões do sul, que estavam sob a administração directa do Estado colonial. A WENELA viria depois (1904) a ser proibida de recrutar nas zonas a norte do paralelo 22º, isto é, na área de influência das grandes companhias. A razão para tal medida era proteger estas últimas da concorrência das minas sul-africanas no recrutamento de trabalhadores. De facto, a questão da mão de obra era delicada na região central do país, pois a competição era forte entre as grandes plantações de Moçambique, que também necessitavam de uma mão-de-obra numerosa e sazonal, as minas sul-africanas, mas também as minas e as farmes do Zimbabwe (então Rodésia do Sul). Se o governo colonial negociou com as autoridades rodesianas permitindo o recrutamento de trabalhadores na zona de influência das grandes empresas, isso não significava que ignorasse os interesses destas últimas. Pelo contrário, os acordos alcançados com a Rodésia do Sul destinavam-se a controlar a emigração ilegal de trabalhadores moçambicanos, que eram atraídos pelos melhores salários (e geralmente condições de vida mais favoráveis) no país vizinho. Ao definir um número limite para o recrutamento (com uma obrigação correspondente de repatriamento dos imigrantes ilegais pelas autoridades rodesianas), o Estado colonial tentava evitar a fuga sistemática das populações em detrimento das plantações e, ao mesmo tempo, obter benefícios económicos sob a forma de taxas de emigração¹².

12 Sobre a migração dos Moçambicanos para a Rodésia do Sul, ver Adamo *et al*, 1981.

Em 1904, os trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul correspondiam a quase 90% do total dos trabalhadores estrangeiros. Esta percentagem caiu para cerca de 50% no final da década de 1950 e para cerca de 30% nas vésperas da independência de Moçambique (1975). Mas, independentemente da sua importância em termos de trabalhadores estrangeiros, os Moçambicanos constituíam mais de metade da mão-de-obra total das minas até ao final da década de 1920 e, apesar da tendência decrescente posterior, eles ainda representavam um quarto do total nos anos imediatamente anteriores à independência (ver Anexo I, Tabela 1). A redução relativa do efectivo moçambicano deveu-se, em grande medida, à diversificação das zonas de recrutamento operada pelo capital sul-africano, mas foi também o resultado de um limite anual de recrutamento fixado pelo Estado colonial português, pois na convenção assinada em 1928 com as autoridades sul-africanas foi estabelecido que o número de trabalhadores moçambicanos recrutados não ultrapassaria os 80.000 por ano.

Durante todo o período colonial, houve sempre, em média, um quinto da força de trabalho masculina das três províncias do sul de Moçambique que se encontrava a trabalhar nas minas. Uma pesquisa de campo¹³ mostrou que: (a) nas áreas rurais da zona sul, praticamente todos os homens fisicamente aptos tinham nalgum momento trabalhado nas minas; (b) que apenas um quarto deles tinha passado menos de um terço de sua vida activa nessa ocupação; e (c) que a duração média de cada contrato de trabalho era de 15 meses.

O trabalho migratório ocupava, pois, um papel central na vida das populações do sul de Moçambique. A generalização do trabalho assalariado entre essas comunidades rurais teve consequências na sua organização social. Assim, por exemplo, pela sua contribuição decisiva para a monetarização da economia rural, o trabalho nas minas reforçou a tendência de nuclearização da família. Na verdade, o controlo dos bens matrimoniais, ou seja o *lobolo* perdeu a importância que tinha anteriormente no seio da organização social doméstica, a partir do momento em que se tornou possível para o candidato ao casamento obter directamente, com o produto de seu salário, o gado e outros bens necessários para ter acesso a uma esposa. O trabalho nas minas tinha uma importância social tal que se tornou uma espécie de rito de iniciação obrigatório. Na verdade, os jovens não adquiriam realmente o estatuto social de adultos e, por isso, não podiam pensar em casamento (a menos que fossem emigrantes na cidade ou membros de uma família local notável), se não tivessem feito pelo menos um contrato de trabalho no «Joni» (termo usado pela população para designar a África do Sul). Além disso, o dinheiro dos salários obtidos no trabalho migratório, para além de ser usado para a compra de bens de consumo e para o lobolo, era também usado para a compra de meios de produção,

13 Projecto de investigação sobre o trabalho migratório (CEA, 1977). O trabalho de campo foi levado a cabo principalmente na província de Inhambane, mas investigações preliminares foram também levadas a cabo na província de Gaza, bem como com mineiros oriundos de diferentes regiões em Ressano Garcia, o posto de fronteira com a África do Sul por onde transitavam.

nomeadamente bois, charruas e outras ferramentas necessárias às unidades domésticas, ou a seu aluguer a outros camponeses. Atendendo às suas várias funções, pode-se constatar que as receitas do trabalho migratório eram fundamentais para o sistema de reprodução social e económica do campesinato do sul de Moçambique.

O sistema de trabalho migratório, tal como foi historicamente organizado, trouxe benefícios não apenas ao capital mineiro sul-africano, mas também ao Estado colonial português. O primeiro dos benefícios para o capital mineiro resultava do próprio princípio de semi-proletarização dos trabalhadores: o facto de os trabalhadores permanecerem ligados, através da família, mas também directamente durante os períodos que separavam dois contratos, à actividade agrícola permitia a prática de uma política de baixos salários, uma vez que os custos de reprodução social eram parcialmente assegurados pela produção doméstica de meios de subsistência. Mas havia outras vantagens significativas do ponto de vista do capital mineiro e do Estado sul-africano, nomeadamente: (a) a duração limitada dos contratos de trabalho, que possibilitava organizar o fluxo de trabalhadores em função das variações cíclicas da indústria mineira, ou seja, da evolução das suas necessidades em termos de mão-de-obra; (b) a rotação permanente dos trabalhadores e a sua instalação nos *compounds* das minas de acordo com critérios “étnicos”, facilitavam o seu controlo pelos empregadores e pelas autoridades políticas e dificultavam a formação de uma organização sindical eficaz; (c) durante os períodos de crise económica, era possível “exportar o desemprego”, ou seja, reduzir o desemprego interno, através da diminuição do recrutamento no estrangeiro e do aumento paralelo de recrutamento de trabalhadores sul-africanos.

Por sua vez, o Estado colonial também beneficiava do sistema de trabalho migratório. Desde muito cedo as autoridades coloniais estiveram muito envolvidas na organização e controlo da emigração, tornando a exportação de mão-de-obra numa importante fonte de divisas para a economia moçambicana. Desde 1897, vários regulamentos e acordos assinados entre o governo colonial e as autoridades sul-africanas especificaram as modalidades e condições do movimento de trabalhadores entre os dois países. Entre as disposições estabelecidas pelos acordos, as principais dizem respeito à duração dos contratos, aos impostos e taxas, ao pagamento diferido dos salários e à utilização da linha férrea e do porto de Maputo¹⁴.

A duração do contrato de trabalho era o factor de regulação da rotação dos trabalhadores. O período básico do contrato foi, em 1928, fixado em doze meses, com a possibilidade de prorrogação por um período adicional de seis meses. Também foi definido – e esteve em vigor até 1964 – que o trabalhador não poderia ser contratado para um novo contrato antes de ter passado em Moçambique um período de pelo menos seis meses, o que correspondia à necessidade de assegurar uma certa disponibilidade de mão-de-obra para os colonos agricultores nas regiões do sul do país.

14 Para os textos desses acordos e regulamentos, ver Covane, 1989.

Entre as vantagens económicas que o sistema de trabalho migratório proporcionava ao Estado colonial, havia em primeiro lugar os impostos. A agência de recrutamento tinha que pagar impostos sobre cada trabalhador contratado: um imposto fixo no momento do contrato e outro mensalmente, ao longo da duração do contrato; também tinha que pagar antecipadamente, pelo mesmo trabalhador, o imposto de emissão, ou renovação, do seu documento de viagem (passaporte). Além disso, o imposto de palhota era cobrado directamente sobre o salário do trabalhador na África do Sul.

As disposições relativas ao pagamento diferido, que se tornaram obrigatórias com a Convenção de 1928¹⁵, asseguravam a criação de uma fonte permanente de divisas para a economia colonial. De acordo com essas disposições, uma parte do salário dos mineiros era remetido para as autoridades coloniais, que por sua vez pagavam em moeda local aos trabalhadores no momento do seu regresso a Moçambique, no final do contrato. Este esquema foi projectado para garantir a obtenção de divisas, mas igualmente para que uma parcela dos salários alimentasse o consumo no mercado interno. Para além disso, em 1964, foi acrescentada aos acordos uma cláusula prevendo que o montante do pagamento diferido seria feito pela África do Sul em ouro, sendo a conversão do rand em ouro baseada numa taxa de câmbio fixa¹⁶.

Finalmente, em contrapartida da autorização de recrutamento no território moçambicano, o governo sul-africano comprometeu-se a usar o caminho-de-ferro e o porto de Lourenço Marques (Maputo) para o trânsito de cerca de 50% das mercadorias, em proveniência ou com destino à região do Transvaal. É claro que o Estado Português, através da ligação entre a migração de trabalhadores e a utilização do porto de Maputo, queria aproveitar a vantagem oferecida pela localização geográfica deste último, que era naquela época a rota mais directa e fácil de acesso ao mar para a região do Transvaal.

Moçambique era ainda a saída natural para o mar de outros países vizinhos do interior (Swazilândia, Zimbabwe e Malawi), o que resultou no desenvolvimento do sector de serviços (caminhos de ferro e portos) e na formação de uma economia altamente extrovertida. A construção de linhas férreas para ligar os portos moçambicanos com os países do interior começou no final do século XIX. A ligação ferroviária entre Maputo e a região do Transvaal iniciou as suas operações em 1895 e, dois anos mais tarde, a linha Beira-Zimbabwe foi por sua vez aberta ao tráfego. A construção da linha Beira-Malawi começou em 1888, mas só entrou em funcionamento em 1922. Nos anos 50 e 60, a rede ferroviária internacional foi expandida com a abertura de duas novas linhas: a de Nacala, servindo no Malawi e uma outra ligando Maputo ao Zimbabwe.

15 O pagamento diferido estava previsto desde o acordo de 1909, mas apenas a título voluntário.

16 Como o preço do ouro no mercado internacional aumentou consideravelmente na década de 1970, o governo colonial beneficiou de significativos ganhos adicionais em divisas ao vendê-lo venda no mercado livre. Esta situação também beneficiou Moçambique independente até ao momento em que a África do Sul decidiu, em 1978, terminar com a taxa fixa de conversão e reavaliar as suas reservas de ouro ao preço de mercado.

A rede ferroviária moçambicana foi originalmente destinada ao tráfego internacional e, no final do período colonial, a situação permanecia inalterada. Como no início do século, o movimento doméstico representava apenas uma pequena parte da receita operacional dos caminhos-de-ferro (11% em 1973). O predomínio do tráfego internacional também se reflectiu no movimento dos portos, onde os bens em trânsito respondiam por três quartos da tonelagem total¹⁷.

O sector dos transportes, que sozinho representa quase um terço do rendimento cambial de Moçambique, ocupa assim, com a exportação de mão-de-obra, uma posição de destaque na economia moçambicana, profundamente integrada no complexo da África Austral. A estrutura da balança de pagamentos (Anexo I, Tabela 2) dá uma ideia bastante clara do que acaba de ser dito. Pode-se ver que o montante das receitas incluídas no capítulo Invisíveis (essencialmente a receita da transferência de salários de trabalhadores migrantes e de serviços de transporte para os países vizinhos) é igual ao das exportações e que o saldo positivo do primeiro cobre o *deficit* do capítulo Mercadorias, ou seja, servia para financiar as importações. Esta é uma constante histórica da balança de pagamentos, cujas consequências para o período pós-independência são de grande importância.

A estrutura da economia colonial

O lugar privilegiado que os laços económicos regionais ocupam na formação da economia actual de Moçambique justifica uma atenção especial. No entanto, para termos uma visão mais abrangente da estrutura da economia colonial nas vésperas da independência, outros aspectos também devem ser levados em consideração, incluindo a produção agrícola e industrial e o comércio exterior.

Moçambique, tal como muitos outros países coloniais subdesenvolvidos, era um importador de bens de consumo, incluindo produtos alimentares, que representavam 13% do total das importações em 1972¹⁸ e um exportador de produtos agrícolas, a maioria dos quais apenas passando por um processamento industrial primário no local (Anexo I, Tabelas 3 e 4).

Portugal era, obviamente, o principal parceiro comercial de Moçambique. Mas a evolução dos números do comércio externo mostra, particularmente para o período 1961-1974, que a sua posição nas relações comerciais com Moçambique era frágil. De facto, se considerarmos a evolução do comércio externo moçambicano durante este período, vemos que houve uma grande redução no valor das importações de Portugal, que passam de 30% para 19% do valor total, ao mesmo tempo que, ainda durante o mesmo período, as importações provenientes da África do Sul, o segundo parceiro comercial de Moçambique, aumentaram de 11% para 20% (Anexo I, Tabela 5). Essa tendência é indicativa da incapacidade da metrópole

17 Brum, 1980.

18 Correia e Rodrigues, 1973.

de fornecer bens de equipamento, matérias-primas e produtos intermediários para alimentar as indústrias de substituição de importações que começavam a desenvolver-se rapidamente em Moçambique. Por outro lado, a perda de parte do mercado colonial em favor da África do Sul não foi tão sensível no campo das exportações, particularmente por causa da existência de medidas administrativas proteccionistas, como, por exemplo, a obrigação de exportar para a metrópole uma cota específica de algodão, ou outros produtos, a preços fixados pelo Estado. Assim, apesar do aumento das exportações para a África do Sul, que passaram de 4% para 9% durante o período em consideração, houve apenas um pequeno declínio, de 41% para 36%, nas exportações para Portugal (Anexo I, Tabela 5).

Os produtos agrícolas (caju, açúcar, chá, oleaginosas, sisal) respondem por três quartos das exportações e a agricultura emprega cerca de 90% da população. E, mesmo em áreas onde o trabalho migratório dominava, a produção agrícola nacional permaneceu um elemento fundamental. Mas também há que considerar os agricultores colonos e as grandes empresas de plantação. A produção destas últimas, dominante na região central do país, concentrou-se em produtos de exportação (açúcar, copra, chá, sisal). Pelo contrário, a produção de colonos, dominante no sul, foi orientada principalmente para o mercado interno (produtos hortofrutícolas, leite, carne, milho, algodão, tabaco). Por sua vez, uma parte considerável da produção agrícola dos camponeses (cerca de 80%) destinava-se à sua própria subsistência, sendo os restantes 20% comercializados¹⁹. No entanto, deve-se ressaltar que não se tratava apenas de uma comercialização de excedentes de produtos alimentares (milho, feijão, arroz), mas principalmente de culturas comerciais (caju, algodão, copra). Em termos de mercado, a pequena produção camponesa, dominante no norte, tem exactamente a mesma importância que a dos agricultores colonos, ou das grandes empresas agrícolas: cada um desses sectores é responsável por um terço da produção agrícola total comercializada²⁰ (Anexo I, Tabelas 6 e 7).

Moçambique também conheceu nesse período um desenvolvimento industrial que o colocou, nas vésperas da independência, entre os oito países mais industrializados da África²¹. A existência de uma grande comunidade de colonos em Moçambique favoreceu a formação de um mercado interno suficientemente grande para que um sector industrial se voltasse para este mercado, apesar de uma certa resistência das autoridades coloniais, preocupadas em proteger as indústrias metropolitanas. O crescimento da indústria voltada para o mercado interno acompanhou o crescimento do número de colonos e sua importância relativa no sector como um todo aumentou de forma constante: representando apenas 20% da produção

19 Wuyts, 1981a.

20 De acordo com o cálculo de Wuyts, no final da década de 1960, o campesinato era responsável por 70% da produção agrícola total, dos quais 55% eram para autoconsumo e 15% eram comercializados. Os colonos e as grandes empresas eram responsáveis pelos 30% restantes em partes iguais (Wuyts, 1981a).

21 Wield, 1977.

industrial total em 1942, atingiu 46% em 1960, e cerca de 60% em 1973. No entanto, a indústria ocupava apenas 2% da população activa.

No início da década de 1970, a produção industrial para o mercado interno já era bastante diversificada e, embora os bens de consumo ainda representassem 80% do total, produtos intermediários como o petróleo, fertilizantes e pesticidas, máquinas agrícolas, equipamentos de transporte, cimento e outros materiais de construção já ocupavam um lugar significativo. Porém, essa produção industrial, com excepção do cimento e dos têxteis²², tinha a característica de limitar-se ao processamento de matérias-primas importadas ou de produtos semiacabados.

Ao contrário da indústria virada para o mercado interno, que se concentrava nas grandes cidades (40% em Maputo), a indústria de exportação era muito mais dispersa no território. Com efeito, a transformação primária de produtos agrícolas, como o açúcar, o algodão, a copra, o caju, o sisal, o chá ou a madeira, era geralmente feita próximo das áreas de produção. Considerando a origem dos produtos processados e exportados, é de destacar o papel preponderante da produção camponesa para o sector industrial. Segundo um cálculo aproximado, os camponeses seriam responsáveis por 40% da actividade da indústria de exportação.

O Estado Novo

O esboço da economia moçambicana que acaba de ser apresentado mostra o compromisso histórico (ainda que instável) entre os interesses do Estado colonial, representando o capitalismo metropolitano relativamente atrasado, e os interesses estrangeiros dominantes na região. Este estado de coisas, cujas origens remontam ao final do século XIX, quando Portugal não dispunha de meios para estabelecer a sua soberania efectiva sobre todo o território, não se alterou fundamentalmente com o advento do Estado Novo, o regime de Salazar²³, apesar da sua ideologia política claramente nacionalista.

Os limites do “nacionalismo económico”

Na década de 1920, a preocupação dominante do debate político entre os colonos moçambicanos, especialmente os que tinham interesses na agricultura no sul do país, foi a

22 Moçambique era um grande produtor de algodão desde os anos 1930, mas a indústria têxtil local não se pôde desenvolver até o final dos anos 1960. Durante muito tempo, a indústria têxtil foi um sector chave da economia portuguesa metropolitana, o que explica que as autoridades coloniais tenham sido particularmente rigorosas na aplicação do princípio da divisão colonial do trabalho neste campo: Moçambique tinha que produzir a matéria-prima para a indústria da metrópole (até à década de 1960 o algodão era uma cultura obrigatória imposta pelo Estado aos camponeses).

23 Salazar chegou ao poder em 1928, após um golpe militar (1926) que pôs fim ao regime republicano parlamentar que estava em vigor desde o fim da monarquia em 1910. Ele instaurou então um Estado corporativista de tipo fascista.

“desnacionalização” da colónia. A presença maciça de capital estrangeiro em quase todos os sectores da economia, mas especialmente o recrutamento de trabalhadores para a África do Sul, era vista como uma ameaça e um obstáculo ao desenvolvimento de suas actividades.

Encorajados pelo surgimento de um regime político autoritário e nacionalista na metrópole, fizeram campanha em favor de medidas de protecção contra a influência estrangeira, no momento das negociações do novo governo português com a África do Sul, que incluíam a questão do trabalho migratório. O principal problema deles era o da mão-de-obra, pois não tinham capacidade para competir com os salários oferecidos pelas minas e outros empregadores nos países vizinhos de Moçambique. Por esta razão, denunciaram vigorosamente a corrupção de funcionários e administradores da WENELA (a agência encarregada pela *Chamber of Mines* do recrutamento de trabalhadores). Ao mesmo tempo, queriam que o Código do Trabalho Indígena fosse alterado. Na verdade, consideravam este código um obstáculo adicional no desenvolvimento das suas actividades, pois, de acordo com as disposições do código, os indígenas não podiam ser recrutados no quadro do trabalho forçado durante o período entre dois contratos, excepto se esse período excedesse os seis meses.

Finalmente, apesar das pressões, a política do novo regime satisfaz as expectativas dos colonos apenas de maneira muito parcial. Salazar queria em primeiro lugar proteger o capital português metropolitano, queria que as colónias produzissem mais matérias-primas para as indústrias da metrópole, e que servissem, para além disso, como mercados para os seus produtos. Mas, Salazar decidiu também que as concessões da Companhia do Nyassa e da Companhia de Moçambique não seriam renovadas, terminando no prazo previsto para cada uma delas. Assim, os territórios administrados pela Companhia do Nyassa passaram para a administração directa do Estado em 1929, e os da Companhia de Moçambique em 1942²⁴.

A política de Salazar era obviamente pragmática. Apesar dos princípios nacionalistas do discurso de Salazar e da sua preocupação de limitar o campo de acção do capital estrangeiro em favor do capital português, havia ao mesmo tempo a preocupação que isso não colocasse em causa os benefícios resultantes da partilha da exploração colonial e a antiga aliança luso-inglesa. Esse pragmatismo aparece de forma transparente na redacção do texto que regia as colónias, o Acto Colonial de 1930²⁵, onde é afirmado que “os regimes económicos das colónias são estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, *a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos* e com os direitos e interesses legítimos da metrópole e do Império colonial (sublinhado nosso). É claro que, para Salazar, os interesses particulares de uma pequena camada de colonos não valiam os “superiores interesses da Nação”. Por

24 A primeira, que não tinha feito praticamente nenhum investimento produtivo, desapareceu completamente, mas a Companhia de Moçambique continuou, depois de 1942, a sua actividade económica através de várias empresas subsidiárias.

25 O “Acto Colonial” foi promulgado 1930 e depois incorporado na Constituição Portuguesa de 1933.

outras palavras, estava fora de questão, por exemplo, que o Estado, para resolver o problema da falta de trabalhadores que preocupava os colonos, renunciasse aos benefícios económicos que obtinha da exportação de mão-de-obra. Mas isso não significa que o problema tenha sido totalmente ignorado. Na verdade, foi tratado num quadro mais amplo.

A questão da mão-de-obra foi tratada em função de um projecto colonial global cujos imperativos eram:

a) Manter, tanto quanto possível, os benefícios resultantes dos laços económicos com os países vizinhos, sendo o objectivo garantir que as colónias não se tornassem um fardo económico para a metrópole, ou seja que elas deviam obter pelos seus próprios meios os recursos necessários à sua administração e desenvolvimento. Portanto, a população rural de Moçambique devia continuar a fornecer trabalhadores migrantes;

(b) Desenvolver a produção de matérias-primas coloniais para a indústria da metrópole. Este requisito dizia respeito à população rural de duas maneiras: em primeiro lugar, esta tinha que satisfazer as necessidades de trabalho sazonal das grandes plantações, como as da cana-de-açúcar, e, em segundo lugar, devia produzir as mesmas culturas de exportação, nomeadamente o algodão e o caju;

c) Desenvolver o mercado para os produtos da metrópole, o que se traduziu em medidas proteccionistas em favor dos bens produzidos em Portugal e numa política destinada a promover a monetarização da economia rural, condição necessária para aumentar o consumo desses bens;

d) Encorajar a instalação de colonos portugueses. A vontade do regime de Salazar era canalizar a emigração dos portugueses para as colónias e, assim, contribuir para a “portugualização” desses territórios. No entanto, apesar de um crescimento bastante significativo da comunidade de colonos em Moçambique, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, a maior parte da emigração portuguesa continuou a dirigir-se para outros países, tendo sido o Brasil e depois a França os destinos mais procurados.

Como fez o Estado colonial para conciliar interesses conflituais, mesmo contraditórios? A análise dos termos do acordo assinado em 1928 com a África do Sul atesta o seu papel assumido como gestor de conflitos. Ao contrário do desejo expresso de uma fracção dos colonos de ver a emigração proibida, o trabalho migratório foi mantido e a ligação antes estabelecida com a utilização do porto de Maputo foi reafirmada. Salazar, com uma perspectiva monetarista, tinha elevado o equilíbrio orçamental ao nível de princípio constitucional e não queria obviamente por em risco as principais fontes de receitas cambiais de Moçambique. No entanto, os colonos não foram completamente esquecidos. Com efeito, a convenção previa a redução progressiva do limite de recrutamento anual autorizado de 100.000 trabalhadores para um máximo de 80.000 em 1933. Mas, ao mesmo tempo, para não por em causa uma fonte de rendimento tão importante, também foi estabelecido um limite mínimo de recrutamento de 65.000 trabalhadores. Esta medida era uma forma indirecta de aumentar

a disponibilidade interna de mão-de-obra, em benefício dos colonos e também das obras públicas do Estado. Finalmente, com o mesmo intuito de manter uma reserva interna de mão-de-obra, os termos dos contratos foram redefinidos: a duração básica do contrato (doze meses) não foi alterada, mas a partir de então o contrato só podia ser renovado uma vez, e apenas por um período que não podia exceder os seis meses.

A convenção confirmou ainda a proibição de recrutamento nas áreas a norte do paralelo 22°, respeitando assim os interesses das grandes empresas de plantação, que já sofriam a concorrência dos patrões rodesianos, e tomando em consideração os efeitos nefastos da tuberculose no seio de uma população que mudava repentinamente do clima tropical para um frio de tipo «europeu».

Todo este esforço de racionalização no uso da mão-de-obra moçambicana não excluía que o regime salazarista procurasse ao mesmo tempo obter o maior benefício económico da mesma. A rentabilidade foi assegurada tornando obrigatório o pagamento diferido do salário no local de residência original do trabalhador, que era anteriormente opcional. Esta disposição criava uma fonte importante e permanente de divisas e também beneficiava os exportadores metropolitanos, bem como os colonos comerciantes pelo aumento da procura de bens no mercado local.

Trabalho forçado e culturas obrigatórias

Assegurar a existência de mão-de-obra potencialmente disponível na colónia não garantia que esta se apresentasse em número suficiente para satisfazer todas as necessidades num mercado de trabalho onde os salários praticados eram muito baixos. Ainda mais porque a procura era em grande parte sazonal e concentrada nos períodos críticos de trabalho nas machambas familiares. Este obstáculo foi superado pelo recurso sistemático ao trabalho forçado.

O recurso ao trabalho forçado e às culturas obrigatórias não era uma característica específica do colonialismo português. Todas as potências coloniais usaram esses mecanismos em África para integrarem as sociedades dominadas na economia de mercado capitalista. A particularidade do caso português é apenas a sua utilização e intensificação depois da Segunda Guerra Mundial e até um período tardio (oficialmente, 1961). O recurso a essas práticas não era um mero anacronismo de ordem política, mas uma necessidade económica para o capital português, da mesma maneira que, por exemplo, as medidas proteccionistas no domínio do comércio externo, ou as que limitavam o investimento estrangeiro.

Os administradores coloniais asseguravam a aplicação do princípio da «obrigação moral do trabalho» previsto no Código do Trabalho Indígena. Todo o «indígena» adulto tinha que provar ter cumprido as suas obrigações, ou seja, que tinha pago o imposto e provar que tinha uma fonte de receita considerada suficiente pela administração. Receita suficiente era entendida como o fruto do trabalho assalariado – neste caso, tinha que ter um emprego permanente,

ou ter trabalhado pelo menos seis meses no ano para o Estado, ou para um particular, – ou um rendimento proveniente da «agricultura», entendida não como o trabalho necessário para a subsistência, mas como a produção regular de culturas comerciais em quantidades consideradas apropriadas pelas autoridades. Todos os que não satisfizessem essas condições podiam ser recrutados à força e enviados para trabalhos públicos (construção e manutenção das estradas, por exemplo), para as machambas dos colonos, para as grandes plantações e até mesmo para algumas empresas industriais na cidade, ou para trabalhar nos portos como estivadores. O trabalho forçado era, assim, um dos meios utilizados pelo Estado para resolver problemas de falta de mão-de-obra ao nível do mercado interno.

A estratégia de incorporação das sociedades dominadas na esfera da economia capitalista de mercado exigia também que os camponeses produzissem culturas comerciais, dentre as quais havia uma que interessava especialmente o Estado, o algodão. As primeiras iniciativas do Estado tomadas para incentivar o desenvolvimento da cultura do algodão, com o objectivo de abastecer a indústria têxtil portuguesa com matéria-prima abundante e barata datam da década de 1920. Nessa altura foram atribuídas as primeiras áreas de concessão a particulares e empresas interessadas na comercialização do algodão. Ao contrário do cajú, que se tornou uma das principais produções comerciais do campesinato, a cultura do algodão exigia um trabalho prolongado e intensivo e era mal remunerada. Por isso, essa cultura não despertou um interesse particular por parte dos camponeses. Como resultado, a produção permaneceu muito baixa e os industriais portugueses eram obrigados a adquirir a matéria-prima de que necessitavam no mercado internacional. Perante esta situação, o Estado decidiu criar, em 1938, uma instituição para coordenar todas as actividades relacionadas com a produção e comercialização do algodão, a Junta de Exportação do Algodão, e torná-lo numa cultura obrigatória para os camponeses (0,5ha por indivíduo adulto). Os resultados foram imediatos: passados apenas três anos, Moçambique fornecia já três quartos do algodão usado pelas indústrias têxteis metropolitanas.

Numa primeira fase, até o final da década de 1940, a pressão exercida sobre os produtores era tal que certas regiões foram afectadas pela fome, pois o trabalho intensivo nos campos de algodão forçava os agricultores a negligenciar as suas culturas alimentares. Para contrariar este problema, em 1946, o Estado atribuiu responsabilidades aos concessionários²⁶ também no que dizia respeito às culturas alimentares dos produtores de algodão – o que as tornou, por sua vez, obrigatórias! Eles tinham que garantir que, por cada campo de algodão cultivado, uma área igual fosse cultivada com comida. Com esta dinâmica, os

26 As concessionárias detinham o monopólio da comercialização do algodão, a preços fixados pelo Estado, nas suas zonas de concessão e tinham a obrigação – e o interesse – de monitorar o trabalho dos camponeses, de garantir o respeito das áreas de produção definidas para cada família, assim como o respeito das regras técnicas de produção.

cereais, que antes eram o alimento básico dos camponeses, perderam o seu lugar em favor de outras culturas, nomeadamente a mandioca, menos rica, mas que tinha uma dupla vantagem: por um lado, era mais resistente aos riscos climáticos do que os cereais e, por outro lado, exigia muito menos trabalho.

Entretanto, foram feitos esforços de racionalização do sistema algodoeiro para se obter uma maior produtividade. Inicia-se, assim, uma segunda fase caracterizada pela diminuição da pressão nas áreas onde os solos não eram adaptados à cultura, bem como naquelas em que a produção do algodão entrava em conflito sério com outras exigências que pesavam sobre os camponeses como, por exemplo, nas áreas de reserva de mão-de-obra para as plantações. Nestas condições, as províncias do norte ofereciam as condições mais favoráveis para o desenvolvimento do algodão, já que não havia nessas áreas uma implantação significativa quer de empresas de plantação, quer de agricultores colonos. A maioria dos esforços para promover a cultura foi, pois, direccionada para essas províncias, que se tornaram responsáveis por metade da produção nacional, destacando-se a província de Nampula com 30% da produção total. Esta reorganização, acompanhada da distribuição de sementes seleccionadas e de outras medidas técnicas, deu frutos rapidamente. Entre 1948 e 1953, ao mesmo tempo que o número de produtores registava uma diminuição de 136.000, a área total cultivada aumentou apenas ligeiramente, mas, com o aumento da produtividade, a produção duplicou (Anexo I, Tabela 7).

A cultura obrigatória do algodão foi abolida oficialmente em consequência da revogação do “Estatuto do Indigenato”, em 1961. No entanto, isso não alterou muito a situação porque, por um lado, as concessões foram legalmente mantidas até 1966, e, por outro, as autoridades administrativas continuaram a pressionar os camponeses, incentivando em paralelo os agricultores colonos a produzir algodão. A transição foi longa e levou cerca de uma década para que os preços ao produtor subissem drasticamente e para que o algodão se tornasse uma cultura principalmente praticada pelos colonos.

Um sistema social bloqueado

Nas áreas rurais, o campesinato foi submetido a exigências tais que a formação de um estrato privilegiado com a possibilidade de se envolver num processo de acumulação através da agricultura comercial era virtualmente impossível. Isso não significa, no entanto, a ausência de uma certa diferenciação social interna. De facto, havia famílias que, dado o seu lugar na organização social da linhagem, ou as suas ligações com a administração colonial, tinham uma base produtiva relativamente sólida. Eram famílias com boa terra, árvores, gado e mão-de-obra suficiente e eram os que produziam mais excedentes e culturas de rendimento. Algumas dispunham dos meios suficientes para enviar os filhos à escola. Em geral, essas crianças frequentavam as escolas missionárias no campo, protestantes ou católicas, dependendo da

região. Um certo número delas partiu para as cidades, onde trabalhavam e continuavam os estudos. Essa foi a trajectória de muitos Assimilados²⁷.

O Estado procurou enquadrar essa elite rural, apesar de ser minúscula. Em 1945, foi publicado o “Estatuto do Agricultor Indígena”, que os dispensava do trabalho forçado. Mais tarde, nas décadas de 1950 e 1960, foram desenvolvidas algumas experiências-piloto – crédito para a aquisição de meios de produção modernos, organização cooperativa da comercialização e assistência técnica – com a finalidade de controlar o surgimento dessa pequena camada intermediária de agricultores negros. A resistência a tais iniciativas dentro do próprio governo, mas também no seio dos colonos agricultores e comerciantes, que sentiam os seus interesses ameaçados, acabou frustrando esses projectos²⁸. Por outro lado, as tentativas dos camponeses de se integrarem nos projectos de desenvolvimento agrícola baseados na implantação de colonos, os colonatos, apesar alguns terem conseguido obter o estatuto oficial de agricultores, ou “colonos”, também não tiveram grande sucesso²⁹.

Entre os raros casos de tentativa de organização por iniciativa dos próprios camponeses, a experiência de Lázaro Nkavandame na região de Mueda (província de Cabo Delgado), embora tenha falhado, foi a mais interessante devido às suas implicações políticas³⁰.

No campo, a via da “promoção social” era, pois, muito limitada, mesmo praticamente inexistente porque, por um lado, era virtualmente impossível para os colonizados desenvolverem actividades agrícolas a uma escala que lhes permitisse iniciar um verdadeiro processo de acumulação, e, por outro lado, era-lhes também impedido o acesso a actividades comerciais, onde entrariam em concorrência directa com os comerciantes brancos e indianos. A situação nas cidades não era muito melhor. Partir para as cidades foi uma das formas de fugir aos contratos de trabalho forçado e às culturas obrigatórias impostas pelo Estado no campo. Mas era necessário encontrar trabalho e a presença de um grande número de colonos sem qualificações particulares, muitas vezes analfabetos, mas protegidos pelo Estado, limitava o campo de emprego para os Negros. Mesmo os empregos pouco qualificados, tais como os de motorista de machimbombos, de camiões ou de táxis, pedreiros, electricistas, serralheiros, carteiros, eram, até o final dos anos sessenta, reservados para os Brancos, excepcionalmente acessíveis

27 Era possível a um indígena pedir a assimilação e, assim, ter acesso à cidadania portuguesa. Esse pedido tinha que ser justificado com as seguintes condições: saber falar e escrever português, abandonar os “costumes indígenas” e comprovar uma actividade profissional capaz de proporcionar meios económicos suficientes para ter um padrão de vida aceitável para as autoridades coloniais.

28 Para uma análise destas experiências, particularmente a que foi levada a cabo pelas autoridades coloniais em Zavala (Província de Inhambane), ver Adam, 1985.

29 Os camponeses que conseguiam o estatuto de agricultores não tinham necessariamente as mesmas facilidades e os mesmos direitos que os verdadeiros colonos portugueses. Por exemplo, não tinham o mesmo acesso ao crédito e a quantidade de terra que lhes era disponibilizada era menor. Para um estudo de caso (o colonato do Limpopo, província de Gaza), ver Hermele, 1988.

30 Esta experiência será tratada no próximo capítulo.

aos Mestiços e praticamente proibidos aos Negros³¹. Para estes restavam os postos de trabalho manuais mais penosos, como por exemplo os de trabalhadores manuais não qualificados nas fábricas e na construção civil, ou de trabalhadores domésticos e serventes nas fábricas, comércios e escritórios. Como alternativa restava-lhes encontrar um trabalho em actividades de tipo artesanal como, por exemplo, barbeiros (para Negros, obviamente), carpinteiros, sapateiros, engraxadores, vendedores ambulantes.

Os Assimilados constituíram, portanto, um grupo muito pequeno, uma pequena camada de menos de duas mil pessoas em 1945. No início dos anos 1950, eram cerca de cinco mil. A assimilação, cujas condições de aquisição, embora precisas, permitiam uma decisão discricionária da administração, nunca foi encorajada, em flagrante contradição com a ideologia lusotropicalista oficial. A situação dos Assimilados era relativamente privilegiada em comparação com a dos «indígenas», mas estava longe de ser semelhante à dos colonos. Na realidade, eles continuavam a sofrer uma discriminação racial, apesar de teoricamente terem os mesmos direitos que outros cidadãos portugueses. Discriminação social em geral, mas também discriminação em termos de emprego: os mecanismos do sistema de classificação ocupacional eram tais que eles acabavam por se encontrar sistematicamente em posições subordinadas: enfermeiros, professores do ensino indígena, funcionários administrativos subalternos, recebendo salários muito inferiores aos dos colonos que ocupavam posições semelhantes, mas que eram classificados de forma diferente. Este grupo de Assimilados foi particularmente sensível às transformações políticas que se faziam sentir um pouco por toda a África nos anos 1950 e que levariam um grande número de países à independência. Mas o regime político de Salazar não lhes deixava o espaço de organização política que seria necessário para a formação de um movimento nacionalista interno. Pelo contrário, a repressão foi reforçada e as reformas sociais introduzidas em 1961 por Adriano Moreira, ministro do Ultramar de Salazar, não mudaram nada.

Em 1961, o «Estatuto do Indigenato» foi revogado e, portanto, todas as disposições que se baseavam na distinção entre «civilizados» e «indígenas» foram modificadas, incluindo o «Código do Trabalho Indígena» e os regulamentos sobre o trabalho forçado e as culturas obrigatórias. As mudanças foram bastante lentas³², mas a pressão sobre a população caiu inevitavelmente imediatamente após essas decisões, levando a uma crise em sectores da economia que se baseavam no trabalho forçado. Uma das consequências das reformas foi o processo de reestruturação e modernização da economia moçambicana durante os anos 1960, mas ainda

31 Sobre as medidas tomadas nas décadas de 1940 e 1950 sob proposta dos sindicatos corporativos (brancos) para impedir a competição no mercado de trabalho, ver Cahen, 1983; 1984.

32 Segundo o ministro Adriano Moreira, autor da revogação do “Estatuto do Indigenato”, “... a execução foi lenta e difícil, enquanto eu estava no governo, e acho que foi completamente desviada ou suspensa a partir do momento em que o ministério passou para as mãos do grupo de pressão e interesse que formou o último governo da Constituição de 1933”.

largamente baseado no desenvolvimento do colonato branco. Em paralelo, foram tomadas medidas para promover o investimento estrangeiro, o código de investimento de 1965, obtendo assim o capital e a tecnologia necessários para o esforço de desenvolvimento económico.

Foi também a partir desse momento, sob a pressão combinada da evolução económica e da guerra liderada pelos movimentos independentistas na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, que o regime português desenvolveu a rede escolar, permitindo um maior acesso dos Negros à educação, principalmente nas cidades. Essa abertura no campo da educação, no entanto, permaneceu praticamente limitada ao nível primário e ao ensino técnico secundário. Os números de inscrição nas escolas técnicas e nos liceus testemunham essa evolução. Nos liceus, tradicionalmente reservados aos Brancos, as matrículas de alunos Negros passaram de 2.800 (1960) para 7.400 (1970), enquanto nas escolas técnicas aumentaram de 3.200 (1960) para 27 000 (1970). O ensino superior, cujo acesso era feito através dos liceus, permaneceu reservado aos filhos dos colonos e, nas vésperas da independência, a Universidade de Maputo tinha apenas cerca de dez estudantes Negros, de um total de três mil³³.

De facto, as reformas dos anos 1960 no campo social e económico não trouxeram nenhuma mudança política radical do Estado Novo: todas as formas de organização política e sindical continuaram a ser proibidas fora do quadro das instituições estatais corporativistas e o direito de associação estritamente regulamentado. Em 1972, a «estatização» de Moçambique – a «província» passou a chamar-se «Estado de Moçambique» e foi dotada de uma assembleia legislativa composta pelo mesmo número de «não-Brancos» (Negros, Mestiços, Indianos, Chineses) e de Brancos – expressa a contradição de um regime cujo líder (Marcelo Caetano, que tinha sucedido a Salazar) se sabia condenado e queria, mas não conseguiu, encontrar uma solução neocolonial sem por em causa ao mesmo tempo a estrutura política da metrópole. Foi o golpe militar de 1974 que finalmente acabaria por abrir o caminho para a descolonização.

33 Ver Ministério da Educação e Cultura, 1980.

A formação da Frelimo

Pessoas que, para fugir das condições de vida consideradas muito duras em Moçambique, se estabeleceram em países vizinhos; camponeses que, para evitar as formas de trabalho impostas pelo Estado colonial, preferiam procurar um trabalho melhor remunerado fora; outros que ferviam parte das sementes de algodão antes de plantá-las, para que a produção fosse baixa e as autoridades decidissem que a região não era adaptada a essa cultura, foram algumas das estratégias utilizadas pelos colonizados para escapar às exigências extremas do sistema colonial no campo. Nas cidades, a omnipresença do aparelho repressivo tornou mais difícil a manifestação da insatisfação entre os colonizados. Privados de direitos e de organizações representativas, os trabalhadores estavam submetidos a um controlo muito estrito, quer por parte dos patrões, quer do aparelho repressivo, e raramente faziam greves. Em contrapartida, o absentismo era bastante alto, revelando uma certa fraqueza das relações capitalistas introduzidas pelo colonialismo. Havia, no entanto, uma camada social que pela sua posição particular na sociedade colonial se tornou a principal portadora da ideia independentista. Apesar de não serem considerados “indígenas” pelas autoridades coloniais, os Assimilados não eram cidadãos de direito pleno e encontravam-se divididos entre a esperança de uma promoção social e o desespero dos limites e frustrações que o sistema colonial lhes impunha. Esta sua posição contraditória levou a que alguns acabassem por se engajar na luta pela independência.

As motivações anticoloniais, amplamente difundidas no seio da população colonizada, incluindo na fracção relativamente privilegiada dos Assimilados, encontraram na Frelimo uma expressão independentista e nacional. Neste capítulo, analisamos as condições históricas em torno da criação da Frelimo e identificamos os principais actores desse processo. Insistimos em dois pontos: por um lado, na participação dos Makonde³⁴ do norte e dos

34 A população makonde de Moçambique concentra-se no Planalto de Mueda (província de Cabo Delgado) e junto da fronteira com a Tanzânia (rio Rovuma).

Assimilados do Sul no processo de constituição da Frelimo, e, por outro, nas circunstâncias em que ocorreu a convergência destes dois grupos tão distantes geograficamente como socialmente. Essa abordagem torna possível distinguir entre o anticolonialismo e o nacionalismo, estabelecendo assim um primeiro passo para compreender a dinâmica de formação do futuro poder independente, do seu discurso e das suas práticas.

A constituição da Frelimo

A Frelimo é, de acordo com a versão oficial, em geral retomada de forma totalmente acrítica, o resultado da fusão de três organizações: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI). De fato, os líderes dessas três organizações tomaram a decisão de criar uma frente única numa reunião em 25 de Junho de 1962, em Dar es Salaam. Os participantes nesta reunião também concordaram que o primeiro Congresso da Frelimo seria realizado em Setembro do mesmo ano para estabelecer um programa e eleger uma liderança. Este processo foi conduzido sob os auspícios do Governo da Tanzânia, que apoiou Eduardo Mondlane nos seus esforços para formar um movimento unificado.

As organizações que contribuíram para a formação da Frelimo não foram estudadas até à data. Criadas pouco antes da formação da Frelimo, ainda eram movimentos embrionários, pouco estruturados e cujas actividades políticas tiveram um impacto muito fraco em Moçambique. Estas organizações, nascidas nos países vizinhos de Moçambique (a UDENAMO na Rodésia do Sul, em 1960, a MANU como resultado da fusão de vários grupos existentes no Quênia e Tanganica, em 1961, e a UNAMI na Niassalândia, em 1961), foram o resultado da politização de alguns grupos de emigrantes moçambicanos, especialmente no seio de associações de ajuda mútua. Os emigrantes moçambicanos foram muito influenciados pelos movimentos independentistas, que, nessa época, se desenvolviam nesses países. De facto, um certo número de moçambicanos chegou mesmo a juntar-se aos partidos locais e participou nas suas lutas, antes da criação de formações especificamente moçambicanas.

Por outro lado, há pelo menos um caso em que a influência destes partidos também se manifestou directamente em Moçambique. Antes da formação da UNAMI, as autoridades administrativas portuguesas de Tete assinalaram a presença de propagandistas do Partido do Congresso do Malawi dentro do território moçambicano³⁵. Mas, contrariamente ao

35 Borges Coelho, 1984.

que se passava nos países de acolhimento onde os partidos políticos eram oficialmente reconhecidos, as organizações moçambicanas não podiam desenvolver legalmente as suas actividades em Moçambique. Era, portanto, difícil para eles construir uma sólida base social interna. Nestas circunstâncias, a sua acção foi praticamente limitada à elaboração de petições dirigidas a instituições internacionais (ONU, OIT, etc.) solicitando medidas contra o Governo Português, à organização de reuniões em áreas com uma alta concentração de emigrantes e à venda de cartões de membro. O impacto desta acção no exílio não foi suficientemente forte para levar o regime português a realizar reformas significativas no sistema colonial. Só com a independência da Tanzânia (Dezembro de 1961) se abriram novas perspectivas para o movimento de independentista moçambicano.

Primeiro país fronteiriço de Moçambique a tornar-se independente, a Tanzânia não pertencia ao complexo da África Austral, não tinha nenhuns laços de dependência económica em relação aos países da região sob domínio branco. Estava, por isso, em posição de apoiar a oposição ao regime colonial português sem temer o risco de eventuais represálias económicas. A partir desse momento, as várias formações moçambicanas podiam contar com o apoio oficial de um Estado soberano e estabeleceram escritórios em Dar es Salaam. Isso foi importante especialmente para a UDENAMO, que estava ameaçada de extinção. Na verdade, os líderes desta organização próximos do *National Democratic Party* de Joshua Nkomo tinham visto as suas actividades proibidas na Rodésia do Sul, onde já se esboçava o processo que levaria alguns anos depois à declaração unilateral de independência pelos colonos (1965).

Imediatamente após a independência da Tanzânia, foram estabelecidos contactos entre representantes de diferentes partidos moçambicanos e Eduardo Mondlane, sob a égide do Presidente Julius Nyerere, com o apoio do PAFMECSA (*Pan-African Freedom Movement of East, Central and South Africa*) e da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas), tendo em vista a formação de um movimento unitário moçambicano. A ideia de um movimento único para lutar pela independência de Moçambique era também partilhada por Kwame Nkrumah, que tinha contactos com a UDENAMO e a CONCP. O processo de constituição da Frelimo estava, assim, lançado. Entretanto, devemos olhar para a trajectória de Mondlane de modo a explicar o papel central que ele desempenhou nesse processo.

Eduardo Mondlane nasceu em Junho de 1920 numa aldeia em Manjacaze (Província de Gaza, sul de Moçambique). Filho de um chefe local, fez os seus primeiros estudos nas escolas da Missão Suíça (nome comum da Igreja Presbiteriana de Moçambique). Protegido pelo pastor suíço André Clerc, continuou os estudos secundários, primeiro em Lourenço Marques e depois na África do Sul, onde também começou o ensino superior. Depois de um ano na Universidade de Witwatersrand, durante o qual participou nas actividades de organizações estudantis, o governo sul-africano decidiu não permitir renovação da sua autorização de residência (o *National Party* tinha chegado ao poder em 1948) e foi forçado a regressar a Moçambique em 1949.

As autoridades portuguesas, que sempre tiveram uma desconfiança particular em relação às missões protestantes, acusadas de promover a “desnacionalização dos indígenas”, vigiavam-no. Mondlane acaba por obter uma bolsa de estudos para estudar na Universidade de Lisboa. Em Portugal, ele fez parte do pequeno grupo de universitários que se começava a formar em torno de Adriano Moreira, futuro ministro “reformista” de Salazar e, ao mesmo tempo, conheceu outros estudantes das colónias, incluindo Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade e Marcelino dos Santos. No entanto, decidiu aproveitar uma outra bolsa de estudos e partir para os Estados Unidos, onde concluiu o seu doutoramento em 1956. No ano seguinte, tornou-se funcionário do Departamento de Tutela das Nações Unidas tendo nessa altura conhecido Julius Nyerere, o presidente da *Tanganyika African National Union* (TANU). Em 1961, ocupou um cargo de professor na Universidade de Syracuse, em Nova Iorque. Nesse mesmo ano fez uma viagem a Moçambique, onde foi recebido com todas as atenções pela administração portuguesa e restabeleceu o contacto com a elite negra média do sul de Moçambique, num ambiente de forte sentimento nacionalista, reforçado pela cascata de independências africanas desde 1960. No ano seguinte, foi para a Tanzânia, que se tornara independente, para participar na criação da Frelimo.

Eduardo Mondlane tinha todas as condições para se tornar o principal protagonista do processo de formação da Frelimo. Ele tinha a confiança de Nyerere e podia contar com este para pressionar os líderes das outras organizações no sentido de construírem uma frente comum. De salientar aqui que esta «frente» não foi concebida em termos da aliança de várias organizações autónomas, mas que pressupunha, pelo contrário, a dissolução das formações que integrassem a frente. Apesar da resistência a essa ideia por parte dos líderes dessas formações, o apoio firme de Julius Nyerere ao projecto de unificação permitiu que este fosse bem-sucedido.

Para além disso, o conhecimento de Mondlane do funcionamento das Nações Unidas e da diplomacia fazia dele o homem ideal para defender a causa moçambicana no cenário internacional. Mais ainda, dadas as suas relações com os círculos religiosos protestantes, especialmente nos Estados Unidos, onde se tinha casado com uma americana branca pertencente a esses círculos, estava em posição de obter fundos para o movimento e bolsas de estudo para jovens moçambicanos. Este último ponto foi muito importante, pois poder prosseguir os estudos era então a ambição de muitos jovens que não tinham essa possibilidade em Moçambique. Este aspecto tinha um significado político de primeiro plano: estudar significava em grande medida uma maneira de se emancipar, de vencer o peso da dominação colonial. É nesta perspectiva que a promoção da educação dos Moçambicanos aparece como um dos pontos prioritários do primeiro programa da Frelimo e que uma das suas primeiras acções foi a criação do *Mozambique Institute* em Dar es Salaam, uma escola secundária para os jovens Moçambicanos, dirigida por Janet Mondlane, a esposa de Eduardo Mondlane.

Eduardo Modlane tinha também um enorme prestígio no seio dos Assimilados do sul. Ele só tinha vivido em Lourenço Marques por um curto período, mas era um “filho” da

Missão Suíça, de onde saía um grande número de Assimilados e, acima de tudo, a sua formação universitária e seu estatuto de funcionário das Nações Unidas tinham feito dele um exemplo de sucesso conhecido e admirado por todos. A sua visita a Moçambique em 1961 aumentou a admiração que os membros da Missão Suíça sentiam por ele, o que desempenhou um papel importante mais tarde. De facto, logo que a notícia da criação da Frelimo sob sua direcção se espalhou em Maputo, jovens pertencentes ao meio dos Assimilados do Sul começaram a fugir de Moçambique. Em grupos, ou individualmente, dezenas de jovens partiram para se juntarem a Mondlane e à Frelimo em Dar es Salaam. A fuga era um empreendimento difícil e perigoso, pois a polícia portuguesa acompanhava de muito perto o meio dos Assimilados e contava também com a colaboração das forças policiais da África do Sul, Swazilândia e Rodésia, o que lhes permitiu interceptar um grande número de jovens nas suas tentativas de evasão.

Finalmente, Eduardo Mondlane tinha uma outra vantagem, a de contar também com o apoio do CONCP. Sendo crente e de formação era anglo-saxónica, Mondlane não pertencia à mesma tradição dos líderes dessa organização, que tinham uma formação latina e eram próximos do marxismo, quando não eram declaradamente marxistas, mas tinha-os conhecido em Portugal e a CONCP queria incluir no seu seio um movimento moçambicano³⁶...

Um segundo personagem central da história da Frelimo é Marcelino dos Santos. Foi ele quem fez a ligação entre a CONCP e o movimento “nacionalista” moçambicano, primeiro a UDENAMO e, depois, a Frelimo. Mestiço, natural do Lumbo (província de Nampula), poeta, também era bem conhecido no ambiente cultural dos Assimilados de Lourenço Marques. Marcelino dos Santos foi um dos membros do grupo fundador da CONCP, da qual se tornou Secretário-geral na primeira reunião, em Abril de 1961. Naquela época, para haver uma organização representativa de Moçambique na CONCP juntou-se à UDENAMO e escreveu o programa político para essa organização, que não tinha. No entanto, a relação entre Marcelino dos Santos e Adelino Gwambe era tensa e este último decidiu expulsá-lo da UDENAMO. Mas, entretanto, o processo de criação da Frelimo já estava em curso com o apoio total da CONCP e Marcelino dos Santos viria a ocupar uma posição chave na estrutura de liderança do novo movimento, como Secretário das Relações Exteriores. Com Marcelino dos Santos, o principal redactor do programa político da Frelimo, a orientação defendida pela CONCP, centrada na ideia de luta armada, tornou-se a principal referência da Frelimo³⁷.

Quando o primeiro congresso da Frelimo procedeu à eleição da direcção do movimento, todos os líderes seniores das antigas formações foram escolhidos para ocupar posições de

36 Uma delegação da UDENAMO, liderada pelo seu presidente, Adelino Gwambe, tinha participado na conferência constituinte da CONCP em Casablanca, mas os intelectuais que a dirigiam não confiavam nele.

37 A influência do marxismo na formulação do discurso nacionalista da CONCP e a sua posterior manifestação no da Frelimo, são tratados no capítulo IV.

responsabilidade, excepto Adelino Gwambe. De facto, Gwambe, que estava em conflito com Marcelino dos Santos e a CONCP, não só foi impedido de ocupar uma posição de liderança na Frelimo como, pouco depois, foi considerado indesejável pelo governo da Tanzânia e forçado a deixar o país. Nos meses que se seguiram, houve também conflitos entre Mondlane e os outros líderes, que não aceitavam de bom grado a dissolução das suas organizações, pois isso retirava-lhes a autonomia e reduzia o seu poder. Mas Mondlane tinha a vantagem de receber o apoio total de Nyerere e eles foram forçados a deixar a Frelimo: alguns deixaram-no por iniciativa própria, outros foram expulsos.

Uma boa parte desses dissidentes da Frelimo tentou, num primeiro momento, fazer reviver as suas antigas organizações e participou mais tarde em vários projectos de união das suas forças. A iniciativa mais conhecida foi o Coremo (Comité Revolucionário de Moçambique), criado em Lusaka em 1965 e apoiado pelas autoridades da Zâmbia. O Coremo foi o único que, contando com o apoio da Zâmbia e, portanto, tendo acesso directo ao território moçambicano, pôde desenvolver a sua acção no interior do país, incluindo algumas incursões armadas na província de Tete³⁸. Porém, o Coremo nunca chegou a ser reconhecido pelo Comité de Libertação da OUA (cuja sede era em Dar es Salaam!) e no início dos anos 1970 a Zâmbia decidiu apoiar apenas a Frelimo.

Em 1964, quando a luta armada começou, só permanecia na Frelimo um dos líderes das organizações que tinham participado na sua formação, o pastor Uria Simamgo³⁹. A saída dos opositores fortaleceu a posição do grupo leal a Mondlane. Além disso, a Frelimo não tinha nada a temer da reconstituição das outras formações. Os dirigentes da UDENAMO já não tinham – mesmo antes da formação da Frelimo, como vimos – a possibilidade de continuar as suas actividades na Rodésia do Sul. Longe de Moçambique, privados da sua base de recrutamento, não estavam em posição, apesar do apoio de alguns Estados africanos como o Egipto ou o Gana, de reorganizar um movimento político capaz de agir dentro de Moçambique e de ter legitimidade perante a Frelimo. A MANU, que tinha uma parte significativa da sua base social composta por emigrantes moçambicanos que viviam na Tanzânia, encontrava-se numa situação semelhante à da UDENAMO, uma vez que o governo de Nyerere decidira apoiar a Frelimo e proibir qualquer actividade de outros grupos moçambicanos no seu território. O caso da UNAMI foi diferente. No início, estava numa posição mais favorável que as outras duas organizações, pois nada a impedia de continuar as suas actividades na Niassalândia, país fronteiriço em Moçambique, onde os emigrantes moçambicanos eram tão numerosos

38 Para informações mais detalhadas sobre o itinerário dos dissidentes da Frelimo e os vários pequenos partidos que criaram, ver Borges Coelho, 1984.

39 Uria Simango, um dos fundadores da UDENAMO, que se tornou vice-presidente da Frelimo em 1962, também foi expulso, mas muito mais tarde, em 1970.

como na Tanzânia. Para além disso, tinha o apoio de Kamuzu Banda⁴⁰. Baltazar Chagonga, presidente da UNAMI, decidiu à última hora participar no projecto de criação da Frelimo a conselho de Banda, com o objectivo de evitar o risco de isolamento da sua organização, num contexto político onde a ideia de “unidade” tinha grande peso.

As orientações de Banda eram precisas: Chagonga devia defender uma solução negociada com os Portugueses. Baltazar Chagonga acabou por abandonar a Frelimo quando ficou claro que esta iria inevitavelmente engajar-se na via da luta armada⁴¹. Depois de deixar a Frelimo, Chagonga não conseguiu grande sucesso, pois a mobilização para uma luta pacífica pela independência era para muitos ex-simpatizantes da UNAMI muito menos atraente do que a liderada pela Frelimo, que defendia a luta armada contra o regime colonial. Nos anos que se seguiram, o Presidente Banda abandonou o seu discurso radical anterior à independência do Malawi (1964) e optou por colaborar com os regimes brancos da região. A UNAMI tornou-se então um instrumento da polícia portuguesa, que a usou para tentar reduzir a influência da Frelimo entre os emigrantes e as populações das zonas fronteiriças de Tete⁴².

Se levarmos em conta o que acaba de ser dito, é difícil argumentar que a Frelimo tenha sido realmente a o fruto da unificação de várias organizações. É-o apenas formalmente. Esta versão do discurso oficial é na realidade um elemento do processo de legitimação específico do discurso político da Frelimo, é mesmo o seu elemento fundamental – “a unidade é a condição da vitória”. De facto, ao apresentar-se como o produto da fusão das três organizações que a precederam, a Frelimo apropria-se ao mesmo tempo da sua representatividade “parcial”. Mas ao fazê-lo não se trata de uma simples adição. Como essas organizações recrutavam e desenvolviam a sua acção, cada uma entre as comunidades de diferentes regiões de Moçambique⁴³, a Frelimo considera-se como estando no direito de reivindicar para si é o papel de garante da “unidade nacional” e de representante de todo o “povo moçambicano”. Seria, portanto, a depositária da legitimidade nacional, em oposição ao “regionalismo” dos outros.

O discurso da Frelimo apresentando-se como sendo o resultado da fusão dos três movimentos que a precederam, tantas vezes repetido acriticamente por analistas de Moçambique como uma realidade, dificulta a compreensão das verdadeiras dinâmicas que estão na base da sua formação e desenvolvimento.

40 Dirigente do Malawi Congress Party e primeiro presidente do Malawi independente.

41 Informação prestada ao autor em 1980 por Aquino de Bragança na sequência de uma entrevista com Baltazar Chagonga no Centro de Estudos Africanos da UEM (Maputo).

42 Num documento confidencial português, datado de 20 de maio de 1966, pode-se ler: “Baltazar da Costa (Chagonga)... ainda é o presidente da União Nacional Africana de Moçambique Independente, uma organização que ele encabeça sob o controlo desta polícia ...” (Borges Coelho, 1984: 55).

43 As características geográficas dos fluxos migratórios de Moçambique para os países vizinhos determinaram a dominante “étnico-regional” de cada organização, a UDENAMO recrutando pessoas das regiões do centro-sul, a UNAMI do centro-norte e a MANU do norte.

Para além dos aspectos formais, a realidade é que a Frelimo inaugurou uma nova dinâmica, baseada na mobilização de pessoas provenientes do interior de Moçambique. Esses recém-chegados à Tanzânia eram, na sua maioria, jovens e estavam mais motivados e disponíveis para a luta anticolonial do que a maior parte dos emigrantes mais antigos. Com efeito, foram esses jovens que trouxeram à Frelimo o essencial das forças para a realização do seu programa político centrado na luta armada. Dos centros urbanos do sul, vieram os Assimilados, dentre os quais se conta a maioria dos futuros quadros dirigentes do movimento. Do norte, do planalto de Mueda, veio o grupo de Lázaro Nkavandame, seguido por um grande número de camponeses makonde. Este último grupo também produziu alguns futuros líderes da organização, mas forneceu sobretudo a maior parte dos combatentes do exército da Frelimo nos primeiros anos da guerra.

No norte, os Makonde

A Tanzânia foi desde o início do século XX um pólo de atracção para as populações das províncias do norte de Moçambique (Cabo Delgado e Niassa). No final da década de 1950, o número de emigrantes de Moçambique excederia os 250.000⁴⁴. O contacto dos emigrantes com o movimento independentista do Tanganica e a participação de muitos, especialmente os Makonde, na vida política local (foram muitos os que se juntaram à TANU, o partido formado em 1954 que levou o país a independência), contribuíram para a politização das suas comunidades de origem em Moçambique. Este processo afectou particularmente as populações makonde. Isto é explicado pelo facto de, apesar do seu número relativamente pequeno, comparado com o total de emigrantes moçambicanos, representavam um quarto da população total makonde de Moçambique. Em termos práticos, isso significava que cada família tinha laços com o Tanganica e, portanto, todo o povo makonde estava exposto à influência do processo político que acontecia do outro lado da fronteira.

A iniciativa de organização de grupos de camponeses para a produção de algodão liderada por Lázaro Nkavandame em 1957, em Cabo Delgado, atesta essa influência. Na verdade, ele tentou transpor para Moçambique o modelo que tinha conhecido durante a sua estada no Tanganica, onde viveu por um longo tempo dedicando-se a actividades comerciais. Antes da independência da Tanzânia, as reivindicações de natureza económica ocupavam um lugar central na estratégia política da TANU. Um dos pontos do seu programa era justamente encorajar a formação de cooperativas camponesas como meio de obter condições de troca mais favoráveis para os camponeses. Um segundo aspecto sobre o qual insistia o programa da TANU era a necessidade de ajudar os “Africanos” (Negros) a conquistar uma posição mais importante no comércio, especialmente no comércio rural dominado por comerciantes

44 Segundo estimativas de Jorge Dias, um antropólogo português que estudou a sociedade makonde no final dos anos 50, existiam na Tanzânia 96.000 Makhuwa, 126.000 Yao e 27.000 Makonde. Ver Oficina de História, 1983.

indianos. De facto, foram os pequenos negociantes negros nas áreas rurais os principais difusores do projecto político da TANU junto dos camponeses⁴⁵.

A experiência de Nkavandame merece atenção por dois motivos. Primeiro, porque teve um grande – e rápido – sucesso no seio dos camponeses. A tal ponto que as autoridades coloniais, confrontadas com uma mobilização que não controlavam e da qual suspeitavam, decidiram parar o movimento. Em segundo lugar, porque entre os promotores desta iniciativa estão vários futuros quadros da Frelimo, incluindo o próprio Nkavandame.

Em 1957, quando Nkavandame voltou do Tanganica, a mobilização política que a TANU fazia desde há três anos do outro lado do Rovuma já era bem conhecida habitantes do planalto de Mueda. Assim, o terreno era favorável às iniciativas de Nkavandame, que decidiu promover a organização dos camponeses para estimular a produção voluntária de algodão e, ao mesmo tempo, lutar contra os abusos de que eram vítimas por parte dos representantes das empresas concessionárias no momento da venda da sua produção. Em 1959, após alguma hesitação, as autoridades coloniais locais reconheceram formalmente a sua organização, a Sociedade Agrícola Algodoeira Voluntária dos Africanos de Moçambique (SAAVM).

O projecto de Nkavandame tinha o apoio da Missão Católica de Imbuhu. Os missionários, ansiosos por desenvolver a sua influência numa região fortemente islamizada, viam nesse projecto um bom meio de “promoção social” e “civilização” dos camponeses. Isso contribuiu certamente para que a administração colonial finalmente aprovasse a iniciativa de Nkavandame. A mobilização que ele levou a cabo junto dos camponeses para organizarem e desenvolverem em conjunto a produção de algodão foi um grande sucesso. Nesse trabalho, Nkavandame foi ajudado por um pequeno grupo de animadores da missão, professores e catequistas, entre os quais se contam dois dos mais importantes futuros líderes da Frelimo (Alberto Chipande e Raimundo Pachinuapa). Juntos, conseguiram o que as autoridades coloniais nunca tinham conseguido, que a produção de algodão na região de Mueda aumentasse de maneira espectacular. Dois anos depois, quando as autoridades portuguesas reconheceram oficialmente a existência da SAAVM (1959), o número dos seus membros já ultrapassava os mil.

Agricultores que cultivavam de livre vontade superfícies muito superiores às normas estabelecidas pela regulamentação da cultura obrigatória do algodão, era uma coisa que não podia deixar indiferente a administração portuguesa. A satisfação de ver aumentar a produção de algodão era óbvia, mas alguns responsáveis desconfiavam dessa mudança súbita na atitude dos agricultores em relação ao cultivo do algodão e também estavam preocupados com o imenso prestígio adquirido por Nkavandame junto da população. Num relatório de finais de 1959, os Serviços de Informação do Governo Geral de Moçambique manifestavam já suspeitas em relação à acção de Nkavandame, pondo em dúvida que o seu objectivo fosse simplesmente o

45 Shivji, 1976.

de melhorar a vida dos Makonde, como alegava oficialmente, e colocavam a hipótese de ele procurar «através de um produto de interesse nacional e à sombra de uma missão católica, formar grupos de indígenas que, pela sua coesão e doutrinação, podem servir no futuro os seus interesses políticos»⁴⁶. Na verdade, informações do Consulado português em Dar es Salaam tinham indicado uns meses antes (Abril de 1959) que Nkavandame tinha feito contactos com representantes da TANU, durante uma reunião em Mtwara⁴⁷.

A administração decidiu então enviá-lo estudar para o seminário católico de Mariri (província de Nampula), sendo a justificação oficial para isso que ele devia aprender a ler e escrever português, para melhor desenvolver a sua acção. Na realidade, era apenas um meio para o afastar da sua base social, o povo Maconde e, assim, provocar a destruição de um movimento que se tornava cada vez mais suspeito para as autoridades portuguesas. Efectivamente, a ausência de Nkavandame e das suas capacidades organizacionais foram imediatamente sentidas no terreno e a SAAVM começou a desintegrar-se.

Enquanto isso, a agitação no planalto de Mueda ia aumentando, influenciada pelo processo político da Tanzânia. As autoridades coloniais estavam alarmadas, mas ao mesmo tempo absolutamente não preparadas para lidar com a radicalização camponesa. A 16 de junho de 1960, por ocasião de uma banja (encontro com a população) convocada em Mueda pelo governador de Cabo Delgado, a população manifestou o seu desejo de independência e eclodiram violências, tendo intervenção de um pelotão do exército português causado várias baixas no seio dos manifestantes. Embora a importância militar do evento tenha sido grandemente exagerada pela Frelimo⁴⁸, o seu significado político era claro: o Estado colonial responderia pela força a qualquer movimento emancipatório africano.

No ano seguinte, quando Nkavandame retornou a Mueda, o seu prestígio junto da população permanecia intacto. Ele decidiu, então, retomar os esforços interrompidos durante a sua estadia em Mariri. Porém, desta vez, obteve a autorização da administração apenas para formar uma pequena cooperativa, não excedendo trinta membros. Mais uma vez, Nkavandame juntou forças com os seus amigos da missão de Imbuhu para criar a nova cooperativa, sob a estreita vigilância das autoridades portuguesas. Alguns meses depois, quando estas tiveram conhecimento da criação da Frelimo, em Dar es Salaam, tentaram usar os membros da cooperativa para infiltrar o novo movimento. Um membro da direcção da cooperativa foi enviado para Dar es Salaam com instruções para contactar a Frelimo e relatar o que se passava lá. No

46 Extrato de um relatório de Setembro de 1959 do Centro de Informação, citado no Boletim de Difusão de Informações, 3/21 [1966] do SCCI (Serviço de Centralização e Coordenação de Informações). O Centro de Informação do Governo Geral, chefiado por Afonso Ivens Ferraz de Freitas, deu origem em 1960 ao SCCI.

47 Boletim de Difusão de Informações, 3/21 [1966].

48 Este evento ocupa um lugar simbólico de primeira ordem no discurso da Frelimo, sendo conhecido como o “massacre de Mueda”.

entanto, pouco depois, a administração constatou que as disposições de muitos dos membros da cooperativa eram favoráveis à causa da Frelimo e seguiram-se várias prisões, tendo Lázaro Nkavandame e alguns dos seus companheiros conseguido fugir para a Tanzânia, onde se juntaram à Frelimo⁴⁹.

Nkavandame foi então nomeado Secretário da província de Cabo Delgado pela direcção da Frelimo, enquanto os seus companheiros, assim como muitos jovens que tinham fugido de Moçambique, foram enviados para a Argélia para aí fazerem treino militar.

No sul, os Assimilados

Os Assimilados⁵⁰, apesar de terem rompido com as suas origens e adquirido a cultura dos dominantes, a sua língua e seu modo de vida, não eram realmente aceites como iguais pelos demais “civilizados”, em particular pelos colonos brancos. Que eles fossem oriundos de antigas famílias “assimiladas”, ou “assimiladas” recentemente, negros ou mestiços, isso não mudava muito. O seu reconhecimento social na sociedade colonial era problemático, pois não podiam libertar-se do estigma que constituía a sua cor de pele, continuando a sofrer na vida quotidiana e no trabalho a humilhação da discriminação racial. A posição subordinada que ocupavam, fruto do racismo colonial, favorecia a revolta contra a ordem estabelecida⁵¹.

É deste meio social formado por assalariados urbanos, pequenos empregados de escritório e do comércio, pequenos funcionários públicos, professores, enfermeiros, mas também jovens estudantes, que sairá a maior parte do grupo de liderança da Frelimo. Há, no entanto, uma particularidade: esse grupo é quase todo formado por pessoas originárias do extremo sul do país (Maputo e Gaza). Isto explica-se, por um lado, pelo facto de a maior concentração de Assimilados estar na capital (estando os outros dispersos um pouco por todo lado, nas cidades e vilas de província) e, por outro lado, como já foi atrás assinalado, pelo papel particular desempenhado por Mondlane na formação da Frelimo. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que aqueles que viviam na capital estavam menos isolados do que outros do mundo exterior e, portanto, tinham mais informações sobre o processo político de descolonização que estava na ordem do dia desde o final dos anos 1950 noutras partes da África. Finalmente, desde a proibição de Núcleo Negrofilo de Manica e Sofala, em 1956, na Beira, não havia mais nenhuma associação legal negra na segunda cidade do país.

49 Oficina de História, 1983.

50 Utilizamos aqui a categoria “Assimilados” num sentido sociológico: a camada social dos Assimilados é mais ampla que o grupo definido estritamente em termos jurídicos.

51 Basil Davidson apresenta longos testemunhos, recolhidos por ocasião do 2º Congresso da Frelimo em 1968, de Samora Machel (na altura do Secretário do Departamento de Defesa, isto é, o chefe do exército da Frelimo) e Sebastião Mabote (um dos principais líderes militares da Frelimo), que são muito esclarecedores sobre o descontentamento dos Assimilados em relação à sociedade colonial e sobre as motivações que os levaram a juntar-se à Frelimo. Ver Davidson, 1974.

Embora a influência externa funcionasse para este grupo social como uma espécie de catalisador, não se pode ignorar a sua própria tradição política. Esses Assimilados eram os herdeiros da tradição protestatária negra que tinha aparecido no final do século XIX e que se tinha desenvolvido até ao advento do Estado Novo de Salazar. O período do regime republicano português (1910-1926) foi particularmente rico desse ponto de vista. Aproveitando o clima de grande liberdade política da época, apareceram em todo o império associações e jornais com o objectivo de defender os «interesses dos Negros». Tal foi o caso, por exemplo, do Grémio Africano de Lourenço Marques, uma organização fundada em 1908 por João Albasini⁵² e do seu jornal “O Africano” (1909-1918). Neste jornal eram denunciados, entre outros, os abusos praticados pelos colonos ou pela administração e denunciados os efeitos perversos do “vinho colonial” (vinho português de muito baixa qualidade para o consumo da população negra) sobre os indígenas. O tema da educação também ocupava um lugar de destaque, nomeadamente a reivindicação da promoção do acesso dos Negros à educação, concebida como o meio para aceder à prometida “civilização”...

Esta corrente, próxima do movimento pan-africanista da época, defendia a promoção da “raça negra” no quadro do sistema colonial. A sua orientação era reformista, os seus valores ainda eram os da “civilização” e da “pátria portuguesa”, mas isso não impediu o regime de Salazar de, nos anos 30, tomar medidas para controlar as diferentes associações e transformá-las em instrumentos do novo poder. O movimento de protesto foi assim abafado. Foi preciso esperar até ao período após a Segunda Guerra Mundial para que uma nova geração de intelectuais, na sua maioria Negros e Mestiços, mas também alguns colonos brancos, começasse a mostrar alguma distância crítica em relação ao poder colonial, passando então a reivindicação da sua “moçambicanidade” a substituir a reivindicação da cidadania portuguesa.

O movimento de ruptura, representado em Moçambique nos anos 1950 por escritores como Noémia de Sousa, José Craveirinha, Luís Bernardo Honwana e Marcelino dos Santos, e pintores como Bertina Lopes e Malangatana Ngwenya, manifestou-se inicialmente no campo cultural, mas com óbvias implicações políticas. A exigência já não era mais a integração na sociedade colonial. Pelo contrário, a sua *démarche* expressava a busca de uma identidade africana, tendo como tema comum a celebração dos sofrimentos do povo negro, do “seu povo”.

Um certo número desses intelectuais tinha-se encontrado na metrópole no início dos anos 1950, onde faziam os seus estudos superiores. Foi uma oportunidade para se conhecerem, trocar ideias e desenvolver um pensamento político comum. Próximos da oposição clandestina portuguesa, foram influenciados pelo marxismo. O Partido Comunista era naquela

52 Filho de um Português casado com uma filha do chefe Maxaquene, João Albasini foi também o delegado em Moçambique da Liga Africana, criada em 1910 em Lisboa. Em 1920, o Grémio transformou-se em Associação Africana da Colónia de Moçambique. Mais tarde, esta dividiu-se dando origem a duas associações distintas: a Associação Africana de Moçambique, cujos membros eram maioritariamente Mestiços, e o Centro Associativo dos Negros de Moçambique, onde se concentravam os Negros “Assimilados”.

época a força da oposição política mais activa em Portugal. No entanto, a posição secundária que a questão colonial ocupava nas preocupações do partido, para quem a luta antifascista constituía a acção prioritária, não satisfazia os seus sentimentos nacionalistas, levando-os a direccionar os seus esforços para a formação de organizações independentistas. Alguns deles fugiram de Portugal para se engajar na criação dos «movimentos de libertação» das suas respectivas colónias: Amílcar Cabral participou na formação do PAIGC (Guiné-Bissau e Cabo Verde), Mário de Andrade e Agostinho Neto estão entre os fundadores do MPLA (Angola) e Marcelino dos Santos desempenhou um papel importante na criação da Frelimo. Esse processo ocorreu no contexto de várias iniciativas que tomaram para coordenar a sua acção, iniciativas que acabaram levando à criação da CONCP em Casablanca (1961).

Do seu lado, o movimento cultural que se desenvolveu na década de 1950 em Lourenço Marques não podia evoluir na direcção da constituição de um projecto político interno. Mas, a ruptura com os valores coloniais de que era portador contribuiu para a criação de uma disposição favorável aos ideais independentistas no seio da pequena camada dos Assimilados, um estado de espírito que foi ainda mais reforçado pelo processo de descolonização noutros países africanos. O testemunho de Amaral Matos é eloquente sobre isso: «Alguns deixam o país... outros ficam aqui e discutem. Leem o *Star*, leem o *The Point*... leem revistas, mesmo sul-africanas, que mostram imagens de Negros, que dão informação... E líamos, devorávamos, íamos à [livraria] Bailly buscar tudo isso. Discutíamos sobre o que estava a acontecer fora e dizíamos-nos: se os outros fazem isso, nós também temos que fazer alguma coisa!»⁵³ Esta vontade de agir politicamente na clandestinidade resultou em algumas iniciativas isoladas (distribuição de panfletos, por exemplo), mas não havia realmente “nem organização nem ideologia”, como aponta Amaral Matos⁵⁴. A vigilância da polícia política portuguesa era então particularmente intensa e a repressão atingiu os Assimilados e os Mestiços com vagas de detenções que tiveram lugar regularmente desde 1961 até à década de 1970. Essa repressão proporcionou a ocasião para a consolidação de laços entre os Assimilados e o pequeno grupo de intelectuais brancos antifascistas, nomeadamente os advogados que defenderam os acusados de actividades subversivas⁵⁵.

53 Entrevista de Amaral Matos com Teresa Cruz e Silva (5/4/1986). Amaral Matos era na época radiotelegrafista da marinha. Foi preso pela primeira vez pouco antes da criação da Frelimo, em 1961, acusado de actividades subversivas. Depois da sua libertação, tornou-se um membro importante da rede clandestina da Frelimo em Lourenço Marques (a quarta região militar). Esta “frente” que reunia as três províncias do sul, foi rapidamente desmantelada pela polícia portuguesa, mesmo antes de qualquer acção armada. Sobre a história da 4ª região, ver Cruz e Silva, 1986.

54 *Ibid.*

55 Estes intelectuais brancos estiveram na origem, com alguns Assimilados, após o golpe de Estado Abril de 1974 em Portugal de um grupo pró-Frelimo, os Democratas de Moçambique. O papel deste grupo, do qual emergiram muitos altos funcionários do futuro Estado independente, será tratado no Capítulo V.

Os laços pessoais tecidos nesse período constituem um elemento fundamental para a compreensão da formação do grupo dirigente da Frelimo. Nos anos de 1963 e 1964 esses laços tinham sido utilizados na tentativa de implantar a Frelimo no Sul⁵⁶, mas é no decurso da luta armada que podemos ver, na evolução da composição da liderança da Frelimo, com a crescente predominância de quadros do Sul, a importância desses laços. Para se ter uma ideia, basta ver a trajetória de alguns dos Assimilados do meio social de Lourenço Marques: Samora Machel, Joaquim Chissano, Armando Guebuza e Mariano Matsinhe, para citar apenas os mais importantes.

Anticolonialismo e nacionalismo

Acabámos de ver as circunstâncias em que ocorreu a convergência numa mesma organização política de elementos oriundos de grupos tão distantes social e geograficamente quanto os Assimilados do sul e os Makonde do norte. Resta, no entanto, uma questão fundamental a ser respondida: qual é a base dessa aliança?

Cada um desses grupos mobiliza-se politicamente por razões que lhe são próprias, em função da posição particular que ocupa no sistema colonial. Assim, as motivações dos camponeses, em primeiro lugar dos camponeses Makonde que aderiram à Frelimo desde a sua formação, em seguida, de todos aqueles que, durante a guerra, formaram a base social da Frelimo nas áreas subtraídas ao controlo da administração portuguesa e, finalmente, de toda a população camponesa moçambicana após a queda do regime colonial, foram baseadas na sua experiência comum de trabalho forçado e culturas obrigatórias, de preços baixos para os seus produtos, de salários miseráveis e de castigos corporais. Neste caso, a força da palavra de ordem de independência lançada pela Frelimo, a sua eficácia mobilizadora, resultava do facto de eles esperarem que a nova ordem social prometida pusesse fim a essas práticas e, conseqüentemente, lhes proporcionasse uma vida melhor.

Não é demais insistir neste ponto: a participação camponesa na luta da Frelimo, desde as formas mais simples de apoio até ao engajamento no seu exército, não é mais do que a expressão da revolta desse grupo social contra as práticas do Estado colonial. Por outras palavras, é uma forma simples de anticolonialismo. De facto, não havia uma consciência nacional no seio do campesinato. Por exemplo, a propaganda do Partido do Congresso do Malawi feita dentro do território moçambicano por “moçambicanos” revelava, mais do que uma manifestação de

56 Referindo-se às acções dos jovens no âmbito do NESAM (a organização de estudantes negros do ensino médio pertencente ao Centro Associativo dos Negros de Moçambique), Mondlane afirma: “... E, talvez o mais importante, [esta acção] consolidou os contactos pessoais e estabeleceu uma rede de comunicação [...] que poderia ser usada por um futuro movimento secreto. Por exemplo, quando a Frelimo se mudou para a região de Lourenço Marques [a Quarta Região], [...] os membros da NESAM foram os primeiros a serem mobilizados e criaram uma estrutura para acolher o partido”. Mondlane, 1977: 121.

“tribalismo” ou de “regionalismo”, a prevalência de motivações puramente anticoloniais sobre possíveis sentimentos de pertença nacional.

Identificar a natureza anti estatal das motivações anticoloniais do campesinato permite desembaraçarmo-nos da carga ideológica que geralmente caracteriza a análise da experiência moçambicana de “libertação nacional” e “construção do socialismo” e que consiste em tomar como realidade a visão consagrada pelo discurso da liderança da Frelimo. E permite também eliminar um dos principais obstáculos que impedem a maioria dos autores de ver a actual guerra em Moçambique numa perspectiva diferente da simples conspiração externa. De facto, a chave para a participação dos camponeses na guerra de ontem, como na de hoje, está na sua relação conflitual com o Estado, seja ele qual for⁵⁷.

Os Assimilados também têm motivações anticoloniais, mas de natureza diferente das dos camponeses. Eles revoltam-se por causa da discriminação racial e das humilhações de que são vítimas. Foi a frustração de não terem as mesmas oportunidades que os Brancos, de não serem verdadeiramente reconhecidos na sua qualidade de cidadãos portugueses, que os levou a engajarem-se no combate anticolonial. Ao contrário dos camponeses, o seu anticolonialismo não se limita à vontade de destruir a ordem colonial; para eles, a destruição da ordem colonial está indissolúvelmente ligada a um projecto de criar uma sociedade nacional. Eles são nacionalistas no sentido de que o seu objectivo é criar um Estado-nação moderno e independente. Ao referir-se à vontade do «povo», de que o movimento que eles dirigem seria a expressão, colocam-se como os seus «representantes», legitimando assim a sua aspiração ao poder: eles consideram-se a vanguarda necessária para conduzir a luta das massas colonizadas contra o poder colonial.

Em ruptura com o colonialismo, os Assimilados forjam uma nova identidade: não se reconhecendo como Portugueses, afirmam-se «Moçambicanos». A sua luta pela independência é, simultaneamente, uma luta pela construção e imposição dessa nova identidade, «nacional», a toda a população moçambicana.

57 No seu estudo sobre a região do Eráti, Christian Geffray sublinhou, com razão, o papel desempenhado pelo processo de aldeamento, imposto às populações rurais pelo Estado da Frelimo, na sua aliança com a Renamo (Geffray, 1990).

A luta pela independência

Herdeira das formações “nacionalistas” exiladas, a Frelimo rapidamente levou a luta pela independência para o interior de Moçambique. Durante os dez anos da “luta armada de libertação nacional”, o combate contra a dominação colonial foi acompanhado de lutas internas pela direcção do movimento.

Neste capítulo, destacamos o processo de construção da hegemonia interna do grupo dirigente da Frelimo, com ênfase na explicação dos conflitos entre as diferentes correntes dentro da liderança e o papel especial do exército. Isso é essencial para entendermos a «radicalização» do movimento depois de 1968 (2º Congresso), base do projecto de «construção do socialismo» no Moçambique independente.

Não se trata aqui de fazer a história da Frelimo, mas de dar uma interpretação de acordo com a informação limitada disponível no momento actual, contribuindo assim para melhor se entender a verdadeira natureza e significado do movimento de libertação.

Que luta?

Durante os primeiros anos da sua existência, a Frelimo tinha características que a aproximavam muito do modelo seguido pelos movimentos políticos que a tinham precedido. Assim, a sua organização no terreno era baseada numa rede de comités e *branches* implantados nas áreas de alta concentração de emigrantes moçambicanos. Essas organizações de base foram especialmente numerosas nas regiões do sul da Tanzânia e do Malawi e foram formadas a partir da mobilização de alguns activistas que distribuía folhetos de propaganda da Frelimo e vendiam cartões de membro. Essa actividade foi também conduzida clandestinamente, como, aliás, tinha sido anteriormente o caso com a MANU e a UNAMI, no interior de Moçambique, nas regiões próximas das fronteiras onde havia um movimento migratório intenso.

Nos primeiros anos, a acção política da Frelimo nos círculos de emigrantes e marginalmente dentro do país é muito semelhante à dos movimentos independentistas da Tanzânia e do Malawi nas áreas rurais. Isso manifesta-se nos termos usados para designar as organizações de base, designadas de *branches* e dirigidas por *chairmen*, uma cópia exacta dos movimentos desses países; além disso, o uso generalizado da língua inglesa nos documentos internos da Frelimo (relatórios, cartas, etc.) também atesta essa influência. Mas também do ponto de vista social a Frelimo estava então próxima dos movimentos independentistas desses países: a direcção da rede de base nas áreas rurais da região central e norte do país estava nas mãos de indivíduos pertencentes a uma camada embrionária de pequenos comerciantes rurais e camionistas, assim como de alguns pequenos funcionários do aparelho do Estado colonial, maioritariamente intérpretes e outros auxiliares da administração.

A influência deste grupo dentro da Frelimo foi rapidamente neutralizada pela decisão da direcção, onde estavam sub-representados, de concentrar todos os esforços na luta armada e de intensificar as actividades no interior do território moçambicano. Houve, no entanto, uma excepção no processo de neutralização desses elementos: o planalto de Mueda (Cabo Delgado). Nesta região do interior onde o trabalho político mais se fazia sentir devido à acção de politização dos primeiros activistas da Frelimo, a rede política desenvolvida nos primeiros anos pôde manter a sua autonomia em relação aos militares, o que foi facilitado pelo facto de Lázaro Nkavandame ter sido designado Secretário Provincial quando se juntou à Frelimo em 1963⁵⁸.

Se a Frelimo foi a herdeira do movimento político predominantemente emigrante e rural que se exprimia através da MANU, da UDENAMO ou da UNAMI, também foi desde o início um movimento politicamente mais orientado para a acção no interior de Moçambique e, socialmente, mais influenciado pelos urbanos do sul. Ora, isto é de suma importância na evolução da Frelimo e do seu projecto político.

Ao contrário dos outros movimentos, cuja base social era quase exclusivamente constituída por emigrantes de origem rural (camponeses, pequenos comerciantes e assalariados), a Frelimo contava nas suas fileiras com um grande número de militantes vindos directamente do interior de Moçambique para se juntar a ela, especialmente jovens. Dentre esses militantes do interior, embora a maioria fosse originária das sociedades rurais do norte, houve também – e isso é fundamental – um bom número de urbanos provenientes da camada dos Assimilados do sul. Ao mesmo tempo, a Frelimo pôde contar também com a participação de um pequeno número de jovens intelectuais que tinham ido para a Europa, ou para a América, fazer os seus estudos superiores, entre os quais não apenas havia jovens de origem assimilada, mas também alguns Mestiços e Brancos, também principalmente oriundos da região sul de Moçambique.

58 A organização política de Cabo Delgado, com seus *chairmen*, só foi desmantelada após a deserção de Nkavandame, que se entregou às autoridades portuguesas em 1969.

Independentemente da sua origem regional ou social, os militantes do interior estavam menos influenciados do que os emigrantes pelos métodos de luta usados pelas formações políticas dos países vizinhos. Além disso, sabiam bem que a repressão do Estado colonial não deixaria campo para um movimento legal e pacífico. Os que vinham das cidades, especialmente de Maputo, tinham vivido, por exemplo, a onda de detenções que afectou o meio intelectual nacionalista e os Assimilados nos finais de 1961, a violenta repressão policial da greve dos trabalhadores do porto de Maputo, em 1963, e muitos outros episódios que demonstravam a disposição repressiva do regime português. Outros, vindos das áreas rurais de Cabo Delgado, sabiam do uso do exército para reprimir as reivindicações camponesas em Mueda em Junho de 1960 e conheciam também a acção das autoridades portuguesas contra as iniciativas de organização camponesa autónomas nesta região. Portanto, estavam todos muito motivados para se engajar no combate anticolonial que lhes era proposto pela liderança da Frelimo e eram mais sensíveis do que a maioria dos emigrantes ao apelo para a luta armada contido no seu programa. No entanto, houve também alguns emigrantes “radicalizados”, que tinham pertencido às outras organizações, e que as deixaram definitivamente para se juntarem à Frelimo para participarem na luta armada preconizada por esta última; houve ainda outros que, ficando à margem da luta, participavam através de contribuições financeiras⁵⁹.

Uma das particularidades da Frelimo em relação às outras organizações, que enfrentavam dificuldades de se reconstituir depois de os seus líderes deixarem a Frelimo, é que a sua força se baseava não só no engajamento de um grande número de militantes vindos do interior, mas também no facto de reunir intelectuais e outros urbanos, sem ligações com o campo, e camponeses oriundos das sociedades rurais do norte. Foi isso que lhe permitiu considerar de forma realista a possibilidade de continuar a luta anticolonial no interior do país pela via da luta armada, servindo os militantes oriundos das sociedades rurais de elementos de ligação para a mobilização das populações rurais do norte. Por outro lado, essa frente social ampla, onde urbanos e rurais, intelectuais, pequenos assalariados e camponeses viviam lado a lado, confirmava o ideal nacionalista do grupo dominante em formação. Este, formado essencialmente por intelectuais e urbanos do sul, foi-se constituindo gradualmente ao redor do presidente Mondlane. Embora representassem apenas uma pequena fracção da sociedade colonial, eles eram, pela sua escolaridade, os detentores do conhecimento moderno e das habilidades necessárias para a organização efectiva do aparelho político. Eram, também, pela sua posição social particular, os portadores da ideia nacional. De facto, os termos do discurso fundador da Frelimo apelavam à união de todos os moçambicanos sem distinção “de origem étnica, condição de fortuna, confissão religiosa ou filosófica e sexual”⁶⁰. É evidente que a luta

59 Borges Coelho, 1984.

60 Declaração Geral do Primeiro Congresso da Frelimo, Dossier FRELIMO 1: 11-16.

liderada pela Frelimo era fundamentalmente anticolonial no seu conteúdo, mas afirmava-se nacional no seu discurso: graças às alianças formadas dentro da Frelimo entre os diferentes grupos sociais que aí se encontram representados, as reivindicações nacionalistas das camadas urbanas aparecem como sendo as reivindicações de todos os Moçambicanos.

A orientação política “nacionalista” da Frelimo foi acompanhada pela decisão, consagrada no programa adoptado no seu primeiro congresso, de usar “todos os meios” para obter a independência do país. Por trás desta formulação estava a intenção de recorrer à “luta armada”. Isso não foi expresso de maneira directa e clara para não alienar alguns dos potenciais aderentes. De facto, deve-se ressaltar que a orientação preconizada pela CONCP era a de “acção directa», isto é, da «luta armada» no quadro de uma ampla frente política e social e que o principal redactor do programa e dos estatutos da Frelimo foi Marcelino dos Santos, na altura Secretário-geral da CONCP. Ao mesmo tempo, outras duas organizações pertencentes à CONCP já haviam iniciado a «luta armada»: o MPLA em Angola e o PAIGC na Guiné-Bissau.

O facto de insistir na acção militar não significa que outras formas de luta fossem, por princípio, excluídas, mas é óbvio que a Frelimo não mostrou grande iniciativa nesse sentido. Basta dizer que o único episódio de luta não armada por ela reivindicado teria sido uma série de greves organizadas em 1963 por militantes clandestinos nos portos de Maputo, Beira e Nacala⁶¹. Na realidade, há evidências de que se tratava da recuperação de um movimento completamente autónomo. Primeiro, embora seja verdade trabalhadores do porto de Maputo fizeram greve durante alguns dias em Junho de 1963, antes de serem duramente reprimidos pelas autoridades coloniais, a extensão desse movimento para os outros dois portos não ocorreu⁶². Por outro lado, naquela altura, não havia uma rede organizada da Frelimo em Maputo, embora houvesse um certo número de simpatizantes. Finalmente, um desses apoiantes, profissionalmente próximo do meio portuário, que fez parte da primeira rede de Frelimo no sul do país, contradiz formalmente qualquer ligação entre essa greve e supostos organizadores pertencentes à Frelimo⁶³.

Samora Machel justificará mais tarde a escolha das áreas rurais para o desenvolvimento da luta armada, apontando várias razões. Segundo ele, o acesso das forças da Frelimo às zonas rurais, onde vivia a maioria da população moçambicana, era mais fácil e isso não só permitia libertar parte do território e das suas populações do controlo do inimigo, mas também recrutar novos militantes e assim aumentar o número de guerrilheiros. Por outro lado, nas áreas

61 Mondlane, 1977.

62 Isto é confirmado por Alexandrino José numa pesquisa sobre a greve de 1963 no Porto de Maputo, que não conseguiu encontrar nenhum traço de greves na Beira e em Nacala durante o mesmo período. Ver JOSÉ, 1987.

63 Entrevista de Amaral Matos por Teresa Cruz e Silva (5/4/86).

urbanas a presença colonial era mais forte, o controlo mais eficiente e o acesso mais difícil, o que teria exigido, para se realizar acções de guerrilha urbana, um “trabalho lento e custoso», que apesar da sua «natureza espectacular» se podia mostrar «desastroso» para o movimento⁶⁴. Na verdade, Machel coloca a questão apenas em termos militares, ignorando outros meios de acção política, incluindo a organização de um movimento clandestino n o seio das camadas sociais urbanas. E, de facto, antes do golpe de 25 de Abril de 1974 em Portugal, as cidades nunca constituíram para a Frelimo uma base privilegiada de luta política.

A preparação da guerra

O ano de 1963 foi marcado por uma intensa actividade diplomática por parte da liderança da Frelimo, particularmente de Mondlane, do vice-presidente Simango e de Marcelino dos Santos, para dar a conhecer a causa da independência de Moçambique. Ao mesmo tempo, procuraram estabelecer contactos com os países mais comprometidos no plano internacional com a luta anticolonial e, portanto, susceptíveis não só de fornecer apoio político-diplomático, mas também de apoiar a iniciativa de uma luta armada contribuindo para a formação de quadros militares e com o fornecimento de material de guerra. Os primeiros contactos com a China, a URSS e outros países da Europa Oriental foram feitos nessa altura. No entanto, foi na Argélia, país com o qual a CONCP tinha ligações muito estreitas e onde a FLN tinha acabado de adquirir a independência na sequência de uma guerra com as forças coloniais francesas, que os primeiros combatentes da Frelimo fizeram o seu treino militar. Foi também deste país e de Marrocos que vieram as primeiras armas para iniciar da guerra em Moçambique.

A Frelimo contava também com o apoio, vital, da Tanzânia para a luta. O governo de Nyerere foi desde o início o seu aliado mais relevante. Primeiro, permitiu-lhe estabelecer o seu quartel-general em Dar es Salaam e prestou-lhe apoio político, diplomático e material praticamente incondicional. Em segundo lugar, facilitou a instalação de campos de treino militar no seu território. O primeiro foi o campo de Bagamoyo, criado em 1963 sob a direcção de Filipe Samuel Magaia, um antigo membro do NESAM que tinha feito parte do primeiro grupo enviado à Argélia para fazer treino militar; um outro campo militar foi instalado no ano seguinte em Kongwa, liderado por Samora Machel, que fez parte do segundo grupo treinado na Argélia, assistido por Alberto Chipande e Raimundo Pachinuapa, dois próximos de Nkavandame no tempo da SAAVM (de Kongwa saíram os primeiros combatentes que abriram, em Setembro de 1964, as várias frentes de guerrilha no interior de Moçambique); no ano seguinte, a Frelimo deixou Kongwa para se instalar em Nachingwea, que se tornou mais tarde (a partir de 1969), com a participação de instrutores chineses, o centro onde o treino militar foi associado à formação política e à produção, um modelo e lugar simbólico por excelência

64 Ver Machel, 1980a : 42.

do «exército popular». Finalmente, Nyerere permitiu a circulação no território do seu país de armamentos para as frentes no interior de Moçambique. Tudo isto é claro, correndo o risco de sofrer represálias militares da parte do exército português⁶⁵.

A decisão da liderança da Frelimo de se engajar num confronto armado com as forças coloniais, como já era o caso para o MPLA e o PAIGC, era clara. Porém, a estratégia e as táticas a seguir nessa luta não estavam muito definidas: uns pensavam que uma acção violenta na capital seria suficiente para trazer o governo português para a mesa de negociações, alguns defendiam um levantamento popular contra os colonos e outros ainda eram a favor de uma guerra de guerrilha, acompanhada de um trabalho permanente de politização das populações⁶⁶. Estes últimos eram os mais influenciados pelas posições da CONCP. Para eles, as referências eram as experiências argelina, chinesa e vietnamita.

Entre as diferentes opiniões sobre a orientação da luta, a liderança da Frelimo e os chefes militares formados na Argélia optaram pela que defendia o recurso à guerrilha. Dispondo apenas de um número reduzido de combatentes treinados (cerca de duzentos), a ideia era desde o início instalar bases espalhadas no mato, em locais de difícil acesso, e conduzir a partir daí ataques contra objectivos mal protegidos, como os pequenos postos administrativos isolados. Além disso, a escolha dos locais de implantação das bases era feita de acordo com a localização de populações apoiantes, capazes de ajudar a transportar armas e munições, participar na alimentação dos guerrilheiros e eventualmente de fornecer novos recrutas, para além de prestar informações aos combatentes sobre os movimentos das forças inimigas. Finalmente, essas comunidades do interior tinham sido politicamente mobilizadas e avisadas sobre a iminência do início das hostilidades. Tinham-lhes sido explicados os objectivos do movimento (acabar com o colonialismo português e as suas práticas de culturas obrigatórias e de trabalho forçado, com o imposto, com a prática de roubos dos comerciantes, etc.), tinha-lhes sido dito que a luta pela independência já tinha começado noutras colónias portuguesas e que em breve a Frelimo iniciaria a luta armada contra o colonialismo. No entanto, se a decisão sobre o princípio de uma guerrilha fundamentalmente rural era clara para os membros mais influentes da liderança, o nível de consciência das implicações e duração de tal guerra entre os activistas de base encarregados de fazer a mobilização no terreno era bastante fraco. Mesmo ao nível da liderança, o foco da luta permaneceu, nos primeiros anos, bastante indeterminado, como o testemunham a decisão inicial de abrir frentes em todas as regiões do país com apenas um

65 Durante a guerra, a força aérea portuguesa realizou bombardeamentos esporádicos em áreas da Tanzânia perto do rio Rovuma (fronteira de Moçambique). No entanto, o governo português encontrava-se numa situação muito delicada na cena internacional e mesmo em relação aos seus aliados mais próximos da OTAN, cuja reacção temia, para se permitir deixar o campo aberto para os militares, que queriam realizar operações no território da Tanzânia para destruir os campos da Frelimo e cortar as linhas de penetração de homens e material no interior de Moçambique.

66 Frelimo, 1977b.

punhado de combatentes fracamente armados, a ausência de reflexão sobre a organização e protecção da vida das pessoas face à inevitável reacção das forças portuguesas e a subestimação das dificuldades logísticas para manter frentes demasiado afastadas do santuário da Tanzânia.

Uma guerra difícil

Em Julho de 1964, a liderança da Frelimo tomou a decisão de que a luta armada seria iniciada em Setembro do mesmo ano. Pequenos grupos de combatentes partiram para o interior de Moçambique, com instruções para atacar apenas objectivos militares ou administrativos. As primeiras acções tiveram lugar no norte (Cabo Delgado e Niassa) e no centro (Zambézia e Tete), estando também previstas acções no sul, a Quarta Região Militar. No entanto, a tentativa de abrir uma frente no sul falhou. De facto, esta última frente foi organizada a partir da Swazilândia, um território onde a vigilância conjunta da polícia política portuguesa, a PIDE, e da polícia sul-africana nos círculos nacionalistas era intensa. A polícia portuguesa, que também vigiava o meio dos Assimilados em Maputo, pôde assim, aceder a informação e destruir a rede de activistas que tinham vindo da Tanzânia via Swazilândia e Rodésia e, ao mesmo tempo, prendeu um grande número de apoiantes da Frelimo em Maputo⁶⁷.

Após alguns meses de acções esporádicas, as frentes da Zambézia e de Tete tiveram de ser abandonadas. Ficavam muito longe da Tanzânia e não era fácil nem seguro passar homens e equipamentos pelo território do Malawi, apesar de algum grau de tolerância do governo de Banda em relação às actividades de propaganda e ao acolhimento de refugiados⁶⁸. A Frelimo recuou para as duas províncias fronteiriças da Tanzânia para aí concentrar as suas actividades. Para as forças militares portuguesas era difícil controlar de forma eficiente uma fronteira de 800 km e o Lago Niassa. Só bastante mais tarde, em 1968, é que a Frelimo, melhor organizada e contando com o apoio da Zâmbia, pôde recomeçar as suas acções na região central do país e reabrir a frente de Tete. E foi só em 1972, após alguns anos de consolidação da sua presença nesta frente e do alargamento das suas actividades militares para o sul do Zambeze, que a Frelimo conseguiu realizar as suas primeiras operações em Manica e Sofala.

Mas a relativa facilidade de penetrar no território moçambicano a partir da Tanzânia não significa que a luta nestas duas províncias do norte tenha sido fácil. Pelo contrário, durante os primeiros seis anos houve uma sucessão de avanços e retrocessos militares e muitos problemas de “estabilização” na vida das pessoas que se tinham mudado das suas terras para se juntarem à Frelimo nas matas, nas áreas que mais tarde seriam as “zonas libertadas”. Se esse período foi crucial do ponto de vista da relação de forças no seio da Frelimo, sob a influência da guerra que se desenrolava no interior do país, do ponto de vista da confrontação militar com as

67 Cruz e Silva, 1986; 1990.

68 Borges Coelho, 1984; 1989.

forças coloniais, nada de decisivo aconteceu. Na verdade, só no ano de 1970, momento de grandes ofensivas militares portuguesas em todas as frentes (a operação Minerva em Tete, Relâmpago em Niassa e Nó Górdio – a mais conhecida – em Cabo Delgado), é que se tornou claro que já não era possível aniquilar militarmente a Frelimo, nem conter de forma durável o avanço da guerrilha.

As primeiras acções levadas a cabo pela Frelimo na província do Niassa, a partir de Setembro de 1964, foram dirigidas contra postos portugueses nas margens do Lago Niassa. Parte da população das áreas afectadas refugiou-se com os guerrilhas nas florestas do interior, levando consigo os produtos que acabavam de ser colhidos. No ano seguinte, os ataques nas margens do Lago Niassa aumentaram e uma nova frente foi aberta no leste do Niassa. Mas a deslocação das populações e a desorganização da produção agrícola que se seguiu causaram uma fome generalizada. Parte da população procurou então refúgio na Tanzânia, enquanto outra parte se entregou aos Portugueses, forçando os combatentes a abandonar uma boa parte das suas áreas de acção.

No final de 1967, uma nova ofensiva da Frelimo permitiu-lhe levar a guerra de guerrilha para o sul da província (o eixo Mandimba-Maúá-Marrupa). O estabelecimento das forças da Frelimo nesta região permitiria usá-la como base para chegar à Zambézia, cruzando o rio Lúrio. Porém, esta tentativa fracassou rapidamente face à reacção do exército colonial. As incursões para destruir as bases da guerrilha e «recuperar» as populações, assim como os bombardeamentos intensivos nos campos cultivados nas zonas de influência da Frelimo, produziram danos consideráveis. Um grande número de oficiais militares e combatentes da Frelimo (entre eles o comandante provincial) renderam-se naquele momento ao exército colonial e a fome voltou a ser sentida em 1968, provocando movimentos populacionais significativos, quer para a Tanzânia, quer para as áreas sob o controlo da administração portuguesa.

A direcção da Frelimo decidiu então fechar a frente sul do Niassa e o que restava das suas forças recuou para as terras menos povoadas da província, a norte de Lichinga, com a preocupação de proteger e consolidar o controlo das suas posições nessas áreas mais isoladas. As poucas estradas de acesso foram sistematicamente minadas e as pequenas pontes sobre os rios destruídas, impedindo assim a penetração por via terrestre das forças coloniais nas «zonas libertadas».

Gradualmente, a vida reorganizou-se nessas regiões para enfrentar os ataques portugueses, que se limitavam praticamente a bombardeamentos e a operações de tropas helitransportadas. Como medida de protecção, as bases da guerrilha eram pequenas e móveis, ao mesmo tempo que a população cultivava vários pequenos campos dispersos e construía numerosos celeiros escondidos na floresta.

A partir dessas bases relativamente seguras, a guerrilha recomeçou a sua actividade de assédio às forças coloniais, minando as estradas, emboscando as colunas militares e atacando com morteiros os quartéis instalados nos postos administrativos. A partir de 1970, a guerrilha voltou a estar presente no sul do Niassa, cuja capital ficou praticamente cercada.

Estabeleceu-se então uma espécie de equilíbrio entre os dois adversários, sem que ninguém pudesse conduzir uma ofensiva decisiva a nível militar, situação que mudou pouco até o final da guerra em 1974, com o golpe militar em Portugal.

Naturalmente, a evolução da guerra nas frentes de Cabo Delgado, ou de Tete e Manica e Sofala mais tarde, apresenta uma dinâmica particular em função das características do terreno, quer do ponto de vista de sua configuração física, quer do ponto de vista das sociedades locais. Mas o processo foi fundamentalmente o mesmo. Durante os primeiros anos, a evolução da guerra foi muito incerta e foi só em 1970 que a Frelimo pôde dispor de um exército suficientemente organizado e bem armado e de uma liderança militar suficientemente treinada nas técnicas de guerrilha, para ter sucesso na sua implantação duradoura no terreno, ainda que não deixasse de necessitar das suas bases externas estratégicas, na Tanzânia e na Zâmbia.

O ano de 1970 também marca um momento de viragem política na história interna do movimento, até aí caracterizada por conflitos ao longo dos quais a hegemonia do «grupo marxista» se começou a afirmar e acabou, depois, por se impor.

Lutas de poder

Ao longo do período que vai desde a criação da Frelimo até Abril de 1970, a liderança da Frelimo foi abalada por uma sucessão de conflitos internos. Durante esses confrontos, intelectuais de inspiração marxista, que como vimos eram na sua maioria do sul, afastaram os membros da liderança e vários outros quadros que se lhes opunham. Como isso foi possível, em que condições as divergências se resolveram a favor dos intelectuais do sul, sendo que o campo de acção da Frelimo se limitava quase exclusivamente às regiões do norte e uma parte do centro do país e que os quadros afastados eram oriundos precisamente destas regiões?

A interpretação consagrada em todos os documentos oficiais da Frelimo apresenta este processo como uma crise que teria visto “duas linhas ideológicas que se confrontavam dentro da liderança suprema da Frelimo, uma revolucionária e popular e a outra oportunista, baseada no tribalismo, racismo e ambição, portanto contra-revolucionária”⁶⁹. Esta interpretação, retomada na quase totalidade das obras sobre a história da Frelimo, está no centro do esforço de legitimação da hegemonia do grupo dirigente da Frelimo e do seu projecto de “construção do socialismo”. Mas uma análise simples em termos de “crise” e de “linha justa” não permite compreender o resultado do conflito em favor dos intelectuais de inspiração marxista na confrontação que os opôs a outros elementos da liderança do movimento que contestavam a sua hegemonia.

69 Frelimo, 1977e. Esta passagem é um excerto do documento do Comité Central da Frelimo (Os Graves Acontecimentos de 1968 e as Divergências ao Nível da Direcção, 21/4/69), parte do qual foi reproduzido numa antologia distribuída aos delegados e outros participantes do 3º. Congresso, em Fevereiro de 1977. Neste documento, pela primeira vez, a direcção da Frelimo analisa a “crise” em termos de “luta de classes”.

Um primeiro elemento de explicação das lutas internas Frelimo é interpretá-las em termos de conflito “entre grupos com trajectórias sociais e culturais opostas: Assimilados, Mestiços e Brancos (funcionários e estudantes) das cidades e especialmente do sul, contra pequenos comerciantes e elites rurais, especialmente do norte”⁷⁰. No entanto, esta distinção não reflecte totalmente as divisões realmente existentes dentro da Frelimo. É um facto que os defensores da orientação marxista se opuseram aos representantes de uma camada de pequenos comerciantes organizados em torno de Lazaro Nkavandame e entraram em contradição com os grandes chefes tradicionais e outros notáveis, nomeadamente no Niassa, mas também se opuseram aos intelectuais e urbanos originários da região central do país, dos quais o mais prestigiado era o próprio vice-presidente da Frelimo, Uria Simango. A análise deve, pois, tomar em conta também a evolução das relações de força entre os diferentes grupos, as suas posições dentro do movimento independentista e as suas estratégias.

A linha de ruptura entre o grupo «sulista» e os demais, quer se trate do grupo de Nkavandame, dos urbanos do centro, ou dos chefes tradicionais, situa-se na sua relação com o aparelho militar que se foi constituindo como uma força a partir de 1964. É através do exército que os intelectuais do sul conseguem impor a sua orientação a todo o movimento. O exército tornou-se, muito rapidamente e após o início das hostilidades, o elemento mais importante da Frelimo, instrumento privilegiado do projecto político de destruição da ordem colonial, que se traduzia na luta de guerrilha conduzida no interior de Moçambique. Além disso, os combatentes estavam em contacto directo com as populações e, pela sua acção, garantiam a credibilidade da organização no seio dos que escolheram fugir do controlo da administração portuguesa e instalar-se no mato à volta das bases da guerra da guerrilha. Finalmente, a luta dentro do país era ainda um elemento de legitimidade da liderança na cena internacional.

Portanto, o exército estava no centro das estratégias de poder dentro da Frelimo e o controlo do aparelho militar e a definição do papel do exército dentro da organização eram as questões mais importantes no confronto entre as diferentes facções da liderança política.

Os intelectuais do sul formam um grupo cujos dois principais representantes, Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos, têm um prestígio considerável, tanto no meio nacionalista de Maputo, como a nível internacional, ocupando desde a criação da Frelimo os postos de Presidente e Secretário para as Relações Exteriores, respectivamente, ou seja, posições essenciais do dispositivo político da organização. Marcelino dos Santos é o ideólogo que trouxe o projecto de luta armada (com base numa definição do inimigo em termos de «sistema colonial» e não de «raça») defendido pela CONCP de que tinha sido o Secretário-geral. À volta destes dois homens foi-se formando gradualmente um grupo composto principalmente de jovens estudantes (Joaquim Chissano, Mariano Matsinhe Pascoal Mocumbi, Filipe Samuel

70 Brito, 1988 : 26.

Magaia Armando Guebuza Josina Muthemba, Jorge Rebelo, Óscar Monteiro, Sérgio Vieira, etc.) que aderiram à Frelimo entre 1962 e 1965⁷¹. Apesar da diversidade das origens deste grupo – há Negros, Mestiços, Indianos, Brancos, provenientes de famílias protestantes e católicas, urbanas, assimiladas ou camponesa⁷² – a sua experiência comum do movimento nacionalista em Maputo traduziu-se num alto grau de coesão e no seu investimento unânime no projecto de luta “político-militar” formulado por Marcelino dos Santos e partilhado por Eduardo Mondlane.

Tendo uma formação académica superior à média, estes jovens foram rapidamente levados, através de um processo de cooptação, a ocupar cargos de responsabilidade no aparelho da Frelimo, como secretários ou secretários adjuntos dos diferentes departamentos. Assim, eles não só controlam o nível executivo, mas formam igualmente o núcleo do comité central, uma vez que a composição deste, definida pelo primeiro congresso, incluía cerca de vinte pessoas dentre as quais o Presidente e o Vice-presidente, os secretários dos departamentos e os seus adjuntos e também os secretários provinciais.

A cooptação dos jovens intelectuais do sul para as posições «burocráticas» colocava-os automaticamente no topo da direcção política do movimento. A sua posição no comité central, a coesão do grupo e a sua formação de inspiração marxista explicam que as resoluções deste órgão tenham sempre confirmado a orientação «político-militar» que propunham. Isso não significa, no entanto, que as decisões tomadas pelo comité central fossem facilmente implementadas no terreno. De facto, não tinham grande capacidade para assegurar a implementação das decisões no interior do país, pois não controlavam a rede política interna. Esta rede estava teoricamente sob a autoridade do secretário do Departamento de Organização do Interior (DOI), cargo para que foi nomeado em 1966, Mariano Matsinhe (ex-NESAM). Mas, na realidade, a organização no interior estava nas mãos de notáveis locais. Em contrapartida, os sulistas controlavam o aparelho militar, cuja formação tinham dirigido desde o início.

Entre os primeiros militantes que foram para a Argélia fazer treino militar, estava Filipe Magaia (ex-NESAM). De volta à Tanzânia, foi nomeado responsável do campo de Bagamoyo, onde eram recebidos os que vinham juntar-se à Frelimo e onde era feita a selecção dos futuros combatentes. Quando o segundo grupo voltou para da Argélia, Samora Machel, também próximo do meio nacionalista do sul, foi escolhido para dirigir o campo de Kongwa, em colaboração com dois jovens Makonde próximos de Nkavandame, Alberto Chipande e Raimundo Pachinuapa. Em seguida, Filipe Magaia foi nomeado Secretário do Departamento de Defesa, isto é, chefe do exército. Após sua morte, em 1966, este posto foi atribuído a Samora Machel.

71 Durante o mesmo período, alguns Brancos também aderiram à Frelimo, entre outros, Jacinto Veloso, João Ferreira, Fernando Ganhão e Hélder Martins.

72 Essas diferenças, que poderiam em princípio ter sido um obstáculo à participação de todos numa mesma organização, não o foram, provavelmente, devido à fraqueza de cada dos grupos de origem.

Alguns viram nisso uma conspiração dos sulistas, pois o sucessor lógico de Magaia teria sido o seu adjunto, Casal Ribeiro, mas a este último – que não era do sul – foi atribuída apenas a posição de Comissário Político do exército, ficando assim hierarquicamente sujeito à autoridade de Samora Machel⁷³, que empreendeu no ano seguinte um processo de reorganização do exército.

A estrutura inicial do exército, muito simples, articulada ao nível central em torno do secretário do Departamento de Defesa e do seu adjunto, e ao nível local em quatro comandos regionais, tornou-se então uma estrutura complexa, dando origem às FPLM (Forças Populares de Libertação de Moçambique), com um conselho de comando nacional (secretário do Departamento de Defesa, Comissário Político e chefes das doze secções), comandos provinciais (comandante provincial, seu adjunto, comissário político e chefe de operações), ficando as forças de combate organizadas em batalhões, destacamentos, companhias e unidades. Em termos práticos, independentemente dos aspectos puramente militares, com a criação pelo Comité Central em Outubro de 1966 de um Comité Político-Militar sob a liderança do Presidente da Frelimo e com a reorganização de 1967, foi toda a cadeia de comando do exército que ficou submetida, até à base, ao controlo daqueles que tinham grande dificuldade em fazer com que os líderes da rede política partilhassem o seu projecto. O exército, reorganizado, que se tornou a principal força do movimento nas vésperas do 2º Congresso (1968), constituiu o verdadeiro fundamento do poder do grupo sulista.

A orientação que os «político-militares» queriam dar ao movimento provocou reacções. Inicialmente, a ofensiva foi liderada por Nkavandame, contando com o apoio de um sector da TANU e do governo da Tanzânia⁷⁴. Para além disso, ele tinha um poder real dentro da Frelimo, já que na sua qualidade de secretário da província de Cabo Delgado (precisamente o teatro de guerra mais importante), dirigia o aparelho político interior e dispunha mesmo de uma força de milícia. Um bom número de *chairmen* estavam do seu lado e defendiam a sua posição sobre o papel do exército, que, segundo ele, não se devia envolver nas questões de ordem política. O conflito agravou-se no início de 1968, quando Nkavandame tentou opor-se à visita do Presidente Mondlane à província de Cabo Delgado, sob pretexto de que ele devia previamente pedir autorização aos responsáveis provinciais. Ora, isso acontece num momento em que alguns comandantes mais politizados começavam a transmitir queixas dos camponeses contra abusos práticos nos postos de troca controlados pelos chefes políticos locais, sob a liderança de Nkavandame. Ao mesmo tempo, Nkavandame juntamente com outros membros do Comité Central, fazia pressão para a realização urgente do 2º Congresso.

73 Opello Jr., 1975: 73-74. Casal Ribeiro foi posteriormente secretário da província de Tete, antes de desertar em 1970.

74 Nkavandame tinha o apoio de membros da corrente conservadora da TANU, nomeadamente de um alto responsável da Tanzânia, Óscar Kambona, que tinha ascendentes moçambicanos e queria desempenhar um papel na luta pela independência de Moçambique.

Contrariamente à proposta de Nkavandame de que o Congresso se realizasse no território da Tanzânia e sem a participação dos militares, este acabou por se realizar em Julho de 1968 em Madjedje, nas “zonas libertadas” do Niassa, com a participação de representantes militares e civis de cada província.

A violência que caracterizou este período (por exemplo, a agressão de vários quadros da Frelimo, que resultou na morte de Mateus Muthemba, num ataque de um grupo de apoiantes de Nkavandame contra os escritórios da Frelimo em Dar es Salaam, dois meses e meio antes do congresso, e o assassinato de Paulo Kankhomba, vice-chefe de operações, alguns meses depois do congresso) mostra bem a importância do conflito: não só o comité central tinha finalmente decidido que o congresso seria realizado nas «zonas libertadas», mas também tinha decidido que a delegação de cada província seria composta por nove representantes militares e oito civis, o que deixava pouco campo para ilusões quanto a um resultado favorável ao grupo sulista.

Lázaro Nkavandame e alguns dos seus *chairmen* decidiram boicotar o congresso e recusaram-se a participar. Ao mesmo tempo, tentaram enfraquecer a posição dos militares na província, apelando à população para se recusar a fornecer comida para as bases militares, e usaram os elementos da milícia para impedir o acesso à província dos quadros enviados pela direcção da Frelimo para aí implementar as decisões do congresso.

Imediatamente após o congresso, tendo em conta o apoio e prestígio de que gozava Nkavandame junto de alguns membros influentes do poder tanzaniano, Mondlane tentou ainda salvar a “unidade” do movimento, ou seja, evitar a ruptura com ele. Foi então organizada em Mtwara (Tanzânia) uma reunião dirigida pelo presidente regional da TANU, na qual participaram Nkavandame e alguns membros do comité central da Frelimo, mas também os secretários das províncias, os responsáveis do exército da Frelimo, assim como três membros do comité central da TANU e dois ministros da Tanzânia. Este encontro tinha como objectivo encontrar um compromisso, mas Nkavandame reafirmou as suas posições separatistas⁷⁵. Após a reunião, o governo da Tanzânia ordenou a abertura da fronteira de Cabo Delgado, mas a milícia de Nkavandame continuou a negar o acesso do interior aos elementos leais à direcção da Frelimo. O assassinato de Kankhomba em Dezembro de 1968, quando este se preparava para entrar em Cabo Delgado, com o objectivo de preparar a chegada de uma comissão de inquérito sobre as actividades de Nkavandame e seus colaboradores, foi o evento decisivo que precipitou a queda deste. A Frelimo pôde, então, mostrar a sua cumplicidade no assassinato de Kankhomba e pedir aos responsáveis do governo da Tanzânia que os culpados lhe fossem entregues para serem

75 *Notas posteriores sobre a morte de Paulo Samuel Kankhomba*. Este documento, redigido por Mondlane após o assassinato de Kankhomba solicitando ao governo da Tanzânia para prender e entregar à Frelimo Nkavandame e uma vintena dos seus colaboradores, fornece informações muito interessantes sobre o conflito entre a liderança da Frelimo e Nkavandame. Documento publicado no primeiro número do Boletim *Não Vamos Esquecer!*, Oficina de História do Centro de Estudos Africanos (Maputo).

levados para o interior de Cabo Delgado, onde o povo faria justiça⁷⁶. Entretanto, em Março de 1969, Lázaro Nkavandame e trinta e cinco outros políticos de Cabo Delgado decidiram entregar-se às autoridades portuguesas.

Entre as consequências do fracasso da iniciativa de Nkavandame de confrontar o grupo “político-militar”, conta-se o enfraquecimento da oposição interna na Frelimo e o assassinato do Presidente Mondlane, em Fevereiro de 1969⁷⁷, não impediu a radicalização em curso. Pelo contrário, o vazio criado pelo desaparecimento de Mondlane permitiu aos «político-militares» assegurarem a sua supremacia. De facto, a presidência interina de Simango durou apenas três meses. O comité central reuniu-se no início de Abril e, recusando-se a confirmar a nomeação de Simango para a presidência, instituiu uma direcção colegial, o conselho da presidência, para o qual, para além de Simango, foram indicados Marcelino dos Santos e Samora Machel. Simango ficava assim em minoria na troika, privado de qualquer poder efectivo. Isolado na direcção do movimento, Simango reagiu alguns meses mais tarde publicando um texto onde atacava os sulistas, acusando-os de conspiração tribalista e dissociando-se da sua «acção de criminosos»⁷⁸. Esta auto-exclusão, apesar das iniciativas de Nyerere e do Comité de Libertação da OUA para resolver o conflito, foi imediatamente seguido por uma reacção do Comité Executivo da Frelimo decidindo a sua suspensão das funções até uma posterior decisão final. Em Maio de 1970, o comité central confirmou a sua expulsão da Frelimo. Simango também, como tinha sido o caso de Gwambe pouco depois da formação da Frelimo, foi forçado a deixar a Tanzânia por ordens do governo de Nyerere, mesmo antes do comité central o ter formalmente expulso da Frelimo⁷⁹...

A exclusão de Simango levou ao abandono da Frelimo pela maioria dos quadros de Manica e Sofala, que eram próximos dele⁸⁰. Entre eles contava-se Miguel Murrupa, o vice-secretário do Departamento de Relações Exteriores, que se entregou às autoridades coloniais. Ao contrário dos sulistas, os quadros da região central de Moçambique eram pouco numerosos, não tinham praticamente laços prévios entre si e, mais importante, não ocupavam posições no topo do aparelho militar. Portanto, não estavam em condições de resistir à orientação

76 *Ibid.*

77 Mondlane foi vítima de uma encomenda postal armadilhada, presumivelmente preparada pela polícia política portuguesa.

78 Parte deste texto de Simango (*Situação Sombria na FRELIMO*) foi publicado em Bragança e Wallerstein, 1978 (2): 205-208.

79 De acordo com Opello Jr., em Fevereiro de 1970, quando Simango expressou a sua intenção de formar outra organização política, foi declarado *persona non grata* pelo governo da Tanzânia. Opello Jr., 1975: 78.

80 Testemunho de Zeca Caliate em entrevista conduzida por Michel Cahen, em Lisboa a 26 de Novembro de 1989. Zeca Caliate, nascido em Milange (província da Zambézia), fez parte dos primeiros grupos de guerrilheiros que abriram a frente da Zambézia em 1964. Mais tarde (1968) participou na reabertura da Frente de Tete e em 1970 era o comandante das forças que operavam naquela província, a sul do Zambeze, tendo desertado em 1973.

dada pelos sulistas à Frelimo. Além disso, diferentemente de Nkavandame, sendo originários de áreas não atingidas pela luta armada, também não dispunham de uma implantação social no país capaz de reforçar a sua posição. De facto, a legitimidade do combate anticolonial acabou por ser assumida pelos sulistas, graças ao seu investimento na guerra e ao controlo sobre o exército, o principal instrumento da luta e o lugar de uma aliança com os jovens chefes militares oriundos de todas as províncias de Moçambique.

Os conflitos vividos durante o período de 1968-1970 ao nível da liderança da Frelimo não tiveram um impacto muito significativo entre os militares, particularmente entre os quadros intermédios das províncias do norte e centro do país. Isto não impediu, no entanto, que alguns dos comandantes que tinham apoiado as posições defendidas por Samora Machel no 2º Congresso e permanecido fiéis a ele, deixassem o movimento nos anos seguintes à expulsão de Simango. O apoio a Samora Machel era lógico, se considerarmos que as posições defendidas pelos sulistas – que ele representava no exército – significavam a valorização do papel do exército, portanto dos militares, no seio do movimento. Mas, após a exclusão de Simango, a radicalização do processo criou um certo mal-estar no exército, uma espécie de desconfiança entre nortistas e sulistas, que esteve certamente na origem de algumas das deserções que se seguiram⁸¹. Mas podemos ver aí uma clivagem da natureza étnica? É verdade que o argumento de origem regional foi frequentemente evocado pelos oponentes à hegemonia sulista durante os conflitos no seio da liderança, mas nunca foi questão de uma “etnia” particular⁸². Exceptuando Nkavandame, a quem se podia reconhecer uma base social especificamente makonde desde antes da luta armada, nenhum dos outros líderes da Frelimo tinha ligações com as sociedades camponesas ao ponto de fazê-lo aparecer como um representante legitimamente reconhecido dessas populações.

No caso de Nkavandame, três factores contribuíram para que não fosse seguido pelas populações nos seus apelos contra a «dominação da gente do sul»: em primeiro lugar, ele não tinha implantação entre os guerrilheiros que, combatendo de armas nas mãos contra as forças coloniais, representavam melhor aos olhos da população a sua vontade de libertação; em segundo lugar, as práticas de exploração dos camponeses que lhe eram imputados no campo das trocas, práticas denunciadas pelos militares, não eram certamente um elemento susceptível de lhe trazer a confiança e o apoio popular; finalmente, os soldados makonde estavam representados no topo da hierarquia do exército, sendo a maioria dos comandantes militares que operavam em Cabo Delgado também Makonde que apoiavam a orientação de Samora Machel, o que tornava difícil a mobilização em termos étnicos contra a liderança da Frelimo.

81 Por exemplo, no testemunho já citado de Zeca Caliate pode-se vislumbrar esse contexto por trás dos factos concretos que ele indica como causa da sua deserção.

82 A questão da “dominação do sul” (também dos “Branços” e “Mestiços”) ainda hoje está presente no debate político moçambicano, ainda que assuma uma forma eufemística, como foi o caso durante os debates, nomeadamente na Assembleia Popular (Outubro de 1990), sobre a nova Constituição.

Mesmo no caso de alguns grandes chefes «tradicionais» do Niassa (Mataca, Mtarica, Katur) e de outros chefes menos importantes um pouco por toda a parte, que, depois de terem aderido à Frelimo, decidiram abandonar a luta e refugiar-se nos países vizinhos, ou entregar-se às autoridades portuguesas, é difícil considerar que se tratava de manifestações de tipo «étnico», ainda que tenham sido seguidos nas suas acções pela maioria das suas populações. Em conflito com a liderança da Frelimo devido ao papel político limitado que lhes era reservado (já que a partir do congresso de 1968 deixaram de ser reconhecidos na sua qualidade de chefes), ou simplesmente porque não queriam mais enfrentar as dificuldades resultantes da guerra, foram seguidos apenas porque a população os considerava como seus líderes legítimos, independentemente de quaisquer considerações «étnicas».

Se o factor étnico não desempenhou um papel significativo na dinâmica interna da Frelimo, isso não significa automaticamente que a hegemonia dos sulistas tenha sido o resultado de uma «linha popular e justa», como o discurso oficial afirma; também não foi simplesmente o resultado de uma «crise» que teria permitido que a «linha revolucionária» ganhasse o apoio popular contra os «novos exploradores». A sua hegemonia foi na realidade construída com base na aliança estabelecida com os militares, na sua posição privilegiada no comando do exército, no seu controlo sobre as condições internas e externas da condução do combate anticolonial.

As “Zonas Libertadas”

As “zonas libertadas” são um dos elementos mais importantes da história da Frelimo: por um lado, estas regiões, libertadas do controlo do Estado colonial, materializavam o progresso da luta pela independência, dando-lhe um conteúdo concreto; por outro lado, desempenharam um papel decisivo na construção do discurso marxista da liderança, tal como as lutas pelo poder que acabam de ser mencionadas no ponto anterior.

No final da guerra, as “zonas libertadas” ocupavam apenas uma pequena parte do território moçambicano, geralmente estimada em cerca de um quinto da área total do país. Dispersas em três províncias (Cabo Delgado, Niassa e Tete), com uma densidade populacional muito baixa⁸³, as “zonas libertadas” não incluíam nenhum centro urbano. As vilas administrativas e comerciais mais ameaçadas pela guerrilha foram nalguns casos abandonadas pela administração, para se tornar bases do exército colonial. Foi à volta destas bases e em locais menos expostos às incursões das forças da Frelimo, que o poder colonial reuniu uma grande parte da população, em aldeamentos («aldeias estratégicas»)⁸⁴. Isto não significa, no entanto,

83 Niassa é a província menos povoada de Moçambique, seguida por Tete. E, das restantes províncias, só Manica é ligeiramente menos povoada do que Cabo Delgado (ver no Anexo II o mapa da densidade populacional).

84 Existiam em 1973, segundo números apresentados por Henriksen, meio milhão de pessoas assentadas em aldeamentos. Henriksen, 1983: 155.

que o resto da população estivesse sob o controlo da Frelimo. Uma parte da população rural das províncias em guerra continuou a viver nas suas terras, sob o controlo da administração portuguesa, ao mesmo tempo que dezenas de milhares de pessoas deixaram Moçambique para procurar refúgio nos países vizinhos, fugindo à guerra. Só nos primeiros dias após a resposta colonial ao primeiro ataque da Frelimo em Cabo Delgado, a Tanzânia recebeu cerca de quinze mil refugiados⁸⁵. Ao longo da guerra, a fome e os bombardeamentos nas “zonas libertadas”, quando não eram os conflitos internos de natureza política, também provocavam a saída de populações, às vezes grupos inteiros com seus líderes, quer para se entregarem aos Portugueses, quer para se refugiarem na Tanzânia, no Malawi, ou na Zâmbia.

Apesar de todas estas movimentações, uma parte da população permaneceu ao lado da Frelimo, nas “zonas libertadas”, um território livre da autoridade do Estado colonial que a Frelimo assumiu a responsabilidade de administrar. Após o 2º Congresso, a administração das “zonas libertadas” foi entregue ao exército de guerrilha: o Departamento de Organização do Interior foi abolido e no seu lugar foi estabelecida uma organização político-militar integrada. É deste período que data a instituição do “poder popular”, segundo a expressão da Frelimo. Este poder foi organizado numa estrutura piramidal com cinco níveis: círculo, localidade, distrito, província e nação. A população de cada círculo escolhia os seus representantes para formar os comités de círculo. Em seguida, para a formação dos comités dos escalões mais altos eram os membros dos comités imediatamente inferiores que escolhiam entre si os representantes. Mas, a partir do nível do distrito, a direcção dos respectivos comités (de distrito e província) era assegurada por quadros militares nomeados pela direcção da Frelimo. A liderança nacional do movimento (o comité central) tinha sido eleita pelo congresso.

Através da reorganização das «zonas libertadas» e nomeadamente da implantação da nova estrutura de poder, ignorando oficialmente o poder e a organização social linhageira, a liderança da Frelimo estabelecia na prática os mecanismos para integrar as sociedades rurais no seu projecto nacionalista e revolucionário. As «zonas libertadas» tornaram-se assim uma prefiguração do futuro Estado independente. Multiplicaram-se, então, as escolas onde eram ensinadas às crianças, entre outras matérias, a leitura, a geografia e a história de Moçambique (em português), os centros de saúde onde eram tratados os militares, mas também a população, as campanhas de vacinação, as lojas da Frelimo, onde se fazia a troca dos produtos camponeses por de bens de consumo vindos dos países vizinhos, as machambas colectivas e até mesmo algumas cooperativas embrionárias.

O discurso da Frelimo passou a apontar a transformação em curso nas «zonas libertadas» como testemunho do engajamento das «massas camponesas» na revolução. O grupo dirigente via uma adesão à revolução que estava a promover lá onde havia apenas, por causa da guerra, uma aceitação circunstancial de mudança na organização social e produtiva, na realidade até

85 Declarações de Samora Machel. *Tempo*, 201, 28/7/1974.

mais aparente do que real. Além disso, o facto de os camponeses de Cabo Delgado, confrontados com os abusos de Nkavandame, terem respondido positivamente ao *slogan*: “Abaixo a exploração do homem pelo homem” e de gritarem todos “Viva a revolução moçambicana” e muitos outros *slogans* “anti tribalistas, anti-regionalistas, anti-racistas” reforçaram ainda mais o sentimento dos líderes sobre as disposições revolucionárias dos camponeses. Ao mesmo tempo, o seu envolvimento no exército, ou simplesmente a sua participação no transporte de armas e munições, ou a produção de alimentos para os combatentes, eram outros tantos sinais interpretados pelos líderes como a expressão da sua vontade de fazer a revolução. Mas, de facto, como já foi apontado, as motivações dos camponeses que participaram da “luta armada pela libertação nacional” eram simplesmente motivações anticoloniais e anti estatais e não visavam necessariamente transformar a sua organização social.

As “zonas libertadas” e o exército, onde pessoas de todas as regiões do país se engajavam na mesma luta, lugar de confraternização entre os intelectuais urbanos do sul e “o povo”, tornaram-se assim o espaço político no qual se fundou a legitimidade do grupo dirigente, uma legitimidade cuja verdadeira natureza (anticolonial) fica ocultada pelo facto de o discurso político dos líderes ser a única fonte de expressão do significado da luta.

As “zonas libertadas”, como aparecem no discurso que sobrevaloriza transformações sociais apenas esboçadas nas circunstâncias particulares da guerra, não são mais do que o imaginário dos intelectuais projectado sobre uma realidade que eles não eram capazes de entender de forma diferente.

Independentemente do discurso oficial, a realidade das “zonas libertadas” era bem diferente. Em termos de produção, por exemplo, as tão celebradas formas colectivas de produção eram apenas campos onde toda a população de um círculo trabalhava rotativamente – quem se recusasse era acusado de ser um inimigo! – para produzir alimentos para os guerrilheiros e, ao mesmo tempo, constituir reservas que seriam usadas em caso de necessidade (geralmente provocada pela destruição das culturas familiares durante os ataques do exército colonial). A agricultura familiar continuava a ser a principal forma de produção, mas esse aspecto é sempre ignorado no discurso oficial, que insiste na «produção colectiva» e nas «transformações» que teriam ocorrido nas «zonas libertadas».

A fragilidade das «transformações» ocorridas nessas zonas, supostas representar o modelo da futura nação independente, revelou-se imediatamente após o fim da guerra, quando os camponeses começaram a fazer pressão para regressar às suas antigas terras e a tentar restabelecer o seu antigo modo de organização social. Tal foi o caso, por exemplo, no distrito de Mueda (Cabo Delgado), lugar simbólico por excelência da Frelimo, onde um braço de ferro se estabeleceu entre os camponeses e o poder, com o registo de incidentes violentos. Logo após a independência, os responsáveis da Frelimo decidiram que os habitantes de cada localidade da época da luta armada deveriam se reagrupar numa única «aldeia comunal». Esta decisão foi mal recebida pela população cuja organização linhageira tinha sido mantida durante a

luta armada ao nível do círculo e que queria que essa fosse a referência para a constituição das «aldeias comunais». O conflito também se manifestou noutra aspecto, a propósito da nomeação pela administração distrital dos novos líderes das aldeias, jovens escolhidos entre os que sabiam ler e escrever em português (isto é, aqueles que se podiam adaptar para servir – mas também para beneficiar de – uma burocracia de Estado moderno) em detrimento dos «velhos», ou seja, dos chefes tradicionais legítimos. Nalguns casos, grupos linhageiros inteiros abandonaram a «aldeia comunal» imposta pela nova administração para construir outra nas suas terras, provocando acções de repressão da parte das autoridades. Estas chegaram ao ponto de queimar algumas dessas aldeias «dissidentes», forçando os habitantes a retornar às «aldeias comunais» inicialmente estabelecidas⁸⁶.

86 Este fenómeno de “desagregação” das “aldeias comunais” em Mueda e as práticas repressivas do Estado da Frelimo estão bem documentados num relatório de pesquisa do Centro de Estudos Africanos. Ver CEA / Oficina de História, 1986. A “desagregação” nada mais é do que uma manifestação extrema do conflito que colocava as populações rurais contra a política de aldeamento conduzida pelo Estado, uma tentativa dos camponeses de manterem a sua organização linhageira, que o novo poder queria destruir a todo custo. Segundo o discurso oficial, a organização “tradicional-feudal” teria sido repudiada pelos camponeses e assim deixado de existir desde o tempo da luta armada!

Marxismo e libertação

Uma das questões centrais que se podem colocar em relação ao marxismo da Frelimo é a função social que ele desempenha e que parece ser diferente conforme a fase histórica a que nos referimos, nomeadamente antes ou depois da independência. Vamos concentrar aqui a nossa análise no período da luta armada.

Segundo a versão oficial da Frelimo, tal como foi desenvolvida nos anos setenta e oitenta, o seu marxismo teria sido o fruto da *prática*, o resultado do desenvolvimento das contradições internas que se tinham manifestado no interior do movimento durante a luta armada. Assim, as condições históricas em que se desenvolveu a guerra, a necessidade de resolver as questões concretas que resultavam da existência das “zonas libertadas”, onde era necessário responder às necessidades da população, teriam levado à definição de duas linhas antagónicas no seio da direcção: de um lado, uma *linha revolucionária*, exprimindo a vontade “popular”, e, de outro lado, uma *linha reaccionária*, favorecendo a formação de uma camada social burguesa, os chamados “novos exploradores”. Pouco depois do 2º Congresso, Eduardo Mondlane declarava numa entrevista concedida a Aquino de Bragança: “Considero, sem comprometer o partido que ainda não se pronunciou oficialmente marxista-leninista, que a Frelimo se orienta cada vez mais nessa direcção porque as condições em que lutamos e trabalhamos assim o exigem”.

Se aceitarmos esta concepção, o marxismo ter-se-ia imposto como a resposta necessária às aspirações populares. Tal era, com efeito, a imagem que os intelectuais da Frelimo se faziam do processo que dirigiam. Porém, com se verá, a realidade é diferente. No entanto, deve-se admitir – e deste ponto de vista a versão oficial não é completamente falsa – que o marxismo da Frelimo não é «fundador», no sentido que não constitui referência explícita do seu discurso político no momento da formação do movimento. Mas isto não significa que ele esteja totalmente ausente. Na realidade, ele está presente desde o princípio – ainda que não seja de maneira orgânica, por exemplo através duma organização de tipo partido comunista aderente à Frente – e a história do marxismo na Frelimo é inseparável da história das lutas de poder que marcaram a história desta organização até aos anos 1970.

A CONCP

Marcelino dos Santos era provavelmente o único intelectual marxista da Frelimo no momento da sua formação, mas o seu papel foi de importância primordial. Foi ele o redactor do programa político e o seu principal ideólogo. Ele era na altura o Secretário-geral da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). A primeira questão que se coloca é de saber por que razão esta organização é tão importante para compreender a história da Frelimo (pelo menos até 1970).

A CONCP, criada oficialmente em Abril de 1961 em Casablanca, Marrocos, é o culminar de um processo de organização iniciado vários anos antes e cujos protagonistas foram alguns jovens intelectuais africanos em ruptura com a ordem colonial. Estes jovens estudantes oriundos das colónias portuguesas, maioritariamente de Angola, Cabo Verde e São Tomé, entre os quais se contava Marcelino dos Santos, tinham-se encontrado em Portugal no início dos anos cinquenta. As suas iniciativas no campo cultural (eles tinham criado, em 1951, um Centro de Estudos Africanos), fundadas sobre a afirmação de uma identidade africana, tinham-nos conduzido a desenvolver um ideal nacionalista e a denunciar o colonialismo. Na altura, eles estavam em contacto com os meios de oposição portugueses, onde o partido comunista – embora na clandestinidade – era muito influente. Muito embora a influência da ideologia marxista pareça evidente, havia no entanto um ponto que os afastava do partido comunista português: tratava-se da posição deste partido sobre a questão colonial, que subordinava a resolução do problema colonial às prioridades do combate antifascista. Eles acabariam, pois, por se orientar para a formação de organizações políticas cujo objectivo seria lutar pela independência das colónias.

Estes jovens intelectuais em mutação *jacobina* para a profissionalização política, como são designados por Mário de Andrade, engajaram-se então na construção de organizações nacionais, ao mesmo tempo que se esforçavam por criar uma estrutura comum de agrupamento. Este esforço, começado por ocasião de uma «reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português» realizada em 1957, em Paris, concluiu-se, depois da criação no ano seguinte do Movimento Anticolonialista (MAC) e da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), em 1960, pela constituição da CONCP. Esta verá a sua existência prolongar-se até à altura das independências. Em termos práticos, a importância destas iniciativas foi justamente de terem servido para a definição de um discurso político comum, que se pode encontrar em cada uma das organizações nela filiadas. Mas elas serviram igualmente como base de alianças e contactos que teriam um papel de relevo no desenvolvimento da luta pela independência, a partir dos laços mais ou menos pessoais que ligavam este grupo não só entre si, mas também a figuras da cena política africana e internacional.

A influência do marxismo no discurso deste grupo é manifesta. Nos finais dos anos cinquenta, tal como na época da Internacional Comunista, a luta de classes encontrava-se

subordinada aos imperativos duma luta “nacional” e dentro dessa linha o texto produzido na reunião de Paris (1957) afirma: «as classes trabalhadoras das colónias portuguesas de África são as mais revolucionárias. É ao proletariado que cabe o papel de mobilização e de organização das massas e de direcção na luta contra o colonialismo». Nas formulações posteriores, a retórica marxista encontra-se muito menos presente, por razões de ordem tática (pois isso poderia ser um obstáculo à conquista de apoios nacionais e internacionais fora do campo socialista) e talvez também por uma relativa consciência da inadequação deste tipo de análise de classes à realidade dos países em questão. Embora insistindo no papel das *massas populares*, a preocupação dirige-se principalmente para a constituição de *frentes unidas* em cada uma das colónias, na violência como meio necessário para acabar com a dominação colonial (a *autodefesa activa*, a *acção directa*, ou, por outras palavras, a luta armada), e para a definição do inimigo (o colonialismo entendido como *sistema colonial*).

Em Moçambique, contrariamente ao que se verifica em Angola, o meio intelectual negro e mestiço, como em geral toda a camada dos *Assimilados*, é extremamente reduzido. Por outro lado, as zonas onde historicamente se vinha desenvolvendo uma elite africana (Tete, Quelimane e Ilha de Moçambique) foram marginalizadas a partir dos finais do século XIX pela transferência da capital de Moçambique para o extremo sul (Lourenço Marques) e pela evolução económica que fez da nova capital e da Beira, dois centros urbanos sem tradição, os dois maiores portos e cidades do país.

Na altura da criação da CONCP, quase não havia Moçambicanos em Portugal ou na Europa para formarem o núcleo inicial de uma formação política. Em contrapartida, desde finais dos anos cinquenta, tinham começado a aparecer algumas organizações nos países vizinhos, criadas por emigrantes moçambicanos. Assim, para que houvesse um movimento moçambicano aderente à CONCP, Marcelino dos Santos filiou-se na UDENAMO, para a qual redigiu um programa político. Naturalmente, esse programa fundava-se e reflectia o discurso da CONCP, sendo aí referido temas como: a união dos Moçambicanos sem distinção de sexo, de origem étnica, de condição de fortuna, nem de confissão religiosa ou filosófica, a necessidade de lutar *por todos os meios* pela liquidação da dominação colonial portuguesa e duma luta comum de todas as forças patrióticas moçambicanas (transparece aqui a preocupação frentista da CONCP), a defesa dos interesses de todo o povo moçambicano, nomeadamente das classes trabalhadoras, etc... Muitas destas formulações serão depois retomadas textualmente no programa da Frelimo. A similitude dos dois programas, que suscitou a especulação de alguns autores, explica-se simplesmente pelo facto de terem sido redigidos pela mesma pessoa, Marcelino dos Santos.

A Frelimo formou-se, pois, como uma *frente*, conformemente à ideia dos intelectuais da CONCP. Ou seja: uma frente concebida em termos *sociais* e, por isso, aberta à participação de todas as camadas sociais «patrióticas», e não como uma *aliança política* de várias

organizações ou partidos, que manteriam a sua existência independentemente da sua adesão à *frente*. A palavra de ordem de *Unidade*, tão cara à Frelimo, vem directamente do pensamento expresso pela CONCP e tem um sentido bem preciso: embora aparentemente banal, ela faz na realidade parte da estratégia de poder desse grupo e exprime a sua concepção particular da estratégia frentista. Na verdade, trata-se da unidade à volta dos intelectuais revolucionários, que se concebem a si mesmos como os representantes dos interesses das massas populares.

A leitura dos primeiros textos da Frelimo dá uma ilustração permanente do papel decisivo desempenhado pelo discurso político formulado pelos intelectuais da CONCP. Quando se lê, na proclamação feita no momento do início da luta armada (Setembro de 1964) o início da passagem seguinte: «Moçambicanos, Moçambicanas, operários e camponeses, trabalhadores das plantações, trabalhadores das minas, dos caminhos-de-ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos do exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas, em vosso nome a Frelimo proclama hoje solenemente a insurreição geral armada contra o colonialismo português, pela conquista da independência total e completa de Moçambique», não se pode deixar de lembrar a fórmula utilizada alguns anos antes na proclamação do MAC: «IRMÃOS, Africanos de Cabo Verde, Guiné, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique! Homens, mulheres e jovens, Trabalhadores manuais e intelectuais, Trabalhadores do campo e das cidades, Camponeses, Operários, estudantes e Soldados obrigados a servir no exército colonial, Proprietários, Comerciantes e Artesãos!». Como é evidente, o importante não são tanto as palavras enquanto tais, mas a concepção da luta anticolonial que elas exprimem e que, como se pode constatar, constituem a base do discurso político da Frelimo.

Mas, para além do que foi dito e que remete à história particular de um pequeno grupo, que outras condições objectivas terão contribuído para que o nacionalismo dos dirigentes da Frelimo se manifestasse sob a forma de um projecto revolucionário de inspiração marxista e tivesse obtido uma adesão suficiente para alimentar com sucesso a luta pela independência? Vários factores se conjugaram para favorecer a formulação em termos marxistas das aspirações nacionalistas da direcção da Frelimo, sendo de salientar dois principais: por um lado, as condições históricas específicas do colonialismo português e, por outro lado, a situação política internacional dominada pela guerra fria e pelo crescimento do movimento dos países não-alinhados.

O desenvolvimento do capitalismo colonial em Moçambique, do ponto de vista socioeconómico, não tinha permitido a emergência entre os colonizados de uma burguesia – mesmo embrionária – assente na agricultura comercial, na indústria ou no comércio, e que tivesse por isso interesse em defender ou consolidar posições adquiridas e bater-se pela propriedade privada e pela economia de mercado. Pelo contrário, a muito pequena elite (colonizada) moçambicana era uma camada social urbana e burocrática, essencialmente composta por funcionários subalternos, empregados ou estudantes, que devido à posição que ocupavam no

seio da sociedade colonial e à sua experiência social eram susceptíveis de serem atraídos e conquistados por um certo tipo de marxismo, estatista e de inspiração estaliniana. Por outro lado, de um ponto de vista propriamente político, as condições específicas do colonialismo português contribuíam para favorecer essa opção de uma forma dupla: em primeiro lugar, o regime autoritário português proibia qualquer forma independente de organização e de expressão política, o que significava em termos práticos não só a inexistência de partidos de oposição legais, mas também a ausência de tradição de expressão e de debate político democráticos; em segundo lugar, a natureza eminentemente repressiva do regime não deixava praticamente outra saída que não fosse a «radicalização» da contestação.

Para além disso, as condições internas do sistema colonial articulavam-se no plano internacional com uma situação dominada pela confrontação dos «blocos» e pela lógica da guerra-fria. As alianças de Portugal no seio do campo ocidental contribuíam, como é lógico, para determinar em grande parte – e por oposição – as próprias alianças da Frelimo. Esta inscrevia-se assim «naturalmente» no movimento, muito forte na altura, das «revoluções anti-imperialistas» influenciadas pelo marxismo.

A revolução

Nos capítulos precedentes vimos como o grupo dirigente da Frelimo se formou gradualmente à volta de Eduardo Mondlane e de Marcelino dos Santos, um grupo composto por jovens estudantes e Assimilados do sul, a quem o investimento no desenvolvimento da guerra e o controlo da cúpula do aparelho militar permitiram, por um lado, estabelecer uma aliança com os militares maioritariamente oriundos das sociedades camponesas do norte (principalmente Makonde) e, por outro, impor ao conjunto da organização a sua concepção “político-militar” da luta, bem como o princípio da subordinação de todas as outras actividades às prioridades da guerra. Vimos também que esse processo de hegemonia foi consagrado por ocasião do 2º Congresso (com uma maioria de delegados militares) e que, na sequência das decisões então tomadas, todas as actividades no interior do país, isto é nas “zonas libertadas”, desde a educação até à produção e comércio, passando pela saúde, foram colocadas sob a autoridade única da estrutura militar e dos seus comissários políticos.

Era a este grupo de intelectuais que cabia, pela sua formação académica e pelas posições que ocupavam na direcção do movimento, a tarefa de exprimir o sentido da luta. Nacionalistas convictos – ou seja, defensores da necessidade imperiosa de criar a nação moçambicana -, eles encontravam no marxismo uma teoria capaz não só de lhes fornecer a interpretação de um processo em que estavam directa e profundamente envolvidos, mas sobretudo a justificação do seu poder “ao serviço das massas populares”. Eles estavam convencidos que eram a vanguarda necessária para o combate contra os exploradores. Assim, eles viam na evolução da luta armada e especialmente na participação dos camponeses e, ao mesmo tempo,

no resultado favorável dos conflitos que os opunham aos membros e quadros da direcção que contestavam a sua hegemonia crescente na organização, a confirmação da justeza das suas análises fundadas na teoria da luta de classes. Para eles não havia, pois, qualquer dúvida de que a luta travada pela independência se tratava verdadeiramente de uma revolução, de um processo de transformação social irreversível. É neste sentido que se pode dizer que a adesão ao marxismo da maioria dos dirigentes da Frelimo e dos quadros militares provenientes do campesinato nasceu realmente da luta.

A partir de 1970, momento em que a sua hegemonia ficou definitivamente estabelecida, a produção ideológica da Frelimo passou a insistir cada vez mais na natureza revolucionária e de classe do movimento. Deste ponto de vista, a leitura das mensagens endereçadas por Samora Machel aos militantes por ocasião da comemoração do aniversário do desencadeamento da luta armada é particularmente instrutiva. Assim, ele afirmava já em 1970 que esse ano era aquele em que “os militantes como as massas assumiram a necessidade de transformar radicalmente as estruturas socioeconómicas de Moçambique” e que a tarefa principal ao nível interno era fazer da Frelimo “a vanguarda organizada do Povo trabalhador”; no ano seguinte, já se tratava não somente de lutar contra o colonialismo português e o imperialismo, mas também contra a *exploração do homem pelo homem*; em 1973, Samora Machel constatava que “a luta de libertação nacional estabeleceu as bases da Revolução Democrática Popular”.

Todo o discurso da Frelimo posterior à reunião do Comité Central de Abril de 1969, onde os conflitos internos tinham sido analisados em termos de interesses de classes antagónicas, enuncia a luta em termos de revolução, pretendendo que nas “zonas libertadas” as estruturas da dominação «colonial-capitalista» e «tradicional-feudal» já teriam sido destruídas. Os anos 1970, até ao momento da queda do regime português em Abril de 1974, constituem o período mais rico da produção ideológica da Frelimo: Samora Machel assina então um conjunto de textos tratando de assuntos diversos (a educação, a saúde, a emancipação da mulher, o exército, etc.), onde a influência do maoísmo é muito clara⁸⁷.

Várias razões explicam esta proximidade com a variante maoista da ideologia marxista que se observa no discurso da Frelimo dos anos 1970, não se devendo ver aí um alinhamento mecânico ou de tipo clientelista em relação às posições da China. Pelo contrário, a Frelimo evitou sempre tomar partido no conflito sino-soviético e recebeu o apoio político e material não só da China, mas também de numerosos países do Leste, incluindo a URSS. A ausência

87 Os títulos são evocadores do sabor maoista desta literatura: «Produzir é aprender. Aprender para produzir melhor e lutar», «Educar o Homem para ganhar a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria», «No trabalho sanitário materializemos o princípio que a revolução liberta o Povo», «A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garante da sua continuidade, condição do seu triunfo», «Estabelecer o Poder Popular para servir as massas», «Impermeabilizemo-nos contra as manobras subversivas intensificando a ofensiva ideológica e organizacional no seio dos combatentes e das massas», «Fazer da escola uma base para o Povo tomar o poder», «O processo da Revolução Democrática Popular em Moçambique».

de um outro movimento moçambicano capaz de concorrer realmente com a Frelimo contribuiu certamente para que a Frelimo não tenha sido obrigada a alinhar-se por um dos “irmãos desunidos”.

Porém, a relativa independência da Frelimo não exclui que a influência chinesa tenha sido mais importante numa fase particular da sua história (1968-1976). Para isso contribuíram vários factores. Em primeiro lugar, guardando embora as devidas proporções, as condições da luta em Moçambique eram mais próximas das que caracterizaram a revolução chinesa (uma luta de libertação nacional conduzida a partir das zonas rurais com o apoio dos camponeses e sob a forma de guerrilha, onde o papel do exército popular é decisivo) do que da revolução bolchevique, que partiu das cidades para o campo. Em segundo lugar, porque desde 1965 a China tinha desenvolvido laços particularmente estreitos de cooperação com a Tanzânia, que não foram estranhos à radicalização da TANU. Embora a Tanzânia nunca tenha reivindicado o marxismo-leninismo como princípio de orientação, a sua versão do «socialismo africano» revela nítidas influências do maoísmo, nomeadamente patentes na célebre «Declaração de Arusha» (Janeiro de 1967), que definia a política de *Socialism and Self-reliance*, ou seja, o socialismo contando com as suas próprias forças⁸⁸. Por outro lado, é de salientar que os dirigentes radicais da TANU e do governo de Nyerere tiveram um papel de certo relevo na resolução em favor dos revolucionários da Frelimo dos conflitos que os opuseram primeiramente a Lázaro Nkavandame (1968) e depois a Simango (1969). É, pois, dentro deste contexto que desde 1967 a reorganização do exército da Frelimo feita por Samora Machel tinha sido muito marcada pelo modelo chinês, o que seria seguidamente reforçado com a presença de instrutores militares chineses no campo de treino de Nachingwea – o campo modelo da Frelimo – onde a preparação militar era acompanhada do estudo político e de actividades produtivas, de acordo com o ideal da formação de um exército popular de guerrilha.

Há no entanto um aspecto que deve ser salientado a propósito dos conflitos de orientação na Frelimo. Eles eram evidentemente de natureza política, mas não houve nenhum movimento de base no seu desenrolar, nem sequer um debate aberto levando à expulsão dos opositores. Pelo contrário, tudo se passou ao nível da direcção do movimento. Assim, a razão imediata da expulsão de Nkavandame foi responsabilidade que lhe foi atribuída no assassinato de Kankhomba e não as queixas dos camponeses das “zonas libertadas” de Cabo Delgado sobre as condições em que se faziam as trocas dos seus produtos pelos bens que eles próprios

88 Este princípio foi adoptado pela Frelimo desde o tempo da luta armada. Mas a influência da Declaração de Arusha (portanto, de uma certa concepção da construção do socialismo) transparece depois da independência no princípio declarado pela Frelimo segundo o qual a agricultura seria a base do desenvolvimento. Da mesma maneira é impossível não ver nas «aldeias comunais» da Frelimo a influência das aldeias «Ujaama», se bem que neste caso preciso a Frelimo se tenha distanciado recusando o papel atribuído pelos tanzanianos à «família tradicional alargada» na formação das aldeias, papel que não era compatível com uma concepção verdadeiramente marxista-leninista.

carregavam, com as armas e munições, desde a fronteira tanzaniana e que eram fixadas por ele. Da mesma maneira, no caso de Simango, foram as acusações públicas que ele fez contra os sulistas e a intenção anunciada de criar um outro movimento político que motivaram a sua expulsão.

A interpretação e o estabelecimento do sentido dos acontecimentos em termos de luta de classes foram na realidade feitos *a posteriori* pelos intelectuais revolucionários. Por outro lado, depois da expulsão dos opositores, estes últimos ficaram livres para conduzir sem resistência a reorganização das “zonas libertadas” através da implantação de um dispositivo de tipo estatal baseado nos militares, que assumiram então a responsabilidade da administração dessas zonas, do desenvolvimento da rede escolar, dos postos de saúde, etc. Ao mesmo tempo, os revolucionários interpretavam a participação popular nestas suas iniciativas como um sinal da revolução em marcha. Não havia, portanto, debate teórico no interior do movimento, mas havia em contrapartida uma teorização da experiência das “zonas libertadas” tal como se tornou conhecida através dos «textos de orientação» (os textos de Samora Machel publicados na primeira metade dos anos setenta).

O marxismo da Frelimo aparecia, pois, não só como não-alinhado, mas sobretudo como o resultado da dialéctica da luta, o fruto da expressão das aspirações das massas populares pelos seus dirigentes. Com efeito, tudo parecia confirmá-lo e isso explica provavelmente por que razão tantos intelectuais ocidentais e jovens moçambicanos foram seduzidos na altura pela experiência da Frelimo. Tomando o discurso pela realidade eles nunca se interrogaram sobre a verdadeira natureza da luta pela independência.

O mal-entendido

O fundamento da idealização operada no discurso oficial da Frelimo sobre a experiência da luta que dirigiu deve-se ao facto de que esse discurso obteve um eco favorável, pelo menos no seio de uma parte da população rural das regiões onde a acção da Frelimo se desenvolvia. Foi a mobilização das populações nas zonas controladas pela guerrilha, manifestando-se numa primeira fase pela escolha de ficarem ao lado das forças da Frelimo e depois na sua participação nas tarefas da guerra, que deu credibilidade à interpretação feita pelos dirigentes do partido. Mas o facto de haver uma resposta positiva aos apelos da direcção significa por si só que se tratava de uma adesão à revolução? Nada é menos certo.

A resposta a esta questão só pode ser obtida com base na análise da forma e dos termos que caracterizaram a mobilização política da base camponesa da Frelimo. A mobilização dos camponeses era de natureza essencialmente anticolonial. Que as motivações anticoloniais do campesinato se tenham manifestado no quadro de uma luta dirigida por intelectuais, urbanos, nacionalistas e revolucionários, não muda nada quanto à sua natureza. Se os camponeses se engajavam no combate pela independência é porque acreditavam que dela pudesse resultar uma melhoria das suas condições de vida. Ora, é justamente sobre essa base – partindo da

crítica do colonialismo como fonte e razão da perpetuação das más condições de vida dos Moçambicanos – que se articula o discurso mobilizador da Frelimo. E, quando esta última evolui no final dos anos 1960 para temas tais como o «poder popular», ou o «fim da exploração do homem pelo homem», devemos interrogarmo-nos se existe na adesão mantida dos camponeses – eles continuam a produzir comida para os guerrilheiros, a participar no transporte das armas e munições, muitos enviam os seus filhos estudar nas escolas da Frelimo, os jovens continuam a alistar-se no exército – uma mudança nas motivações originárias.

Os textos da Frelimo referem-se frequentemente à mobilização dos camponeses, mas passam em silêncio sobre como o processo era realmente conduzido. Ora, isto é fundamental para compreender as condições da adesão à Frelimo. Se exceptuarmos alguns casos isolados de adesão individual, sobretudo na província de Cabo Delgado onde a influência política do processo tanzaniano era importante e tinha de certa forma preparado o terreno para a Frelimo, a acção dos seus activistas consistia em primeiro lugar em contactar as “autoridades tradicionais” legítimas, os chefes prestigiosos e outros notáveis locais. Só depois de terem obtido o acordo desses elementos proeminentes da sociedade local – e com a sua ajuda – é que os membros da Frelimo faziam reuniões com as suas populações. A decisão de aderir à luta e eventualmente de abandonar as terras tradicionais para se instalarem na floresta à volta das bases da guerrilha, se as houvesse nas proximidades, ou a decisão de aceitar a instalação de uma base num território determinado eram tomadas pelos chefes legítimos e não pelos camponeses. Tratava-se pois de chefaturas inteiras, ou de segmentos delas, que aderiam *colectivamente* à Frelimo. Tal foi o que se passou, por exemplo, com a abertura da frente do Niassa oriental. A descrição feita por Samora Machel dá uma ideia bem precisa da importância reconhecida ao papel dos chefes “tradicionais”: antes que fossem desencadeadas as primeiras acções armadas na região, Samora Machel, a quem tinha sido confiada a tarefa de proceder à abertura da nova frente nas terras interiores do Niassa, dirigiu-se com o seu grupo de guerrilheiros à vila Tenente Valadim (Novembro de 1965) onde vivia o régulo Mataca (sucessor de uma dinastia de grandes chefes Yao que se tinham destacado como resistentes à ocupação portuguesa). Quando o grupo chegou próximo da residência de Mataca, Samora Machel, disfarçado de Shehe e acompanhado por um dos combatentes que era originário da zona foi falar com Mataca propondo-lhe que colaborasse na luta da Frelimo e que abandonasse com a sua população as suas terras para se instalar no mato, o que foi aceite por este último⁸⁹. Este exemplo mostra a preocupação por parte da direcção da Frelimo – numa primeira fase, na altura em que entrar em conflito com os chefes tradicionais significaria renunciar a criar uma base social absolutamente indispensável para o desenvolvimento da guerrilha – de respeitar a organização social do campesinato.

89 Entrevista de Samora Machel a Fernando Ganhão.

Assim, a adesão das populações rurais e a sua eventual deslocação para zonas afastadas, colocando-se sob a protecção das armas da Frelimo, não significava de maneira alguma o desaparecimento da organização tradicional. Na realidade, a instalação num novo espaço de habitação e de produção não alterava basicamente a organização social das comunidades, embora as novas condições levassem por vezes a uma subalternização de certas práticas tradicionais e à introdução de novas formas de organização e de comportamento. Isto permite compreender que nas antigas “zonas libertadas” da província de Cabo Delgado, alguns grupos da população tenham depois resistido a uma decisão do Estado da Frelimo que obrigava a população de cada localidade da luta armada a instalar-se numa única “aldeia comunal”. O problema era que durante a guerra, a organização social das diferentes comunidades tinha sido transposta e reproduzida territorialmente ao nível do círculo e não da localidade e que, com a independência, cada grupo queria voltar a instalar-se no seu antigo território.

A partir do momento em que se tornou necessário organizar estruturas de enquadramento da população nas “zonas libertadas” em vias de constituição, o problema das autoridades tradicionais pôs-se à direcção da Frelimo. Naturalmente, os intelectuais com a sua ideologia nacionalista, modernista e marxista, não queriam uma organização política assente nos chefes tradicionais, mas aceitaram, no entanto, pela força das coisas, que eles desempenhassem responsabilidades de ordem política.

Na realidade, a Frelimo não podia dispensar a colaboração dos chefes como intermediários junto das populações, pois atacar ou hostilizar os chefes nesta fase da luta poderia resultar na perda da adesão camponesa. Exceptuavam-se, naturalmente, os que não eram legítimos, ou que tendo perdido a legitimidade junto da população e eram facilmente identificados como colaboradores do colonialismo. A questão atraiu a atenção dos responsáveis da Frelimo que viam na manutenção dos chefes tradicionais uma ameaça ao seu projecto de construção da nação moçambicana, um elemento favorecendo o tribalismo. Mas, não podendo dispensá-los, é sobretudo ao nível do discurso (nos textos), e especialmente depois de 1970, que eles negam a importância do papel dos chefes. Com efeito, na maior parte dos casos, estes conservaram o seu prestígio e a sua autoridade junto das populações, mesmo quando não ocupavam postos de responsabilidade nas estruturas da Frelimo. Mondlane apresentava assim a questão em 1969: «o que acontece nas regiões onde estamos envolvidos em combate é que qualquer chefe que seja contra a luta de libertação é excluído antes que a acção militar se inicie. Mas a partir do momento em que a acção militar está em curso, ou ele passa para o lado do inimigo, ou é eliminado. Só os chefes que aderem à Frelimo, o que significa que *se tornam presidentes ou secretários* de células, círculos, distritos ou província das nossas estruturas, podem-se manter enquanto tais. Então, eles tornam-se perfeitamente iguais a qualquer um de nós. Portanto, as funções que exerciam antes tiveram influência na sua escolha só na medida em que tinham prestígio... mas uma vez começada a luta, ela diz respeito ao povo de Moçambique na sua totalidade”.

O reconhecimento *de facto* do papel dos chefes, mesmo se é concebido pelos dirigentes em termos que representam a negação da organização social dos camponeses, explica que a aliança da população rural com a direcção da Frelimo não seja posta em causa. Por outro lado, a organização doméstica da produção mantém-se e não é a contribuição em produtos que os camponeses entregam aos militares, nem a sua participação rotativamente no trabalho da machamba colectiva que põem problemas. Pelo contrário, estes esforços são consentidos e, em geral, bem aceites no quadro dos imperativos da luta contra o Estado colonial. Portanto, o que os dirigentes chamavam de “poder popular” era bem aceite pela população na medida em que não entrava realmente em contradição com a sua própria organização social anterior. E quando havia problemas ela partia com os seus chefes para se refugiar nos países vizinhos, ou nas zonas sob controlo português, como foi o caso de Mataka em 1967 e de muitos outros chefes menos importantes ao longo de todo o período da guerra.

As populações das “zonas libertadas”, os camponeses, cuja motivação principal era de pôr termo à dominação colonial, aceitavam assim esse novo Estado embrionário que a Frelimo ia construindo. Elas viam mesmo nele a concretização das suas aspirações, encontravam no seu seio a dignidade, a consciência da sua força e o orgulho de acabar pela força das armas com as humilhações infligidas pelo colonialismo; de certa maneira, elas eram já independentes e, tendo voltado a ser camponeses africanos e não mais indígenas portugueses, aceitavam de bom grado serem Moçambicanos.

Por seu lado, o grupo dirigente da Frelimo, a partir de 1970, não vê nesta adesão o seu real fundamento, anticolonial. Os responsáveis denegam a persistência das antigas formas de organização social e sobrestimam os aspectos que vão no sentido de uma transformação social que existe muito mais na sua imaginação que na realidade, como é o caso, por exemplo, da “produção colectiva”. O seu projecto de construção do socialismo no futuro país independente afirma-se então com base no desconhecimento do sentido real da participação popular na luta pela independência. Do engajamento dos camponeses na luta pela destruição do poder colonial eles concluem que estes últimos estão também dispostos a fazer ao mesmo tempo a revolução e a construir o socialismo contra as suas próprias formas ancestrais de organização social.

Um discurso eficaz

Ninguém pode duvidar da eficácia do discurso dos dirigentes da Frelimo junto das populações rurais das “zonas libertadas”. No entanto, é preciso distinguir entre o que os camponeses podem compreender desse discurso e a construção que operam os dirigentes ao interpretar a sua participação na luta. As motivações e o entendimento de uns e outros não são os mesmos e a maneira como concebem o combate pela independência também não. Com efeito, a adesão dos camponeses à Frelimo funda-se na realidade do processo de destruição da

ordem colonial que eles vivem quotidianamente e na qual participam activamente. Para eles, não são os termos do discurso que contam, as palavras não têm o mesmo significado que para os dirigentes. Assim, quando estes produzem um discurso revolucionário e falam da criação da “nova sociedade”, isto não os leva a romper a aliança, pelo menos enquanto isso não se traduz em termos práticos por um ataque à sua maneira de viver. Basta que esse ataque fique na ordem do discurso para ser tolerado: é o caso da condenação pela Frelimo de práticas como, por exemplo, os ritos de iniciação, sem no entanto que isso se traduza na tomada de medidas efectivamente repressivas visando impedir a sua realização. Da mesma forma, eles podem-se reconhecer como «Moçambicanos» como lhes é inculcado pelo discurso oficial, sem que isso entre em contradição com outros sentimentos de pertença ou outras formas de identidade social; o essencial é que eles possam continuar a respeitar as práticas que fundam e mantêm a coesão social do seu grupo. Pelo contrário, o entendimento intelectual do discurso dos dirigentes dá-lhe um outro significado, diferente do que é entendido pelos camponeses. Eles querem criar uma nação onde o *cidadão moçambicano* se defina pela sua relação ao Estado (a luta pela independência é uma luta pela constituição de um Estado) e se situe fora de qualquer pertença étnica, de acordo com a fórmula: “é preciso matar a tribo para fazer nascer a nação».

O marxismo constituiu para estes dirigentes o meio de pensarem a luta armada, mas foi sobretudo o instrumento que lhes permitiu conceberem o Estado-nação a construir. O imperativo de construir não só um Estado, mas um Estado-nação deve-se ao facto deles serem um produto do Estado colonial, de não terem nenhum verdadeiro e consistente enraizamento popular e não representarem nada por si próprios. Só o discurso modernista e universalista que era o deles, visando a construção do Estado nacional, podia servir como fundamento para a legitimação do seu projecto: é em nome do «povo moçambicano» que eles se engajaram na «luta de libertação nacional» e é em seu nome que se preparam para tomar o poder no Moçambique independente e prosseguir a revolução.

Moçambique independente: o novo espaço político

O golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974 em Portugal produziu uma alteração radical nas condições de desenvolvimento das lutas independentistas das colónias. Às medidas de ordem geral visando a instauração de um sistema político democrático, o programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) acrescentava que a orientação do governo provisório em matéria de política ultramarina devia respeitar os seguintes princípios: reconhecimento do facto que a solução das guerras do ultramar era política e não militar; criação de condições para um debate nacional sobre o problema ultramarino; estabelecimento das bases de uma política ultramarina capaz de conduzir à paz.

Esta abertura política do novo poder militar de Lisboa colocou, pois, na ordem do dia a questão da descolonização. A necessidade de iniciar negociações com a Frelimo e com os outros movimentos que nas várias colónias lutavam pela independência era evidente. Apesar da resistência de alguns sectores da sociedade colonial, que se opunham ao papel exclusivo da Frelimo nas discussões sobre o futuro de Moçambique, esta última conseguiu fazer-se reconhecer como “único representante legítimo do povo moçambicano” e definir as modalidades do acesso do país à independência, isto é, as condições do seu próprio acesso ao poder.

A Frelimo engajou-se então no processo, anteriormente apenas esboçado nas “zonas libertadas”, de *nacionização* da sociedade moçambicana, ou, por outras palavras, no processo de construção da nação através da subordinação/submissão do conjunto da população ao seu Estado. No entanto, o alargamento do campo político à totalidade do território nacional e a necessidade de garantir o funcionamento de um aparelho de Estado complexo levaram os dirigentes históricos a partilhar o poder com uma fracção radicalizada de jovens intelectuais, entre os quais se contava um número significativo de filhos de colonos. Estes jovens não tinham participado na luta armada, mas partilhavam o ideal marxista reivindicado pela Frelimo e, sobretudo, eram detentores de competências técnicas necessárias para assegurar o funcionamento do aparelho de Estado abandonado pela maioria dos antigos quadros coloniais.

Que independência?

A queda do regime de Marcelo Caetano, acompanhada logo a seguir da instauração das liberdades cívicas elementares, nomeadamente a liberdade de expressão e de associação, transformou profundamente a cena política moçambicana. Imediatamente após o golpe de Estado, o tabu que até então reinava sobre a questão colonial deu lugar a múltiplas manifestações engajando todos os sectores da população sobre o futuro de Moçambique. As mais variadas posições exprimiram-se então, desde a recusa total da independência por parte de uma fracção dos colonos até à reivindicação de negociações imediatas com a Frelimo para uma independência total, passando pelos projectos de autonomia no seio de um grande Estado federal apoiados por uma parte da burguesia colonial em aliança com alguns opositores moçambicanos da Frelimo, entre os quais se contavam nomeadamente alguns dos que a tinham abandonado, ou que tinham sido expulsos, durante a luta armada.

Três dias depois do golpe, o Comité Executivo da Frelimo publicou uma declaração definindo a posição da organização. Nesse documento, a direcção da Frelimo saudava os militares portugueses que tinham decidido pôr fim ao regime fascista e restabelecer a democracia em Portugal; saudava também o apoio à Frelimo manifestado por um número crescente de “Moçambicanos brancos” e insistia no facto de que o objectivo da luta de libertação era a independência e que a democracia para o povo português não devia servir para impedir que se realizasse esse direito do povo moçambicano. Logo depois, o que estava implícito nesta declaração foi confirmado: a Frelimo decidiu intensificar os seus esforços militares até que as novas autoridades portuguesas reconhecessem o direito de Moçambique à independência e começassem negociações para «discutir as modalidades de transferência da soberania para o povo moçambicano, de que a Frelimo é o único representante legítimo».

Durante os meses que precederam os Acordos de Lusaka, a Frelimo prosseguiu as suas acções armadas, algumas das quais espectaculares na medida em que praticamente tinha deixado de existir resistência por parte das unidades militares portuguesas que não viam já nenhum motivo para continuar a arriscar vidas. Mas, à medida que o tempo passou, os combates acabaram por se tornar raros e foram dando lugar à fraternização das forças anteriormente inimigas, porque a grande maioria dos militares do exército colonial recusavam continuar uma guerra que no seu entender já não fazia sentido. Para além das posições de princípio, o conflito armado cedia o terreno cada vez mais ao confronto no terreno político, que se desenrolava sobretudo nos centros urbanos, onde estavam concentrados os colonos. Foi particularmente na capital, Lourenço Marques, que a confrontação entre partidários e adversários da Frelimo foi mais intensa.

Uma das consequências imediatas da queda do regime português foi o aparecimento de um movimento generalizado de greves expressando as reivindicações dos trabalhadores, a primeira das quais era de melhores salários e condições de trabalho. Ao mesmo tempo, podem

constatar-se várias iniciativas no sentido da formação de alguns sindicatos independentes, nomeadamente entre os funcionários públicos, ou de transformação dos antigos sindicatos controlados pelo poder colonial. Este vasto movimento social adquiriu rapidamente um cariz político com a intervenção de activistas simpatizantes da Frelimo: a reivindicação da independência e de negociações imediatas com a Frelimo passou então a ser uma constante.

Um papel de primeira importância no processo de politização, em particular da população urbana, foi desempenhado pelos *Democratas de Moçambique*. Este grupo, que muito rapidamente implantou núcleos nas principais cidades do país, era essencialmente formado por intelectuais e estudantes antifascistas, bem como por antigos opositores ao regime português, entre os quais se contava um certo número de advogados (que tinham assegurado a defesa dos militantes nacionalistas acusados de subversão e ligação com a Frelimo nos processos dos anos 1960). Por outro lado, havia também a acção dos estudantes universitários ligados à Associação Académica da Moçambique (AAM) que faziam uma campanha muito activa em favor da Frelimo. No seio desta associação, que era a organização dos estudantes da Universidade de Lourenço Marques, havia uma fracção de estudantes muito influenciados pelos movimentos comunistas clandestinos portugueses. Eram duas as correntes principais: a corrente maioritária era «pró-soviética», e a outra agrupava diferentes tendências de extrema-esquerda. Foi no seio destes jovens estudantes que a Frelimo recrutou nos anos que se seguiram à independência uma parte importante dos quadros de direcção do Estado.

A acção destes simpatizantes da Frelimo concentrou-se prioritariamente no domínio da informação. Eles ocuparam posições na rádio, nos jornais e revistas, servindo assim de difusores das posições da Frelimo. Fizeram, por exemplo, uma campanha intensa contra a organização do *referendum* proposto pelo general Spínola para que a população se pronunciasse sobre a questão da independência. Esta proposta era categoricamente rejeitada pela Frelimo, mas beneficiava do apoio de todos os outros partidos políticos que se tinham entretanto formado em Moçambique depois do golpe de 25 de Abril.

A posição da Frelimo sobre o *referendum* merece atenção especial. Pode-se questionar por que razão a Frelimo recusava esta iniciativa, sabendo antecipadamente que a imensa maioria da população lhe seria favorável e que a sua legitimidade não seria posta em causa numa consulta popular livre? Com efeito, a Frelimo agia já nessa altura segundo uma lógica de partido único, para quem a expressão do movimento social na sua diversidade era inaceitável.

A pressão sobre as novas autoridades portuguesas para que reconhecessem a Frelimo era, pois, crescente também no interior de Moçambique e, com excepção de algumas manifestações promovidas por um movimento que congregava os sectores mais reaccionários dos colonos, todas as tentativas de outros grupos – tal como por exemplo o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), um movimento criado por iniciativa de alguns elementos da pequena-burguesia negra e mestiça e que defendia uma orientação reformista – para realizarem reuniões de massas onde contavam apresentar os seus programas políticos acabavam

transformando-se em manifestações pro-Frelimo. Entretanto, depois de uma primeira tentativa sem sucesso da parte do governo português para obter o cessar-fogo em Moçambique (Junho de 1974), foi preciso esperar até ao fim de Julho para que a ala mais radical do MFA conseguisse impor ao presidente português a condição de princípio defendida pela Frelimo para a realização de negociações. O general Spínola acabaria por declarar oficialmente, no dia 27 de Julho, que Portugal estava pronto a “começar o processo de transferência dos poderes para as populações dos territórios ultramarinos”.

Foi a 7 de Setembro de 1974, que os representantes do governo português e da Frelimo assinaram na capital zambiana os «Acordos de Lusaka», definindo entre outras coisas que a data da independência de Moçambique seria o 25 de Junho de 1975 e prevenindo a formação de um governo de transição maioritariamente composto por personalidades designadas pela Frelimo e dirigido por um primeiro-ministro também por ela nomeado.

No próprio dia da assinatura dos acordos, teve lugar em Maputo – e depois estendeu-se a outras cidades de Moçambique – uma revolta de colonos, apoiada por uma parte significativa da população branca. Algumas dezenas de milhares de colonos armados saíram à rua nas grandes cidades. Este movimento, conduzido por algumas figuras dos partidos «brancos», beneficiou da adesão dos dirigentes das outras formações políticas moçambicanas anti frelimistas, que se tinham unido num único partido em Agosto de 1974⁹⁰. Durante três dias eles controlaram as estações de rádio, os jornais, ocuparam a rua, esperando em vão uma intervenção sul-africana. Depois de uma certa hesitação, as forças militares portuguesas leais ao MFA acabaram com esta tentativa de bloquear o acesso da Frelimo ao poder como partido único.

A Frelimo no poder

No quadro dos Acordos de Lusaka, o governo de transição foi nomeado a 20 de Setembro de 1974. Pode-se considerar que era um governo da Frelimo⁹¹, sendo a sua tarefa principal assegurar a gestão do país e prepará-lo para a proclamação da independência. A Frelimo deixava então de ser um movimento de libertação dirigindo uma guerrilha em

90 Trata-se do Partido de Coligação Nacional, formado na Beira e que contava entre os seus principais dirigentes antigos membros da Frelimo: Urias Simango (presidente), Paulo Gumane (vice-presidente), Mateus Gwenjere (conselheiro nacional). Ver Henriksen, 1983 : 59.

91 Este governo era composto por nove ministros, sendo seis nomeados pela Frelimo, incluindo o primeiro-ministro (a saber: Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Mário Machungo, Óscar Monteiro, Gideon Ndobe e Rui Baltazar), e os três outros pelo governo português (Alcântara Santos, Eugénio Picolo, António Paulino). De facto, entre os três ministros nomeados pelas autoridades portuguesas, dois eram simpatizantes da Frelimo e viriam depois a ocupar postos ministeriais, ou postos de importância no Estado moçambicano independente.

regiões rurais distantes dos centros urbanos, para se tornar um partido no poder, que se preparava para tomar sem partilha o controlo de um Estado.

A inegável legitimidade de que disfrutava a Frelimo na altura, o prestígio dos guerrilheiros junto da população, tanto rural como urbana, faziam com que ela dispusesse do apoio firme da imensa maioria dos colonizados. Esta adesão confortava e reforçava o seu projecto de instituir um regime de partido único. Por outro lado, a denúncia da natureza oportunista dos partidos criados depois do 25 de Abril de 1974 (desde os que agrupavam essencialmente colonos, aos que tinham sido formados por Moçambicanos – alguns dos quais antigos membros da Frelimo) e sobretudo a condenação da sua aliança com os colonos golpistas por ocasião do movimento rebelde de 7 de Setembro de 1974, reforçavam ainda mais o apoio popular à Frelimo. Este contexto de apoio generalizado não podia deixar de aparecer aos olhos dos dirigentes da Frelimo como uma caução da sua decisão de se instalarem no poder no quadro de um partido único.

Mas, apesar desse apoio, os dirigentes da Frelimo manifestavam receio do movimento social que agitava o país e que, tendo surgido logo depois do golpe de Estado em Portugal, escapava – ainda que apenas parcialmente – ao seu controlo. Isto acontecia em especial nalgumas cidades, onde se esboçavam formas de organização independente dos trabalhadores na sequência das primeiras greves (Maio de 1974), ou através do movimento de transformação dos antigos sindicatos, ou mesmo pela criação de novos sindicatos. Assistia-se então também, nalguns casos, ao controlo pelos trabalhadores de empresas abandonadas pelos seus proprietários ou gestores, num processo influenciado pelo discurso da Frelimo em favor das massas trabalhadoras e do fim da “exploração do homem pelo homem”, mas que não lhe estava subordinado. Acontecia também que, no campo, os camponeses começassem a fazer pressão para recuperarem as suas antigas terras quando estas eram abandonadas pelos colonos⁹².

Face à necessidade de estender rapidamente a sua presença à totalidade do território, a Frelimo encontrava-se perante uma tarefa para a qual não dispunha de um número suficiente de quadros. E a tarefa era tanto mais difícil quanto a direcção do movimento tinha concentrado todos os seus esforços na luta armada, negligenciando quase totalmente o trabalho de mobilização e de organização política clandestina nas regiões não atingidas pela guerra, nomeadamente nas cidades. Assim, para conseguir implantar-se, não só nos centros urbanos mas também nas zonas rurais do país que tinham estado até ao fim do conflito sob controlo directo do Estado colonial, só lhe restava uma via: apelar aos seus simpatizantes (na sua maioria aderentes depois do 25 de Abril) para que tomassem eles próprios a iniciativa de

92 O movimento de organização sindical começou em Maio de 1974, imediatamente depois das primeiras greves. Mas a autogestão das empresas abandonadas nas cidades e a pressão dos camponeses para voltarem às suas terras desenvolverem-se apenas depois dos acontecimentos de 7 de Setembro (que aceleraram o êxodo massivo dos colonos), no momento em que se instalava o governo de transição.

criar uma rede do “partido” cobrindo todo o país. Assim, a palavra de ordem de criação de Comitês do Partido em todos os locais de residência e de trabalho foi lançada por Samora Machel na sua mensagem programática por ocasião da cerimónia de tomada de posse do governo de transição.

As Sedes Provinciais da Frelimo⁹³ receberam como tarefa promover a formação das novas estruturas de base, que viriam a ser os Grupos Dinamizadores – e não os Comitês do Partido como inicialmente tinha sido estabelecido. Mas, era com dificuldades que as Sedes Provinciais conseguiam controlar e dirigir os Grupos Dinamizadores que se formavam na sua grande maioria por iniciativa local. Uma das preocupações primeiras consistia na escolha dos seus membros: tratava-se de evitar que antigos colaboradores do regime colonial se tornassem responsáveis dos Grupos Dinamizadores. Só gradualmente é que brigadas de militantes escolhidos pelos responsáveis das Sedes Provinciais puderam iniciar um trabalho de “purificação” dos Grupos Dinamizadores, submetendo os seus membros ao julgamento e apreciação das assembleias de residentes ou de trabalhadores. Só os que não tivessem tido ligações com o aparelho político ou repressivo colonial e que gozassem da confiança das “massas” é que eram mantidos nas suas funções.

Entre as tarefas confiadas aos Grupos Dinamizadores, a primeira dizia respeito à “mobilização popular”, isto é, a organização de reuniões com a população, ou com os trabalhadores nos locais de trabalho, para difundir a “linha política do partido”, e eventualmente as “orientações do partido” sobre uma questão precisa. Eles deviam igualmente denunciar e combater os actos de sabotagem económica e contribuir para o “aumento da produção e da produtividade”. Finalmente, deviam recolher fundos para o Banco de Solidariedade, organizar jornadas de trabalho voluntário, promover a alfabetização e combater os vícios da sociedade “tradicional-feudal” e “colonial-capitalista”: o obscurantismo, o lobolo, a preguiça, a indisciplina, o alcoolismo, a prostituição, etc...

Difusores e executores das directivas da Frelimo, os Grupos Dinamizadores não participavam na formulação da orientação do partido, nem na preparação das decisões políticas da direcção. Nos primeiros tempos, os secretários eram por vezes convocados para reuniões com os dirigentes, onde lhes era explicado o sentido e o objectivo de uma determinada decisão, ou de uma campanha que seria anunciada publicamente nos dias seguintes, para que na devida altura eles estivessem prontos para dar a explicação oficial às “massas”⁹⁴. Mas não se tratava em

93 As Sedes Provinciais eram representações da Frelimo estabelecidas na capital de cada província imediatamente depois da investidura do governo de transição. A direcção destas representações tinha sido confiada a militantes que gozavam da confiança da direcção da Frelimo.

94 Esta prática foi abandonada pouco depois da independência. Frequentemente os militantes que se supunha poderem e saberem explicar as razões das medidas tomadas pelas instâncias dirigentes tomavam conhecimento dessas medidas como toda a gente através da rádio e dos jornais, encontrando-se assim completamente desarmados perante as pessoas que lhes pediam esclarecimentos.

caso algum de discutir o conteúdo, a oportunidade ou as razões das decisões do partido. O seu papel limitava-se a debater nalguns casos sobre as melhores formas de aplicar as decisões superiores. Tal era a concepção e a prática do “centralismo democrático”.

O papel fundamental dos Grupos Dinamizadores era, pois, por um lado, servirem como transmissores das decisões da direcção do partido e do Estado, e, por outro, dirigirem e canalizarem a enorme energia social que se tinha libertado com a queda do regime português pondo-a ao serviço do projecto político da Frelimo. Ao mesmo tempo, constituíam numa primeira fase da sua existência o único meio de que dispunha o partido para estabelecer o seu controlo sobre o conjunto do aparelho de Estado herdado, mas também sobre os patrões e chefes de empresas, num período em que havia uma hostilidade mais ou menos declarada dos colonos que ainda não tinham abandonado o país.

No entanto, o aspecto autoritário e dirigista da Frelimo que acaba de ser acima realçado não era nessa altura sentido como tal, ou pelo menos não era aceite de forma negativa, pelos militantes. Pelo contrário, estes identificavam-se totalmente com a direcção e a participação popular nas reuniões e actividades propostas pela Frelimo no período imediatamente antes e depois da independência era massiva e voluntária. Com efeito, num momento em que todas as esperanças eram permitidas, a Frelimo beneficiava da adesão praticamente incondicional por parte da maioria da população moçambicana.

A alegria da vitória sobre o colonialismo, a nova relação de forças política entre antigos colonizados e colonizadores, a participação no controlo do aparelho de Estado e da economia (os Grupos Dinamizadores eram frequentemente autênticos contrapoderes no seio das empresas e ministérios contra os antigos patrões e funcionários), a destruição dos símbolos da dominação (retirada das estátuas coloniais, mudança da toponímia), foram outros tantos elementos que contribuíram para o engajamento das massas populares na “reconstrução nacional” ao lado da Frelimo.

Tal participação efectiva nas actividades propostas pelo partido não era apenas uma questão de ideal político ou de esperança da concretização da vida melhor prometida pela Frelimo. O melhoramento real das condições materiais de vida da população já era visível: no campo, os camponeses libertos dos constrangimentos impostos pela administração colonial podiam enfim decidir livremente que culturas fazer⁹⁵ e aceitavam sem nenhum problema cultivar ao mesmo tempo uma pequena parcela colectiva como lhes era pedido pelos responsáveis da Frelimo; nas cidades, uma parte significativa dos assalariados tinham visto os seus rendi-

95 Marc Wuyts calcula que, entre 1973 e 1975, a produção camponesa de subsistência teria aumentado de 12%, o que indica uma escolha dos camponeses de melhorarem o seu consumo alimentar. Mas, paralelamente a este aspecto positivo, a crise económica que iria afectar profundamente o campesinato já se desenhava: no mesmo período, a produção comercializada tinha decrescido de 60%. A desintegração em 1974 da rede de comercialização rural que resultou da partida em massa dos pequenos comerciantes colonos foi sem dúvida o factor essencial dessa baixa.

mentos aumentar claramente e para muitos abria-se mesmo um processo de ascensão social acelerada pois começavam a ocupar os postos deixados vagos pelos colonos. Por outro lado, as primeiras medidas decididas pelo governo abrindo amplamente o acesso a serviços como a educação, a saúde e a habitação⁹⁶, até então quase exclusivamente reservados à minoria privilegiada dos colonos, constituíam uma razão suplementar para confiar nos novos dirigentes.

Tendo como pano de fundo uma mobilização popular generalizada, a Frelimo reforçou o seu papel político na sociedade moçambicana por intermédio dos Grupos Dinamizadores. Mas, a orientação da direcção do partido revelava-se cada vez mais estatista, em detrimento do papel desempenhado por essas organizações de base. Assim, as empresas abandonadas pelos proprietários, ou submetidas por qualquer outro motivo à intervenção do Estado (normalmente em razão de práticas de «sabotagem económica»), passavam para o controlo de Comissões Administrativas nomeadas pelos ministérios de tutela mesmo nos casos em que os trabalhadores tinham tomado o controlo⁹⁷. Da mesma maneira, no campo, foi praticamente proibido aos camponeses ocuparem as terras abandonadas pelos colonos, tendo sido esta regra geral transformada em empresas estatais. Em determinados casos, os camponeses podiam instalar-se nelas sob condição de as explorarem de forma cooperativa.

Contrariamente ao Estado, que via o seu papel político e económico crescer sem parar, os Grupos Dinamizadores foram-se vendo relegados para uma posição subalterna, sendo o seu poder reduzido à medida que os quadros da Frelimo, ou elementos que gozassem da confiança do partido, eram colocados nos postos de direcção do aparelho de Estado, dos serviços e das empresas: a construção do Estado sobrepunha-se claramente à constituição do partido. Com efeito, embora utilizando os Grupos Dinamizadores, a direcção da Frelimo desconfiava deles, receando que escapassem ao seu controlo. Assim, numa reunião nacional de representantes dos Comitês Distritais, em Fevereiro de 1975, portanto ainda antes da proclamação da independência, a transformação dos Grupos Dinamizadores em Comitês do Partido de pleno direito foi julgada prematura devido à “insuficiência de trabalho político” e à presença de “elementos reaccionários, infiltrados e oportunistas” no seu seio.

Dentro desta mesma lógica de controlo, a direcção do partido engajou-se na eliminação de qualquer forma autónoma de organização social. Assim, as associações de todos os tipos (comunitárias, culturais, científicas, estudantis, etc.) foram proibidas ou encerradas, exceptuando-se os clubes desportivos (que no entanto veriam, por exemplo, os seus nomes

96 A nacionalização da educação, da saúde, das agências funerárias e da justiça foi decidida pelo Conselho de Ministros no próprio dia da independência e a nacionalização dos prédios de rendimento alguns meses mais tarde, em 3 de Fevereiro de 1976.

97 O sistema das Comissões Administrativas foi estabelecido pelo governo de transição em Janeiro de 1975. Depois da independência, a maior parte das pequenas e médias empresas submetidas a intervenção estatal que pertenciam a um mesmo domínio de actividade foram integradas, formando assim algumas grandes empresas estatais.

modificados). Da mesma forma, os sindicatos viram as suas actividades restringidas apenas a questões administrativas (emissão de carteiras profissionais e gestão das quotas pagas para a segurança social). Os dirigentes da Frelimo preferiam montar um novo dispositivo de controlo social a aceitar a livre expressão e organização do movimento social. Esse novo dispositivo veio a conhecer a sua forma definitiva a seguir ao 3º Congresso da Frelimo⁹⁸, compreendendo: os Grupos Dinamizadores (que seriam redefinidos como estruturas de base a nível dos bairros residenciais das cidades), as células e comités de partido a diferentes níveis, as Organizações Democráticas de Massas, as Assembleias do Povo e os Conselhos de Produção (embrião dos futuros “sindicatos socialistas”). Este dispositivo bem hierarquizado era verdadeiramente um instrumento orientado para a mobilização e enquadramento do conjunto da população à volta dos projectos nacionalistas do grupo dirigente do partido.

O novo campo político

Os dirigentes da Frelimo eram nacionalistas não porque exprimissem um sentimento nacional efectivamente partilhado pelo conjunto da população, mas porque o seu projecto era o de criarem a nação moçambicana. A confusão que tinham feito desde o tempo da luta armada sobre a natureza anticolonial da participação das populações rurais no combate por eles conduzido, tomando-a como um engajamento no projecto nacional e revolucionário de acordo com o seu discurso, renovou-se e reforçou-se mesmo, com a adesão generalizada e entusiástica da população rural e urbana imediatamente antes da independência. A independência não podia, pois, significar para eles nada diferente do que a apropriação do Estado colonial para transformá-lo num Estado nacional, num Estado-nação moderno. E vão empenhar-se neste projecto com grande determinação.

Ao tomarem as rédeas do poder do Estado, os dirigentes da Frelimo, fortes do seu prestígio e da sua legitimidade, estavam decididos a realizar o seu projecto, que enunciavam em termos de “construção do socialismo”. Porém, contrariamente às aparências, eles não eram os únicos senhores no país, apesar de estarem em situação de impor o seu discurso como o único legítimo. Com efeito, o controlo do exército que tinha estado na origem do seu poder durante a luta armada já não era suficiente para lhes assegurar o controlo da gestão do país independente, vendo-se por consequência obrigados a estabelecer novas alianças: foi na burocracia estatal que eles acabaram por se apoiar, transformando o aparelho do Estado no verdadeiro lugar do novo poder independente. Acabada a guerra e conquistada a independência, o funcionário substituiu o soldado guerrilheiro na nova tarefa que se atribuiu a Frelimo: a construção de uma nação moderna e desenvolvida.

98 O 3º Congresso, realizado em Fevereiro de 1977, marca a criação do “partido de vanguarda marxista-leninista”.

A passagem da base política dos dirigentes da Frelimo do exército para o aparelho de Estado é um dos aspectos principais da estruturação do novo poder. Imediatamente após a independência, a Frelimo tinha falta de quadros com formação superior e com competência técnica para assegurar o funcionamento duma administração complexa e fazer funcionar os serviços e a economia do país. A partida precipitada de dezenas de milhares de colonos a seguir à revolta de 7 de Setembro só tinha contribuído para tornar a situação neste domínio ainda mais grave.

Para responder às necessidades de pessoal qualificado, a direcção da Frelimo teve que contar com a colaboração de um grande número de quadros que não tinham participado na luta armada, mas que tinham manifestado apoio à sua causa de forma activa depois de 1974. É, pois, no seio deste grupo que tinha militado em favor da transferência do poder para a Frelimo, sobretudo os activistas do grupo Democratas de Moçambique e jovens estudantes ligados à Associação Académica de Moçambique (quase todos de origem portuguesa, mas que devido ao teor anti-racista e marxista do discurso da Frelimo se identificavam como Moçambicanos), que os dirigentes irão recrutar uma parte significativa dos novos quadros. Assim, um bom número de directores de empresas estatais, de chefes de serviços nos ministérios, de directores nacionais e mesmo alguns ministros dos primeiros governos, saíram desse grupo.

Também não foi um acaso que levou Samora Machel a comemorar o 1º de Maio de 1976 (era a primeira comemoração desta data no Moçambique independente) no campus universitário dirigindo-se aos estudantes e professores da Universidade de Maputo, baptizada nessa altura como Universidade Eduardo Mondlane. Para além da homenagem à figura de intelectual e político do primeiro presidente da Frelimo procurava-se mobilizar os universitários para o projecto da Frelimo.

Os novos quadros nunca ocuparam posições importantes no aparelho do partido, mas dispunham de um poder real, baseado nas suas posições no aparelho de Estado. Na verdade, as estruturas do partido (incluindo o Comité Central) tinham apenas um poder relativo, limitando-se a servir de correias transmissoras das decisões tomadas pelo Bureau Político, cujos membros estavam todos no governo e trabalhavam com os seus assessores (novos quadros) que ocupavam posições cimeiras nos ministérios. Era no seio da máquina estatal que eles encontravam (junto desses novos quadros, mas também dos cooperantes⁹⁹), o apoio seguro para o seu projecto modernista, desenvolvimentista e socialista. Eram, pois,

99 A falta de quadros moçambicanos qualificados levou a Frelimo a recrutar, depois da independência, milhares de cooperantes estrangeiros: engenheiros, médicos, professores, agrónomos, economistas, etc... A maioria desses cooperantes vinham dos países do Leste, mas havia alguns que eram recrutados nos meios intelectuais marxistas ocidentais (de várias tendências, mas com predominância dos membros ou simpatizantes dos partidos comunistas).

os tecnocratas do aparelho central do Estado, aqueles que manejavam com mais facilidade o discurso marxista e que ao mesmo tempo dispunham (pelo menos aparentemente) das competências necessárias para a gestão do Estado, que impunham a orientação efectiva do governo. E, apesar de não terem nenhuma autoridade política reconhecida, o seu enorme poder não deixava de ser uma realidade.

O Estado tornou-se assim o centro do processo político moçambicano e a lógica que lhe é própria – dada a sua história particular que nada tem de democrático -, uma lógica de imposição e de administração, substituiu a lógica de mobilização e de representação que era – ainda que só parcialmente – a da organização partidária. O Estado tornou-se ao mesmo tempo o instrumento privilegiado e o lugar por excelência da realização da “unidade nacional”. Nesta perspectiva, tudo o que escapava ao poder e ao controlo estatal era visto como uma ameaça à unidade do povo, ou como um obstáculo ao esforço de desenvolvimento.

Contrariamente ao que se tinha passado durante a luta armada, numa altura em que a necessidade do apoio popular era incontornável e ditava os limites da acção modernista da direcção da Frelimo, no Moçambique independente os dirigentes engajaram-se numa via administrativa e repressiva. A evolução da posição da Frelimo sobre a questão dos “chefes tradicionais” ilustra de forma particularmente clara a mudança de orientação que sucede à tomada do poder.

Num documento da Frelimo que data dos últimos anos da luta armada (Qualidades de um Membro do Comité Central) pode-se ler: “o Presidente Mondlane (disse-nos) qual é a orientação a seguir no que diz respeito aos grupos étnicos de Moçambique: A Frelimo é uma organização política nacionalista composta por membros de todas as partes de Moçambique. Portanto, *reconhece a existência de tribos ou de grupos étnicos*. A nação moçambicana, como a maior parte das nações do mundo, é composta por pessoas que têm diferentes tradições e culturas, *mas unidas pela mesma existência histórica e tendo os mesmos objectivos políticos, económicos e sociais, engajadas na mesma tarefa sagrada, a de lutar pela sua libertação*. Isto explica-nos que a tribo e o grupo étnico, apesar de terem uma existência real, já não são entidades políticas, económicas ou sociais. A história uniu os seus interesses nestes domínios”.

Era nesta análise que a Frelimo assentava a sua relação com os chefes e notáveis tradicionais que ocupavam postos de responsabilidade nas estruturas montadas nas “zonas libertadas”. Apesar da negação implícita da organização específica das sociedades rurais, a Frelimo reconhecia, no entanto, o prestígio dos chefes junto das suas populações e aceitava de certa maneira a sua legitimidade, admitindo a sua participação na nova organização do poder local. Ao contrário, depois da independência, a sua política em relação às “autoridades tradicionais” radicalizou-se consideravelmente. Com efeito, o Conselho de Ministros decidiu na sua primeira sessão a extinção das regedorias. De facto, não era a divisão administrativa que estava em causa nesta medida, (pois a nova divisão corresponde à antiga, mudando simplesmente as designações – em geral, o círculo substitui a regedoria e a célula o grupo de

povoações), mas o poder dos chefes que foram demitidos das suas funções independentemente de terem servido fielmente ou não o regime colonial e da sua aceitação popular. Em sua substituição foram gradualmente investidos nas novas estruturas político-administrativas – células, círculos e localidades – os secretários do partido, jovens escolarizados, às vezes da família do chefe, mas frequentemente pertencentes a outras famílias, muitas vezes arrogantes e desrespeitadores das “tradições”, que aliás eram encarregados de combater. Para além da difusão do discurso da Frelimo, era sua missão mobilizar o povo para a construção de aldeias comunais, e lutar contra o “obscurantismo” e todos os males atribuídos à sociedade “tradicional-feudal”, como a poligamia, os casamentos precoces, os ritos de iniciação, mas também o alcoolismo, a preguiça, etc...

A atitude hostil da Frelimo em relação às sociedades camponesas coincide com uma nova clivagem política fundamental do Moçambique independente: de um lado a Frelimo com o seu Estado e a sociedade urbana e, do outro lado, a imensa massa da população rural, quase completamente afastada do poder, simples objecto da acção modernizadora, por vezes violenta, do partido-Estado.

Que marxismo?

No período que se seguiu imediatamente à independência o discurso da Frelimo continuava ainda profundamente marcado pela influência do maoísmo. Insistia-se muito, nessa altura, em temas como a necessidade do trabalho manual, a participação popular na tomada de decisões, o trabalho voluntário, a crítica e a autocritica e no combate contra o “liberalismo”.

No seu discurso de abertura da primeira reunião do Comité Central que teve lugar depois da proclamação da independência, Samora Machel falava da intensificação da luta de classes no país em termos de contradição entre o «povo» e os «inimigos do povo», sublinhando que era necessário «libertar a energia criadora das massas organizadas para avançar na via da revolução *contando com as suas próprias forças*”. Ao mesmo tempo, o campo e os camponeses – saídos da versão idealizada e mitificada das zonas libertadas erigidas em paradigma – eram apresentados como modelo de uma vida sã, por oposição aos lugares de “corrupção moral e material” que eram as cidades. Esta representação caricatural das cidades traduzia o receio da Frelimo perante a sociedade urbana, menos dócil que as sociedades camponesas a que os dirigentes se tinham habituado durante a luta armada. Eles desconfiavam, por exemplo, do movimento social que aí se tinha desenvolvido a partir de 1974. Apesar de este movimento lhes ser em princípio favorável, não deixava de constituir uma força independente da sua direcção e potencialmente menos submissa à sua autoridade que os camponeses das «zonas libertadas». Para além disso, recebavam também os efeitos do contacto dos guerrilheiros e dos quadros com a cidade, como se constata na passagem a seguir transcrita do discurso de Samora Machel acima referido: «Há alguns – dirigentes, quadros, combatentes – que se

deixaram rapidamente ultrapassar pelo processo de reconstrução nacional. (...) O contacto com a cidade fez renascer as concepções burguesas desses elementos que não tinham assumido a nossa linha. Eles viviam a nossa vida simplesmente porque no campo e durante a luta não tinham as condições para realizarem as suas aspirações de tipo capitalista e a vida moralmente corrupta que desejavam».

Durante esta primeira fase, os dirigentes da Frelimo estavam realmente virados para o campo: «A materialização do poder popular são as aldeias comunais que criamos. É a vida colectiva que multiplica a força do povo. Por que razão as cidades têm um peso tão exagerado na vida nacional? Porque elas constituem enormes aglomerações de pessoas. E, no entanto, nas cidades, não há vida colectiva. As pessoas aí ignoram-se umas às outras. O que reina aí é o individualismo e o egoísmo»¹⁰⁰. A participação popular era ainda preferida nesta altura aos grandes projectos de desenvolvimento que pressupunham a “introdução de tecnologias de ponta na nossa economia subdesenvolvida, tecnologias que as forças produtivas nacionais não estão em condições de controlar, [que] podem aparecer como uma grande conquista económica, mas que na realidade podem tornar-se um meio de perpetuar a nossa dependência do exterior”¹⁰¹.

Esta tendência “maoisante” da Frelimo não desapareceu completamente do discurso na fase seguinte, mas a influência do marxismo dos chamados países de Leste (ou seja, de tipo estalinista-soviético) tornou-se cada vez mais presente na sua prática. Isto resultou em parte do papel crescente dos novos quadros, sobretudo no domínio da definição da política económica. Mas, para compreender a influência crescente da versão soviética do marxismo é preciso tomar em consideração um segundo factor: a cooperação internacional. Com efeito, independentemente da aproximação de Moçambique com a União Soviética e com os países da Europa do Leste a partir de 1977, acompanhada pela assinatura de numerosos acordos bilaterais, por projectos económicos comuns e por créditos, a falta de quadros (economistas, engenheiros, médicos, agrónomos, professores, etc.) fez com que a Frelimo viesse a recrutar milhares de cooperantes no estrangeiro. Ora, após um curto período (1975-77) durante o qual o recrutamento se traduziu na chegada de um pequeno número de cooperantes, vindos sobretudo dos países ocidentais e sendo a maioria militantes, ou próximos, de organizações que tinham desenvolvido acções de solidariedade para com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, abriu-se uma segunda fase com a chegada a Moçambique de um grande número de exilados comunistas latino-americanos e milhares de cooperantes dos países do Leste (Alemães, Soviéticos, Búlgaros, Romanos, etc.). Estes últimos vinham no quadro dos acordos e tratados de amizade e cooperação que

100 Declarações de Samora Machel numa entrevista de 1976.

101 Samora Machel, discurso à Universidade, 1º de Maio de 1976.

ligavam Moçambique aos seus respectivos países. Mas, só uma parte deles era recrutada para projectos de desenvolvimento específicos; os restantes ocupavam funções de especialistas ou de conselheiros, nos gabinetes de estudos, nos departamentos de planificação dos ministérios e das empresas estatais. Supunha-se que todos eles pudessem transmitir aos Moçambicanos a experiência da construção do socialismo nos seus países. Os «grandes projectos» de desenvolvimento baseados no sector estatal da economia começaram a ser concebidos e postos em prática com a ajuda desses cooperantes. E, em 1979, sempre com a sua ajuda, começaram os trabalhos de preparação do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), cujo objectivo final era acabar com o subdesenvolvimento em Moçambique num período de dez anos (1980-1990).

O PPI, do qual só foram tornadas públicas as linhas gerais, fixava três grandes objectivos: a) a “cooperativização” do campo, que devia chegar à integração de mais de dez milhões de pessoas em cooperativas; b) o desenvolvimento do sector estatal agrário, que devia atingir uma superfície cultivada de um milhão de hectares e c) a criação e o desenvolvimento da indústria pesada, em especial do ferro e do aço.

Para realizar os enormes investimentos previstos pelo PPI, Moçambique dependia da obtenção de créditos externos. Assim, sem excluir iniciativas nesse sentido junto dos países ocidentais, os responsáveis moçambicanos dirigiram o essencial dos seus esforços não só para a obtenção dos financiamentos necessários junto dos países do Leste, os principais fornecedores de equipamentos, mas propuseram também, embora sem sucesso, a adesão de Moçambique ao Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME). A visão do «desenvolvimento» profundamente burocrática e tecnocrática que presidia à concepção do PPI, em que predomina a estatização da economia e o «desenvolvimento das forças produtivas», impôs-se gradualmente na orientação do Estado moçambicano através da acção dos novos quadros e dos cooperantes do Leste (aos quais se juntavam alguns outros cooperantes comunistas dos países ocidentais).

Por alturas do fim dos anos 1970, a aproximação de Moçambique e dos países socialistas era inegável. Mas qual era a posição dos dirigentes da Frelimo, do ponto de vista teórico, nomeadamente sobre a questão do marxismo? Durante a luta armada, a Frelimo tinha tido a preocupação constante de evitar tomar posição nos debates doutrinários marxistas. O seu marxismo, que se declarava ser não dogmático e fundado na prática, era suficientemente indefinido para lhe permitir manter boas relações com todos os países socialistas, mesmo se um certo teor maoísta podia transparecer dos seus textos. No relatório do Comité Central ao 3º Congresso, no momento em que a Frelimo se declarou oficialmente «partido de vanguarda marxista-leninista», a mesma preocupação de evitar o alinhamento relativamente a modelos estrangeiros persiste: o partido devia «aplicar os princípios universais do marxismo-leninismo tomando sempre em consideração as condições concretas do desenvolvimento da luta de classes no nosso país».

Em várias ocasiões que se seguiram, Samora Machel exprimiu repetidamente a recusa de transpor modelos para Moçambique, reafirmando a necessidade de tomar a realidade moçambicana como ponto de partida e como referência permanente. Em 1978, ano em que foi criada a Comissão Nacional do Plano, Samora Machel abordava a questão do marxismo-leninismo nos seguintes termos: «... o Marxismo-Leninismo é uma ciência viva que se desenvolve de maneira contínua no processo das lutas revolucionárias. *Ele não é um catecismo esclerosado, dogmático, não é um formulário de receitas completo e fechado*». Em Outubro do mesmo ano, por ocasião da cerimónia de abertura da Escola Militar de Quadros, em Nampula, uma escola onde uma parte dos professores eram oriundos dos países socialistas, ele insistiu sobre o mesmo tema: “É preciso fazer um esforço, em particular por parte dos professores, para que o estudo de certas matérias como o Materialismo Dialéctico, o Materialismo Histórico, a Economia Política e o Comunismo Científico, não seja feito de forma abstracta, independente da realidade moçambicana, ou utilizando a realidade moçambicana somente como um simples ponto de referência. Pontos de referência, fontes de inspiração, são as realidades vividas de outros processos revolucionários; a nossa deve sempre ser o ponto de partida e a essência. (...) O Marxismo-Leninismo aparece para nós como um produto da nossa luta, como o fruto da luta de classes e do debate de ideias no seio da frente. Subestimar estes factores, fazer destas realidades elementos secundários, é privar o Marxismo-Leninismo da força vital que ele tem em Moçambique, é reduzi-lo a imagens e figuras estereotipadas, a pálidas cópias do exterior».

Nestas tomadas de posição encontra-se a expressão da ambiguidade fundamental, ou mesmo da contradição, inerente à referência oficial da Frelimo ao marxismo. Com efeito, a reivindicação de uma concepção anti-dogmática coexiste com formulações que são características do dogmatismo marxista mais vulgar, cuja expressão mais conhecida consiste na trilogia estalinista: materialismo dialéctico e histórico, economia política e comunismo científico.

A dupla leitura que era possível fazer destas formulações permitia que cada um encontrasse nelas o argumento de autoridade para justificar a legitimidade da sua *démarche* teórica ou política. Mas, ao mesmo tempo, o autoritarismo inerente à organização do partido-Estado não permitia um debate político aberto sobre o marxismo. Resta, no entanto, explicar por que razão a direcção da Frelimo pôde acomodar-se de maneira relativamente fácil a uma prática guiada por uma versão burocrática do marxismo e porque permitiu ao mesmo tempo a expressão de outras correntes. Por outras palavras, o que poderia existir de comum nessas diferentes concepções do marxismo capaz de seduzir os dirigentes?

Os dirigentes da Frelimo partilhavam com os marxistas do Leste e seus aliados uma mesma concepção *dualista* da sociedade moçambicana. Tanto uns como outros tinham uma visão da sociedade moçambicana dividida em dois grandes conjuntos: o “sector capitalista” (moderno) e o “sector pré-capitalista” (tradicional). A articulação entre estes sectores era, na melhor das hipóteses, concebida em termos de participação dos produtores do dito “sector tradicional” no

“sector moderno”¹⁰². Ora, o projecto nacional dos dirigentes da Frelimo, profundamente assente na ideia de um desenvolvimento acelerado do país e da eliminação rápida dos “vestígios da sociedade tradicional-feudal”, adaptava-se perfeitamente à lógica do modelo teórico importado do Leste, onde o desenvolvimento das forças produtivas e o papel do sector estatal da economia eram privilegiados. Os programas de desenvolvimento baseados neste modelo adaptavam-se de maneira perfeita ao ideal modernizador dos dirigentes. Este tipo de programas constituía um instrumento do que se pode chamar a “*modernização intensiva*” da sociedade moçambicana.

Mas, mesmo podendo aceitar como razoável a possibilidade de um desenvolvimento rápido da indústria e do sector agrário estatal, isso não poderia abranger a curto prazo a grande maioria da população moçambicana. Os dirigentes tinham, pois, necessidade de um outro instrumento capaz de provocar um processo de “*modernização extensiva*” da sociedade. Este instrumento eram as “aldeias comunais”, que se inspiravam num outro modelo e faziam apelo a uma concepção do desenvolvimento mais inspirada do maosismo, ou seja, assente nas iniciativas locais e em pequenos projectos obedecendo ao princípio de “contar com as suas próprias forças”.

Na verdade, parece ter sido a dimensão modernizadora, comum às diferentes correntes do marxismo que se confrontavam de forma mais ou menos latente na cena política moçambicana, que mais interessou ao grupo dirigente da Frelimo. Sendo a prioridade a criação da nação, não havia desse ponto de vista nenhuma razão para se fazer uma opção em favor de um único modelo. Isto explica que a direcção do partido tenha sempre adoptado uma posição de arbitragem e de gestão dos conflitos neste domínio¹⁰³.

102 Numa longa entrevista concedida a Joe Slovo em 1973, Marcelino dos Santos – na altura Vice-presidente da Frelimo – formula a sua visão da seguinte maneira: “Penso que é preciso distinguir *duas* sociedades. Uma engloba as relações capitalistas que se desenvolveram em consequência da introdução de elementos capitalistas pelo colonialismo. A outra é de tipo tradicional – *uma espécie de economia de subsistência*. (...) Mas estas duas sociedades não existem separadas uma da outra; elas estão completamente ligadas. (...) Todas as pessoas que trabalham no sector capitalista vêm do sector tradicional. (...) Assim, a ligação principal é a seguinte: ir e vir de um para o outro. Portanto, há pessoas que não se encontram integradas no sector capitalista mas que não obstante lhe estão ligadas. Por exemplo, os que produzem para si próprios devem vender a sua produção no mercado, principalmente o milho e o caju. Eles são obrigados a entrar no sistema de mercado para obterem o dinheiro que precisam para pagar os impostos coloniais e para comprar os bens que não produzem. As duas sociedades estão ligadas e a vários níveis e as pessoas que as compõem são as mesmas. Mas há um processo de mudança: *o sector capitalista torna-se cada vez mais importante, enquanto o sistema tradicional se reduz*” (sublinhado nosso). Mas mesmo esta visão mecânica, que reduz os laços entre os dois sectores à circulação física dos produtores e dos produtos e que ignora os aspectos fundamentais do processo de reprodução e acumulação, não fazia parte das análises de numerosos quadros com responsabilidades de direcção da economia... Pode-se referir, a título de exemplo, que numa das primeiras reuniões do grupo constituído pela Comissão Nacional do Plano para preparar o Programa de Socialização do Campo no âmbito dos preparativos do PPI, todo o raciocínio se fundava no pressuposto que a cada um dos diferentes sectores da agricultura (familiar, cooperativa e estatal) correspondiam populações distintas, o que levava a que todas as projecções fossem feitas como se se tratasse de diferentes produtores em cada um dos três sectores.

103 Isto não significa que alguns membros da direcção não tivessem pessoalmente posições mais ou menos próximas de uma corrente particular. Mas, o que é fundamental é que, colectivamente, eles são em primeiro lugar nacionalistas e agem em de acordo com isso.

As clivagens políticas encontravam-se institucionalizadas no seio do aparelho de Estado. O exemplo da Comissão Nacional das Aldeias Comunais (CNAC) e da Comissão Nacional do Plano (CNP) é particularmente interessante e mostra ao mesmo tempo a clivagem política e a evolução da relação de forças entre as duas correntes. Na CNAC não existia nenhum cooperante do Leste, nem nenhum quadro moçambicano que tivesse pertencido à ala pró-soviética da Associação Académica de Moçambique (AAM). Pelo contrário, na CNP a maioria dos cooperantes do sector de planificação eram originários dos países do Leste (principalmente da União Soviética) e encontravam-se aí alguns quadros moçambicanos que tinham vindo da AAM¹⁰⁴. Por outro lado, uma comparação, mesmo superficial, entre a CNP e a CNAC revela imediatamente a importância relativa de cada uma delas no aparelho do Estado: a CNP foi sempre dirigida por um ministro membro do Bureau Político da Frelimo (primeiramente Marcelino dos Santos e mais tarde Mário Machungo), enquanto para a direcção da CNAC foi nomeado um simples director que nem sequer era membro do Comité Central¹⁰⁵.

A polarização dos conflitos de correntes fez-se à volta da questão mais importante do ponto de vista político e que dizia respeito à imensa maioria da população moçambicana: a questão rural. A primeira corrente, representada pela CNP, preconizava um desenvolvimento assente nos “grandes projectos” (o desenvolvimento acelerado das formas de produção estatais, a mecanização da agricultura, a construção de grandes barragens para a irrigação); a segunda corrente, representada pela CNAC, privilegiava os “pequenos projectos” (o desenvolvimento das cooperativas, a introdução no meio rural de tecnologias simples a partir de recursos locais)¹⁰⁶.

Perante estas correntes, a posição da direcção da Frelimo era, como se disse atrás, uma posição de compromisso. Assim, nos textos do partido, que deviam definir a orientação a seguir no domínio do desenvolvimento, pode-se encontrar a expressão dessas tendências contraditórias. Por exemplo, no documento final da Primeira Conferência Nacional do Partido (Março de 1982), o esforço de conciliação das diferentes abordagens da questão do desenvolvimento era transparente: “Os grandes projectos levam tempo a dar frutos. Eles exigem grandes meios financeiros e técnicos e um grande número de quadros. Eles são necessários para garantir o

104 É o caso nomeadamente dos primeiros directores nacionais de planificação.

105 Apenas o facto de depender directamente do Presidente da República dava indicação duma certa importância atribuída a este sector. No entanto, a CNAC acabaria por ser dissolvida em 1983, depois de um longo período de letargia iniciado com o lançamento do PPI.

106 Havia uma terceira corrente, representada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, mas tratava-se de uma posição académica que nunca foi verdadeiramente tomada em consideração pelas instâncias que tinham o poder de decisão. Esta corrente sustentava que a oposição entre grandes e pequenos projectos era simplista e que a transformação da agricultura devia resultar de uma política económica global tomando nomeadamente em consideração a articulação entre as diferentes formas de produção e a diversidade das condições nas várias regiões do país.

futuro, eles são a semente de hoje que cresce no futuro. Mas devemos também preocuparmo-nos com a nossa vida actual e começar a melhorá-la. A solução correcta é combinar os grandes projectos de iniciativa central com pequenos projectos de iniciativa local usando recursos locais. (...) Isto significa crescer da enxada para a charrua, através do rendimento da enxada, e fazer com que a charrua produza o tractor” nota? . Prisioneira do seu projecto nacional, a direcção do partido era incapaz de decidir sobre as diferentes orientações em conflito. Em 1983, por ocasião do 4º Congresso, num momento em que o país já se encontrava em falência, ela continuava a ser incapaz de estabelecer prioridades: ao mesmo tempo que afirmava ser necessário apoiar a agricultura familiar camponesa e dar prioridade aos pequenos projectos, ela falava de acelerar a execução dos grandes projectos que estavam já em curso e em preparar a instalação da indústria pesada.

Para além da «indecisão», que é expressão de um compromisso entre correntes, deve-se salientar que existia entre elas uma base comum que permitia a sua coexistência: o projecto de construção de um Estado-nação moderno. Tal é o factor explicativo do que muitos analistas da Frelimo consideravam ser a especificidade do seu posicionamento marxista, do não-dogmatismo do seu marxismo.

Os militares

O processo de estruturação do espaço político moçambicano que acabámos de evocar não se fez sem choques com os militares. Durante o período da luta armada, os intelectuais revolucionários tinham construído a sua hegemonia na base de uma concepção político-militar da luta e da consequente aliança com os militares que, nessa época, formavam a força principal da Frelimo. Com a independência, o papel do exército teve que ser redefinido. Contrariamente ao que tinha acontecido nas “zonas libertadas”, no Moçambique independente, o exército deixava de ter como uma das suas tarefas o cumprimento de funções de administração que são próprias de outros sectores do aparelho do Estado. Por outro lado, o antigo exército de guerrilha devia transformar-se num exército regular.

O novo papel das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) no “período de edificação da democracia popular” foi definido na 4ª Reunião do Departamento de Defesa da Frelimo, que teve lugar um mês após a proclamação da independência. O Serviço Militar Obrigatório para todos os cidadãos foi então instituído. Por outro lado, o exército devia continuar a ser um “exército popular”, participando na mobilização e na organização das massas, ajudando na formação dos Grupos Dinamizadores e apoiando a sua acção e devia em especial dar o seu apoio no processo de construção das aldeias comunais.

Mas a transformação do exército nesse sentido suscitava resistências por parte de um sector dos militares que queriam tirar vantagens da luta que tinham feito e reivindicavam nomeadamente a instituição de patentes. Essa pressão sobre a direcção do partido era suficientemente importante para que Samora Machel interviesse pessoalmente – e publicamente – sobre o

assunto. Assim, alguns dias antes da referida reunião do Departamento de Defesa, durante uma visita ao Centro de Preparação Político-Militar de Boane, ele anunciou a posição da direcção do partido sobre a questão da introdução de patentes no exército. Os termos da intervenção de Samora Machel deixavam aperceber a existência de fortes tensões entre os militares e a cúpula política, como se pode ver das passagens que seguem: “O nosso exército não terá galões porque não há patentes na Frelimo. Na Frelimo há responsabilidades (...). É um combate que está a começar agora, com o que estou a dizer aqui publicamente. É uma guerra. Alguns não vão dormir. Já sonharam que iam ser majores. Já sonharam que seriam tenentes-coronéis. Sonharam ser coronéis. Outros sonhavam em ser generais. Nós não temos generais, não temos sargentos (...) *Se encontrarmos resistência, voltaremos a pegar nas armas*” (sublinhado nosso). Na semana seguinte, a 4ª Conferência do Departamento de Defesa confirmava a orientação traçada por Samora Machel em Boane: um exército sem patentes nem galões e que devia participar na produção ao lado do povo¹⁰⁷.

Nos meses que se seguiram, a tensão entre a direcção política e os militares continuou a manifestar-se. As reivindicações materiais não eram o único elemento de conflito. A isso acrescentava-se a tendência dos militares para tomarem decisões que não eram da sua competência, de agirem independentemente das autoridades políticas e administrativas do Estado. Para restabelecer a autoridade da direcção do partido sobre o exército, a direcção da Frelimo tomou a iniciativa de organizar uma reunião do Estado-Maior General das FPLM em que participaram quadros e soldados provenientes de todas as províncias (de 10 a 13 de Dezembro de 1975). Os “comportamentos estranhos no seio das FPLM que tendiam a romper a unidade” foram então denunciados como sendo obra do inimigo. Mas foi igualmente sublinhado nessa reunião que a tarefa das FPLM não era de interferirem no funcionamento do Partido e do Estado, que ao exército cabia pelo contrário apoiá-los na realização da sua missão e que nenhum responsável das FPLM e ainda menos um simples soldado estava autorizado a dar ordens às estruturas do partido e do Estado. Entre as medidas de controlo decididas nessa reunião, conta-se nomeadamente a proibição dos militares saírem das casernas a não ser quando estivessem em missão, a obrigação de recolherem a horas determinadas à noite e de entregarem a arma depois de cada missão. Foi neste contexto que, quatro dias após a reunião, ocorreu uma revolta militar: os quatrocentos homens estacionados na Machava (arredores da capital) invadiram a cidade e dirigiram-se para os pontos estratégicos (o aeroporto, a central eléctrica, a rádio e a sede nacional do partido), mas os rebeldes foram rapidamente neutralizados pelas tropas fiéis ao governo.

Depois desta perturbação inicial que os dirigentes da Frelimo conseguiram controlar, as tensões entre o exército e o poder político não se voltaram a manifestar abertamente até ao início dos anos oitenta. Com efeito, só em 1982, por ocasião de uma reunião que se desenrolou na Beira, os “Antigos Combatentes” exprimiram com muita insistência o seu

107 As patentes acabariam por ser introduzidas no exército moçambicano mais tarde, em 1980.

descontentamento. Este resultava nomeadamente das suas condições materiais de vida, da sua marginalização em relação aos quadros que não tinham participado na luta de libertação, associada com a presença julgada demasiado importante de Brancos e Mestiços no governo. A direcção do partido decidiu então nomear um Secretário de Estado para os Antigos Combatentes e preconizou a formação de uma Associação dos Antigos Combatentes, certamente para tentar canalizar e controlar um movimento de contestação que começava a assumir proporções significativas.

Mas, provavelmente devido à pressão crescente da guerra nos anos que se seguiram, a Associação dos Antigos Combatentes só viria a ser criada em Setembro de 1988. O contexto político tinha-se entretanto modificado bastante. Imediatamente após a morte de Samora Machel, em 1986, circulou um documento cuja autoria era reivindicada por “Antigos Combatentes”¹⁰⁸, e em que a principal reivindicação era o afastamento dos “Moçambicanos não-origiários” de todas as posições de poder político. Este documento marca uma viragem na vida política moçambicana: os debates e conflitos sobre as questões do marxismo e do desenvolvimento cedem o lugar à expressão de outros conflitos relativos à questão do poder (discute-se sobretudo o papel dos Brancos e Mestiços, mas também começa a exprimir-se uma contestação em relação à predominância dos sulistas no governo e nas estruturas centrais do partido e do Estado). Encontra-se um vestígio destes debates no relatório do Comité Central ao 5º Congresso (1989): “No decorrer do estudo das teses, foi frequentemente invocado o facto de poucos cidadãos não-negros, ou cidadãos com formação média ou superior, terem sido chamados a cumprir o Serviço Militar Obrigatório. Isso deveu-se ao facto de, imediatamente após a independência, no processo de estruturação das forças armadas, os jovens que tinham maiores qualificações escolares e que se apresentavam ao SMO eram naturalmente origiários das camadas minoritárias, definidas em termos raciais e regionais. Uma outra razão é que os conflitos e os complexos relativos à educação e à raça eram ainda muito vivos e que seriam susceptíveis de provocar dificuldades iniciais na constituição das forças armadas. Por outro lado, porque não dizê-lo, persistia uma certa desconfiança em relação aos cidadãos de raça não-negra, desconfiança que existia sobretudo em relação à sua adesão ao projecto nacional”.

Contrariamente à visão dada pelo discurso oficial de um exército com tradições revolucionárias sólidas desenvolvidas ao longo da luta armada, de um exército perfeitamente integrado no projecto socialista, parece poder concluir-se que este foi sempre uma força ao mesmo tempo relativamente marginalizada e autónoma e preservada na sua especificidade no dispositivo de poder moçambicano, com a qual a direcção da Frelimo teve que estabelecer um compromisso.

108 Este documento conhecido como «Carta dos Antigos Combatentes» era dirigido especificamente a quatro membros do Bureau Político da Frelimo (Joaquim Chissano, Alberto Chipande, Armando Guebuza e Mariano Matsinhe).

As cidades

Até 1974, a Frelimo concentrava as suas actividades militares e políticas em áreas rurais remotas, longe das principais cidades moçambicanas. Durante os dez anos de luta armada, foram raros os ataques contra as sedes de distrito e a Frelimo nunca ocupou as pequenas vilas que existiam no coração das “zonas libertadas”. Do ponto de vista militar, isso explica-se pela impossibilidade de enfrentar o poder do exército colonial, que tinha meios muito superiores aos da guerrilha. A escolha da Frelimo de avançar no campo, contornando os centros urbanos onde as forças coloniais estavam instaladas, fazia parte da sua estratégia militar, preferindo o cerco e o assédio das tropas inimigas à ocupação dos centros urbanos, que sabia de antemão serem difíceis de defender de uma inevitável contra-ofensiva das forças coloniais com a consequente perda considerável de vidas. Assim, por exemplo, em Agosto de 1967, unidades de artilharia da Frelimo atacaram Mueda, mas a liderança recusou as propostas de Nkavandame, que queria mobilizar todas as forças militares da Frelimo em Cabo Delgado para conquistar Mueda¹⁰⁹.

A única tentativa de abrir uma frente, confiando nas ligações que os líderes da Frelimo tinham com o meio urbano (a quarta região, no sul do país), falhou muito rapidamente: em 1964/65, a rede da Frelimo que operava a partir da Swazilândia foi destruída e os seus membros presos, assim como um grande número de apoiantes da Frelimo em Maputo. A liderança da Frelimo abandonou completamente a ideia de continuar a luta armada em todo o território moçambicano após o fracasso desta primeira experiência no sul e depois de ter sido forçada a cessar as operações militares nas frentes da região central do país (Tete e Zambézia). Decidiu, então, concentrar-se inicialmente em áreas acessíveis a partir da Tanzânia e, posteriormente, da Zâmbia. Além disso, até ao final da guerra, nenhum esforço foi feito para desenvolver um movimento político urbano. Apesar da origem urbana de quase todos os dirigentes, a cidade

109 Machel, 1980a.

permaneceu completamente ausente de seu universo político durante todo o período da guerra. Mas isso não fazia da Frelimo um movimento rural, e ainda menos um movimento camponês: a sua acção militar concentrou-se nas áreas rurais, o seu exército era maioritariamente composto por jovens de origem camponesa, mas as reivindicações especificamente camponesas (com foco no fim do trabalho forçado e das culturas obrigatórias, no imposto, nos preços praticados pelos comerciantes) estavam subordinadas ao projecto independentista e nacional dos líderes, no qual a independência aparecia como a condição de realização das aspirações dos camponeses, como das de todas as outras camadas sociais patrióticas.

Na realidade, uma vez adquirida a independência, e apesar da afirmação da liderança que o poder pertencia à «aliança operário-camponesa», ela aproveitou sobretudo aos urbanos, isto é, a uma fracção da população que representava pouco mais de 10% da população total. E deve-se ainda enfatizar que quase 50% dessa população urbana estava concentrada no extremo sul do país, em Maputo¹¹⁰.

A cidade no discurso da Frelimo antes da independência

As referências às cidades em toda a literatura da Frelimo anterior ao fim da guerra apenas aparecem de forma esporádica e só à volta de três questões: em primeiro lugar, para reivindicar a participação dos seus activistas na organização das greves dos trabalhadores dos portos em 1963, o que, aliás, não corresponde à realidade¹¹¹; em segundo lugar, para denunciar a proposta de Nkavandame de concentrar as forças militares para investir maciçamente no ataque a Mueda, uma proposta considerada errada e suicida; finalmente, para justificar a prioridade dada aos guerrilheiros nas zonas rurais, onde “o inimigo é mais fraco», em detrimento das áreas urbanas «onde o controlo do inimigo é muito estrito»¹¹². Mas, deve-se realçar que se a renúncia ao objectivo de alargar a luta armada a todo o território se deveu principalmente a problemas “logísticos”, a falta de trabalho político da Frelimo nas cidades, que se seguiu, não foi só o abandono da possibilidade de uma guerrilha urbana. Foi também um sinal da prioridade dada de facto aos aspectos militares da luta, em detrimento da organização de redes clandestinas de trabalho político. A alteração desta postura só ocorreu depois da independência. É evidente que os dirigentes da Frelimo, que tiveram de impor a sua hegemonia contra os líderes da organização política do interior (nas zonas de guerra) através do seu investimento nas actividades militares, não quiseram promover uma rede política nos centros urbanos que, necessariamente clandestina e relativamente autónoma em relação à sede do movimento em

110 De acordo com o recenseamento de 1980, a população urbana de Moçambique era de 1.539.119, representando 13,2% da população total, dos quais quase metade (48%) vivia na capital (2º Recenseamento Geral da População – Informação Pública, 1983).

111 Ver José, 1987.

112 Ver Machel, 1980a : 41-42.

Dar es Salaam, poderia escapar ao seu controlo directo. Por outro lado, sendo a grande maioria da população moçambicana rural, os líderes tinham nas populações camponesas das “zonas libertadas” e no exército formado principalmente por jovens combatentes vindos do meio camponês, uma base suficiente da sua legitimidade nacional. Ao mesmo tempo, a influência do maoísmo na formação do seu discurso permitia-lhes conceber um projecto revolucionário baseado nas massas camponesas.

Depois de dez anos de luta armada nas áreas rurais, longe dos grandes centros urbanos, os líderes da Frelimo viram-se de repente confrontados com a questão do trabalho político nas cidades, que tinham deixado no início dos anos sessenta, e cuja evolução recente lhes era desconhecida. Em particular, desconfiavam da elite escolarizada negra e mestiça que se estava a desenvolver no âmbito da política de “africanização” (embora muito limitada e praticamente circunscrita aos escalões médio e inferior do aparelho do Estado) do regime colonial nos últimos anos. O apoio à Frelimo manifestado por este estrato social depois do 25 de Abril de 1974 foi percebido pela liderança da Frelimo como uma manobra oportunista de elementos “com uma vocação burguesa e capitalista”, suspeitos de quererem tomar conta do aparelho de Estado¹¹³.

Assim, depois de aprovar e enviar telegramas de apoio aos trabalhadores grevistas, estudantes e funcionários envolvidos na criação de estruturas sindicais, que nos meses anteriores aos acordos de Lusaka se alinharam com as posições da Frelimo em relação às negociações para a independência, a atitude da liderança mudou depois da instalação do governo de transição. As cidades foram, então, sistematicamente denunciadas como lugares de vício e corrupção. Nos discursos que proferiu em diferentes pontos do país durante a viagem “do Rovuma ao Maputo”, no mês anterior à proclamação da independência, Samora Machel falou frequentemente de preguiça, banditismo, drogas, álcool e particularmente da prostituição.

Nas suas intervenções improvisadas, Samora Machel deixava transparecer um moralismo exacerbado, partilhado por outros dirigentes da Frelimo, um moralismo sem dúvida derivado da sua educação protestante. A prostituta aparece, pois, como o símbolo da cidade, da «sociedade colonial-capitalista decadente» que devia ser destruída o mais rápido possível. Samora Machel foi especialmente virulento sobre este assunto em Xai-Xai, a última cidade que visitou antes de chegar a Maputo para as cerimónias de independência. Nessa ocasião, tratou as prostitutas como «carne podre à espera das moscas» e anunciou a sua determinação em pôr fim a esse flagelo. De facto, pouco depois da independência o ministro do interior, Armando Guebuza, organizou rusgas conjuntas da polícia e do exército para prender as prostitutas e enviá-las para os «campos de reeducação» nas antigas «áreas libertadas».

113 Numa entrevista a Pietro Petrucci, Samora Machel disse: “... alguns pensaram que após a tomada do poder, depois de algum tempo, a Frelimo precisaria de quadros qualificados e que seria entre esses “evoluídos” que seríamos obrigados a procurá-los. Pensavam dessa maneira tomar conta do aparelho do Estado e bloquear ou desviar os nossos projectos.” *Afrique-Asie*, 109, 17-30 de Maio de 1976, página VII.

Se excluirmos as declarações claras de Samora Machel contra as greves na investidura do governo de transição¹¹⁴, a atitude de desconfiança da Frelimo em relação às cidades e ao movimento social urbano não se manifestou directamente, mas traduziu-se por uma representação caricatural da sociedade urbana: o lugar do “vício, corrupção e manobras do inimigo”. Os dirigentes da Frelimo encontravam, assim, a justificação para a sua política repressiva e de controlo social.

“O Povo Organizado”

Partido único, sem qualquer forma de oposição interna organizada e gozando de enorme prestígio junto da população, a Frelimo engajou-se desde a independência na destruição de todas as formas de organização que escapassem ao seu controlo. Os “Grupos Dinamizadores”, criados durante o período de transição, tornaram-se as únicas estruturas organizacionais reconhecidas nos locais de trabalho e de residência. Mais do que organizações destinadas a divulgar a “linha política” da Frelimo, ou estruturas de participação popular, os “Grupos Dinamizadores” eram o meio para assegurar a aplicação das “orientações” do partido, eram o instrumento privilegiado do poder para fazer o enquadramento de toda a população.

Os dirigentes da Frelimo, apesar do apoio popular de que dispunham, suficientemente forte para poderem aceitar a livre expressão do movimento social que agitava a sociedade moçambicana desde a queda do regime colonial, especialmente nas cidades, não concebiam, no entanto, que pudesse haver outras formas de organização que não aquelas que emanavam directamente das suas decisões. Assim, o movimento sindical, que tinham saudado e encorajado antes das negociações de Lusaka terem confirmado o princípio da transferência de poder apenas para a Frelimo, foi imediatamente bloqueado desde o período de transição: os antigos “Sindicatos Nacionais” que os trabalhadores tinham investido para os transformar em estruturas democráticas foram confinados a funções “administrativas” (emissão de carteiras profissionais, gestão das contribuições para o fundo de acção social, etc.); ao mesmo tempo, iniciativas para criar novos sindicatos, como o dos funcionários públicos, tiveram que ser abandonadas. A Frelimo não teve que usar meios repressivos para sufocar este movimento: os activistas que nele se tinham engajado, essencialmente simpatizantes da Frelimo, foram simplesmente chamados a dirigir os seus esforços para outras tarefas, «prioritárias», em particular a formação dos «Grupos Dinamizadores» e a participação nas diversas actividades e reuniões promovidas por esses grupos.

A política da liderança da Frelimo de destruir todas as formas de organização social independente do novo poder continuou, tendo sido banidas as associações de todos os tipos, nomeadamente culturais, científicas e estudantis. Houve, no entanto, duas excepções: os clubes desportivos e as igrejas. Mas, os primeiros foram forçados a ligar-se a ministérios, ou empresas estatais, perdendo assim sua autonomia em relação ao poder; quanto às igrejas, estas

114 Ver a “Mensagem do Presidente da FRELIMO por ocasião da cerimónia da Tomada de Posse do Governo de Transição de Moçambique”, (20/9/1974) (Machel, 1974).

tiveram que restringir as suas actividades de culto e as suas propriedades – terras, escolas, hospitais e centros de saúde – foram nacionalizadas, tendo a liderança da Frelimo desencadeado uma campanha anti-religiosa extremamente virulenta imediatamente após a independência. A Igreja Católica foi particularmente atacada por causa das suas ligações com as autoridades coloniais, e naquela época muitos padres católicos foram expulsos do país. Milhares de membros da seita Testemunhas de Jeová foram acusados de actividades subversivas e enviados para os «campos de reeducação».

Estas iniciativas concebidas pelos líderes em termos de destruição da ordem colonial beneficiava, naturalmente, do grande apoio popular à Frelimo. Os excluídos da sociedade colonial, que nunca tinham tido o direito de organização e de expressão, aceitaram de bom grado a orientação daqueles que tinham dirigido em seu nome a luta pela independência e participaram com confiança no desenvolvimento das novas estruturas estabelecidas pelo partido.

O sistema de enquadramento da população, esboçado desde a criação dos «Grupos Dinamizadores», foi-se reforçando gradualmente. Nos bairros residenciais, a função de controlo social dos «Grupos Dinamizadores» alargou-se com a nomeação de responsáveis para cada quarteirão ou prédio, cuja missão era garantir que os habitantes respeitassem a «linha política» do partido, elaborar um registo contendo informações sobre sua situação familiar, emprego, etc., «mobilizá-los» para o «trabalho voluntário», ou para as manifestações organizadas pelo partido.

Para além disso, a direcção da Frelimo preocupou-se em organizar os trabalhadores nos seus locais de trabalho. Em Outubro de 1976, Samora Machel lançou a palavra de ordem de formação de «Conselhos de Produção» nas fábricas e unidades de produção (e de «Conselhos de Controle da Produtividade», nos serviços do Estado). Esses conselhos, cujos membros eram escolhidos pelo «Grupo Dinamizador» dentre os trabalhadores «exemplares» e submetidos à aprovação da assembleia geral de trabalhadores, foram o embrião da futura organização sindical dos trabalhadores moçambicanos, a «Organização dos Trabalhadores Moçambicanos» (OTM), criada em 1983, como quadro institucional para a sua participação na planificação, gestão e controlo da actividade produtiva. Tinham também como tarefas promover a alfabetização e a formação, organizar a «emulação socialista» e o «trabalho voluntário» e participar no reforço da *disciplina*...

Tal como os “Grupos Dinamizadores” e, mais tarde, as células do partido, os «Conselhos de Produção» não foram concebidos como órgãos representativos, mas como correias de transmissão do poder junto dos trabalhadores. Todos estavam sujeitos ao mesmo princípio de funcionamento: o «centralismo democrático». Aliás, esse sempre foi o caso de todas as outras formas de organização produzidas pela Frelimo, quer se trate das «assembleias do povo», das «organizações democráticas de massa», como a «Organização da Juventude Moçambicana», ou a «Organização da Mulher Moçambicana». Mas, o centralismo democrático, na concepção da Frelimo, na linha directa da tradição estalinista, não era, na realidade, outra coisa senão uma forma eufemística de autoritarismo centralizado e burocratizado. O centralismo democrático da Frelimo, no entanto,

incluía a particularidade de submeter, formalmente, os candidatos a cargos do partido ou de organizações controladas por ele ao «voto» dos trabalhadores, ou da população.

A cidade, espaço privilegiado do poder

O desconforto sentido nos primeiros tempos pelos dirigentes da Frelimo em relação à sociedade urbana foi-se significativamente atenuando com a introdução gradual das novas estruturas de enquadramento da população e dos trabalhadores. À medida que o poder se apropriou e dominou o espaço social urbano, impondo as suas regras e orientações, o discurso tornou-se cada vez menos agressivo e as referências aos “vícios” e à «corrupção» anteriormente imputados às cidades foram desaparecendo.

A «conquista» das cidades pelo novo poder, que se traduziu na subjugação do movimento social e na supressão de qualquer expressão política independente, não se traduziu imediatamente numa perda de credibilidade da Frelimo entre as camadas populares. Pelo contrário, a adesão destas últimas foi consolidada pelas primeiras medidas do governo, as «nacionalizações» da terra, da educação, da saúde, dos serviços funerários, das profissões liberais (24 de Julho de 1975) e, alguns meses depois, dos prédios e casas de rendimento (3 de Fevereiro de 1976). Ao prestígio de que gozam os dirigentes e combatentes da Frelimo pelo seu papel de «libertadores» foi acrescido o sentimento da população, em particular a das cidades, onde os colonos estavam fisicamente concentrados, de participar activamente na destruição da ordem política e social colonial. Isto compensava largamente o autoritarismo político demonstrado pela Frelimo, especialmente porque este ainda não era sentido como tal. Além disso, a política seguida pela Frelimo só podia reforçar o apoio das camadas populares urbanas, dadas as vantagens materiais que lhes dava. De facto, foram os urbanos quem mais beneficiou das nacionalizações.

A «nacionalização» dos hospitais e clínicas privadas, acompanhada pela proibição do exercício privado da medicina, aumentou significativamente o acesso aos cuidados de saúde para aqueles que anteriormente tinham sido virtualmente excluídos. Ao estabelecer um preço simbólico para as consultas, a gratuitidade de muitos medicamentos e do internamento hospitalar, o Estado assumiu a quase totalidade dos custos dos serviços de saúde prestados à população. Mas, é claro que, apesar da política de expansão da rede nacional de saúde, através do estabelecimento de pequenos hospitais distritais e de numerosos centros de saúde e postos de saúde no campo, eram os habitantes das cidades, especialmente os das principais cidades, onde se concentravam as principais infra-estruturas e o pessoal mais qualificado, quem mais beneficiava do novo sistema de saúde¹¹⁵.

115 Em 1979, a cidade de Maputo tinha mais da metade dos médicos em Moçambique para uma população que representava apenas 6% do total. As despesas anuais *per capita* em pessoal de saúde eram de 15 dólares para Maputo, de 9,30 dólares em média para o conjunto das capitais provinciais (incluindo Maputo) e eram de apenas 0,85 dólares para os distritos (Hanlon, 1984: 277).

Uma parte da população urbana também beneficiou da nacionalização da terra. Um dos efeitos imediatos desta medida foi libertar um grande número de terras nas áreas periféricas das grandes cidades, permitindo que a população as ocupasse e construísse casas sem ter que pagar aos proprietários, ou que as usasse para fazer pequenas machambas.

A nacionalização dos imóveis de rendimento foi muito mais importante para a população urbana que a nacionalização da terra. Nos anos 1974 e 1975, a saída de alguns milhares de colonos tinha feito com que um grande número de casas nos “bairros de cimento” grandes cidades¹¹⁶ ficassem desocupadas, mas o custo elevado das rendas e a resistência dos proprietários a alugar essas casas aos Negros significavam que estes continuavam sem acesso à cidade de cimento, ainda que estivesse parcialmente vazia. Assim, ao nacionalizar as casas, o governo da Frelimo pôs fim à discriminação racial no sector da habitação, que tinha existido até ao final do período colonial. A nacionalização das casas também teve um impacto social muito forte, uma vez que o Estado estabeleceu ao mesmo tempo critérios para a fixação das rendas, tendo em conta as dimensões da habitação, mas também o rendimento familiar e o número de membros da família: quanto menor era o rendimento e maior a família, mais baixa era a renda. As baixas rendas introduzidas por este sistema em 1976 permaneceram inalteradas até 1989 e, na medida em que rapidamente se tornaram significativamente mais baixas do que o custo de amortização dos edifícios, isso significou que o Estado subvencionava a um nível elevado a habitação urbana¹¹⁷. De todas as nacionalizações, a da habitação, que abrangeu também muitas casas dos bairros de caniço, foi a mais popular. De facto, não foram apenas as famílias que se estabeleceram na cidade de cimento que beneficiaram da nacionalização, mas a quase totalidade da população urbana (exceptuando, naturalmente, a pequena camada dos proprietários de imóveis de rendimento). De acordo com estimativas da Frelimo, 250.000 pessoas tiveram acesso a casas na cidade de cimento, das quais cerca de dois terços em Maputo¹¹⁸. Em paralelo, o Estado procedeu ao desenvolvimento das infra-estruturas nos bairros suburbanos através da instalação de sistemas de drenagem das águas pluviais, de fontanários, de electricidade, etc., melhorando assim as condições de vida nesses bairros. Outra consequência da nacionalização das casas foi o facto de provocar uma aceleração no movimento de partida dos colonos, uma parte dos quais permanecia em Moçambique numa atitude de esperar para ver. Esta nova onda de saída súbita de colonos, muitos dos quais eram proprietários de pequenas fábricas e empresas, funcionários públicos e outros empregados,

116 Todas as cidades coloniais eram compostas de uma aglomeração central de edifícios e casas construídas em duro (ferro, tijolos e cimento), a “cidade de cimento”, onde viviam os colonos e onde se concentravam os serviços, os escritórios, lojas, algumas indústrias, etc., e de bairros periféricos construídos com materiais pobres (caniço, madeira, zinco) tendo apenas algumas infra-estruturas, a “cidade de caniço”, onde vivia a maioria da população negra.

117 De acordo com o Relatório do Comité Central ao 4º Congresso (1983), o Estado subsidiava a habitação em 50%. Frelimo 1983d: 57.

118 *Ibid.*

contribuiu para o agravamento da crise económica do país. Mas, do ponto de vista político, essa dinâmica consolidou o apoio popular à Frelimo.

No campo da educação, o processo foi semelhante ao do sector de saúde. A rede de escolas primárias expandiu-se enormemente em todo o país. Em contrapartida, o ensino secundário e superior continuou concentrado principalmente em Maputo. Assim, a educação gratuita beneficiou especialmente os jovens da capital, dado que o número de bolsas para os jovens das províncias era muito reduzido e as residências disponíveis para os receber raras. No entanto, alguns milhares de jovens estudantes, maioritariamente das províncias, foram enviados para fazer estudos secundários e técnicos em Cuba. Mas, depois de longos anos passados no exterior, eles estavam “desenraizados” e, na maioria das vezes, não tinham as relações necessárias para obter os melhores empregos, em especial em Maputo. Além disso, a lógica de centralização dominante no aparelho estatal e partidário significava que a promoção profissional e política privilegiava os funcionários dos órgãos centrais em detrimento dos quadros provinciais. Os jovens das províncias, sobretudo do centro e norte, estavam, portanto, numa posição muito menos favorável a esse respeito do que os seus colegas de Maputo, que puderam continuar a sua formação no país. Isso, sem dúvida, contribuiu para o crescimento do mal-estar, evidente em meados dos anos oitenta, sobre os privilégios dos “sulistas”, incluindo os Brancos e os Mestiços.

As posições de princípio dos líderes da Frelimo contra «o tribalismo, o regionalismo e o racismo» impediam que a questão da origem regional e racial das pessoas pudesse ser abordada e discutida abertamente. Assim, esse discurso, na verdade, contribuiu para ocultar a reprodução da discriminação herdada do período colonial em favor das camadas privilegiadas do sul do país. O caso dos jovens provenientes das escolas secundárias da Frelimo¹¹⁹ ilustra notavelmente bem os efeitos perversos desse discurso. A partir de 1977, e por três anos, por falta de professores, os dois últimos anos do ensino secundário foram substituídos por um curso intensivo de ingresso na universidade com a duração de um ano (Curso Propedêutico). Ao mesmo tempo, para acelerar a formação de professores, foi atribuída à Universidade Eduardo Mondlane a responsabilidade de organizar de Cursos de Formação de Professores, sendo os alunos destes cursos recrutados ao mesmo nível daqueles que, depois de um ano do Curso Propedêutico, ingressariam nos cursos universitários. A concepção dos Cursos de Formação de Professores foi baseada em períodos alternados de um ano de formação e dois anos de trabalho no sector da educação. Depois de quatro anos de estudo (ou seja, cerca de dez anos depois), esses estudantes-professores poderiam esperar obter um diploma equivalente a um bacharelato, enquanto

119 Após o encerramento do Instituto Moçambicano de Dar es Salaam, em plena crise da Frelimo (1968), foi inaugurada uma nova escola secundária na Tanzânia, em Bagamoyo (1970). Com a independência, esta escola que acolhia jovens das “zonas libertadas” foi transferida para Ribaué, na província de Nampula. Outra escola da Frelimo foi então estabelecida em Namaacha, perto de Maputo.

os seus colegas que seguiam directamente para os cursos universitários através da via do Curso Propedêutico já teriam completado a licenciatura há muito tempo. Independentemente da concepção aberrante desse sistema e de todos os problemas materiais e sociais que este implicava, era uma formação de segunda ordem¹²⁰. Ora, a distribuição dos alunos pelas diferentes formações era feita por uma comissão do Ministério da Educação, que devia respeitar, na medida do possível, as preferências expressas pelos alunos, mas respeitando as quotas estabelecidas previamente para cada formação. Enquanto a maioria dos jovens provenientes das escolas da Frelimo, educados num espírito militante, embora expressando as suas preferências, declarava ao mesmo tempo que aceitaria qualquer tarefa que lhes fosse dada pelo partido, a juventude urbana de Maputo manifestava simplesmente o desejo de seguir a via académica da sua preferência. Perante a dificuldade de encontrar voluntários em número suficiente para os cursos de formação de professores, que ninguém queria, a comissão do ministério simplificou a sua tarefa, orientando para esses cursos aqueles que estavam dispostos a aceitá-los, isto é, maioritariamente os jovens provenientes das escolas da Frelimo. Dessa prática resulta que, se considerarmos a proporção em relação ao total de cada grupo, os jovens das famílias camponesas das áreas libertadas eram muito mais numerosos nos cursos de formação de professores que os jovens de origem urbana. Isso significava, em termos práticos, que estes últimos, depois de concluírem o ensino superior, se tornariam quadros nos ministérios, ou ocupariam cargos de direcção nas empresas estatais, enquanto os outros, sem grandes qualificações, ficavam condenados a ocupar postos de professores em escolas secundárias das províncias, sem oportunidades reais de promoção social. A selecção feita através deste sistema de orientação provou ser uma maneira de reproduzir a situação privilegiada das camadas urbanas. Poderíamos até dizer: uma escolha social e política a seu favor.

Uma vez que a Universidade de Maputo foi a instituição onde foram formados os novos quadros do Moçambique independente, é útil analisar aqui alguns dados sobre os estudantes¹²¹. No ano lectivo de 1980, a Universidade tinha 817 estudantes moçambicanos a frequentar o ensino superior. Dentre estes estudantes, 28% eram naturais de Maputo e, se somarmos os que nasceram nas outras duas províncias do sul (Gaza e Inhambane), a percentagem sobe para 54%. Por outro lado, havia apenas 7,5% dos estudantes oriundos das três províncias onde a luta armada se desenvolveu mais (Cabo Delgado, Niassa e Tete). E, certamente, desses 7,5%, nem todos vinham das “zonas libertadas”. No Curso Propedêutico (pré-universitário), a situação ainda era mais desequilibrada: 48% de Maputo, 73% das três províncias do sul e apenas 5% das províncias de Cabo Delgado e Tete. Isso reflectia

120 Em 1983, os Cursos de Formação de Professores foram transferidos para o recém-criado Instituto Superior Pedagógico.

121 Os números a seguir foram calculados a partir de informações contidas em documentos preparados pelo Secretariado do Comité do Partido da UEM, em 1980 e 1981.

os efeitos do encerramento do ciclo pré-universitário nas escolas secundárias do centro e norte do país e o relativo privilégio que se seguiu para aqueles que vinham da capital, ou do sul do país. Por outro lado, nos Cursos de Formação de Professores, se os dados de 1981 mostram que a predominância de Maputo (e das províncias do sul) se mantém, também mostram que a percentagem de estudantes de Cabo Delgado, Niassa e Tete, é muito mais importante: são 23% (de um total de 542 alunos), contra apenas 7,5% nos cursos universitários. Esta diferença considerável deriva justamente dos critérios utilizados pela comissão do Ministério da Educação encarregada de distribuir os alunos do ensino secundário pelas diferentes formações. Embora não haja estatísticas sobre a origem social dos estudantes dos Cursos de Formação de Professores, sabe-se que há entre eles uma percentagem muito grande de filhos de camponeses, de operários e de pequenos assalariados. Já nos cursos universitários, a distribuição de acordo com a profissão dos pais era a seguinte: 11% eram filhos de altos funcionários do Estado, quadros superiores e dirigentes de empresas; 37% eram filhos de pequenos e médios empresários e quadros de direcção; 35% eram filhos de funcionários públicos, empregados de escritório e trabalhadores independentes. Mas, sobretudo, entre os quase 80% dos alunos que eram «estudantes-trabalhadores», quase 60% eram dirigentes e quadros do aparelho do Estado, o que significa, no sistema de partido único, que a educação superior servia principalmente como instrumentos de reprodução do aparelho do partido-Estado.

Mas os benefícios para os urbanos não se limitaram aos efeitos das nacionalizações. De facto, foi toda a política da Frelimo, incluindo a política económica, que foi concebida para servir as cidades. Enquanto nas áreas rurais os camponeses foram severamente afectados pela crise resultante da desintegração da economia rural colonial (especialmente a quebra dos circuitos de comercialização agrária) e, no caso particular do sul do país, sofreram ainda os efeitos da redução drástica do recrutamento de trabalhadores para as minas decidido pelas autoridades sul-africanas, o governo fazia esforços significativos para preservar as camadas urbanas do impacto da crise.

Assim, uma das primeiras preocupações do Governo da Frelimo foi assegurar o abastecimento da população urbana em produtos alimentares e outros bens de consumo. Para isso, foram criadas as «Lojas do Povo», em Dezembro de 1974, por decisão do Ministério da Coordenação Económica do governo de transição. Inicialmente, tratava-se de resolver os problemas de abastecimento que se faziam sentir nos bairros suburbanos de Maputo, resultantes do abandono maciço de comerciantes portugueses (cantineiros), na sequência da revolta de 7 de Setembro de 1974¹²².

122 A população dos bairros negros da capital reagiu à revolta dos colonos destruindo um grande número de estabelecimentos comerciais nesses bairros, as cantinas dos colonos, pequenas lojas onde havia produtos alimentares e muitos outros bens de consumo.

As Lojas do Povo¹²³ expandiram-se, depois da independência, para as cidades das províncias e capitais de distrito, formando uma enorme rede comercial do Estado, que substituiu em parte os pequenos e médios estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso abandonados pelos colonos. No entanto, o aprovisionamento foi principalmente dirigido para as grandes cidades, onde as lojas eram relativamente bem fornecidas. Mas, a gestão burocrática fazia com que houvesse muitas vezes nas prateleiras das lojas situadas nos pequenos distritos urbanos, aquelas que estavam mais próximas dos camponeses, uma série de produtos que não tinham interesse para estes. Havia, por exemplo, quantidade de doce e frutas enlatadas, mas faltavam bens de consumo camponeses como fósforos, petróleo, sal, capulanas, ou instrumentos de produção (catanas, enxadas, etc.).

As Lojas do Povo, que inicialmente cumpriram o seu papel de substituir os estabelecimentos comerciais abandonados, particularmente nas cidades, tornaram-se completamente ineficazes no início dos anos 1980. Nessa altura, a maioria dessas lojas estava quase vazia: à falta de produtos, de origem nacional ou importados, que se foi sentido cada vez mais no mercado nacional, juntava-se uma péssima gestão. Samora Machel anunciou então que estava fora de questão que o Estado continuasse a ocupar-se de pequenos negócios e a pagar salários a um pessoal ocioso e extremamente numeroso. Em pleno período da elaboração do Plano Indicativo Prospectivo, o Estado orientava-se para os “grandes projectos”, reservando-se o controlo dos sectores chave da economia (o sistema bancário, a importação e exportação, as grandes e médias indústrias, o comércio grossista), e deixava o comércio de retalho para os privados e as cooperativas de consumo. Mas, nem por isso o poder negligenciou a atenção especial que prestava à população de Maputo e, em 1981, o governo criou uma Comissão de Coordenação do Abastecimento, que seria dirigida por Jacinto Veloso (Ministro da Segurança e membro do Bureau Político do partido), e instituiu o racionamento dos bens de primeira necessidade para garantir uma distribuição «justa» e, ao mesmo tempo, para manter estável o nível dos preços¹²⁴.

A prioridade dada pelo Estado às camadas sociais urbanas traduzia-se pela prestação de serviços gratuitos no campo da educação e da saúde, para citar apenas os mais importantes, ou subsidiados, como a habitação e os bens de consumo básicos (com preços fortemente subsidiados) e era em benefício dessas mesmas camadas que a redistribuição da riqueza nacional era feita. E seria ainda necessário acrescentar uma parte importante dos salários pagos pelas empresas estatais, mas também algumas privadas, que sobreviviam apenas através de créditos bancários (por isso do Estado) que eram incapazes de pagar. Numa situação generalizada de subutilização da capacidade produtiva instalada, sem redução da mão-de-obra, os salários,

123 As Lojas do Povo adquiriram em 1976 o estatuto oficial de empresa estatal (Decreto 24/76 de 17 de Junho de 1976).

124 O racionamento também foi introduzido mais tarde na Beira, a segunda maior cidade do país.

não tendo contrapartida na produção, tornavam-se inevitavelmente uma fonte de inflação. Como o Estado controlava os preços, os salários tornavam-se na realidade uma forma de «crédito» ao consumo dos assalariados. No início dos anos 1980, os salários eram superiores de 10 milhões de contos em relação ao valor dos bens colocados à venda no mercado interno¹²⁵, ou seja, quase um terço do total de salários pagos em Moçambique não tinha contrapartida material em bens disponíveis¹²⁶. A pressão inflacionária, que não se podia traduzir em preços mais altos (dado o seu controlo administrativo), traduziu-se nas bichas diante das lojas resultantes da penúria de bens e no desenvolvimento do mercado negro. Foi apenas em Março de 1983, pouco antes do 4º Congresso da Frelimo, que o Governador do Banco de Moçambique, intervindo na Assembleia Popular, reconheceu pela primeira vez, embora de forma muito tímida, que a “candonga” (designando as actividades comerciais ilegais) tinha uma base económica e que não era simplesmente uma acção dos “inimigos da revolução” como se dizia na retórica oficial.

A “Operação Produção”

Apesar da deterioração progressiva das condições de vida nas cidades, particularmente acentuada desde 1980, a população urbana permaneceu fiel à Frelimo. Embora o apoio entusiástico do momento da independência tivesse desaparecido com o tempo, as crescentes dificuldades da vida quotidiana não deram origem a manifestações de hostilidade em relação ao poder. Ao contrário, a Renamo conseguiu expandir as suas actividades de guerra para todas as áreas rurais do país num período de tempo muito curto (entre 1980 e 1983). Para isso, ela beneficiou da neutralidade, muitas vezes benevolente, de parte da população rural e da adesão de certos grupos de rurais entre os mais afectados pela acção do Estado da Frelimo no campo¹²⁷. Apesar do seu sucesso no campo, a Renamo não conseguiu conquistar uma adesão significativa no seio das camadas sociais urbanas. Isso talvez se explique, pelo menos parcialmente, pelo facto de a Renamo atacar, sistematicamente, tudo o que representasse o Estado e a sociedade urbana, isto é, tudo o que podia ser identificado com a Frelimo.

Curiosamente foi a própria Frelimo que causou um grande desconforto no seio da população urbana, até mesmo uma certa hostilidade da sua parte contra o poder, como resultado da “Operação Produção” (1983), que tinha como finalidade evacuar os “improdutivos” das cidades, especialmente Maputo, para os instalar no campo.

125 Frelimo, 1983d: 66.

126 Calculado a partir dos números da Direcção Nacional de Estatística sobre a evolução do fundo de salários.

127 Para uma análise do processo de implantação regional da Renamo e das motivações das populações rurais que se aproveitam disso para entrar em dissidência com o Estado da Frelimo, ver o estudo de Christian Geffray sobre o distrito de Eráti, província de Nampula. (Geffray, 1990).

Já durante o período do governo de transição, as questões do desemprego e do afluxo para as cidades eram uma preocupação os líderes da Frelimo. Esta questão foi abordada pela primeira vez na Reunião Nacional dos Comitês Distritais (Mocuba, 16-21 de Fevereiro de 1975). As recomendações desta reunião preconizavam a adopção de «medidas políticas e administrativas» para lidar com o problema¹²⁸. Em termos políticos, sugeria-se intensificar “o processo de consciencialização a dois níveis: ao nível das populações das cidades para fazê-las entender a necessidade de retornar ao campo; ao nível das populações rurais, para lhes fazer tomar consciência da inutilidade e do perigo da emigração para as cidades”. No que diz respeito às “medidas administrativas” nada foi dito, mas logo após a independência a Frelimo introduziu o sistema de “guias de marcha”. A guia de marcha era um documento emitido pelas autoridades políticas ou administrativas locais, onde era indicado o destino, a razão e a duração da viagem, que cada cidadão devia ter quando viajava para fora do seu distrito de residência, que era obrigado a apresentar nos postos de controlo na estrada e que devia ser carimbado pelas autoridades do lugar de destino. Mas, o sistema de guias de marcha não foi suficientemente eficaz para impedir o êxodo rural para as cidades.

A capital, Maputo, foi particularmente afectada por este movimento de migração que contribuiu para o agravamento do desemprego. Na verdade, a partida maciça dos colonos e a tensão na relação do Moçambique independente com a África do Sul e a Rodésia tinham causado uma vaga de desemprego em determinados sectores da economia (construção civil, hotéis e restaurantes, empregados domésticos, etc.), cuja reabsorção no mercado de trabalho era muito lenta. Com a chegada de novos candidatos a emprego, a situação piorou. O afluxo a Maputo de um grande número de migrantes oriundos das províncias do sul de Moçambique foi o resultado da interrupção repentina, no momento da independência, do recrutamento para as minas sul-africanas. A partir de 1980, esse movimento foi ainda mais acelerado pelos efeitos da guerra da Renamo nessas regiões¹²⁹.

A Frelimo estava cada vez mais preocupada com a migração contínua do campo para Maputo e via isso como uma fonte de instabilidade social e de delinquência. Em 1978, Marcelino dos Santos (então Ministro da Planificação e Desenvolvimento Económico) criou uma comissão para estudar a questão e propor medidas para pôr fim ao êxodo rural, mas nenhuma nova medida foi tomada para resolver o problema nos anos seguintes, embora a questão tenha voltado a ser um dos temas dominantes da Reunião Nacional Sobre Cidades e Bairros Comuns (Março de 1979): “a migração descontrolada do campo para as cidades...faz com que as pessoas que desenvolvem actividades produtivas no campo, se tornem

128 Recomendações da Reunião Nacional dos Comitês Distritais, in *Tempo*, número especial da independência, 25 de Junho de 1975.

129 Para uma análise do fenómeno do desemprego e do afluxo de pessoas das zonas rurais para Maputo durante os primeiros anos de independência, ver CEA, 1978 e 1979a.

desempregadas na cidade, levando uma vida parasitária, conduzindo a situações de marginalidade, banditismo, prostituição, roubo e outros males sociais”¹³⁰. A única nova proposta que emergiu deste encontro foi a criação de “zonas verdes” ao redor das cidades “para resolver o problema do abastecimento urbano e contribuir para a eliminação do desemprego, do subemprego e do parasitismo ainda existentes nas cidades”¹³¹. No entanto, as acções nessa área não foram uma prioridade para os líderes, provavelmente porque a sua atenção estava voltada para outras questões, nomeadamente as campanhas de “estruturação” do partido, as eleições das “assembleias do povo”, a organização do censo geral da população e a preparação do PPI.

Enquanto isso, a aplicação nas áreas rurais da visão predominante da liderança do partido-Estado sobre o desenvolvimento, isto é, a criação de grandes machambas estatais altamente mecanizadas, só agravou a situação de subemprego, já generalizada no sul do país. Esta política de criação de empresas que empregavam apenas um número muito reduzido de trabalhadores agrícolas permanentes e uma enorme quantidade de trabalhadores sazonais durante o período muito curto da colheita não podia, de forma alguma, ser uma alternativa ao trabalho assalariado nas minas da África do Sul¹³².

Entre os efeitos da deterioração da economia nacional durante os primeiros anos da década de 1980 (assumida como o período durante o qual o PPI permitiria vencer o subdesenvolvimento em Moçambique!), conta-se, pois, um aumento da migração para as cidades. Perante as dificuldades crescentes de fornecer alimentos para as cidades, especialmente as grandes cidades (Maputo e Beira), a liderança do partido decidiu agir. No relatório do Comité Central ao 4º Congresso (Abril de 1983), a questão é apresentada da seguinte forma: “Nos últimos anos, o movimento migratório, especialmente do campo para a cidade, não cessou de crescer. Este é um dos factores que contribuem para o aumento da criminalidade, a diminuição do abastecimento e o alargamento da margem de manobra para a *candonga*. Essa migração deve ser interrompida”¹³³. O poder designava assim, a par do “imperialismo” e do regime sul-africano, um outro bode expiatório para justificar a falência da sua política: os “improdutivos”.

Imediatamente após o Congresso, a direcção da Frelimo organizou a “Operação Produção”, que consistia em tirar das grandes cidades os desempregados, enviando-os para o campo, onde supostamente poderiam “produzir”. Para dirigir esta operação, foi

130 1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, (Maputo, 1979), Resolução sobre o significado da enumeração e critérios para inquéritos de moradores nos bairros, p. 5.

131 1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, (Maputo, 1979), Resolução Geral, p. 13.

132 O estudo da mão-de-obra numa machamba estatal da província de Gaza mostrou que os trabalhadores sazonais mal conseguiam, em média, ter um período de trabalho de dois meses por ano. Durante as entrevistas, esses trabalhadores relataram que iam trabalhar nessa empresa simplesmente para conseguir algum dinheiro para pequenas necessidades. É óbvio que este tipo de emprego não podia substituir o trabalho nas minas. Ver CEA, 1979b.

133 Frelimo, 1983a: 67.

designado o Ministro do Interior, Armando Guebuza. Após um breve período inicial em que os candidatos a partir (voluntários) puderam escolher o seu destino, o ministro colocou em acção a máquina repressiva: entre Julho e Setembro de 1983, a polícia e as unidades do exército baseadas na cidade, as milícias e os “grupos dinamizadores”, foram mobilizados para controlar a população, identificar e deter os “improdutivos”, que eram depois enviados para as províncias do norte, especialmente para Niassa e Cabo Delgado.

Todo o dispositivo de controlo construído nos anos anteriores foi usado para a operação: qualquer indivíduo que não pudesse provar que estava em situação “regular” na cidade, apresentando os seus documentos (o bilhete de identidade, o cartão de residência, o cartão de trabalho, o cartão de recenseamento, o cartão de serviço militar obrigatório, ou a guia de marcha para quem estava de passagem) era imediatamente detido e enviado para as províncias. Durante três meses, Guebuza impôs a subordinação de todas as actividades às prioridades da “Operação Produção”, agravando assim a desorganização já prevalente no país, especialmente no sector de transportes. Os aviões da companhia aérea nacional, por exemplo, foram todos requisitados para transportar os “improdutivos” para as províncias do norte. Dezenas de milhares de pessoas foram assim deslocadas à força.

Uma pequena parte desses «improdutivos» evacuados da cidade foi colocada em machambas estatais. Tendo chegado em pleno período de colheita, essa mão-de-obra barata¹³⁴ respondia a necessidades reais. Mas, assim que a colheita acabou, as empresas não precisavam mais da maioria dos novos trabalhadores e começaram a livrar-se deles. Como resultado, depois de alguns meses de trabalho, encontraram-se numa situação crítica, um destino que tinha afectado a grande maioria dos deslocados desde o início. Estes foram inicialmente instalados em campos de trânsito e depois transferidos em pequenos grupos para o mato, onde deviam construir uma aldeia e abrir machambas, recebendo para tal algumas ferramentas e um pouco de comida. Na província do Niassa, por exemplo, esse apoio durou pouco tempo antes que as reservas alimentares da província se esgotassem e, no final de 1983, a fome era generalizada na província, afectando particularmente os deslocados, mas também os presos dos “campos de reeducação”¹³⁵ e até mesmo uma parte do campesinato local¹³⁶.

Independentemente dos custos económicos, directos e indirectos, da “Operação Produção” e do destino reservado aos deslocados, o impacto político sobre a população urbana foi muito negativo. Esta operação foi caracterizada por numerosos abusos da parte da

134 Durante os primeiros meses, aqueles que estavam empregados em machambas estatais não recebiam salário, sendo simplesmente alimentados à custa das empresas.

135 Com a independência, a maioria dos “campos de reeducação” foi estabelecida nas antigas “zonas libertadas”.

136 Pela primeira vez ao fim de alguns anos, havia bicicletas à venda na província. Assim, muitos camponeses sacrificaram parte das suas reservas para comprá-las. Em paralelo, as reservas da província foram rapidamente esgotadas: uma parte foi transportada, especialmente para Maputo, nos aviões que voltavam “vazios”, tendo a outra parte servido para alimentar os deslocados durante os primeiros meses da operação.

polícia e dos militares e afectou um grande número de famílias: primeiro, porque os desempregados, urbanos ou rurais, tinham as suas famílias ou parentes na cidade em que viviam¹³⁷; em segundo lugar, porque muitos artesãos independentes não tinham cartão de trabalho, arriscando-se assim, como foi o caso de muitos, a serem considerados “improdutivos”: de facto, dependiam da boa vontade do “grupo dinamizador”, a única estrutura que podia fornecer-lhes um certificado da sua profissão, cuja validade era frequentemente questionada pela polícia ou pelos militares durante os controlos; finalmente, porque muitas mulheres, domésticas, não eram legalmente casadas e podiam ser consideradas solteiras e desempregadas, portanto “improdutivas”.

Esta operação, desencadeada justamente numa altura em que os primeiros passos da liberalização no campo da economia estavam a ganhar forma, testemunha a crise interna que começava a desenvolver-se no seio da Frelimo e que se manifestou de uma forma aberta com a morte de Samora Machel, em 1986. Concebida oficialmente para defender a qualidade de vida da população urbana, que os líderes da Frelimo consideravam degradada por causa daqueles que “comiam sem trabalhar”, a “Operação Produção” virou-se contra o poder: a desorganização que provocou no sistema económico urbano, em particular devido à ruptura do sector informal, para além da violência e arbitrariedade que a caracterizaram, tiveram como consequência que a Frelimo perdeu uma parte da confiança de que gozava até então junto dos urbanos¹³⁸.

137 O caso mais grave era o dos jovens que, tendo abandonado a escola, permaneciam dependentes dos pais.

138 Na imaginação dos líderes da Frelimo, aqueles que eles consideravam “improdutivos” (desempregados e outros) eram preguiçosos, bandidos, criminosos. Assim, não é de excluir que, para alguns líderes, o objectivo fosse também eliminar a “ameaça” que representava, nas grandes cidades, uma camada social considerada potencialmente perigosa e susceptível de apoiar a Renamo. É de recordar que, nessa altura, a Renamo vinha conquistando terreno em ritmo acelerado no campo e que começava a aproximar-se das principais cidades do país.

O campo

Na sua mensagem programática por ocasião da investidura do governo de transição, Samora Machel denunciou o desequilíbrio do desenvolvimento regional de Moçambique, tendo particularmente insistido no desequilíbrio entre a cidade e o campo como produto da dominação colonial. A maioria dos esforços da Frelimo, segundo ele, deviam, pois, ter em vista a melhoria das condições de vida das massas no campo, onde mais se faziam sentir os efeitos destrutivos da guerra e da fome, dando prioridade ao desenvolvimento da agricultura. Samora Machel, muito influenciado na época pelo maoísmo e pela experiência da Tanzânia pós-Declaração de Arusha, definiu então que a estratégia económica da Frelimo deveria basear-se “no princípio contar com as próprias forças” e que “a agricultura será a base do nosso desenvolvimento e a indústria o factor dinamizador”¹³⁹.

A política de aldeamento

As “aldeias comunais” são um dos elementos básicos do projecto da Frelimo para as zonas rurais. A ideia de concentrar os camponeses em aldeias foi apresentada pela primeira vez na Reunião Nacional dos Comités Distritais, em Fevereiro de 1975. Foi então apontada a necessidade de promover o «trabalho colectivo» através da criação de cooperativas e de juntar a população dispersa para permitir um apoio mais eficaz do governo para resolver, entre outros, os problemas de saúde, educação, água potável e electricidade¹⁴⁰. Alguns meses mais tarde, Samora Machel, dirigindo-se aos participantes do primeiro Seminário Nacional de

139 Machel, 1974: 19-20.

140 Comunicado final da Reunião Nacional dos Comités Distritais, Mocuba, Fevereiro de 1975, in *Tempo*, número especial, 25 de Junho de 1975.

Agricultura¹⁴¹, retomou essa ideia falando sobre o estabelecimento de “sociedades comunitárias” e “aldeias populares”. A expressão “aldeias comunais”, consagrada mais tarde, apareceu pela primeira vez por ocasião do seu discurso de posse como Presidente de Moçambique, no qual também usou outras formulações como “sociedades comunitárias” ou “sociedades revolucionárias”.

Se a escolha do nome revelava alguma hesitação, ao contrário, não havia qualquer dúvida sobre a vontade da direcção da Frelimo de avançar para a “organização” da população rural moçambicana pela concentração do habitat camponês, acompanhada pela introdução de novas formas de produção “colectiva” (cooperativas). No entanto, a ordem das coisas ainda não estava muito clara: seria a transformação do modo camponês de produção que deveria levar, a termo, à constituição física das aldeias, ou, pelo contrário, seria a implantação das aldeias que deveria actuar como meio para acelerar a transformação? A prática mostrou em seguida que o objectivo principal das “aldeias comunais” era agrupar a população camponesa e, assim, facilitar a sua integração no projecto da liderança da Frelimo de construir um Estado-nação moderno.

A “modernização” é de facto a ideia subjacente – e permanente – da acção do partido-Estado, especialmente no campo. É o ideal modernista dos quadros dirigentes históricos da Frelimo, partilhado pelos novos quadros, que realmente comanda a concepção do projecto de «desenvolvimento» do país, onde as «aldeias comunais» ocupam o lugar central, embora, na realidade, a sua importância tenha acabado por ser muito menor do que o discurso oficial sugeria.

Em 1976, um quadro da Frelimo que ocupava uma posição de responsabilidade no Ministério da Agricultura¹⁴² declarou: “o principal esforço do Estado moçambicano é tirar o sector tradicional (ou seja, a maioria da população) do seu torpor milenar”¹⁴³. Este é um bom exemplo da forma como os líderes da Frelimo viam os camponeses: massas de pessoas atrasadas, prisioneiras de hábitos ancestrais, do tribalismo e do obscurantismo, que era preciso tirar do subdesenvolvimento. E a missão do Estado era trazê-los para o caminho do progresso, como Samora Machel disse no seu discurso de abertura no primeiro Seminário Nacional sobre Agricultura: «O que queremos é eliminar definitivamente a miséria do nosso país, assim como o atraso e o subdesenvolvimento existentes e, acima de tudo, acabar com a contradição entre o campo e a cidade”.

As “aldeias comunais”, tal como eram concebidas pela direcção da Frelimo, tinham pouco a ver com uma suposta “socialização do campo”. Na verdade, faziam parte de um processo

141 O primeiro Seminário Nacional sobre Agricultura teve lugar em Marrupa (Província do Niassa), em Maio de 1975. Samora Machel, que tinha acabado de iniciar a sua viagem “do Rovuma ao Maputo”, antes da proclamação da independência, abriu este seminário dando as primeiras orientações sobre a política rural da Frelimo para o país independente.

142 Trata-se de João Ferreira, que alguns anos depois foi Secretário de Estado do Algodão e mais tarde (1983) Ministro da Agricultura.

143 *Afrique-Asie*, 109, 17-30 de Maio de 1976, p. XXXIV.

de urbanização do campo, cujas implicações eram não só técnicas e económicas, mas principalmente políticas. Transformar os camponeses em “urbanos” no campo, correspondia ao projecto dos líderes de os libertar dos seus laços «tradicionais» para torná-los cidadãos nacionais, isto é, indivíduos que apenas se reconhecem e existem socialmente na sua relação com o Estado-nação.

Samora Machel referia-se com frequência à necessidade de «matar a tribo para fazer nascer a nação». Ora, a «aldeia comunal» é o lugar por excelência desse ideal, é o oposto da «tribo». A tribo são os camponeses vivendo dispersos, submetidos à autoridade dos seus líderes e cujo acesso à terra é regido pelas suas próprias instituições. Ao contrário, a «aldeia comunal» são os camponeses reunidos fisicamente numa unidade político-administrativa criada pelo Estado e sujeita à autoridade dos seus representantes que têm o papel, entre outros, de decidir sobre a ocupação da terra de acordo com os princípios estabelecidos pelo poder central. O primeiro desses princípios era que a terra não utilizada ou deixada livre pelos antigos proprietários, nomeadamente os colonos agricultores que abandonavam o país, só podia ser explorada de forma colectiva. Portanto, era impossível para os camponeses expropriados durante o período colonial reivindicarem as suas antigas terras. Este princípio foi estabelecido no primeiro Seminário Nacional sobre Agricultura, na «Recomendação sobre Ocupação e Uso da Terra» e confirmado depois com a nacionalização da terra após a independência e com a «Lei de Terras» aprovada mais tarde (1979). Além disso, foi definido pelo comité central da Frelimo que nas «aldeias comunais» a produção familiar não deveria ocupar mais do que um hectare de terra sequeiro (não irrigada) ou meio hectare de terra de regadio¹⁴⁴. É verdade que a redistribuição da terra de acordo com esta norma nunca foi feita, mas o simples agrupamento de camponeses nas aldeias, no entanto, afectou seriamente as condições de produção de boa parte deles: alguns ficaram obrigados a percorrer vários quilómetros diariamente para cultivar as suas machambas, outros foram forçados a abandonar completamente as suas antigas machambas (e as suas árvores...) e pedir parcelas aos que controlavam as terras mais próximas da aldeia.

A tribo são também os ritos de iniciação, os casamentos prematuros, a poligamia, o lobo-lo e muitas outras práticas que o poder denuncia como fruto do obscurantismo e da sociedade «tradicional-feudal» e que quer destruir em nome do progresso e do socialismo. Na verdade, tudo o que representa qualquer forma de autonomia em relação ao Estado, tudo o que escapa ao seu controlo, é combatido. A «aldeia comunal» é o lugar da submissão dos camponeses aos modelos e valores dos dirigentes do Estado, onde a relativa independência desfrutada fora da aldeia é suprimida.

144 Resolução sobre “Aldeias Comunais” da 8ª Sessão do Comité Central (Fevereiro de 1976), Notícias, número especial, 25 de Junho de 1976.

A «aldeia comunal» é a transposição da cidade para o campo, e a sua concepção obedece ao modelo da sociedade urbana moderna, onde o indivíduo existe apenas pelo (e no) Estado. A intervenção do Ministro de Obras Públicas e Habitação, durante uma reunião do Ministério da Agricultura, realizada três meses após a independência para definir o modelo de organização de uma «aldeia comunal»¹⁴⁵ é particularmente esclarecedora a esse respeito e, ao mesmo tempo, revela o voluntarismo, o paternalismo e o autoritarismo inerentes ao projecto de aldeamento. Embora fosse dito que seria “o trabalho colectivo, a experiência e a imaginação criadora dos seus membros que constituiriam o factor decisivo na implantação das aldeias comunais», questiona-se ao ler o documento o que poderia ficar como campo livre para a expressão da chamada «imaginação criadora» dos camponeses. De facto, tudo estava definido, desde o tamanho da aldeia (de 500 a 1000 famílias, isto é, entre 2 500 e 5 000 habitantes, se considerarmos uma média de 5 indivíduos por família) até ao tamanho e a forma das parcelas (20m por 30m, bem alinhadas ao longo de ruas suficientemente largas para passarem os camiões), sem mencionar que “as coberturas das casas devem ser bem feitas, para protegê-las da chuva e dos insectos».

Se não havia espaço para a iniciativa dos camponeses, para os dirigentes não havia limites, como é evidenciado pela lista de serviços públicos previstos para a aldeia: (a) em cada bairro, haveria uma creche, um mercado, uma loja do povo, um centro cultural, um centro político e um posto de saúde; (b) no centro de aldeia, haveria os correios, a rádio, um centro político, um centro cultural, o hospital-maternidade, a escola secundária, as bombas de combustível, o centro de produção e formação artesanal, o mercado, o quartel do exército, o matadouro, os armazéns de refrigeração e os silos, o centro de transporte e manutenção de viaturas e equipamentos comunitários, a moagem e o centro desportivo, entre outros serviços. O ministro aconselhava mesmo que fosse preparada uma pequena pista de aviação para situações de emergência...

Segundo os líderes da Frelimo, a ideia da “aldeia comunal” devia basear-se na experiência das transformações operadas durante a guerra nas “zonas libertadas”, onde os camponeses teriam participado ao lado dos líderes revolucionários na luta contra o seu “inimigo de classe”, os “novos exploradores” e os “líderes tradicionais”, e se teriam então engajado em novas formas “colectivas” de produção e de vida social. Mas, como já vimos, isso era apenas o fruto da idealização dos dirigentes e essa idealização da história prolongava-se no Moçambique independente com o projecto de aldeamento, baseado numa representação totalmente abstracta dos camponeses e ignorante da diversidade histórica e regional do campesinato moçambicano.

A “aldeia comunal” representa, mais do que uma estratégia de transformação social do campo, um ideal de incorporação e de submissão do campesinato ao Estado que dá origem à

145 Ministro da Habitação Júlio Carrilho define a organização de uma Aldeia Comunal (20/9/75), documento dactilografado (apresentado na 1ª Reunião Nacional de Agricultura, Beira, 18-23 de Setembro de 1975).

nação, como o demonstra a preeminência do aspecto residencial sobre o da produção, que já era evidente no discurso e que foi a característica principal das aldeias construídas. A prática do aldeamento mostra, por um lado, que os aspectos referentes à organização “colectiva” da produção, nomeadamente o princípio de que seriam “os camponeses pobres, os operários e os trabalhadores explorados” e os “pequenos agricultores que, detentores dos seus próprios meios de produção, aceitam colocá-los ao serviço de todos” que formariam aldeias, um princípio mencionado na 8ª sessão do Comité Central (1976) e totalmente ausente dos discursos e resoluções posteriores sobre as “aldeias comunais” eram, de facto, elementos secundários e que o objectivo primordial era agrupar a população rural de forma a facilitar o seu enquadramento pelas novas instituições partidárias e estatais (grupos dinamizadores, células do partido, assembleias do povo, organizações democráticas de massas...).

Foi exactamente esse mesmo princípio de incorporação das populações no Estado que guiou um outro projecto do poder, alguns anos mais tarde, o da criação das “futuras cidades” de Unango e M’sawize, no Niassa, projecto concebido no âmbito do um programa de “desenvolvimento do Niassa”. A decisão de construir estas duas cidades foi anunciada por Samora Machel durante uma visita a essa província em Outubro de 1979, ao mesmo tempo que foi anunciada a libertação dos detidos nos “campos de reeducação” de Unango e de M’sawize (antigos desertores da Frelimo, membros das unidades especiais do exército português ou de grupos paramilitares e colaboradores da polícia política portuguesa, entre outros).

Como já era o caso para as “aldeias comunais”, a base económica dessas futuras cidades deveria ser a “produção colectiva” em machambas estatais e cooperativas, enquanto se aguardava o desenvolvimento de outras actividades artesanais e industriais¹⁴⁶. Mas, foi imediatamente iniciada a construção de casas, escolas, hospitais e centrais eléctricas, com financiamento e doações de organizações internacionais de solidariedade. A razão política era muito mais forte que a racionalidade económica. Especialmente porque este projecto não faria sentido sem este elemento fundamental: os ex-detidos formalmente «libertados» não eram realmente livres, pois não podiam ter documentos de identidade, nem voltar para casa. O único direito que tinham era fazer vir as suas famílias para junto deles. De facto, não se podia conceber a construção de tais cidades sem garantir que o núcleo principal dos seus futuros habitantes permaneceria no local. Samora Machel apresentou o processo da seguinte maneira: «Vamos construir os novos centros de desenvolvimento, as novas cidades, com casas permanentes e não com palhotas. [...] Já libertámos os «reeducados» do campo de

146 A Empresa Estatal de Unango fazia parte de um projecto agrícola financiado pela RDA. Pode-se supor que esta machamba estatal, localizada a setenta quilómetros de Lichinga, capital da província, e servida por uma estrada de asfalto, poderia ter sido economicamente viável. Ao contrário, a de M’sawize certamente não o era, pois ficava localizada no coração das antigas “zonas libertadas”, a trezentos quilómetros de Lichinga e era servida por uma estrada que, durante a estação das chuvas, era dificilmente praticável, tornando o local virtualmente inacessível durante longos períodos.

reeducação de Unango [...] Eles pediram que a população do Niassa os aceitasse; eles querem construir em Unango uma cidade maior que Lichinga e vamos ajudá-los. Os desertores da FRELIMO também foram libertados e vão continuar a trabalhar nesta província como cidadãos livres»¹⁴⁷. No caso das “aldeias comunais”, como no caso das “futuras cidades”, estamos, pois, perante exemplos que demonstram a mesma vontade modernista e autoritária dos dirigentes do partido-Estado.

No entanto, apesar do lugar central que o aldeamento ocupa no discurso oficial, da sua definição como “a espinha dorsal do desenvolvimento das forças produtivas no campo”¹⁴⁸, a importância real do processo deve ser relativizada. De facto, em 1978 a população “aldeada” representava apenas 12% da população rural, e em 1982-1983 este número não era superior a 20%, o que é um resultado relativamente modesto para um movimento que, segundo a direcção da Frelimo, despertava o entusiasmo dos camponeses.

Obviamente, a média nacional tem apenas um valor limitado, pois a distribuição da população aldeada – na primeira fase do processo, ou seja até 1982, data a partir da qual a instalação das aldeias respondia essencialmente a imperativos de ordem militar ligados ao conflito com a Renamo – varia muito em função das províncias, e apresenta mesmo variações significativas dentro das províncias (ver Apêndice 1, Tabela 9).

As diferenças entre as províncias podem ser explicadas por razões históricas. Tratando-se de um processo que na verdade não despertou o entusiasmo dos camponeses, o aldeamento foi principalmente o resultado de condições ligadas à pressão das autoridades provinciais (à «mobilização»), à guerra e aos desastres naturais. Assim, a grande maioria das aldeias da província de Cabo Delgado foram formadas por populações das antigas “zonas libertadas”, pelas populações que regressaram da Tanzânia após a independência e pelas populações que anteriormente tinham sido instaladas pelas autoridades portuguesas em “aldeamentos” (aldeias estratégicas). Contrariamente às expectativas da população destes últimos, os líderes da Frelimo decidiram imediatamente que a população deveria permanecer nesses locais, transformando-os em “aldeias comunais”.

Na província do Niassa, havia menos pessoas concentradas em aldeamentos e também nas “zonas libertadas”, o que explica que aí a percentagem da população em “aldeias comunais” seja claramente inferior à de Cabo Delgado. Apesar disso, o Niassa está entre as províncias onde mais população aldeada. Também aí, a origem da maioria das aldeias é semelhante à de Cabo Delgado: camponeses dos aldeamentos, das «zonas libertadas» e refugiados na Tanzânia e no Malawi que regressaram a Moçambique.

147 Machel, 1979c: 22-23.

148 Excerto do discurso de Samora Machel na Cerimónia de Abertura da Escola do Partido na Matola (25 de Outubro de 1975) incluído na resolução sobre as “Aldeias Comunais” da 8ª sessão do Comité Central (Fevereiro de 1976).

A província de Tete apresenta o mesmo modelo que as outras duas províncias onde a maior parte da actividade militar da Frelimo teve lugar. Mas houve aí também um grande número de aldeias estabelecidas após as inundações do Zambeze.

Entre as outras províncias que tinham mais de 10% da sua população rural nas aldeias, em 1982-83, Gaza destaca-se claramente (tendo passado de 20% em 1978 para 51% em 1983). Várias razões contribuíram para que o aldeamento fosse intensivo nesta província: primeiro, as inundações provocadas pelas cheias do Limpopo, a primeira das quais ocorreu em 1977; em segundo lugar, o deslocamento de populações para permitir a instalação das machambas estatais pertencentes ao Complexo Agro-industrial do Limpopo (CAIL), enorme projecto de desenvolvimento da agricultura estatal destinado a tornar o vale do Limpopo «o celeiro do país»; e, finalmente, os ataques do exército rodésiano e dos primeiros grupos da Renamo.

As «aldeias comunais» de Sofala resultaram quase todas das inundações dos rios Búzi e Pungué, sendo as restantes antigos aldeamentos coloniais. A Zambézia é a província onde havia menos aldeias em 1982-83 (2% da população) e as poucas aldeias existentes eram quase todas resultantes das inundações no vale do Zambeze. As províncias de Manica e Inhambane, que tinham menos de 1% da população aldeada em 1978, viram o número de aldeias crescer muito rapidamente como resultado das actividades da Renamo. A província de Nampula foi a única província que não sofreu desastres naturais significativos, nem da guerra da Renamo numa primeira fase, que poderiam ser usados pelas autoridades como factor de pressão para a formação de aldeias. Aqui, o aldeamento resultava da «mobilização», muitas vezes forçada, dos camponeses. A ameaça da Renamo, que no início dos anos 1980 começou a expandir rapidamente as suas operações militares para norte (anteriormente concentradas nas regiões centro-sul do país: Manica, Sofala, Zambézia, Tete, Gaza e Inhambane), serviu de pretexto para a intensificação do processo de aldeamento.

O aldeamento «defensivo» promovido pela Frelimo para «facilitar a protecção da população contra os ataques da Renamo» intensificou-se particularmente no período após 1982. Por exemplo, o distrito de Manjacaze (província de Gaza) viu a sua população aldeada passar, num período de tempo relativamente curto, de 8% (1981) para 90% (1985)¹⁴⁹. O aldeamento, especialmente a transferência forçada e “preventiva” de camponeses para as aldeias, contribuiu, sem dúvida, para criar condições favoráveis para a Renamo localmente, mas seria demasiado simplista ver uma relação única e directa entre o aldeamento e a implantação da Renamo. De facto, entre as regiões mais afectadas pela guerra, há algumas que são precisamente as duas províncias mais populosas do país, em que a percentagem de população aldeada

149 Araújo, 1988: 192. A partir de 1983, os movimentos populacionais são constantes e evidentes em quase todas as províncias. Milhões de camponeses tentam então escapar dos perigos da guerra abandonando as suas terras, encontrando refúgio em “aldeias comunais” ou em cidades, outros em campos de refugiados dentro do território moçambicano, outros ainda nos países vizinhos.

era insignificante, inferior a 10%: a Zambézia, por exemplo, que com os seus 2% foi uma das regiões mais afectadas pela guerra, ou Nampula, com uma população aldeada que não passava de 7% no momento em que as actividades militares dos rebeldes se generalizaram a quase todo o seu território.

A facilidade com que a Renamo se pôde expandir em todo o território moçambicano, particularmente a partir de 1981, não é concebível sem a adesão parcial da população rural, ou pelo menos sem a sua neutralidade¹⁵⁰. E esta atitude do campesinato em relação ao movimento de luta contra a Frelimo não pode ser explicada sem levar em consideração a profunda crise que afecta o campesinato, isto é, os efeitos da acção global do Estado da Frelimo no campo, sendo as «aldeias comunais» apenas um aspecto entre outros. As aldeias são apenas a culminação, o último grau, da acção destrutiva do campesinato pelo Estado, especialmente no campo económico. Mas antes de analisar a importância da política económica do Estado no campo e o seu impacto sobre os camponeses, há mais um ponto que deve ser enfatizado.

Embora o aspecto de «reagrupamento» do projecto de aldeamento da Frelimo tenha produzido alguns resultados limitados, em termos de «produção colectiva», que deveria ser a base económica das aldeias, os resultados foram praticamente nulos: para 1.266 aldeias registadas em 1981, havia apenas 375 cooperativas de produção envolvendo aproximadamente 37.000 camponeses (1980-81)¹⁵¹. Mesmo fazendo abstracção do facto de que um determinado número de cooperativas agrícolas existiam fora das aldeias (especialmente em áreas à volta das grandes cidades), a constatação da falência deste tipo de organização da produção impõe-se: só havia uma cooperativa para cada quatro aldeias e, ainda mais importante, o número de cooperativistas representava apenas 0,02% do total de camponeses que vivem em «aldeias comunais» (calculados em cerca de 1,8 milhões).

A relativa fraqueza dos resultados da acção do Estado que constatamos no que diz respeito ao aldeamento, resulta da falta de vontade por parte dos camponeses de irem para as «aldeias comunais», mas também se explica por diferentes concepções no seio do poder. O ideal da «aldeia comunal» era especialmente partilhado pelo pequeno grupo de líderes históricos da Frelimo. Muito marcado por referências maoístas, tais como o princípio de contar com as suas próprias forças, e, portanto, constituindo um projecto favorável às tecnologias simples («técnicas básicas», nas termos usados então), tais como a tracção animal, instrumentos de produção tradicionais melhorados, etc., o projecto de aldeamento não interessava à grande maioria dos novos quadros (e cooperantes da Europa de leste) que, embora não podendo desafiá-lo abertamente, o ignoravam.

150 Ver Geffray, 1990.

151 Ministério da Agricultura, 1982.

Os novos quadros tinham uma concepção diferente do desenvolvimento: embora também modernista, baseava-se na ideia do uso de tecnologias avançadas, da mecanização intensiva (tratores, ceifeiras-debulhadoras, etc.), para garantir o desenvolvimento acelerado das forças produtivas, que era para eles a primeira condição da construção da “sociedade socialista”. Foram precisamente esses novos quadros e os conselheiros dos países de leste que controlaram eficazmente a maior parte do aparelho económico de planificação e gestão do país, conseguindo assim impor a sua orientação política, baseada sobre o desenvolvimento do sector estatal, que, no campo, se traduzia na implantação de grandes machambas estatais.

O Estado e a economia rural

O processo de aldeamento foi apenas um dos aspectos da intervenção do Estado no campo e a sua dimensão económica foi reduzida: por um lado, abrangeu apenas uma pequena parte do campesinato moçambicano, e, por outro, o seu impacto em termos de transformação das formas de produção foi insignificante, tendo a agricultura familiar permanecido a base económica dos camponeses aldeados. Isso não impede que alguns deles tenham enfrentado dificuldades que afectaram directamente a sua produção, seja porque tinham que percorrer grandes distâncias para cultivar as suas machambas e cuidar das suas árvores, ou porque foram forçados a pedir terra emprestada para cultivar.

Sem esquecer que a política de “aldeias comunais” teve efeitos negativos em termos da economia, o facto é que a maior parte da acção económica do Estado nas áreas rurais consistiu na sua intervenção directa na produção através da formação e desenvolvimento do sector estatal agrícola e da organização do mercado, nomeadamente com o estabelecimento de um dispositivo estatal de comercialização agrária e de uma política de preços que estabeleceu termos de troca entre a indústria e a agricultura muito desfavoráveis para os produtores rurais.

A nacionalização da terra anunciada por Samora Machel, imediatamente após a independência, como um importante passo para pôr termo à «exploração», foi acima de tudo um acto simbólico, cuja única repercussão significativa imediata foi acelerar o êxodo de colonos, especialmente dos pequenos agricultores e cantineiros. Na realidade, foi apenas a reafirmação do princípio já fixada pela Constituição segundo a qual a terra era propriedade do Estado¹⁵². Em termos práticos, antigos proprietários de terrenos nas periferias das cidades não tinham mais o direito de os alugar e cobrar rendas. Da mesma forma, os camponeses que possuíam terras com árvores (geralmente cajueiros e coqueiros) foram proibidos de cobrar pelo seu empréstimo a outros camponeses sem terra¹⁵³. Mas a nacionalização não punha em causa a continuação da exploração das machambas dos agricultores, nem das grandes empresas agrícolas. Foi somente

152 Artigo 8 da Constituição da República Popular de Moçambique.

153 Esta situação, excepcional em Moçambique, onde praticamente não havia camponeses sem terra, verificava-se em algumas áreas da Província de Inhambane.

em 1979, num período do pleno desenvolvimento do sector agrário estatal, que a «lei de terras» estabeleceu a base legal para a expropriação de terras em favor das empresas estatais, especialmente nas «zonas de desenvolvimento agrário planificado» definidas pelo Estado, onde o direito de uso e aproveitamento da terra estava sujeito a planos específicos¹⁵⁴. No entanto, isso já era uma prática de há alguns anos sob o pretexto de “racionalizar” a ocupação do espaço pelas machambas estatais criadas a partir das propriedades abandonadas pelos colonos. Era então uma prática bastante comum expulsar os camponeses de terras localizadas entre as diferentes antigas propriedades abandonadas pelos colonos para permitir a concentração das terras nas novas machambas estatais. A nacionalização da terra foi feita, na realidade, em detrimento dos camponeses, enquanto os agricultores colonos que tinham ficado no país e as empresas privadas escapavam da expropriação. E, se os camponeses foram as principais vítimas, as cooperativas também não foram poupadas pela lógica do Estado de dar prioridade ao sector estatal¹⁵⁵.

A constituição de um sector estatal agrário não aparecia como uma preocupação da liderança da Frelimo nas vésperas e imediatamente após a independência. Os textos da época enfatizavam fortemente a necessidade de organizar «colectivamente» a vida e a produção dos camponeses, mas a referência evocada era a experiência das cooperativas das «zonas libertadas». Assim, na reunião de Mocuba (Fevereiro de 1975) foi preconizado que o «trabalho colectivo [deve] ser promovido a todos os níveis, através da criação de cooperativas»¹⁵⁶. Samora Machel, no seu discurso de abertura no seminário de Marrupa (Maio de 1975) propunha a formação de “cooperativas populares”. As recomendações deste seminário confirmaram essa orientação e até a fortaleceram estabelecendo o princípio de que a terra desocupada, ou abandonada, só poderia ser explorada de forma colectiva (ou seja, cooperativa) e que seus antigos ocupantes que tinham sido expulsos durante o período colonial, ou os seus descendentes, não teriam o direito de recuperá-la, podendo, no entanto, participar na sua exploração colectiva.

Nesta primeira fase, a ideia de desenvolver um sector estatal na agricultura estava, pois, ausente. Por outro lado, havia muita ênfase na necessidade de mobilizar os camponeses para formar «aldeias comunais», lugares onde se desenvolveriam «formas de trabalho colectivo e organizado», isto é, cooperativas. A questão das empresas agrárias foi levantada pela primeira vez durante a primeira Reunião Nacional da Agricultura¹⁵⁷, onde foi observado que algumas empresas privadas estavam a agir de maneira positiva e aumentavam a produção, enquanto

154 Artigo 12 da Lei de Terras, aprovada em Setembro de 1979 pela 4ª Sessão da Assembleia Popular.

155 Muitos exemplos destas situações podem ser encontrados nos relatórios de pesquisa do Centro de Estudos Africanos da UEM. Kenneth Hermele fez um estudo particularmente interessante sobre os conflitos de terra na área de implantação do CAIL, nas terras do antigo colonato do Limpopo (Hermele, 1988).

156 *Tempo*, edição especial da independência, 25 de Junho de 1975.

157 Esta reunião, a primeira após a independência, teve lugar na Beira de 18 a 23 de Setembro de 1975. O comunicado final foi publicado no jornal *Notícias*, edição especial de 25 de Junho de 1976.

outras mostravam um declínio sistemático da “produtividade” (sic). Entre as recomendações desta reunião estava a necessidade de estabelecer mecanismos de controlo do governo para garantir o “aumento da produtividade” das empresas privadas, mas nada foi dito sobre a intervenção do Estado nas propriedades abandonadas. As machambas estatais são mencionadas pela primeira vez na resolução sobre “Aldeias Comunais” da 8ª sessão do Comité Central (Fevereiro de 1976), aparecendo, ao lado das cooperativas, como formas possíveis de produção colectiva. Mas trata-se de uma referência isolada, sem qualquer indicação de como seriam formadas, ou qual o papel que deveriam desempenhar na produção agrícola. Até ao 3º Congresso da Frelimo (1977), as machambas estatais não eram um elemento constitutivo do projecto do partido para o campo. Esta indefinição não impediu as estruturas do Ministério da Agricultura de assumirem directamente o controlo de grande parte das propriedades agrícolas abandonadas, com o objectivo de evitar a queda da produção. De facto, uma das preocupações dominantes na época era tentar manter ou recuperar os níveis de produção de antes da independência porque, por um lado, as iniciativas camponesas para a formação de cooperativas eram raras e, por outro, as autoridades do ministério queriam garantir, como prioridade, a continuidade da produção dos colonos, especializada em produtos destinados principalmente ao consumo dos estratos urbanos mais favorecidos. Generalizar o modelo de consumo dos colonos para toda a população urbana era um dos objectivos dos líderes da Frelimo, porque esse era o seu próprio modelo cultural e, sobretudo, porque viam isso como uma “conquista da independência”.

A opção pelas machambas estatais foi-se afirmando gradualmente, para ser finalmente consagrada pelo 3º Congresso da Frelimo. Este novo período, caracterizado pelo desenvolvimento intensivo do sector estatal, corresponde à crescente influência dos novos quadros e dos cooperantes provenientes dos países de leste no aparelho de Estado. Isto não significa que a nova orientação, tecnocrática, se tenha tornado exclusiva pois o discurso fundamentalmente populista dos líderes históricos da Frelimo, cujo principal representante era Samora Machel, e o seu projecto de aldeamento não desapareceram.

Ainda que de forma diferente, as duas concepções do desenvolvimento envolviam um ideal comum: nos dois casos, tratava-se de construir um Estado-nação moderno. O compromisso estabelecido em torno deste ideal, numa situação em que a discussão política aberta não era tolerada, permite entender que a direcção da Frelimo nunca tenha sido capaz de definir claramente a sua opção sobre a «estratégia de desenvolvimento», nem, a um nível mais geral, a sua posição sobre o «marxismo». Assim, por exemplo, o documento das Directivas Económicas e Sociais do 3º Congresso afirma que será dada atenção especial «ao apoio, dinamização e desenvolvimento da produção colectiva das cooperativas, tornando-as dominantes no campo»¹⁵⁸ e, poucas páginas depois, que uma das principais tarefas no âmbito

158 Frelimo, 1977a: 22.

do sector agrário era o “desenvolvimento do sector agrário estatal, tornando-o dominante e determinante”¹⁵⁹. Estas definições contraditórias, para não falar das “prioridades” em relação às quais nada se excluía, levaram, na prática, à orientação dominante daqueles que controlavam as posições decisivas no aparelho da planificação.

As machambas estatais, que em 1977 cobriam uma área de 60.000 ha¹⁶⁰, ocupavam no ano seguinte 100.000 ha e, em 1982, atingiam os 140.000 ha¹⁶¹. A desaceleração na taxa de crescimento entre 1978 e 1982 deveu-se à guerra da Renamo e ao agravamento da crise económica do país, mas o plano prospectivo para os anos 1981-1990 (o PPI) previa que os projectos no sector agrário estatal ocupariam uma área de um milhão de hectares¹⁶². A formação deste sector de machambas estatais, que, como vimos, foi inicialmente o resultado do controlo estatal sobre empresas agrícolas abandonadas, continuou, numa segunda fase, através da incorporação de novas empresas agrícolas por razões de “sabotagem”, geralmente depois de terem acumulado enormes dívidas na banca. Ao mesmo tempo, o alargamento das machambas estatais também se desenvolveu ocupando terras não exploradas, à custa dos camponeses. Tal como aconteceu nas cidades com as empresas comerciais e industriais, o sector estatal agrário não resultou da nacionalização do sector privado, mas essencialmente da recuperação pelo Estado das áreas que este abandonou.

Um dos argumentos a favor da prioridade para as machambas estatais é que essa era «a maneira mais rápida de responder às necessidades alimentares do país, dadas as áreas que ocupam, a organização racional dos recursos humanos e materiais, e a disponibilidade imediata de meios de produção mecanizados»¹⁶³. No entanto, a realidade era bem diferente: as machambas estatais, que deveriam ser o elemento mais dinâmico no processo de acumulação, acabaram sendo um dos factores que contribuiu significativamente para o fracasso económico do país.

A escolha tecnológica inerente às machambas estatais, isto é, o uso de meios de produção modernos, que supostamente permitiriam alta produtividade e rentabilidade, constitui a base da crise deste sector. De facto, a escolha de um alto grau de mecanização para as machambas estatais não se baseou numa análise das condições concretas da agricultura moçambicana, mas correspondia bem ao ideal de modernização do grupo dirigente da Frelimo e ao princípio marxista do “desenvolvimento das forças produtivas”, central aos olhos dos novos quadros e que estes concebiam principalmente em termos do desenvolvimento dos meios de produção.

Independentemente de todos os problemas relacionados com o nível e tipo de mecanização, isto é, com a sua adaptação técnica a uma situação concreta, que pertencem ao

159 *Ibid.*: 34.

160 Frelimo, 1977b: 67.

161 Frelimo, 1983d: 31.

162 Linhas Fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo para 1981-1990, Maputo, Imprensa Nacional, s/d: 18.

163 Frelimo, 1977b: 125.

domínio da planificação, a mecanização, para se tornar efectiva, também supõe a existência de capacidade de gestão e de uma força de trabalho suficientemente qualificada. Essas condições estavam longe de estar reunidas em Moçambique. Para explicar os resultados desastrosos do sector agrário do Estado, basta fazer uma análise geral do plano de produção de uma empresa agrária e identificar as implicações que dele decorrem.

Usamos aqui como exemplo o plano da campanha 1983-1984 da empresa agrária de M'sawize¹⁶⁴ e uma única cultura, o milho. Pela sua origem e localização (criada nas antigas “zonas libertadas” para empregar no local os ex-prisioneiros do “campo de reeducação” aí existente), pelo seu pequeno tamanho, porque tinha um fraco nível de mecanização (as máquinas mecanizadas só eram usadas para fazer a preparação da terra antes da sementeira e para o transporte) e porque dispunha de uma mão-de-obra permanente considerável¹⁶⁵, dificilmente se poderia considerar esta empresa como representativa do sector. Mas, como o plano de produção foi elaborado seguindo as normas gerais definidas para todas as empresas estatais agrárias do país pelo Ministério da Agricultura, ele é realmente representativo¹⁶⁶.

A análise da “ficha tecnológica do milho” do plano de M'sawize mostra que o custo por hectare de operações agrícolas era de 9.953,90 Mt, sendo 4.384,90 Mt para as operações mecânicas e 5.569,00 Mt para as operações manuais. Se adicionarmos os custos dos factores de produção (estimados a 9.583,90 Mt), obtemos um total de custos directos de produção por hectare de 19.537,80 Mt. Considerando o rendimento planificado de 3 ton/ha e o preço de venda de 6,50 Mt/kg, verifica-se que a produção de milho era ligeiramente deficitária; mas, se considerarmos os custos indirectos, que não são considerados aqui, nomeadamente a depreciação das máquinas e instalações e os salários e despesas administrativas e técnicas, o défice de exploração aumenta. Em teoria, isso poderia ser compensado pela produção paralela de outras culturas mais lucrativas, mas isso é apenas um raciocínio hipotético, uma vez que as culturas rentáveis geralmente são culturas marginais (como a mandioca, a batata-doce ou as frutas e vegetais) para as quais o mercado é muito limitado¹⁶⁷. Portanto, uma primeira conclusão é que a planificação das machambas estatais tende a ser deficitária.

164 Documentos pessoais.

165 Uma das características das machambas estatais é que, apesar da mecanização, não estabilizaram a sua mão-de-obra e não romperam com o modelo colonial baseado no trabalho sazonal.

166 Com base nas normas definidas, a empresa elabora o instrumento fundamental do plano, a “ficha de tecnológica de cultura”, que contém todas as indicações relativas ao tempo e tipo de operações a serem realizadas, assim como os diferentes componentes dos custos directos de produção.

167 Naturalmente, seria possível fazer evoluir o mercado e, nomeadamente, mudar a procura de determinados produtos. Mas, o impacto negativo das decisões políticas pode ser visto na opção da liderança da Frelimo de querer manter um modelo de consumo urbano próximo do antigo modelo colonial, que favorecia a generalização do consumo de arroz (cultura deficitária) em detrimento, por exemplo, da mandioca e da batata-doce (culturas rentáveis).

Há, no entanto, outro aspecto essencial: a planificação não é baseada na realidade. Todas as pesquisas sobre a produção agrícola estatal revelam que os rendimentos reais são sistematicamente muito inferiores ao rendimento teórico do plano. No caso particular do milho, o rendimento real era cerca de 60% do planificado. As razões para esse baixo rendimento são várias, mas os problemas relacionados com a mecanização ocupam um lugar importante. A utilização óptima das máquinas prevista na planificação é quase sempre comprometida por problemas de manutenção relacionados com a falta de pessoal qualificado para realizar as reparações, mas também com a falta de peças sobressalentes, lubrificantes e, às vezes, porque não há combustível quando é necessário fazer funcionar as máquinas. Por outro lado, também existem problemas no fornecimento dos factores de produção, principalmente importados (fertilizantes, pesticidas, etc.). Este tipo de problemas é, em parte, resultado de uma má administração no nível da empresa, mas é também resultado da planificação a nível nacional, por exemplo, importações que não são feitas, ou são feitas tardiamente. Máquinas parcialmente inutilizáveis, operações feitas fora dos prazos, etc., tudo isso produz uma reacção em cadeia levando a níveis anormalmente baixos de produção e de produtividade, ou seja, a défices crescentes. Todos estes problemas eram bem conhecidos, mas nunca foram devidamente tomados em consideração pelos planificadores. Uma segunda conclusão se impõe: as machambas estatais, que deviam ser a maneira mais rápida de alimentar as cidades¹⁶⁸ e de produzir excedentes para a acumulação, são, de facto, um factor de «desacumulação» na economia nacional.

Entre as implicações do disfuncionamento das machambas estatais, uma das principais é que a reprodução deste sector se baseava em empréstimos bancários que não tinha condições de pagar. Por outras palavras, vivia de subsídios do Estado, constituindo assim uma fonte de inflação que, não podendo manifestar-se ao nível dos preços que o Estado mantinha artificialmente baixos, resulta nas bichas diante das lojas. Uma segunda implicação importante é que uma parte significativa dos recursos económicos perdidos na operação deficitária do sector agrário, são divisas¹⁶⁹. Ora, como o demonstra a composição da balança de pagamentos de Moçambique, sendo as despesas de importação de bens e serviços superiores às receitas das exportações, isso significa que não só as machambas estatais contribuem para o agravamento da crise económica internamente, mas também para o agravamento da dívida externa do país.

O desenvolvimento do sector estatal agrário é, pois, um factor de crise na economia nacional. E, na medida em que mobiliza importantes recursos económicos, técnicos e humanos, que não encontram expressão correspondente em termos de produção, pode-se considerar

168 Durante o período de 1975 a 1983, as importações de alimentos aumentaram constantemente, de 14% para 20% do valor total das importações de Moçambique. Calculado a partir dos dados em *Informação Estatística 1975-1984*.

169 No exemplo de M'sawize, as divisas representam 55% dos custos directos de produção do milho, apesar de pouco mecanizada. Basta que a colheita seja feita por máquinas, como é geralmente o caso, para que essa percentagem seja de pelo menos 70%.

que também é um factor de exclusão dos camponeses. Com efeito, estes veem-se privados do acesso aos meios de que poderiam dispor para o seu próprio desenvolvimento, sem mencionar todos aqueles que foram vítimas directas da expropriação das suas terras em favor das machambas estatais.

Além disso, em termos de emprego, as machambas estatais não mudaram o modelo herdado do período colonial, de uso de uma mão-de-obra principalmente sazonal, quando a estabilização da mão-de-obra deveria ter sido uma prioridade não apenas nas grandes plantações da região central do país, mas também nas províncias do sul, onde dezenas de milhares de camponeses se tinham visto repentinamente privados da possibilidade de serem contratados para o trabalho assalariado nas minas da África do Sul.

Mas há outra área fundamental da acção económica do Estado no campo do ponto de vista da relação Estado-camponeses: a intervenção na organização da comercialização agrária e a política de preços. E, também aqui há evidências de uma orientação anti camponesa.

Os efeitos negativos da ruptura da rede comercial no campo após a independência por causa da partida dos cantineiros (principalmente colonos, mas também alguns comerciantes de origem indiana), ou seja, as dificuldades em certas regiões para escoar os excedentes e as culturas comerciais dos camponeses num momento em que o novo poder, que ainda gozava de uma grande confiança no seu seio, apelava para que aumentassem a sua produção, foram gradualmente diminuídos pela implementação de um rede de comercialização agrária estatal e pela retoma de alguns dos antigos estabelecimentos comerciais por novos proprietários. Ao contrário, no domínio dos termos de troca, a evolução dos preços ao produtor dos produtos agrícolas mostrou-se muito mais lenta do que a dos bens de consumo necessárias aos agricultores e que estes adquiriam no mercado.

A partir de uma amostra de mercadorias, têxteis (tecidos e vestuário), e instrumentos e meios de produção adquiridos pelas famílias camponesas em Nampula, verifica-se que, entre 1972 e 1979, os primeiros sofreram um aumento médio anual de 12,5%, os segundos de 85% e os últimos de 20%. Em contrapartida, durante o mesmo período, os preços ao produtor para as principais culturas de rendimento da região aumentaram apenas a uma taxa média anual de 15%¹⁷⁰. Este exemplo ilustra a tendência geral de deterioração dos termos de troca para o campesinato. No entanto, há um aspecto importante que não aparece claramente nestes números: a evolução dos preços das duas culturas de rendimento mais importantes da província de Nampula, o caju e o algodão, produtos que ocupam uma posição dominante nas receitas de exportação do país, apresenta valores bem abaixo da média. Assim, durante o período entre 1974 e 1979, o preço do caju (produto exclusivamente camponês) aumentou apenas de 4% ao ano, enquanto o preço do algodão (do qual um terço era a produção

170 Calculado a partir dos dados apresentados em CEA, 1980a.

camponesa nos anos 1970) aumentou no mesmo período de 7% ao ano para o algodão de primeira qualidade, e apenas de 2% para algodão de segunda qualidade¹⁷¹.

A opção feita pelo Estado em relação aos preços destes produtos não era uma questão de pormenor: a província de Nampula era nas vésperas da independência responsável por 42% da produção nacional de algodão e 50% da produção total de caju. De facto, esta política de preços não significava que o Estado quisesse promover as culturas alimentares em detrimento das culturas de exportação¹⁷². Também não era, no que diz respeito ao algodão, uma medida política que tendesse a transferir a sua produção para o sector estatal: esta cultura (obrigatória) foi odiada durante décadas pelos camponeses, mas desde meados da década de 1960, a prática da cultura obrigatória praticamente cessara e os camponeses que continuavam a produzir algodão faziam-no porque tinham interesse, isto é, porque julgavam os preços suficientemente bons para justificar o seu investimento nesta cultura¹⁷³.

Tratava-se, de facto, de uma vontade deliberada do Estado de manter em níveis muito baixos os preços dos principais produtos comercializados pelos camponeses, a fim de extrair maiores lucros na sua exportação ou, no caso do algodão, na sua utilização na indústria têxtil nacional. A produção camponesa constituía, assim, uma base de acumulação do Estado. Este exemplo claro da orientação anti camponesa da parte do Estado, o mesmo que afirmava ser o representante do poder da «aliança operário-camponesa», não era um caso isolado. Com efeito, podemos ver a mesma lógica no caso do milho: entre 1979 e 1981, o preço ao produtor não mudou (4,00 Mt), enquanto o preço final de venda ao consumidor passou de 5,00 Mt para 7,00 Mt (um aumento de 40%) e o preço da farinha de milho aumentou de 5,50 Mt para 9,50 MT (um aumento de 72%)¹⁷⁴. Os intermediários, ou seja, os comerciantes e os proprietários das moageiras (nalguns casos, os mesmos) foram os únicos beneficiários desses aumentos, que excediam em muito os custos de transporte e processamento.

Sendo a estrutura dos termos de troca já desfavorável aos camponeses, havia um outro problema ainda mais sério, a disponibilidade real de produtos nas lojas. Na verdade, os preços só interessam ao camponês se ele puder encontrar os bens de que precisa no mercado. E, ele pode até aceitar termos de troca bastante desfavoráveis, desde que realmente tenha acesso aos bens de que necessita. Por exemplo, os camponeses das regiões fronteiriças de Angónia (província de Tete) percorriam grandes distâncias com os seus produtos para os vender no Malawi, onde os termos de troca eram muito mais desfavoráveis do que em Moçambique: para comprar 1 kg de sal do

171 Por razões técnicas, a maior parte do algodão de segunda qualidade vinha da agricultura familiar.

172 Uma parte do algodão servia desde a década de 1960 para abastecer a indústria têxtil local. Além disso, a Frelimo tinha planos ambiciosos para o desenvolvimento da indústria têxtil moçambicana e, portanto, estava interessada em aumentar a produção.

173 De facto, eram preços destinados a estimular a produção desse produto pelos agricultores colonos.

174 CEA, 1982c: 86.

Malawi era preciso vender 3,67 kg de milho, enquanto em Moçambique seria preciso vender apenas 1,33 kg¹⁷⁵. Se eles optavam por ir para o Malawi, era simplesmente porque aí podiam encontrar o que precisavam e que não existia em Moçambique.

Nas áreas rurais, a falta de oferta de mercadorias para o campesinato foi uma característica da economia independente de Moçambique, um dos principais elementos da crise económica que afectou profundamente o campesinato. O desequilíbrio entre a oferta e a procura resultava em parte dos baixos níveis da produção nacional (tanto no campo como nas cidades, e principalmente devido à subutilização das capacidades de produção existentes) e, por outro lado, a baixa capacidade de importação do país (agravada, em particular, por investimentos maciços – e «improdutivos» – em divisas no sector agrário estatal), não afectando exclusivamente as áreas rurais, afectava particularmente o campesinato.

Os camponeses viram-se na posse de quantias consideráveis de dinheiro proveniente do trabalho assalariado, da venda de culturas de rendimento ou de excedentes de produtos alimentares, dinheiro que não tinha contrapartida em bens industriais. As consequências dessa situação foram numerosas, tendo sido as duas principais as seguintes: (a) os camponeses retiraram-se parcialmente do mercado (por um lado, reduziram a sua produção agrícola comercial e, por outro, retiraram-se do mercado de trabalho); b) a não correspondência entre a oferta e a procura criou as condições para o desenvolvimento do mercado paralelo.

Os camponeses não tinham nenhum interesse em acumular dinheiro que dificilmente poderiam usar e, em condições de escassez de oferta, não havia nada que os incitasse a aumentar a produção para o mercado como o Estado desejava. Pelo contrário, reduziram-na em função do que realmente podiam encontrar no mercado. Pode-se, pois, dizer que se «retiraram» do mercado. O governo reagiu contra essa tendência, na década de 1980, ao estabelecer como norma da comercialização agrícola que o acesso dos camponeses a determinados produtos seria feito apenas em função das suas próprias vendas. Este sistema de “vinculação” – em que o Estado se recusa a reconhecer a sua própria moeda – visando neutralizar o dinheiro acumulado pelos agricultores nos anos anteriores não foi capaz de trazer uma solução ao problema de fundo, na medida em que contribuía para aumentar a desconfiança dos camponeses em relação ao Estado e, finalmente, para reduzir a produção.

Várias pesquisas de campo mostraram que as machambas estatais tinham grande dificuldade em recrutar a mão-de-obra sazonal de que necessitavam, especialmente no período crítico da colheita. Em particular, verificou-se que a média de jornadas por trabalhador era extremamente baixa (cerca de 20 dias/ano), o que significa uma grande rotatividade da mão-de-obra, num sistema de emprego já sazonal, o que tinha implicações negativas para a organização do trabalho e a produtividade. Estes trabalhadores explicaram em entrevistas que

175 CEA, 1983a: 42.

não valia a pena trabalhar mais porque não havia nada para comprar com o dinheiro que eles só faziam o número de dias necessários para obter o dinheiro suficiente para necessidades específicas que sabiam poder satisfazer¹⁷⁶.

Outro efeito do desequilíbrio que se manifestava no fraco abastecimento das áreas rurais foi o desenvolvimento do mercado paralelo de produtos alimentares. Com efeito, a pressão inflacionária inerente à existência de uma massa monetária considerável sem contrapartida em bens, numa situação de controlo de preços no mercado oficial, levou necessariamente à formação de um mercado paralelo, tanto mais facilmente quanto o sector do comércio não estava totalmente estatizado e havia uma rede de comércio privada. O desenvolvimento do mercado paralelo não se traduziu simplesmente pela mobilização de reservas monetárias acumuladas nas mãos do campesinato sob condições de inflação não oficial. Foi também, e principalmente, gerador de um processo de acumulação privada, que dizia respeito aos comerciantes que, tendo acesso a bens nos circuitos oficiais, aproveitavam a sua posição para desviar uma parte para o circuito paralelo, fazendo assim importantes lucros e que envolveu também uma pequena camada de camponeses abastados, que pela sua capacidade produtiva puderam entrar e beneficiar desse mercado paralelo¹⁷⁷.

A acção do Estado no campo só aumentou a deterioração das condições de vida da população rural. Os camponeses – com a excepção de uma pequena minoria – foram, de todas as camadas sociais, os mais penalizados pela política económica da Frelimo. Ao contrário dos assalariados urbanos, não tiraram vantagem dos subsídios estatais para os produtos alimentares. Além disso, a escassez de bens industriais era muito maior no campo do que nas cidades. Finalmente, a natureza anti camponesa da política do Estado da Frelimo não poupou os trabalhadores sazonais, ou seja, a maioria dos assalariados rurais. Quando, em Setembro de 1980, o Conselho de Ministros decidiu as primeiras medidas para “desenvolver uma política salarial baseada em princípios socialistas”, os salários mais baixos, os de trabalhadores não qualificados, foram aumentados. O salário diário dos trabalhadores agrícolas aumentou em 34% (de 46,50 Mt para 62,50Mt), enquanto para os trabalhadores não qualificados da indústria o salário foi aumentado em 100% (de 6,50Mt para 13,00Mt/hora)¹⁷⁸; o salário mensal dos primeiros aumentava assim de 1.200,00Mt para 1.600,00Mt, enquanto o dos operários, que à partida era quase o mesmo (1.300,00 Mt), aumentou para 2.600,00Mt. Obviamente, estas medidas não tinham nenhuma base económica real. Tratou-se de uma decisão política que ilustra de forma bastante eloquente a orientação da Frelimo em favor dos estratos sociais urbanos.

176 Ver CEA, 1979b, 1982a e 1983b.

177 Ver, por exemplo, CEA, 1983a.

178 *Boletim da Célula*, 3, Setembro de 1980.

O campesinato “cativo”

Os camponeses que tinham manifestado no momento da independência a sua adesão à Frelimo viram rapidamente as suas esperanças traídas. Apesar das humilhações de que eram vítimas durante o período colonial terem desaparecido com a independência, continuavam, no entanto, privados do direito de expressar politicamente os seus interesses e, ao mesmo tempo, viram a sua situação económica deteriorar-se a um ponto sem precedentes.

Independentemente das diferenças que possam ter surgido nas formas de o alcançar, o objectivo principal da política conduzida pelo governo nas áreas rurais era enquadrar social e politicamente os camponeses em “aldeias comunais” e integrá-los economicamente em formas de produção qualificadas de “socialistas”, as cooperativas e machambas estatais. O projecto dos líderes do partido-Estado, baseado numa prática autoritária, deixava pouco espaço para os camponeses desempenharem um papel activo. Por um lado, a prática do “centralismo democrático” da Frelimo, que se aplicava não só ao funcionamento do partido, mas também ao do Estado, impedia qualquer forma de crítica a partir da base sobre a orientação e as decisões tomadas pela direcção: no máximo, era possível discutir sobre os meios e a maneira para alcançar um objectivo – esse era todo o conteúdo da «participação popular». As observações feitas pelo Ministro da Agricultura num seminário sobre cooperativas ilustram de forma particularmente clara a concepção burocrática da Frelimo do «centralismo democrático»: « [...] Devemos saber como isso funciona [*o centralismo democrático*], porque muitas vezes pode haver uma tendência a interpretar erradamente este princípio. Há pessoas que se agarram ao ponto segundo o qual a minoria deve-se submeter à maioria para dizer que, por exemplo, se estamos numa reunião como esta, onde o princípio do centralismo democrático se aplica e onde me foi dada a tarefa para falar em representação do povo Moçambicano do Rovuma em Maputo, neste caso eu seria a minoria contra todos os camaradas que estão presentes nesta sala. Numericamente são a maioria, são 200 contra um, mas eu estaria aqui a representar a maioria do povo Moçambicano. Portanto, prestem atenção à aplicação do princípio do centralismo democrático! É assim: as estruturas inferiores submetem-se às superiores e a minoria à maioria, mas apenas dentro de cada estrutura»¹⁷⁹.

Por outro lado, a Frelimo não permitia o desenvolvimento de iniciativas autónomas, impondo sempre o seu papel de liderança. Por exemplo: “... A Assembleia Geral é a reunião de todos os cooperativistas. Ela é o órgão superior da cooperativa. Quem conduz a reunião da Assembleia Geral é o Presidente, nomeado pelas estruturas partidárias. Ele pode ser escolhido dentre os membros da cooperativa, ou, se o partido o considerar necessário fora dos membros da cooperativa...”¹⁸⁰.

179 O Ministro Joaquim Carvalho, nomeado pela Presidência da Frelimo antes da independência como Secretário do Departamento de Produção e Comércio, era *ex-officio* membro do Comité Executivo e do Comité Central, mas, como a maioria dos membros destas duas estruturas de liderança, não tinha sido eleito pelo congresso... CEDIMO, 1976: 11.

180 CEDIMO, 1976: 11.

Mas o projecto do poder, nacional e integrador, encontrou resistência por parte dos camponeses. Não era uma resistência por princípio, inerente a uma suposta natureza reaccionária do campesinato amarrado a formas de vida “tradicional”, mas uma reacção de defesa na medida em que esse projecto envolvia uma precarização da sua existência social. Essa resistência dependia, obviamente, das condições histórico-económicas de cada região em particular, das modalidades locais de integração do campesinato na economia de mercado e do tipo de acção do Estado, indo desde a simples negação dos novos modos de organização propostos até à revolta aberta, assumindo múltiplas formas de acomodação ou de recuperação das orientações definidas pelo poder.

Se observarmos o processo de formação das «aldeias comunais», vemos que a imensa maioria dos camponeses continuou a viver no seu habitat disperso. O projecto de aldeamento não interessava os camponeses e, em geral, as autoridades não conseguiam «mobilizá-los» para formar uma aldeia, excepto em circunstâncias excepcionais. Na maioria dos casos, as aldeias foram formadas como resultado de desastres naturais, tais como inundações e secas, ou devido à guerra da Renamo; algumas aldeias foram o resultado de pressões administrativas, particularmente junto da população que já vivia durante o período colonial nos aldeamentos, da população de antigas «zonas libertadas» e dos refugiados que regressavam dos países vizinhos, bem como dos deslocados de guerra. Nesta última categoria inclui-se, por exemplo, a maioria das aldeias da província de Nampula¹⁸¹. As diferentes condições existentes nas províncias explicam a distribuição muito desigual das “aldeias comunais” no território nacional¹⁸².

Nos casos em que era inevitável a construção de uma aldeia, a escolha da sua localização tornava-se uma questão importante, pois a sua construção num determinado território representava uma vantagem considerável em termos de acesso à terra para os membros da comunidade que já aí vivia, em detrimento dos que se viam obrigados a deslocar-se¹⁸³. Além disso, na maioria dos casos, os camponeses não abandonaram completamente as suas antigas machambas, sendo uma prática comum dividirem o seu tempo (ou os membros da família) entre a aldeia comunal e as habitações, mantidas ou reconstruídas, nas suas terras.

Contrariamente ao projecto idealizado pela liderança da Frelimo, a construção das «aldeias comunais» não foi acompanhada de qualquer alteração significativa em termos de produção: a agricultura familiar manteve-se a base económica dos aldeãos e o número de cooperativas que se formou foi irrisório. Mesmo nas antigas «zonas libertadas», onde, segundo o discurso oficial, os camponeses estavam engajados em novas formas colectivas de produção, a resistência às transformações impostas pelo Estado foi notória. Em Cabo Delgado houve o

181 Araújo, 1988: 213.

182 Em 1978, só as províncias de Cabo Delgado e Gaza eram responsáveis por 84% do total nacional da população aldeada; em 1982-83 esse número já tinha baixado, mas ainda era de 60% (Araújo, 1988: 209).

183 Ver Geffray, 1988.

fenómeno da «desagregação» (camponeses que abandonavam as «aldeias comunais» em que tinham sido concentrados para reconstruir outras aldeias nos seus próprios territórios)¹⁸⁴. Nas antigas “zonas libertadas” do Niassa, também se pode citar como exemplo o que aconteceu em M’sawize quando as autoridades provinciais decidiram que a machamba colectiva devia ser transformada em cooperativa¹⁸⁵. A machamba colectiva que existia desde a independência, onde toda a população de M’sawize (mais de mil pessoas) trabalhava rotativamente, tinha em 1983 uma área cultivável de 80 hectares. Isso significava, na verdade, um investimento simbólico para todos, não afectando a disponibilidade para trabalhar nas machambas familiares. Quando chegou a orientação de formar uma cooperativa definindo um número de membros limitado a 80 (um membro por hectare), a reacção foi imediata tendo o Secretário da Localidade declarado: “Aqui nas zonas libertadas é muito difícil... a população diz que não pode haver membros, toda a população tem que ir “. A população recusou a cooperativa, em nome do “trabalho colectivo”, mas foi apenas uma maneira, bastante inesperada, de preservar a disponibilidade de todos para produção familiar. E, apesar da pressão das autoridades, o resultado foi que a terra, preparada pelos tractores da empresa de M’sawize não foi semeada.

A capacidade do campesinato para se adaptar às obrigações impostas pelo Estado é considerável em muitos campos, mas não em termos económicos nas suas ligações com o mercado. De facto, se os camponeses “se retiram” do mercado, seja o mercado de produtos agrícolas ou o mercado de trabalho, isso não corresponde a uma iniciativa da sua parte, ou à vontade de escapar a todo custo da influência do Estado. Pelo contrário, eles são obrigados a isso porque apenas encontram no mercado uma pequena parte dos bens de que precisam, incluindo meios de produção. Então, se eles reduzem a sua produção comercial é porque não têm interesse em acumular dinheiro que não lhes serve para nada. As estatísticas não fornecem dados por sector para os primeiros anos de independência, mas a evolução da comercialização do caju, que é um produto exclusivamente camponês, dá uma indicação muito clara da tendência de queda na comercialização do sector familiar da agricultura: entre 1975 e 1979, a quantidade de caju comercializada diminuiu de 60%. Esta tendência continuou nos anos seguintes, agravada pelos efeitos da guerra da Renamo, que depois expandiu nessa altura a sua actuação a todo o país. Assim, entre 1980 e 1983, a quantidade total de produtos comercializados pelo sector agrícola diminuiu de 57%¹⁸⁶. Deve-se enfatizar, no entanto, que o declínio da comercialização camponesa não pode ser considerado em termos de uma simples “retirada” do mercado dos produtores camponeses, mas que faz parte de uma crise global de produção que afecta todos os sectores. Assim, se tomarmos em consideração o declínio geral da comercialização (e nos sectores privado e estatal, onde o autoconsumo é insignificante, isso corresponde a uma queda

184 Esse processo aconteceu no início dos anos 80. Ver CEA / Oficina de História, 1983b, 1984, 1986.

185 O progresso deste processo, em 1983-84, foi testemunhado pelo autor.

186 Calculado a partir dos dados sobre a comercialização agrária, *Informação Estatística – 1973-1983*.

na produção), vemos que a diminuição do peso relativo do sector familiar é muito menos importante: em relação à quantidade total de produtos agrícolas comercializados durante o período crítico de 1980 a 1983, a percentagem do sector familiar diminuiu de 26% para 22%, ou, seja, de apenas 4%¹⁸⁷.

Os camponeses não podem prescindir do mercado sem pôr em risco as suas condições de reprodução. E, como mostra um estudo levado a cabo no distrito de Eráti sobre a dinâmica local da guerra, se certas populações em ruptura com o Estado da Frelimo optaram por fugir ao seu controlo e alinhar com a Renamo «na alegria», rapidamente experimentaram o «desencantamento»¹⁸⁸. Ao revoltarem-se contra o Estado da Frelimo, certamente encontraram a liberdade de se organizar em torno dos seus líderes e voltaram a poder respeitar as suas tradições, combatidas pela Frelimo, mas a Renamo acabou por ser incapaz de substituir o Estado na organização do acesso das populações sob seu controlo aos bens de consumo industriais. Assim, ao fugir do Estado da Frelimo, essas populações camponesas também se isolaram do mercado, encontrando-se numa situação ainda mais precária e miserável do que a que tinham conhecido anteriormente.

187 Esse número é sobrestimado, dado que as estatísticas não registam a parte dos produtos, como o milho e alguns outros produtos alimentares, que, escapando ao circuito oficial, entram directamente no mercado paralelo.

188 Geffray, 1990.

Conclusão

A análise da formação do movimento independentista em Moçambique e do seu desenvolvimento antes do colapso do regime colonial e, depois, do período “marxista-leninista” do Estado da Frelimo, explorou e descreveu o significado da referência ao marxismo na prática da Frelimo. Tratava-se de estabelecer as condições históricas que contribuíram para a adopção do marxismo pelo grupo dominante e a sua função social durante o período da luta armada, assim como na construção da sociedade moçambicana independente.

De acordo com a Frelimo, o seu marxismo teria sido o resultado da prática da luta de classes dentro do movimento durante a luta de libertação. Duas linhas se teriam então confrontado: uma, reaccionária, cujo objectivo seria simplesmente conquistar a independência do país para substituir os colonos, a outra, revolucionária, representada pelos dirigentes engajados ao lado das massas e contando com o seu apoio activo, para quem a luta contra o colonialismo era inseparável da luta para eliminar todas as formas de exploração. O resultado favorável aos revolucionários no Congresso de 1968 teria marcado a transição da luta nacionalista para a revolução, confirmando assim a natureza socialista da experiência posterior da Frelimo.

Esta visão da história da Frelimo permitia estabelecer afinidades com outras experiências históricas, tais como as da China ou do Vietname, que conheceram guerras revolucionárias que combinavam lutas nacionais e projectos de transformação social. Contudo, a semelhança entre essas experiências e a da Frelimo é superficial, tanto no que se refere à adopção do marxismo pela Frelimo, como à sua função social. Na China e no Vietname, os partidos marxistas estiveram na origem da constituição das frentes, enquanto a Frelimo foi inicialmente um grupo de nacionalistas, tendo a criação do partido acontecido muito mais tarde. Na China e no Vietname, os partidos comunistas usaram os sentimentos nacionalistas do povo, colocando-os a serviço de seu projecto de transformação social; na Frelimo o processo foi invertido, tendo o marxismo servido como um instrumento do projecto nacionalista do grupo dominante.

A nação moçambicana não existia. Moçambique é um mosaico de grupos populacionais, com diferentes línguas, tradições e formas de organização social, unidas artificialmente dentro dos limites de um território estabelecido pelos Portugueses e cuja história comum se resumia praticamente à sua submissão recente a uma mesma autoridade colonial. Assim, o nacionalismo moçambicano não é a expressão de uma comunidade historicamente constituída, mas, pelo contrário, a manifestação da ruptura com a autoridade colonial de elementos pertencentes às camadas mais privilegiadas dos colonizados, ruptura fundada na afirmação de uma nova identidade “nacional”. A exclusão sofrida na sociedade colonial torna-se então um princípio identitário, unificador de todos os colonizados e o fundamento do projecto das elites colonizadas de criar um Estado-nação. Era esse o projecto político do grupo que assumiu a liderança do movimento anticolonial no início da década de 1960. A primeira reivindicação desse grupo nacionalista era precisamente a independência de Moçambique, ou seja, o direito ao exercício legítimo de poder político num Estado Independente.

A conjunção de uma série de elementos, em particular as condições específicas do colonialismo português, a posição social e a trajectória desse grupo nacionalista, as orientações políticas dominantes na altura na cena internacional, mas também o próprio desenvolvimento da luta armada, favoreceram a formulação em termos marxistas do projecto nacional da liderança da Frelimo.

Face ao regime português que não tolerava nenhuma manifestação de oposição, o que impedia qualquer possibilidade de encontrar uma solução para a questão colonial através de reformas, a ideia marxista da “revolução”, como iniciativa colectiva de subversão da ordem estabelecida com o objectivo de libertar os dominados e criar uma nova sociedade fundada em ideais de justiça e igualdade social e no fim da “exploração”, trazia consigo as esperanças da criação de uma sociedade caracterizada pelo bem-estar e por relações sociais harmoniosas. Foi a revolta contra as práticas coloniais, traduzidas e denunciadas sob a noção de “exploração”, combinada com a força mobilizadora deste mito libertador, de uma era de ouro por vir, que desempenhou o papel essencial na passagem à acção armada proposta pelos líderes da Frelimo das sociedades camponesas e não a sua consciência da necessidade – ou a sua vontade – de construir a «nação» e o «socialismo». O marxismo serviu, antes de mais, para teorizar e legitimar a revolta dos colonizados contra o domínio colonial, para lhe dar sentido.

A unidade criada no movimento anticolonial baseava-se, em última instância, no reconhecimento prático de um interesse comum que eliminava temporariamente as diferenças socioculturais e os interesses particulares dos grupos e indivíduos. Essa unificação de esforços e o investimento num objectivo apoiado por todos – a independência – foi, no entanto, profundamente ambígua, tanto no seu significado como nas suas implicações futuras. Mas, os líderes da Frelimo viam aí a confirmação da justeza da sua visão marxista da luta. Não só o marxismo lhes proporcionava uma maneira de pensar a sociedade colonial como uma sociedade de classes e, na mesma linha, o seu engajamento em termos de luta

de classes, mas, para além disso, a própria experiência da luta armada parecia confirmar a validade da sua convicção marxista: primeiro, porque foram seguidos pelos camponeses (as «massas exploradas») no seu projecto, o que significava que também estes aceitavam arriscar a própria vida pela causa; segundo, porque essas massas não recusaram os termos de seu discurso e, portanto, a sua representação da luta; finalmente, porque a luta contra os seus oponentes dentro do movimento era justificada não só em nome da unidade, uma das principais condições para o sucesso da luta contra o sistema colonial português, mas também em nome da luta contra práticas concretas de exploração, sentidas como tal pela base camponesa. Isso resultou numa ilusão sobre a natureza da participação camponesa na luta armada e estabeleceu a base da mitificação da experiência revolucionária das “zonas libertadas”. As consequências desse equívoco, reforçado pela adesão em massa da população à Frelimo nas vésperas da independência, só se manifestaram plenamente mais tarde nas políticas seguidas pelo partido-Estado: a criação das «aldeias comunais», verdadeiro símbolo da «nova sociedade» concebida e desejada pelos líderes, baseava-se no pressuposto que os camponeses estavam dispostos a renunciar às suas formas tradicionais de produção e de organização social para se engajarem na edificação da «sociedade socialista».

Na tradição marxista, os líderes da Frelimo também encontraram a justificação para o uso da violência. Assim, o recurso à luta armada para destruir o sistema colonial era não só considerado necessário e legítimo, devido à natureza particular do colonialismo português, mas também a oportunidade de iniciar o processo de transformação social e de criação do «homem novo». Na verdade, a experiência internacional das guerras anti-imperialistas e revolucionárias, como haviam ocorrido, por exemplo, na China, em Cuba, na Argélia, ou que ainda continuavam na altura, como no Vietname, era para eles uma fonte de inspiração e reflexão. Beneficiaram em especial de teorização da guerra de guerrilha das experiências chinesa e vietnamita, julgada mais adaptada à realidade moçambicana. De facto, o modelo de luta conduzida a partir das zonas rurais e baseada na mobilização e politização das massas camponesas, da “guerra popular prolongada”, correspondia melhor do que qualquer outro ao seu ideal nacionalista e às condições objectivas de Moçambique, um país onde a população rural constituía quase 90% do total.

Além disso, a situação internacional dominada pelo confronto entre o ocidente e o «bloco de leste» e pela guerra fria favoreceu a aproximação da Frelimo aos «países socialistas». A causa da Frelimo encontrava um eco favorável e despertou a solidariedade de algumas organizações e alguns círculos políticos ocidentais e mesmo um apoio considerável de alguns governos, como os dos países nórdicos, mas esse apoio limitava-se ao campo diplomático, político e humanitário. Porém, a Frelimo precisava de outro tipo de apoio para a sua acções militar. Era indispensável formar quadros militares e combatentes e, mais importante, precisava garantir o aprovisionamento de material de guerra. Nesta área fundamental, quem estava disponível para ajudar eram essencialmente os «países socialistas». Ora, isso contribuía para validar a

ideia da justeza do marxismo como sistema de interpretação da realidade social, em particular do processo revolucionário liderado pela Frelimo, ao mesmo tempo que fazia desses países os «aliados naturais» da causa do povo moçambicano. Para além disso, a influência do marxismo era alimentada e reproduzida pelos vínculos estabelecidos pela formação de quadros militares moçambicanos nesses países e também pela presença de instrutores chineses nos campos de treino político-militar da Frelimo na Tanzânia.

A prioridade dada às actividades militares da organização e a dimensão eminentemente política que lhes foi atribuída pela liderança da FRELIMO deram origem à difusão no seio do movimento e nas «zonas libertadas» de uma linguagem particular, que assumia a forma de um discurso político de inspiração marxista e que desempenhava um papel duplo: por um lado, permitia e servia como um instrumento de comunicação entre os intelectuais, os guerrilheiros e os camponeses, e, por outro, fixava os termos e os limites dessa comunicação.

É de salientar a importância sociológica capital da figura do guerrilheiro, sem esquecer o seu papel fundamental como militar engajado na luta contra as forças coloniais. No entanto, devemos insistir no seu papel social de intermediário entre os quadros dirigentes, principalmente intelectuais de origem urbana, e as sociedades camponesas nas zonas de guerra. Oriundo do meio social camponês, o guerrilheiro recebia treino militar e, ao mesmo tempo, uma educação política. Enquadrado numa organização militar e sujeito à sua disciplina, tornou-se, pela sua presença, acção e comportamento, o principal difusor do discurso da direcção do movimento. O combatente também era uma prova viva da ligação efectiva entre a liderança e as massas populares, testemunho da comunhão dessas pessoas – tão distantes socialmente quanto do ponto de vista das suas origens geográficas – engajadas na mesma luta. Em suma, o guerrilheiro estava no centro do dispositivo militar e ideológico que consagrava a legitimidade da luta e dos que a dirigiam.

Ao mesmo tempo que essa linguagem “federadora” proporcionava aos diversos actores um meio de comunicação dando sentido ao seu engajamento comum na luta, ela impunha-se como discurso oficial. O vocabulário político do discurso – «povo moçambicano», «unidade nacional», «produção colectiva», «revolução» ou «socialismo», etc. – era portador de novas representações, de uma visão da sociedade que era a dos líderes. Estes eram os detentores do monopólio da elaboração do discurso e a expressão das diferenças, consideradas como factores de divisão e apontadas como «manobras do inimigo», tornou-se praticamente impossível. Tanto mais que o discurso oficial se exprimia principalmente em português – definida como a língua da «unidade nacional» e que se tornou a «língua oficial» no Moçambique independente – que não era falado pela grande maioria dos camponeses. Assim, o discurso oficial e a língua oficial eram parte de uma mesma estratégia política que visava a construção da nação e, consequentemente, serviam para consolidar a autoridade e o poder daqueles que, sendo capazes de a conduzir, aí encontravam o seu interesse. A legitimidade dos líderes da Frelimo só podia basear-se na universalização do seu interesse particular de grupo, ou, por outras palavras, na

representação – no duplo sentido de delegação de poder e de construção imaginária – do «povo-nação» moçambicano.

A acção da Frelimo desenvolve-se, pois, no sentido da criação do Estado moçambicano, pensado indissociavelmente da construção da Nação, como o testemunham a existência do exército, de uma rede escolar e de saúde nas «zonas libertadas», assim como o embrião de uma administração estatal em formação. Os líderes encontram na tradição marxista mais uma vez a caução teórica do seu papel de liderança na noção de «vanguarda». Oriundos de um meio social extremamente restrito – a elite urbana, escolarizada e moderna, praticamente destituída de laços com as sociedades rurais – eles não podiam pretender ser social e politicamente representativos, a não ser em nome do «povo moçambicano», mesmo se este que não é mais que uma construção, a sua construção. É por isso que o seu discurso só pode ser modernista e se afirma fortemente «anti-tribalista», «anti-regionalista» e «anti-racista». Pela sua posição social, é essa a representação que eles têm da sociedade, mas trata-se também para eles de lutar «legitimamente» contra a competição das elites «tradicionais», de destruir na medida do possível as bases do poder destas últimas. Assim, a luta que promovem contra o que chamam de «obscurantismo» e «valores negativos da sociedade tradicional-feudal» inscreve-se, acima de tudo, uma lógica de poder. Ora, tudo isso só podia ser feito em nome da «unidade nacional», da «revolução» e do «socialismo».

Mas foi a partir da independência, quando a força do Estado substituiu a das armas, quando a luta pelo poder deu lugar ao seu exercício, que o grupo dirigente da Frelimo, forte da legitimidade construída ao longo dos dez anos de luta armada, se engajou de maneira mais resoluta na realização do seu projecto nacional, sempre à sombra do marxismo. Houve, no entanto, uma mudança muito significativa neste domínio: embora não tenha desaparecido completamente, a orientação «maoisante» da Frelimo, que tinha sido dominante durante o período da luta armada, foi substituída por uma versão do marxismo mais próxima do modelo soviético. Para além dos conflitos de correntes que se manifestaram várias vezes nos anos que se seguiram à independência, estabeleceu-se um consenso em que prevalecia a preocupação de incorporar toda a população – e de a controlar – no Estado, mesmo se os métodos mais adequados para se atingir tal objectivo possam ter dado origem a divergências. A partir do momento em que a Frelimo alcançou o poder e deixou de depender da mobilização dos camponeses para prosseguir a luta armada, o marxismo de inspiração soviética parecia corresponder melhor ao ideal estatista, modernista e desenvolvimentista do grupo dirigente, tornou-se a referência dominante na prática do partido, se excluirmos a política de «aldeamento» no campo.

Para realizarem o seu ideal de desenvolvimento da sociedade, os líderes da Frelimo, para quem isso era sinónimo de modernização, encontravam uma fonte de inspiração no marxismo, especialmente no seu modelo soviético. Em particular, encontraram a ideia da prioridade ao desenvolvimento das forças produtivas como condição para a construção do socialismo,

mas também o papel central atribuído ao sector estatal da economia, tudo sujeito à planificação central.

A análise da acção da Frelimo após a independência mostra que as transformações na sociedade moçambicana estão longe de ter levado a uma mudança fundamental nas relações sociais e que a aliança “trabalhadores-camponeses” em nome da qual o grupo dirigente governou o país era um simples produto da sua imaginação. A análise do período de 1975 a 1983 mostra, ao contrário, um fortalecimento do Estado, que se tornou o instrumento da redistribuição da riqueza nacional em favor das camadas sociais urbanas, a verdadeira base social do regime. Não houve, pois, uma verdadeira ruptura com a herança colonial, nenhum esforço consequente tendo sido feito para transformar a estrutura económica do país e em particular dos laços de dependência muito fortes em relação à África do Sul. Mesmo o Plano Prospectivo Indicativo suposto ser o principal instrumento para a construção de uma economia socialista em Moçambique e para acabar com o subdesenvolvimento do país em dez anos, atesta sobretudo a obsessão modernizadora da liderança. De facto, o que aconteceu foi uma mudança bastante significativa nas formas de propriedade, resultante da “nacionalização” e do controlo estatal sobre certos sectores da economia e numerosas empresas.

A política de “nacionalização” ilustra de forma esclarecedora a direcção e os limites da acção da Frelimo. A primeira observação nesta área é que as principais nacionalizações feitas depois da independência (terra, educação, saúde, agências funerárias e prédios de rendimento) foram essencialmente “políticas”. Vimos como elas desempenharam um papel importante na consolidação do apoio ao poder pela população em geral, mas sobretudo como beneficiaram a população urbana.

Outras nacionalizações contribuíram para a constituição de um sector económico estatal. Numa primeira fase, essas nacionalizações foram o resultado de uma prática “defensiva” e não de uma política decidida e planeada. De facto, o sector estatal foi inicialmente formado a partir de empresas – industriais, comerciais ou agrícolas – abandonadas pelos proprietários em fuga, às quais foram adicionadas algumas outras empresas nacionalizadas por causa de “sabotagem”, isto é, de práticas como, por exemplo, a redução da produção e o despedimento de pessoal injustificados, ou a exportação ilegal de capital, cuja forma mais comum era a sobrefacturação dos produtos importados e a subfacturação das exportações. Ao contrário, numa segunda fase, o Estado procedeu a nacionalizações “ofensivas” que lhe permitiram assumir o controlo do sector bancário, dos seguros e do comércio externo. Uma segunda constatação é, pois, que, de maneira geral, as empresas privadas, especialmente as grandes empresas, foram poupadas desde que mantivessem uma actividade considerada “normal”. No entanto, nas condições da crise económica vivida em Moçambique – fruto da desorganização da vida económica causada pelos efeitos cumulativos da partida repentina de dezenas de milhares de colonos, da deterioração das relações económicas com a África Sul e a Rodésia e do «choque petrolífero» do início dos anos 1970 – isso significava, na maioria dos

casos, o seu endividamento para com a banca. Independentemente de outros aspectos, com a nacionalização da banca, o Estado assumia as dívidas do sector privado.

O impacto socioeconómico das nacionalizações da Frelimo está longe de ter sido insignificante. De facto, nos primeiros anos do Moçambique independente, constituíam uma barreira muito eficaz para a formação de uma burguesia «nacional» negra, ao mesmo tempo que impediam o aumento do poder económico de parte do estrato de comerciantes que permaneceram no país, principalmente indianos, que estavam bem posicionados para aproveitar a partida dos colonos e ampliar o seu campo de actividade. Apesar dos obstáculos criados pelo Estado, eles viriam a realizar uma acumulação muito importante, mas mais tarde, através do mercado paralelo que se desenvolveu fortemente a partir do final dos anos 1970. A formação de um sector estatal amplo tornou o Estado num instrumento do poder de uma camada social techno-burocrática, no lugar por excelência de promoção social e de acesso a privilégios para um grande número de pequenos funcionários públicos que assumiram cargos de chefia na administração local e regional, nos serviços públicos e nas empresas estatais.

Mas é na política rural da Frelimo que se vê o exemplo mais transparente da predominância das preocupações e dos ideais nacionalistas dos dirigentes da Frelimo em relação aos objectivos oficialmente declarados de «construir o socialismo». Esta política foi baseada em dois pilares aparentemente contraditórios, as «aldeias comunais» e as machambas estatais. É verdade que as primeiras estavam mais intimamente ligadas a uma concepção do desenvolvimento onde dominavam a “cooperativização” e as tecnologias simples, enquanto as segundas exigiam investimentos consideráveis e produção altamente mecanizada. No entanto, para além da aparente contradição e apesar de as escolhas feitas nesta área terem regularmente alimentado conflitos dentro do partido, pode-se encontrar uma consistência: em última análise, as duas opções participavam, ainda que de forma diferente, de um mesmo processo, a incorporação e subordinação dos camponeses ao Estado. As «aldeias comunais» e machambas estatais eram apenas dois caminhos distintos, que se juntavam no projecto de construir uma sociedade nacional moderna.

No caso das machambas estatais, o processo baseia-se na transformação dos camponeses em assalariados agrícolas. Embora inicialmente um fenómeno de ordem essencialmente económica, a «salarização» excede este nível restrito pelo seu significado social. De facto, constitui um meio de retirar os produtores camponeses do seu sistema social de produção relativamente autónomo, para os integrar numa forma moderna de produção directamente sujeita à autoridade do Estado. Essa transferência dos camponeses foi, na realidade, muito limitada devido à manutenção de uma estrutura de emprego rural caracterizada pela predominância do trabalho sazonal e nunca levou à criação de um grande «proletariado rural».

Mas o projecto tinha implicações óbvias, indo no sentido da destruição da organização das comunidades camponesas, do que os líderes da Frelimo chamaram de “sociedade tradicional-feudal”. O Estado da Frelimo engajava-se-se, assim, numa acção cujo resultado

final seria a individualização dos produtores. Estes, despojados dos seus meios de trabalho e, acima de tudo, incapazes de assegurar a sua reprodução social no quadro da «sociedade tradicional», tornavam-se elementos constituintes do novo espaço sociopolítico criado pelo Estado. Baseando-se na destruição dos laços sociais, estatutos, e privilégios que não fossem os concedidos, ou reconhecidos, pelo Estado, este empreende um trabalho de uniformização e organização social através da imposição das suas regras, agindo assim no sentido da constituição da nação moçambicana.

Se o desenvolvimento do sector estatal agrário contribuía pela “salarização” para a destruição da organização social camponesa desejada pelos líderes do partido, no entanto, os recursos materiais e humanos disponíveis para prosseguir eram limitados e só se poderiam esperar resultados significativos a longo prazo. É por isso que nunca abandonaram o seu projecto inicial de aldeamento. Com efeito, a política de criação de «aldeias comunais» foi o terreno privilegiado para a intervenção do Estado no campo, o instrumento mais eficaz a curto prazo de controlo da população camponesa. O principal elemento do aldeamento era a deslocação das famílias e a concentração do habitat camponês: os camponeses deviam deixar as suas terras para se estabelecerem na aldeia. A sua construção obedecia a regras concebidas e impostas pelos tecnocratas do Estado (nomeadamente a disposição das casas, alinhadas de acordo com as futuras estradas, e as dimensões das parcelas destinadas à construção das habitações, seguindo um modelo urbano de organização do espaço) e significava uma ruptura com a lógica camponesa de organização do espaço doméstico. Mas este não era o aspecto essencial da deslocação da população. A instalação dos camponeses na aldeia devia ser acompanhada por uma mudança fundamental no modo de produção: tinham que abandonar a produção familiar para se engajarem em formas colectivas de produção, nas cooperativas ou machambas estatais. Tratava-se, portanto, para a Frelimo de destruir as ligações dos camponeses com a terra tal como existiam no quadro da sua organização social, pois a construção da aldeia pressunha, em princípio, a transferência do controlo das terras para as mãos dos novos representantes locais do Estado, responsáveis pela promoção da política da Frelimo. Assim, era todo o edifício do poder «tradicional» que se via atingido.

A «aldeia comunal» era o instrumento da materialização do Estado da Frelimo no campo. Lugar de poder das novas autoridades, baseava-se na exclusão dos antigos chefes locais. Além disso, a «aldeia comunal» estava na linha da frente do combate dos responsáveis da Frelimo contra o «obscurantismo» e todos os «vícios» da «sociedade tradicional-feudal». Por último, era o meio usado pelo Estado para fazer chegar aos camponeses «organizados» os benefícios do «progresso» através da produção colectiva, da educação, da saúde, etc.

A análise da acção da Frelimo durante os dez anos que se seguiram à independência mostra que o marxismo era o dispositivo ideológico, baseado em particular na idealização e mitificação da experiência da luta armada e das «zonas libertadas», usado pelo grupo dirigente do partido para continuar, em nome da «construção do socialismo», o processo dificilmente

esboçado durante a luta pela independência da criação da nação pelo Estado, processo para o qual se poderia usar o termo de «nacionização».

A principal preocupação do grupo no poder era subordinar, ou mesmo destruir, qualquer forma de organização social que escapasse ao controlo directo do seu Estado, para fazer de cada indivíduo um sujeito desse Estado: a nação concebida por eles coincidia com o Estado sendo ao mesmo tempo o seu produto e a sua legitimação. Naturalmente, a organização social camponesa foi a mais combatida pelos líderes do partido, uma vez que era esta que mais escapava ao controlo estatal, sendo em paralelo o lugar de poderes, cuja concorrência era julgada perigosa e um obstáculo para a realização do projecto nacional do partido. A formação da nação, portanto, implicava a dissolução dos laços e poderes tradicionais e a modernização de toda a sociedade moçambicana. E era ao Estado que cabia o papel de agente modernizador e desenvolvimentista, através da sua organização do território, da população e das actividades económicas, com todos os meios institucionais à sua disposição – administração pública, partido, organizações de massa, assembleias do povo, exército, polícia, escolas, hospitais...

Os efeitos conjugados da crise económica nacional e da destabilização promovida pelos regimes da Rodésia e da África do Sul e a guerra conduzida pela Renamo (com o apoio destes, mas também firmemente implantada nas áreas rurais do país), acabaram por levar a Frelimo a iniciar, imediatamente após o seu 4º Congresso (1983), um processo de liberalização económica que incluiu a adopção de um programa de ajustamento estrutural, sob os auspícios do Fundo monetário Internacional e do Banco Mundial. Esta evolução no campo da política económica, não se seguiu de mudanças políticas imediatas, mas a liberalização económica em favor dos sectores burgueses em ascensão, precedendo uma eventual futura liberalização política, abriu caminho para que as populações se organizassem independentemente do Estado. A via estava assim aberta para o abandono do marxismo, que viria a acontecer oficialmente no 5º Congresso da Frelimo, em 1989.

A Frelimo foi, assim, o primeiro partido-Estado a abandonar o marxismo como ideologia oficial, mesmo antes do colapso dos regimes «comunistas» dos países do leste. Seria, no entanto, errado pensar que, ao fazê-lo, teria mudado de natureza. Assim como era superficial a análise dos autores que, desde os anos 1970 até 1989, escreveram sobre a «transição socialista» aceitando sem discutir a qualidade «marxista-leninista» oficialmente proclamada, hoje também é uma análise superficial considerar que a Frelimo teria mudado novamente de natureza, voltando a ser uma «frente» ampla, como teria sido até 1977.

A Frelimo continua a ser uma organização nacionalista e continuar a usar simplesmente a análise do seu discurso para decidir sobre a caracterização social do seu poder, sem ter em consideração as condições históricas da formulação desse discurso e a sua função real, é enganador.

As mudanças recentes foram espectaculares – liberalismo económico, multipartidarismo (introduzido pela Constituição de 1990), negociações com a Renamo – mas seria errado não

prestar atenção aos elementos de continuidade: o ideal nacional, modernizador e desenvolvimentista, continua muito presente. A verdadeira mudança não está na alteração do discurso, nem mesmo no contexto político internacional, mas no afastamento do pequeno número de marxistas convictos das posições da liderança do partido e do Estado, na abertura do acesso a essas posições para uma fracção da elite que tinha sido marginalizada durante os primeiros dez anos de independência (especialmente quadros das regiões central e norte do país) e, especialmente, na transformação social da elite no poder. Exclusivamente burocrática, sem ligação com a produção ou o comércio dada a particularidade da história colonial portuguesa, receosa de qualquer manifestação de um movimento social que não controlava, essa elite tinha-se instalado e protegido à sombra do Estado. E foi a partir dessa posição que finalmente se abriu às actividades de mercado, especulativas, à corrupção e, marginalmente, aos sectores produtivos. O Estado continua a ser-lhe indispensável para obter acesso à renda da ajuda internacional e para conquistar posições na área económica, mas já não é o seu único abrigo social.

O desenvolvimentismo, a tecnocracia, o racionalismo e o nacionalismo permanecerão característicos desta «nova» Frelimo, que já não é partido único, mas que se esforça, no entanto, por continuar a ser o partido dominante na cena política moçambicana. Mas, agora, a referência ao marxismo já perdeu o sentido. Como disse o Presidente Chissano em Maio de 1990: «Esta história de marxismo já nos estava a causar problemas»¹⁸⁹...

189 Declarações no jornal português *Expresso*, 12 de Maio de 1990.

Anexo I – Tabelas Estatísticas

Tabela 1 – Trabalhadores das minas sul-africanas segundo o país de origem

Ano	Á. Sul	Moç.	Outro*	Total	% Moç. / Total
1904	18 057	50 997	7 813	76 867	66,3
1912	64 710	91 546	17 762	174 018	52,6
1920	59 269	96 188	17 522	172 979	55,6
1931	112 548	73 924	39 526	225 998	32,7
1942**	214 243	74 507	21 656	130 406	24,0
1951	108 000	106 500	91 600	306 100	34,7
1960	150 900	95 500	155 800	402 200	23,7
1970	96 900	113 300	191 000	401 200	28,2
1975	121 800	118 000	124 800	364 600	32,3

Fonte: CEA, 1977.

* Lesotho, Botswana, Swazilândia, Malawi, Zimbabwe e Zâmbia.

** Neste ano, o número da coluna África do Sul, engloba o Botswana, o Lesotho e a Swazilândia.

Tabela 2 – Balança de Pagamentos, 1973

(unidade = 1 000 contos)

	Mercadorias	Invisíveis	Capitais
Débito	8 519	2 345	1 368
Crédito	5 694	5 343	977
Saldo	- 2 825	+ 2 998	- 391

Fonte: Direcção dos Serviços de Planeamento Económico, 1976.

Tabela 3 – Importações, 1973

(unidade = 1 000 contos)

Total das importações	11 415	100%
Produtos de ferro e aço, máquinas e equipamentos	5 528	48,4%
Produtos alimentares, têxteis e calçado	1 410	12,4%
Combustíveis minerais, adubos e pesticidas	941	8,2%
Outros	3 526	31%

Fonte: Direcção dos Serviços de Planeamento Económico, 1976.

Tabela 4 – Exportações, 1973
(unidade = 1 000 contos)

Total das exportações	5 541	100%
Caju	1 277	23%
Algodão	1 172	21,2%
Oleaginosas	652	11,8%
Açúcar	588	10,7%
Madeira	283	5,1%
Chá	233	4,2%
Sisal	225	4%
Outros	1 111	20%

Fonte: Direcção dos Serviços de Planeamento Económico, 1976.

Tabela 5 – Principais parceiros do comércio externo de Moçambique
(Percentagem das importações e exportações)

	Importações		Exportações	
	1961	1973	1961	1973
Portugal	29,7%	19,2%	41,1%	35,6%
África do Sul	10,7%	20,2%	3,7%	9,3%

Fonte: PEREIRA NETO, s/d e Direcção dos Serviços de Planeamento Económico, 1976.

Tabela 6 – Produções agrícolas por sector, 1972
(unidade = 1 000 ton)

	Camponeses	%	Empresas e colonos	%
Mandioca	800	100	-	-
Milho	425	85	75	15
Amendoim	90	100	-	-
Caju	215	93	15	7
Algodão	60	43	80	57
Arroz	45	37	75	63
Copra	25	42	35	58
Acúcar	-	-	325	100
Chá	-	-	18	100
Sisal	-	-	25	100

Fonte: Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica, 1973.

Tabela 7 – Indústria transformadora, 1972
(unidade = 1 000 contos)

Indústrias de exportação	5 165,8	40,3%
<i>Algodão</i>	934,5	7,3%
<i>Caju</i>	867,6	6,8%
<i>Óleo vegetal</i>	522,6	4,1%
<i>Açúcar</i>	1 300,6	10,1%
<i>Chá</i>	351,9	2,7%
<i>Sisal</i>	159,1	1,2%
<i>Madeira ('000 m³)</i>	303,4	2,4%
<i>Petróleo refinado</i>	726,1	5,7%
Indústrias para o mercado interno	7 658,6	59,7%

Fonte: Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica, 1973.

Tabela 8 – Produção camponesa de algodão

Ano	1943	1948	1953	1958	1962
Produtores ('000)	662	633	497	518	502
Ha ('000)	344	233	275	301	302
Toneladas	61 115	64 920	125 354	91 510	127 559
Kg/ha	178	279	456	310	422
Kg/produtor	92	102	252	176	254

Fonte: CEA, 1981.

Tabela 9 – Distribuição da população rural “aldeada”

Província	1976		1982-83	
	Aldeias	% da população rural	Aldeias	% da população rural
Cabo Delgado	586	88	543	87,3
Niassa	40	16,2	63	32
Nampula	80	2,6	260	7
Zambézia	13	0,5	39	2
Tete	26	3,6	41	17,3
Manica	9	0,09	111	25,4
Sofala	13	1,3	88	12,6
Inhambane	5	0,03	47	7
Gaza	80	20,4	123	50,9
Maputo	5	0,8	47	8,5
Total	857	12	1362	20

Fonte: ARAÚJO, 1988.

Bibliografia

1. Livros e artigos publicados

ADAMO, I., DAVIES, R., HEAD, J., 1981, Mao-de-obra Moçambicana na Rodésia do Sul, in *Estudos Moçambicanos*, 2, pp. 59-72.

ANDRADE, M., 1990, As Origens do Discurso do “Clamor Africano”: Continuidade e Ruptura na Ideologia do Nacionalismo Unitário, in *Estudos Moçambicanos*, 7, pp. 7-28.

BORGES COELHO, J. P., 1989, *O início da luta armada em Tete, 1968-1969 – a primeira fase da guerra e a reacção colonial*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

BRAGANÇA, A., 1980, Le marxisme de Samora, in *AfriquelAsie*, 217 (7 de Julho de 1980), pp. XIX-XXII.

BRAGANÇA, A., 1986, Independência sem Descolonização: a transferência do Poder em Moçambique, in *Estudos Moçambicanos*, 5/6, pp. 7-28.

BRAGANÇA, A., DEPELCHIN, Jacques, 1986, Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique, in *Estudos Moçambicanos*, 5/6, pp. 29-52.

BRAGANÇA, A., WALLERSTEIN, Immanuel, 1978, *Quem É o Inimigo?*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 3 vols.

BRITO, L., 1980, Dependência Colonial e Integração Regional, in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 23-32.

BRITO, L., 1988, Une relecture nécessaire: la genèse du parti-Etat FRELIMO, in *Politique africaine*, 29, pp. 15-27.

CAHEN, M., 1983, Corporatisme et colonialisme: Approche du cas mozambicain, 1933-1979 – I. Une genèse difficile, un mouvement squelettique, in *Cahiers d'études africaines*, 92, pp. 383-417.

CAHEN, M., 1984, Corporatisme et colonialisme: Approche du cas mozambicain, 1933-1979 – II. Crise et survivance du corporatisme colonial, 1960-1979, in *Cahiers d'études africaines*, 93, pp. 5-24.

CAHEN, M., 1985, État et pouvoir populaire dans le Mozambique indépendant, in *Politique africaine*, 19, pp. 36-60.

CAHEN, M., 1987, *Mozambique: La révolution implosée*, Paris, L'Harmattan.

CAHEN, M., 1988a, La crise du nationalisme, in *Politique africaine*, 29, pp. 2-13.

CAHEN, M., 1988b, Moçambique: a economia política da democracia, 1975-1984, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 8/9, pp. 307-312.

- CAHEN, M. (dir), 1989a, *Bourgs et villes en Afrique lusophone*, Paris, L'Harmattan.
- CAPELA, J., 1977, *O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias – As ideias coloniais de Marcelo Caetano – Legislação do trabalho nas colónias nos anos 60*, Porto, Afrontamento.
- CARDOSO, F. J., 1988, Fermes d'Etat et développement rural, in *Politique africaine*, 29, pp. 41-50.
- CORREIA, A. B., RODRIGUES, M. P. (orgs), 1973, *A Economia de Moçambique em Números*, Lourenço Marques, Edição do Fundo de Comercialização.
- COSTA FREITAS, J., s/d, Movimentos Subversivos contra Moçambique, in *Moçambique – Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965*, [Lisboa], Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 317-337.
- COVANE, L. A., 1989, *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964 – Acordos e Regulamentos Principais*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- CRUZ E SILVA, T., 1990, A “IV Região” da FRELIMO no Sul de Moçambique: Lourenço Marques, 1964-65, in *Estudos Moçambicanos*, 8, pp. 125-142.
- DARCH, C., 1981, As publicações da FRELIMO: um estudo preliminar, in *Estudos Moçambicanos*, 2, pp. 105-120.
- DAVIDSON, B., 1974, *Angola – No centro do furacão*, Lisboa, Edições Delfos.
- DAVIDSON, B., SLOVO, J., WILKINSON, A. R., 1977, *Southern Africa – New Politics of Revolution*, Harmondsworth, Penguin Books.
- DIAS BELCHIOR, J., s/d, Evolução política do ensino em Moçambique, in *Moçambique – Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965*, [Lisboa], Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 635-674.
- EGERO, B., 1987, *Mozambique: A Dream Undone – The Political Economy of Democracy, 1975-84*, Uppsala, Nordiska afrikainstitutet.
- GEFFRAY, C., 1988, Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une méconnaissance scientifique, in *Politique africaine*, 29, pp. 71-85.
- GEFFRAY, C., 1990, *La cause des armes au Mozambique – Anthropologie d'une guerre civile*, Paris, Éditions Karthala – CREDU.
- GEFFRAY, C., PEDERSEN, M., 1988, Nampula en guerre, in *Politique africaine*, 29, pp. 28-40.
- HABERMEIER, K., 1981, Algodão: das concentrações à produção colectiva, in *Estudos Moçambicanos*, 2, pp. 37-58.
- HANLON, J., 1984, *Mozambique: the Revolution under Fire*, London, Zed Books.
- HEAD, J., 1980, A Sena Sugar Estates e a Mão-de-obra Migratória, in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 53-72.
- HENRIKSEN, Th., 1983, *Revolution and Counterrevolution – Mozambique's War of Independence, 1964-1974*, London, Greenwood Press.

HERMELE, K., 1988, *Land Struggles and Social Differentiation in Southern Mozambique – A Case Study of Chokwe, Limpopo 1950-1987*, Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies, (Research report n.82).

INEP, 1989, *A Construção da Nação em África – os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, (textos de um colóquio organizado por INEP/ CODESRIA/UNITAR), Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 430 pages.

ISAACMAN, A., 1978, *A Luta Continua – Creating a New Society in Mozambique*, New York, State University of New York at Binghamton, (Southern Africa Pamphlets 1).

ISAACMAN, A., 1988, Colonial Mozambique, an Inside View: The Life History of Raul Honwana, in *Cahiers d'études africaines*, 109, pp. 59-88.

ISAACMAN, A., et al, 1980, “Cotton is the Mother of Poverty”: Peasant Resistance to Forced Cotton Production in Mozambique, 1938-1961, in *International Journal of African Historical Studies*, XIII (4), pp. 581-615.

ISAACMAN, A., ISAACMAN, B., 1983, *Mozambique: from Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Boulder, Westview Press.

ISAACMAN, B., STEPHEN, J., 1984, *A Mulher Moçambicana no Processo de Libertação*, Maputo, INLD.

LOPES, C., 1986, A erosão do ideal socialista nos movimentos de libertação nacional em África, in *Economia e Socialismo*, 69/70, pp. 95-107.

MEYNS, P., 1981, Liberation Ideology and National Development Strategy, in *Review of African Political Economy*, 22, pp. 42-64.

MONDLANE, E., 1977, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

MONDLANE, E., 1981a, La cristallisation d'une lutte pour la liberté, in *Eduardo Mondlane – Biographie*, Paris, Présence africaine, pp. 148-162.

MONDLANE, E., 1981b, Le développement du Nationalisme au Mozambique, in *Eduardo Mondlane – Biographie*, Paris, Présence africaine, pp. 137-147.

MUNSLOW, B., 1983, *Mozambique: the Revolution and its Origins*, London, Longman.

MUNSLOW, B., 1984, State Intervention in Agriculture: the Mozambican Experience, in *The Journal of Modern African Studies*, 22 (2), pp. 199-221.

MUNSLOW, B. (ed), 1985, *Samora Machel – An African Revolutionary: Selected Speeches and Writings*, London, Zed Books.

NOGUEIRA DA COSTA, I., 1987, *Contribuição para o estudo do colonial-fascismo em Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

NYERERE, J., 1973a, *Freedom and Unity*, Dar es Salaam, Oxford University Press.

NYERERE, J., 1973b, *Freedom and Development*, Dar es Salaam, Oxford University Press.

NYERERE, J., 1974, *Freedom and Socialism*, Dar es Salaam, Oxford University Press.

Oficina de História / CEA, 1983, As cooperativas Ligualanilu no planalto de Mueda, 1975-1963, in *Não Vamos Esquecer!* (boletim de informação da Oficina de História do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane), 1, pp. 7-18.

O'LAUGHLIN, B., 1981, A Questão Agrária em Moçambique, in *Estudos Moçambicanos*, 2, pp. 9-32.

O'MEARA, D., 1991, The collapse of mozambican socialism, in *Transformation*, 14, pp. 82-103.

OPELLO JR, W. C., 1975, Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s, in *Journal of Southern African Studies*, 2 (1 – 1975), pp. 66-82.

PENVENNE, J., 1985, A luta continua! – Literatura recente sobre Moçambique, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 3, pp. 169-212.

PEREIRA NETO, J., s/d, Comércio Externo de Moçambique, in *Moçambique – Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965*, [Lisboa], Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 265-308.

RAIKES, Ph., 1984, Food policy and production in Mozambique since Independence, in *Review of African Political Economy*, 29, pp. 95-107.

SAUL, J., 1990, Mozambique: The failure of Socialism?, in *Southern Africa Report*, novembro 1990, pp. 20-24.

SAUL, J. (ed), 1985, *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*, New York, Monthly Review Press.

SERRA, C., 1980, O Capitalismo Colonial na Zambézia -1855-1930, in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 33-52.

SHIVJI, I. G., 1976, *Class Struggles in Tanzania*, London, Heinemann.

SLOVO, J., 1973, FRELIMO faces the future, in *The African Communist*, 55, pp. 23-53.

SPECTATOR, 1982, For the Nation to live the Tribe must die, in *The African Communist*, 89, pp. 30-48.

SPENCE, C. F., 1951, *Descrição Económica de Moçambique*, Lourenço Marques, Minerva Central.

TORP, J. E., 1979, Industrial Planning and Development in Mozambique, Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies (research report 50).

VERSCHUUR, Ch., et al, 1989, *Mozambique: Dix ans de solitude...*, Paris, L'Harmattan.

VIEIRA, S., 1990, Vectores da Política Externa da Frente de Libertação de Moçambique (1962-1975), in *Estudos Moçambicanos*, 7, pp. 29-56.

VIEIRA, S., 1991, Democracy and development – Themes for a reflection on Mozambique, in *Southern Africa*, (Fevereiro de 1991), pp. 17-22.

WHEELER, D. L., 1969, A Document for the History of African Nationalism: A FRELIMO “White Paper” by Dr. Eduardo C. Mondlane (1920-1969), in *African Historical Studies*, II (2 – 1969), pp. 319-333.

WHEELER, D. L., 1970, A Document for the History of African Nationalism: The UNEMO “White Paper” of 1968, a Student Reply to Eduardo Mondlane’s 1967 Paper, in *African Historical Studies*, III, (1 – 1970), pp. 169-180.

WIELD, D., 1983, Mozambique – Late Colonialism and Early Problems of Transition, in WHITE, G., et al, 1983, *Revolutionary Socialist Development in the Third World*, Brighton, Wheatsheaf, pp. 75-113.

WUYTS, M., 1980, Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique, in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 9-22.

WUYTS, M., 1981a, *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*, Maputo, INLD.

WUYTS, Marc, 1981b, Sul do Save: Estabilização e Transformação de Força de Trabalho, in *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 33-44.

WUYTS, M., 1985, Money, Planning and Rural transformation in Mozambique, in *Journal of Development Studies*, 3, pp. 180-207.

2. Trabalhos e documentos não publicados

ADAM, Y., 1985, Cooperativização agrícola e modificação das relações de produção no período colonial em Moçambique, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 184 pags. (dactil.).

ANDRADE, M., REIS, M. C., 1984, Ideologias da Libertação Nacional, (antologia de textos), Maputo, Centro de Estudos Africanos, s/p. (multig.).

ARNOLD, A.-S., [1991], Missions, African religious movements and identity in Mozambique, 1930-1974, 30 pags. (dactil.).

ARAÚJO, M., 1988, O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique – Transformações na organização do espaço residencial e produtivo, tese de doutoramento em geografia humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 479 pags. (dactil.).

BORGES COELHO, J. P., 1984, A primeira frente de Tete e o Malawi, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 81 pags. (multig.).

BRITO, L., 1978, Country case-study on Mozambique, (relatório de consultor para a Comissão Económica para a África das Nações Unidas – Conferência sobre o trabalho migratório na África Austral), Lusaka, ECA, 35 pags. (multig.).

BRITO, L., 1981, The social welfare of migrant labour in contemporary Southern Africa, (relatório de consultor para o Centro para o Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários das Nações Unidas), Viena, 38 pags. (dactil.).

CAHEN, M., 1989b, Mozambique: nation africaine de langue officielle portugaise?, Bordeaux, Centre d’étude d’Afrique noire, 21 pags. (dactil.).

CASAL, A., 1978, Relatório de situação de sete Aldeias Comunais nas Provincias de Maputo e Gaza, Maputo, 156 pags. (dactil.).

CASAL, A., 1986, *Le processus de socialisation rurale au Mozambique – Les villages communaux*, thèse de doctorat, Université de Paris I – Institut d'étude du développement économique et social, 791+XX pags. (dactil.).

CASIMIRO, I., 1979, *Movimento Associativo como Foco de Nacionalismo – Movimento Estudantil: NESAM e AAM*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 30 pags. (dactil.).

CASIMIRO, I., 1986, *Transformação nas relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-1974*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 191 pags. (dactil.).

CEA, 1977, *O Mineiro Moçambicano – Um estudo sobre a exportação de mão de obra*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 140 pags. (multig.).

CEA, 1978, *Relatório Provisório sobre o Desemprego no Maputo*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 41 pags. (multig.).

CEA, 1979a, *O Desemprego e a sua Ligação com o Campo – Um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas seleccionadas no distrito da Moamba*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 56 pags. (multig.).

CEA, 1979b, *Problemas de transformação rural na província de Gaza – Um estudo sobre a articulação entre aldeias comunais seleccionadas, cooperativas agrícolas e a Unidade de Produção do Baixo Limpopo (UPBL)*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 81 pags. (multig.).

CEA, 1979c, *Salários, Produtividade e Participação – Um estudo de 3 fábricas de vestuário*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 14 pags. (multig.).

CEA, 1980a, *A Transformação da Agricultura Familiar na Província de Nampula*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 91 pags. (multig.).

CEA, 1980b, *Capital Privado, Produtividade e Participação: um Estudo da Fábrica Texmoque*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 28 pags. (multig.).

CEA, 1980c, *Macassane – Estudo de uma cooperativa agrária no distrito de Matatuíne, província de Maputo*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 31 pags. (multig.).

CEA, 1981a, *A actuação do Estado ao nível do distrito: o caso de Lugela*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 33 pags. (multig.).

CEA, 1981b, *Circuitos de troca e transporte no desenvolvimento do campo*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 28 pags. (multig.).

CEA, 1981c, *Coton Production in Mozambique: a survey, 1936-1979*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 79 pags. (multig.).

CEA, 1982a, *Plantações de Chá e Economia Camponesa*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 81 pags. (multig.).

CEA, 1982b, *O Papel Dinamizador da EMOCHÁ na Transformação Socialista da Alta Zambézia*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 33 pags. (multig.).

CEA, 1982c, *Agricultural Marketing in the District of Alto Molocué, Zambézia Province*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 137 pags. (multig.).

CEA, 1982d, Comercialização agrícola ao nível distrital, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 58 pags. (multig.).

CEA, 1983a, Famílias Camponesas da Angónia no Processo de Socialização do Campo, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 88 pags. (multig.).

CEA, 1983b, Organizar os Trabalhadores das Machambas Estatais: o caso do CAIA, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 56 pags. (multig.).

CEDIMO, 1976, I Seminário Nacional de Cooperativas, (Quelimane, Outubro de 1976), Documento Informativo 44, 9/11/76, 57 pags.

CEDIMO, 1978, República Popular de Moçambique, (Documento Informativo 24, série A), 110 pags. (multig.).

CRUZ E SILVA, T., 1986, A Rede Clandestina da FRELIMO em Lourenço Marques (1960-1974), Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 140 pags. (dactil.).

Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica, 1973, Moçambique em números, Lourenço Marques, 23 pags. (multig.).

FAO, 1977, Report of the Mozambique state farm projects, (confidential), Rome, FAO Investment Centre, 3 vols., s/p, (multig.).

HERMELE, K., 1986, Reorganização e interdependência – A organização da agricultura no Chokwé, Província de Gaza, Maputo, 15 pags. (multig.).

JOSÉ, A., 1987, A greve dos carregadores da estiva do porto comercial de Lourenço Marques em Agosto de 1963, no contexto da luta de libertação nacional de Moçambique e alguns problemas na reconstrução da história do operariado moçambicano, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 145 pags. (dactil.).

LINDBERG, O., MORTENSEN, E., EGERO, B., 1984, AGRICOM: appraisal of a proposal for five years support 1985-89, Moçambique, Maputo, ASDI, 108 pags. (multig.).

NASCIMENTO, E., 1982, Décolonisation en “Afrique portugaise” – le processus de destruction/construction hégémonique au Mozambique, thèse de doctorat de III^e cycle, École des hautes études en sciences sociales (Paris), 498 pags. (dactil.).

NEGRÃO, J. G., 1984, A Produção e o Comércio nas Zonas Libertadas, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 106+VII pags. (multig.).

NGWENYA, M., SOARES, P., 1982, Artes Plásticas e Movimento Nacionalista em Moçambique, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 13 pags. (dactil.).

Oficina de História / CEA, 1982, Para uma História da Luta de Libertação de Moçambique: Problemáticas, Metodologias, Análises, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 16 pags. (dactil.).

Oficina de História / CEA, [1983a], A situação actual nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 57 pags. (dactil.).

Oficina de História / CEA, [1983b], Ngapa: uma localidade remota, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 49 pags. (dactil.).

Oficina de História / CEA, 1984, Poder Popular em Nandimba: um problema de terra, abastecimento e desagregação, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 31 pags. (dactil.).

Oficina de História / CEA, 1986, Poder Popular e desagregação nas aldeias comunais do planalto de Mueda, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 61 pags. (multig.).

PENVENNE, J., 1991, Taxation, Registration, Unionization, Licensing and Conscription – African Accommodation of New State Labor Policies, Lourenço Marques, 1932-1962, 24 pags. (manusc.).

PEREIRA LEITE, J., 1990, Colonialismo e industrialização em Moçambique: Pacto colonial, dinamização das exportações e “import substitution” – 1930-74, Lisboa, Centro de Estudos sobre Africa, 21 pags. (dactil.).

RAYKES, Ph., 1982, Agricultural development and irrigation in Southern Mozambique, 225 pags. (manusc.).

RAPOSO, I., 1986, Transformation de l’habitat rural: de l’habitat dispersé aux villages communautaires – paysans et État (Vilanculos – Mozambique), mémoire de DEA en urbanisme et aménagement, Institut d’urbanisme de Paris/Université de Paris – Val de Marne, 125 pags. (dactil.).

RAPOSO, I., 1991, O viver de hoje e de ontem. Aldeia e masha, Maputo, INPF/UEM, 66 pags. (multig.).

UN, 1977, Report of the Economic and Social Council: Assistance to Mozambique – Report of the Secretary-General, (A/32/96, 9 June 1977), 30 pags. (multig.).

WIELD, D., 1977, Some characteristics of the Mozambican economy particularly relating to industrialization, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 19 pags. (dactil.).

WUYTS, M., 1979, On the question of mechanisation of mozambican agriculture today: some theoretical comments, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 22 pags. (multig.).

WUYTS, M., 1986, Money and Planning for Socialist Transition: the Mozambican Experience, PhD thesis in Economy, Open University – Milton Keynes (London), 271 pags. (dactil.).

3. Documentos da Frelimo e do Governo

A – Publicados

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979a, Resolução Geral, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 25 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979b, Resolução sobre Abastecimento, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 11 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979c, Resolução sobre as Zonas Verdes, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 12 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979d, Resolução sobre Critérios de Fixação da Área e Sistema Administrativo das 12 Cidades, Maputo, Imprensa Nacional, 13 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979e, Resolução sobre o Urbanismo, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 13 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979f, Resolução sobre o Significado do Recenseamento e Critérios para os Inquéritos de Moradores nos Bairros, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 12 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979g, Resolução sobre Algumas Tarefas das Organizações Democráticas de Massas nas Cidades, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 11 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979h, Resolução sobre o Plano Geral de Acção das Cidades para 1979/80, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 42 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979i, Síntese da Resolução sobre a Organização da Direcção Estatal das Cidades, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 17 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979j, Resolução sobre a Organização dos Grupos Dinamizadores e Bairros Comunais, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 29 pags.

1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, 1979l, Síntese da resolução sobre Organizaáo dos Grupos Dinamizadores e Bairros Comunais, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 16 pags.

Assembleia Popular, 1980a, Lei de Terras, (4ª sessão), Maputo, INLD, 47 pages.

Assembleia Popular, 1980b, Lei das Cooperativas, (5ª sessão), Maputo, INLD, 20 pags.

Direcção Geral do Comércio Externo, [1975], Moçambique – Economic Survey, Lourenço Marques, 63 pags.

Frelimo, 1976a, Tarefas concretas e imediatas a realizar, (Circular da Sede Nacional da FRELIMO dirigida a todos os Grupos Dinamizadores do País), Maputo, DIP, 20 pags.

Frelimo, 1977a, Directivas Económicas e Sociais, (3º Congresso), Maputo, DTI, 108 pags.

Frelimo, 1977b, Relatório do Comité Central ao 3º Congresso, Maputo, DTI, 162 pags.

Frelimo, 1977c, Teses para o III Congresso, in *Tempo*, 327, 328 et 329.

Frelimo, 1982a, “Consolidemos aquilo que nos Une” – Reunião da Direcção do Partido e do Estado com os Representantes das Confissões Religiosas, 14 a 17 de Dezembro de 1982, Maputo, INLD, 100 pags.

Frelimo, 1982b, 1ª Conferência Nacional do Partido FRELIMO – Documento Final, Março de 1982, Maputo, INLD, 32 pags.

Frelimo, 1983a, *Defender a Pátria, Eliminar a Fome: Tarefa de todos os Moçambicanos*, Maputo, INLD, 80 pags.

Frelimo, 1983b, *Directivas Económicas e Sociais*, (4º Congresso), Maputo, INLD, 79 pags.

Frelimo, 1983c, *Notas posteriores sobre a morte de Paulo Samuel Kankhomba*, in *Nao Vamos Esquecer!* (boletim de informação da Oficina de História do Centro de Estudos Africanos), 1, pp. 26-28.

Frelimo, 1983d, *Relatório do Comité Central ao IV Congresso*, Maputo, INLD, 191 pags.

Frelimo, 1985, *Intervenções dos Delegados ao 4º Congresso*, Maputo, INLD, 262 pags.

Frelimo, 1989a, *Por um Consenso Nacional de Normalização de Vida – Relatório do Comité Central ao V Congresso*, Maputo, INLD, 316 pags.

Frelimo, [1989b], *Estatutos e Programa*, (5º Congresso), Maputo, [INLD], 47 pags.

Linhas fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo para 1981-1990, s/d, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 31 pags.

MACHEL, S., 1974, *Frelimo's tasks in the struggle ahead – A message from the President of FRELIMO on the occasion of the investiture of the Transitional Government*, in *Mozambique Revolution*, 60 (July-September 1974), pp. 17-22.

MACHEL, S., 1975a, *Impermeabilizemo-nos Contra as Manobras Subversivas, Intensificando a Ofensiva Ideológica e Organizacional no Seio dos Combatentes e Massas*, Maputo, Edições da Frelimo, 12 pags.

MACHEL, S., 1975b, *No Trabalho Sanitário Materializemos o Princípio de que a Revolução Liberta o Povo*, in *A Nossa Luta*, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, pp. 47-63.

MACHEL, S., 1975c, *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo*, in *A Nossa Luta*, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, pp. 69-92.

MACHEL, S., 1975d, *Estabelecer o Poder Popular para Servir as Massas*, in *A Nossa Luta*, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, pp. 97-139.

MACHEL, S., 1976a, *Transformar o Hospital Central num Hospital do Povo*, Maputo, DIP, 30 pags.

MACHEL, S., 1977, *A Vitória Constrói-se, a Vitória Organiza-se – Mensagens do Secretário do Departamento de Defesa e Presidente da FRELIMO Camarada Samora Machel aos Combatentes e ao Povo Moçambicano – 1967-1974*, Maputo, DTI, 157 pags.

MACHEL, S., 1978a, *Educar o Homem para Vencer a Guerra, Criar uma Sociedade Nova e Desenvolver a Pátria*, Maputo, DTI, 22 pags.

MACHEL, S., 1978b, *Produzir é Aprender, Aprender para Produzir e Lutar Melhor*, Maputo, DTI, 23 pags.

MACHEL, S., 1979a, Façamos de 1980-1990 a Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento, Maputo, Edição do Partido FRELIMO, 30 pags.

MACHEL, S., 1979b, Fazer da Escola uma Base para o Povo Tomar o Poder, Maputo, DTI, 31 pags.

MACHEL, S., 1979c, Fazer do Niassa uma Base Sólida na Construção do Socialismo, Maputo, Edição do Partido FRELIMO, 24 pags.

MACHEL, S., 1980a, O Processo da Revolução Democrática Popular em Moçambique, Maputo, DTI, 78 pags.

MACHEL, S., 1980b, Transformar o Aparelho de Estado no Instrumento da Vitória, Maputo, Edição do Partido FRELIMO, 16 pags.

MACHEL, S., 1982, Rompamos Definitivamente com a Burguesia para Consolidar o Poder Popular, Maputo, Edição do Partido FRELIMO, 43 pags.

Ministério da Indústria e Comércio, 1976, Recomendações Gerais às Comissões Administrativas, Maputo, Gabinete de Controlo da Produção Industrial e Comercial, 19 pags.

RPM, 1975, Constituição da República Popular de Moçambique, Lei da Nacionalidade e Constituição do Primeiro Governo, Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 29 pags.

Vamos Construir um Estado do Povo ao Serviço do Povo – Documentos do 1º Seminário Nacional do Aparelho de Estado e Função Pública, [1976], [Maputo], 123 pags.

B – Não publicados

Banco de Moçambique, 1977, Alguns dados sobre a evolução recente da situação económica e financeira de Moçambique, Maputo, BM/Direcção de Documentação e Estudos Económicos, 84 pags.

CNAC, 1978, Observations et suggestions sur le rôle et les fonctions des “Aldeias Comunais” dans le développement économique du Mozambique, Maputo, Comissão Nacional das Aldeias Comunais (rapport interne), 172 pags.

CPAC Maputo, 1981, Relatório da província do Maputo ao II Conselho Consultivo Alargado da Comissão Nacional das Aldeias Comunais, 4 pags.

CPAC Nampula, 1981, Relatório, 7 pags.

CPAC Niassa, 1981a, Proposta do anteprojecto para 82 ao C.C.A.C.N.A.C., 6 pags.

CPAC Niassa, 1981b, Relatório à II reunião do Conselho Alargado da Comissão Nacional das Aldeias Comunais, 13 pags.

CPAC Tete, 1981, Anteprojecto do plano estatal para 1982 da realização na Província de Tete, 7+7 pags.

DOSSIER FRELIMO, [1974], [Lourenço Marques], Edição da Faculdade de Economia.

DOSSIER FRELIMO 1 (1º e 2º Congressos – Documentos), [1974], [Lourenço Marques], AAM-SIPE.

FRELIMO, 1976b, Relatório do Grupo III (Transição e Independência) da Comissão das Directivas Económicas para o III Congresso, Maputo, Dezembro de 1976, 38 pags.

FRELIMO, 1977d, Intervenções do Camarada Samora Moisés Machel, Presidente da Frelimo, (9ª sessão do Comité Central), 10 pags.

FRELIMO, 1977e, Rumo ao Socialismo, Maputo, 40 pags.

MACHEL, S., 1976b, A Classe Trabalhadora Deve Conquistar e Exercer o Poder na Frente da Ciência e da Cultura, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 23 pags.

Ministério da Agricultura, 1978, Discurso Proferido por Sua Excelência o Ministro da Agricultura na Sessão de Abertura do III Conselho Agrário, Maputo, 6/6/1978, 28 pags.

Ministério da Agricultura, 1981, Estatuto-tipo para as Cooperativas de Produção Agrária, Maputo, Outubro de 1981, 21 pags.

Ministério da Agricultura, 1982, Contribuição para o Programa da Cooperativização do Campo, Maputo, 20 de Abril de 1982, 66 pags.

Ministério da Agricultura, s/d, Organização do Movimento Cooperativo Agrário, 7 pags.

Ministério da Agricultura/GODCA, 1981, Projecto de acções de cooperativização para 1982, Maputo, 10 pags.

Ministério da Agricultura/GODCA, s/d a, Contas de Culturas, 33 pags.

Ministério da Agricultura/GODCA, s/d b, Fichas Tecnológicas por Culturas, 2 pags.

Ministério da Agricultura/GODCA/Mecanagro EE, s/d, Seminário de Preparação de Chefes Locais e Trabalhadores da Mecanagro Afectos às Cooperativas Piloto – Documentos, 24+21 pags.

Ministério da Educação e Cultura, 1980, Sistemas de educação em Moçambique, Maputo, 74 pags.

Ministério da Educação e Cultura/Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, 1983, Contribuição para a Definição de uma Política Linguística na República Popular de Moçambique, Maputo, 20 pags.

MOPH/DNH/Departamento das Aldeias Comunais, 1982, Criação de Aldeias Comunais na Província de Inhambane, 1981/82 – Análise e conclusões, Maputo, 24 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980a, Anexo I às Resoluções sobre questões político-organizativas – A assembleia de localidade na aldeia comunal, Gaza, CNAC, 3 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980b, Anexo II às Resoluções sobre questões político-organizativas – Conselhos Executivos das assembleias de localidade na aldeia comunal, princípios e métodos de trabalho, Gaza, CNAC, 3 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980c, Anexo III às Resoluções sobre questões político-organizativas – Organização do grupo dinamizador de bairro na aldeia comunal, Gaza, CNAC, 4 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980d, Anexo IV às Resoluções sobre questões político-organizativas – Resolução sobre a formação da assembleia de localidade na aldeia comunal no contexto das eleições locais em 1980 e sua subordinação, Gaza, CNAC, 1 pag.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980e, Anexo V às Resoluções sobre questões político-organizativas – Reforço da direcção do aparelho de Estado relativamente ao processo das aldeias comunais, Gaza, CNAC, 4 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980f, Anexo VI às Resoluções sobre questões político-organizativas – A formação de quadros para as aldeias comunais, Gaza, CNAC, 4 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980g, Discurso de abertura da primeira reunião nacional das aldeias comunais, proferido por Sua Excelência o Ministro do Plano, Marcelino dos Santos, no dia 27 de Março de 1980, na aldeia comunal «3 de Fevereiro», Gaza, CNAC, 7 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980h, Discurso de encerramento da primeira reunião nacional das aldeias comunais, proferido por Sua Excelência o Ministro da Agricultura, Mário da Graça Machungo, no dia 27 de Março de 1980, na aldeia comunal «3 de Fevereiro», Gaza, CNAC, 7 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980i, Resolução sobre questões político-organizativas, Gaza, CNAC, 17 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980j, Resolução sobre questões económicas e financeiras, Gaza, CNAC, 13 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980k, Resolução sobre questões sociais e culturais, Gaza, CNAC, 15 pags.

Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais, 1980l, Saudação a Sua Excelência o Presidente do Partido FRELIMO, Presidente da República, Samora Moisés Machel, dos delegados à primeira reunião nacional das aldeias comunais, Gaza, CNAC, 2 pags.

Repartição Provincial de Obras Públicas/Serviço de Aldeias Comunais, 1978, Aldeia Comunal de Chibotane, Distrito de Massingir – Dados socio-económicos, 4 pags.

RPM/ Direcção dos Serviços de Planeamento Económico, 1976, Moçambique – Dependência Económica, Maputo, Centro de Documentação Técnico Económica, 37 pags.

RPM/ Secretariado do Conselho de Ministros, 1982, Síntese da Reunião sobre Cooperativização da 5ª Sessão Alargada do Conselho de Ministros, Maputo, 27 de Abril de 1982, 20 pags.

4. Estatísticas

1º Recenseamento Geral da População – Informação Pública, (Conselho Coordenador do Recenseamento).

Anexo à Informação Estatística 1975-1984, (Comissão Nacional do Plano).

Informação Estatística – Alguns resultados do desenvolvimento económico de Moçambique posteriores a 1973, (Ministério do Desenvolvimento e Planificação Económica, Direcção Nacional de Estatística).

Informação Estatística 1973-1983, (Comissão Nacional do Plano, Direcção Nacional de Estatística).

Informação Estatística 1975-1984, (Comissão Nacional do Plano, Direcção Nacional de Estatística).

Informação Estatística 1980-81, (Comissão Nacional do Plano).

Informação Estatística 1985, (Comissão Nacional do Plano, Direcção Nacional de Estatística).

5. Jornais e revistas

25 de Setembro (Maputo: órgão de informação das Forças Armadas de Moçambique).

Agricultura (Maputo: revista do Ministério da Agricultura).

AIM Information Bulletin (Maputo: boletim da Agência de Informação de Moçambique).

Boletim da Célula (Maputo: publicação do DTI/Frelimo).

Boletim da República

Domingo (Maputo: jornal semanário).

Mozambique Revolution (Dar es Salaam: publicação da Frelimo).

Notícias (Maputo: jornal diário).

Tempo (Maputo: revista semanal).

Voz da Revolução (Dar es Salaam/Maputo: órgão oficial da Frelimo).

Neste estudo sobre a Frelimo e o Marxismo, que abarca o período de 1962-1983, o autor explora as condições sócio-históricas particulares em Moçambique que levaram o grupo de liderança da Frelimo a produzir um discurso político cuja referência teórica era o marxismo. Tenta também mostrar, para além das representações oficiais, qual o conteúdo real da política seguida pela Frelimo em nome do marxismo e da construção do socialismo.

Por fim, o autor analisa a evolução dos conflitos internos entre diferentes grupos, como o grupo dirigente se formou durante essas lutas e por que meios construiu a sua hegemonia no seio do movimento independentista e, depois, no Estado independente.

